

Callipole

REVISTA DE CULTURA

N.º 16 - 2008



CARLOS DE BRAGANZA (Rey de Portugal).

8 textos lembram o Rei D. Carlos e o Príncipe D. Luís Filipe • Misericórdia de Olivença • Arquitectura da água em Vila Viçosa • Gilberto Freyre



MENSAJE

De España a Portugal
[a propósito do Regicídio]

Hermanas fuimos siempre; somos hermanas
Que antaño conquistaron tierras lejanas,
Y añorando tristezas del bien perdido,
Hogaño regresaron al patrio nido.

Un mismo cielo cubre nuestros amores,
Crecen en nuestros campos las mismas flores;
Y hasta las dulces ondas del ancho río
Que por copiar tu pueblo corre del mío,
En su ritmo de espumas alborotadas
Repiten las canciones de dos gigantes:
¡Y se mezclan estrofas de Las Luisiadas
A la prosa sublime que habló Cervantes!

Juntas con tus banderas nuestras banderas
Velaran triunfadores en las fronteras,
Igual en la epopeya fue su arrogancia,
Tuyo fue el gran Viriato; nuestra, Numancia;
Unidas para siempre van en la Historia
Tu gloria fulgurante con nuestra gloria,
Y entre lauros dos nombres guardó la Fama:
Cristóforo Colombo, Vasco de Gama.
En goces y en tristezas abrumadoras,
Tu pueblo de mí pueblo se mostró amigo,
¡Hoy que herida y dolinete gimes y lloras,
España, que es tu hermana, llora contigo!

Lloras, pero la pena que te estremece
No es obra de flaqueza; nunca envilece
El dolor espantoso no merecido;
Lloras porque la sangre que se ha vertido
Es sangre derramada por las traiciones,
Y esa sangre salpica limpios blasones
Que refulgen altivos y señoriles;
Lusitania, no llores ni sientas dudas,
Nadie piensa en la patria de los reptiles;
Nunca los asesinos, nunca los Judas
Tuvieron en tu raza madres o hermanos,
Los que á mansalva hieren, se llaman viles,
¡No merecen el nombre de lusitanos!

Te han herido en el alma, por eso lloras;
Comprendo tus angustias abrumadoras;
Has visto conculcadas todas las leyes,
Has visto asesinados tus nobles Reyes,
Y gimes como madre. Vergue la frente,
Contempla tu pasado resplandeciente,
Y en arranque gallardo, sañudo y fiero,
Templa en la pesadumbre tu alma de acero.
Tras la nocturna sombra despunta el día,
Tras el hoy desdichado llega la mañana
Que será recompensa de tu hidalguía.
¡El cielo te conceda paz y alegría,
Querida hermana!

Poema de M. R. Blanco-Belmonte,
publicado en *La Ilustración Española y Americana*,
Madrid, 8.Fevereiro.1908

Callipole

Revista de Cultura

FICHA TÉCNICA

ANTIGOS DIRECTORES

Francisco Chagas (institucional – n.º 1)
Manuel Inácio Pestana (do n.º 2 ao n.º 11)

DIRECTOR

Joaquim Saial

CONSELHO DE REDACÇÃO

António Rosa
João Ruas
Joaquim Saial
Joaquim Torrinha
Licínio Lampreia
Manuel Lapão
Margarida Borrega

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Viçosa
Divisão de Serviços Sócio-Culturais
Largo D. João IV 7160-254 Vila Viçosa
Telefones:
268.889.314 – Div. SS-C
268.889.310 – Paços do Concelho
Endereço electrónico de *Callipole*:
revista.callipole@gmail.com

EXECUÇÃO GRÁFICA

António Coelho Dias, S.A. – Artes Gráficas
Ramada, Odivelas

Tiragem: 1000 ex.
Periodicidade anual (16.º ano)

Depósito Legal: 121787/98
ISSN: 0872 5225

Colaboração solicitada.

Os textos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.

Por motivos técnicos, *Callipole* só aceita colaborações em suporte informático: disquete, CD-Rom ou via *e-mail*.

Todos os autores receberão dois exemplares de *Callipole*, para além de 30 separatas do/s seus/s texto/s, caso este/s ocupe/m pelo menos 8 páginas da revista.

SOLICITA-SE PERMUTA
SE RUEGA EL CAMBIO
EXCHANGE WANTED
ON DEMANDE L'ECHANGE
MAN BITTET UM AUSTAUCH

CAPA e CONTRACAPA

- Postal ilustrado pintado pelo Rei D. Carlos, na revista *Album Salón* de Janeiro de 1903
- Fotografia do Rei D. Carlos – Postal ilustrado inglês, série *Philco Series*

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Manuel João Fontainhas Condenado

VEREADORES

Joaquim António Mourão Viegas (Cultura)
José António Cardoso
Manuel Inácio do Polme Galhofas
Miguel António Patacão Rodrigues

ÍNDICE

Nota de abertura

Joaquim António Mourão Viegas 9

Para começar...

O Director 11

Tempo de História

Foral de Redondo, doado por D. Dinis, em 1318 (transcrição do documento) 15

Isabel Alves Moreira

Padre António Vieira, amigo e conselheiro de D. João IV 19

Maria Madalena Cupertino Osório de Barros

La Misericordia oliventina: recorrido histórico 25

Diego Peral Pacheco, José Luis Sánchez Álvarez e José Mariano Fernández López (Espanha)

Sobre los censos de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza 47

Miguel Ángel Vallecillo Teodoro (Espanha)

**O Liberalismo e a ocupação dos baldios – Um caso singular na ilha Terceira:
derrubamentos/justiça da noite** 59

Luis Mendonça e José Ávila

**La transición política en España y Portugal (1974-1982): similitudes,
diferencias y influencias** 67

Moisés Cayetano Rosado (Espanha)

Tempo de Artes & Letras

Sinais e significados da arquitectura da água em Vila Viçosa, nos séculos XVI e XVII 81

Licínio Lampreia

Uma invulgar peça de cerâmica 93

Joaquim Torrinha

As lembranças do Alentejo na poesia de Florbela Espanca 97

Fabio Mario da Silva (Brasil)

SETE HISTÓRIAS DE VIDA E MORTE

- "O rio", "A sereia", "O candeeiro", "O homem-lâmpada", "O cordel", "O bombista"
e "Morte à beira da estrada" 103
Joaquim Saial

Tempo do Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe

- D. Carlos, um rei pouco sedentário... 115
Joaquim Saial
- Dois bilhetes-postais espanhóis ilustrados por D. Carlos de Bragança 121
Joaquim Saial
- Rei D. Carlos, duque de Bragança e "Príncipe Lavrador" 125
João Ruas
- D. Carlos e a Ornitologia 133
Joaquim Miguel Palla Lizardo
- O Rei D. Carlos e a água da Serra d'Ossa – A memória régia na vila de Redondo 137
António Rei
- D. Carlos de Bragança: viagens a Vila Viçosa 153
Maria de Jesus Monge
- D. Luís Filipe, um príncipe para casar 165
Joaquim Saial
- A visita do Príncipe Real D. Luís Filipe às colónias africanas, em 1907:
factos e consequências 171
Tiago Salgueiro

Tempo de Fotografia

- Fábrica Africana da Pólvora de Vale de Milhaços, Seixal 185
Manuela Rolão
- Viena à tarde 191
Joaquim Saial

Tempo de Poesia

LIRA VÁRIA

O Regicídio	201
A lição das dores	202
<i>Nuno Rebocho</i>	

LIRA CALIPOLENSE

Pudesse	205
Sentindo	206
Afinal vale a pena	207
Alentejo	208
<i>Teresa Toscano</i>	

Este mar que nos abraça	209
Romântico	210
Doce balada	211
Outra vida	212
<i>Leolinda Trindade</i>	

Tempo de Ciência, Indústria e Tecnologia

Clasificación de la fauna del campo arqueológico de Mértola ¹	215
<i>Antonio Daniel Penco Martín e Diego Peral Pacheco (Espanha)</i>	

Sobre os duques de Bragança e a astronomia e ainda da antiga armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos) ²	225
<i>Maria do Rosário Gordalina</i>	

Reflexões sobre o envelhecimento	253
<i>José Marques</i>	

Tempo Vário

Procissões e simbólica no <i>Enterro do Senhor</i>	263
<i>Carlos Aurélio</i>	

¹ Como é óbvio, este texto poderia ter sido incluído no Tempo de História. Porém, dado que em parte substancial o seu teor é eminentemente técnico-científico, pareceu-nos interessante colocá-lo no TCIT.

² Dadas as características deste trabalho que sobretudo trata um assunto científico, embora também refira a antiga armaria do castelo de Vila Viçosa (assunto de temática histórica), resolvemos integrá-lo no TCIT.

A comida dos reis no imaginário popular	271
<i>Luís Filipe Maçarico</i>	
Gilberto Freyre: um sociólogo da cultura lusófona?	293
<i>Fabio Mario da Silva (Brasil)</i>	
Documento de Inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa dos Bens Portugueses Candidatos a Património Mundial da UNESCO	305
<i>Joaquim Torrinha</i>	
Hermanamiento Sigüenza – Vila Viçosa – Geminação Sigüenza – Vila Viçosa	311
<i>Maria Tecla Portela Carreiro (Espanha)</i>	
Os nossos colaboradores	315
12 normas mínimas de edição de escrita para publicação em <i>Callipole</i>	323

NOTA DE ABERTURA

É motivo de especial satisfação e orgulho escrever as primeiras linhas da nova edição da Revista de Cultura *Callipole*, que nesta ocasião alcança o número 16.

Ao longo da última década e meia, a *Callipole*, tem desempenhado um papel singular, congregando colaborações meritórias de autores locais, nacionais e estrangeiros que nela têm dado à estampa estudos de grande mérito, cujo interesse é sobejamente conhecido. Desprovidos de meros propósitos de exaltação gratuita, estamos convictos que se trata de um paradigma do que representa um trabalho regular e pertinente em benefício da cultura calipolense, cada vez mais reconhecido a nível nacional e internacional, representando uma possibilidade de contar com a opinião dos maiores especialistas.

Com mais esta publicação da revista *Callipole* pretendemos seguir a tarefa iniciada em 1993. A nossa intenção central é a de contribuir para a difusão de ideias e de factos relativos à orientação do pensamento, da arte, da história, das letras e dos princípios gerais do saber cultural e científico.

Atenta aos tempos em que vivemos e às circunstâncias culturais e sociais em que se insere, a revista privilegia as problemáticas relacionadas não só com Vila Viçosa, mas também com outras regiões da geografia regional, nacional e ibérica. Entre outros exemplos, salientamos os seguintes casos expressivos: o *Tempo do Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe*, que inclui um conjunto de artigos que têm como denominador comum a visão dos seus autores sobre este tema, enquadrados numa lógica comemorativa do I Centenário do Regicídio e a notícia do projecto de cooperação entre o município de Vila Viçosa e o de Sigüenza (Guadalajara). Neste segundo caso, com efeito, o olhar que vem de fora é sempre enriquecedor e estimulante, assim como a convivência da língua espanhola e portuguesa na nossa revista.

Sabemos por experiência própria que o projecto *Callipole* não é espontâneo nem automático e que o seu desenvolvimento se encontra associado à criação de um contexto favorável, susceptível de mobilizar sinergias, aumentar as redes de cooperação e implicar diferentes autores. Neste contexto, convidamos os leitores e os colaboradores a enviar-nos os seus trabalhos, comentários e sugestões. A revista quer ser um órgão vivo. As suas páginas estão abertas e o seu projecto editorial que obviamente privilegia a qualidade mas que é plural e independente.

Finalmente, a todos os que tornaram possível a publicação da presente edição da Revista *Callipole*, apresentamos os nossos agradecimentos e público reconhecimento.

O VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA
Joaquim António Mourão Viegas

PARA COMEÇAR...

“You’re sixteen”, canção dos irmãos Sherman, cantaram-na, entre outros, Johnny Burnette, em 1960, e, com assaz maior sucesso – que deu chegada a n.º 1 no top – o beatle Ringo Starr, em Janeiro de 74: ...*Now you’re my angel divine, / You’re sixteen, / You’re beautiful and you’re mine...*

16! 16 anos de vida de *Callipole!* Um quase findar de adolescência, um quase início de idade adulta. E glosando a letra da canção, poderemos dizer que ela tem 16 números, é bela e é *nossa*... Nossa, que é dizer dos calipolenses, em primeiro lugar, dos alentejanos, em geral, de todos os colaboradores que dão o melhor do seu esforço na investigação e feitura dos textos que nestas páginas paulatinamente vão surgindo, ano após ano, e daqueles muitos que com interesse crescente, em Portugal, Espanha e noutras paragens bem mais longínquas a esperam e lêem. Trata-se de uma espécie de milagre que se deve ao esforço combinado da autarquia calipolense, do director, do Conselho de Redacção e de cerca de seis dezenas de esforçados entusiastas colaboradores que não esperam outra paga que não a de ver os seus esforços intelectuais em letra de forma nas páginas da revista de Cultura de Vila Viçosa. Felicitemo-nos todos, pois, por esta persistência rara e bem sucedida e esperemos atingir a idade adulta (e um futuro para além dela) com a necessária tranquilidade.

Que tem então *este* 16 que mereça o nosso regozijo? Em primeiro lugar, o gosto de vermos sete novos colaboradores portugueses, em dois casos com vínculo directo a Vila Viçosa. E cinco colegas espanhóis que também até nós chegaram agora, com trabalhos de elevada qualidade. Se a estes juntarmos mais dois que já antes tinham escrito na revista, temos no presente número um septeto originário do país vizinho que nos enche de prazer, assim se cumprindo na prática a colaboração transfronteiriça de revistas de Cultura de que Vila Viçosa foi iniciadora em tempos recentes. Temos assim que – com agrado o dizemos – *Callipole*, como acontece desde o número inicial, vai mantendo os seus colabores e adquirindo outros, numa prática regenerativa saudável e obviamente necessária.

Na cerimónia de lançamento do anterior número, o director sugeriu para este um espaço dedicado à figura do Rei D. Carlos. Tratava-se de não deixar a revista passar em claro as comemorações do infausto acontecimento que tirou a vida ao penúltimo Rei Bragança, como lhe competia, por exigência sentimental e “geográfica”. Mal iríamos se a revista de Vila Viçosa não dedicasse um Tempo especial ao Rei que desta terra que tanto estimou partiu para a morte... e o desafio foi ouvido e assumido. Assim, pela segunda vez, temos um espaço temático, como aconteceu em 2004 quando publicámos os textos das I Jornadas do Património de Vila Viçosa (2003). Oito textos, não só alusivos ao monarca como também ao seu primogénito, o príncipe Real D. Luís Filipe. Aqui, temos de agradecer o valioso contributo daquele a quem já podemos chamar “Grupo do Palácio”, com três inovadores textos que desvendam pormenores pouco ou nada conhecidos das vidas e actividades de ambas as figuras reais. Não podemos deixar de destacar, pelo seu elevado interesse para os calipolenses, o que nos revela as datas das vilegiaturas que na nossa terra a Família Real gostosamente cumpriu. Os outros cinco textos, cada um à sua maneira, também cumprem a função de colocar alguma luz sobre aspectos das vidas de Carlos e Luís Filipe de Bragança, há um século de boa memória

entre os calipolenses – decerto mesmo entre aqueles que não professam ideias monárquicas, pois isto de as pessoas serem brilhantes e deixarem saudade não se adquire por terem na cabeça coroa ou barrete frígio...

De resto, está variada esta revista. Se não, observemos: numa viagem que se inicia no Foral do Redondo e finda com a gemação entre Siguënza com Vila Viçosa, cumprimentamos um Padre António Vieira amigo de D. João IV (o outro Rei querido dos calipolenses), passamos pela Misericórdia de Olivença e pela ilha Terceira, damos um salto ao historial das transições de finais do século XX em Portugal e Espanha, bebemos nas fontes e refrescamos-nos à sombra dos aquedutos de Vila Viçosa, comemos uma açorda ou uma sopa de tomate em rara peça cerâmica, lembramo-nos mais uma vez de Florbela, lemos estranhos contos de vida e morte (por vezes mais para rir que para morrer – embora nunca de morrer a rir), jogamos uma bilharada, caçamos, pintamos e semeamos com D. Carlos, vamos até África com o filho, visitamos uma fábrica de pólvora no Seixal e depois descansamos em tarde nevosa no café vienense Sacher, onde despachamos um chocolate quente e uma torta, lemos uns quantos poemas e logo saltamos para estranha pesquisa de ossos em Mérida ou então olhamos o espaço celeste através do observatório astronómico dos duques bragançanos, em Lisboa ou Vila Viçosa, afiamos espadas e alabardas na fortaleza calipolense, pensamos na velhice e para nos penitenciarmos dos nossos pecados participamos numa procissão do Enterro do Senhor, para logo a seguir cearmos à mesa palatina com os reis da quarta dinastia ou polemizarmos com o lusotropicalista Gilberto Freyre e finalmente paramos para ver se Vila Viçosa já é Património Mundial...

Diga lá, leitor, se não é uma revista variada e apelativa, a que tem nas mãos?

Não poderíamos terminar este habitual intróito directivo, sem uma nota de amizade, admiração, reconhecimento e felicitações para com uma das mais marcantes figuras da Cultura da vila ducal (e não dizemos da Ciência, apenas por mero pudor pessoal de ignorância na área...) que neste 2008 cumpre a proeza de completar 90 airosos anos de vida: o Dr. Joaquim Torrinha, co-fundador de *Callipole* e seu colaborador fixo e empenhado, desde o número de abertura. A este homem que contribuiu para a cura do corpo de tantos calipolenses e para o enriquecimento do espírito de muitos mais (e não só, como é sabido), vai o nosso “Obrigado, bom amigo, e que ainda conte os possíveis, na nossa companhia e dos seus familiares... sempre com azulejos, faianças, fólhos e pergaminhos à mistura... e, já agora, também umas quantas pipetas, alguns cadinhos, pós e pastilhas q.b., para se distrair!”

Joaquim Saial

Tempo de História

Foral de Redondo, doado por D. Dinis, em 1318 (transcrição do documento)

Isabel Alves Moreira

1. INTRODUÇÃO

Origem do concelho de Redondo

Concelho dos mais tardios a aparecerem no espaço do Reino de Portugal, deve a sua existência à vontade do Rei Lavrador, o qual ainda hoje é celebrado no nome do terreiro em frente da porta oeste do castelo, a “Praça de D. Dinis”.

Criado por iniciativa régia, foi especialmente constituído com parte do concelho de Évora Monte e com parte do de Monsaraz.

O facto de ter ficado inserido entre os dois concelhos, tinha como fim restringir aqueles dois importantes poderes concelhios.

Uma significativa referência à situação intermédia de Redondo entre Évora Monte e Monsaraz é o facto de a elevação de terreno onde se ergue o castelo e que foi o berço da vila de Redondo, ter sido, antes de 1318, o próprio local que delimitava aqueles concelhos. Tal é referido no Foral de Monsaraz, outorgado por D. Afonso III em 1276, que refere o ‘cabeço que chamam de Redondo’ como um dos pontos de confrontação entre os concelhos atrás referidos (José Pires Gonçalves, “Monsaraz e o seu termo”, II, 353-357).

Relativamente ao mesmo assunto, também D. Dinis não refere no foral a existência de qualquer documento foralengo anterior, que, a existir, teria que ser obrigatoriamente citado, quer para confirmar o já estabelecido, quer para eventualmente o reformar. O silêncio é, pois, significativo.

Assim, cremos que o mito de que o primeiro foral de Redondo teria sido de D. Afonso III fica, portanto, esclarecido.

O facto de dever a sua criação ao monarca fazia deste novo concelho um importante aliado na estratégia de consolidação do poder régio, um pouco por todo o reino, mas especialmente nesta região.

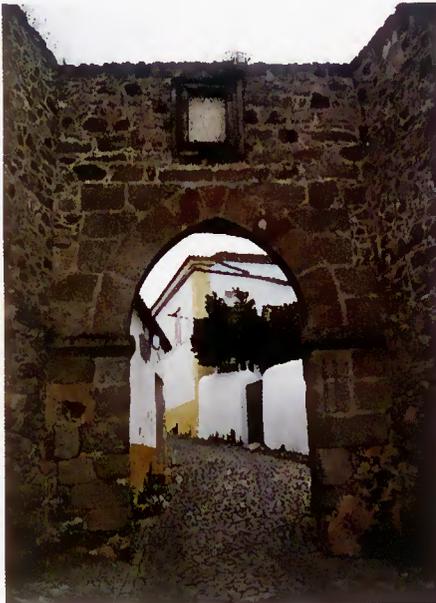


Foto Isabel Alves Moreira

Porta da Ravessa, Redondo

2. TRAZER À LUZ O FORAL DE REDONDO DE 1318

Tendo terminado em muito recente data a transcrição do foral dionisino de Redondo, de 1318, resolvemos publicá-lo já, deixando para um outro momento a sua necessária análise crítica, em especial as referências topográficas que então constituíram os limites do concelho de Redondo e que não se sabe se serão os mesmos que ele tem hoje em dia.

Pretendemos, pois, publicar este foral porque se trata do documento matricial do próprio concelho de Redondo e por se ter mantido – também devido ao facto de se apresentar de trabalhosa leitura – até agora desconhecido, quer dos munícipes de Redondo, em particular, quer dos estudiosos e investigadores da História, em geral.

E mais se acentua a urgência na sua publicação, atendendo ao facto de se tratar dos muito poucos forais da região que hoje forma o actual distrito de Évora e que ainda não foram publicados.

Agradecemos pois, ao director de *Callipole*, Dr. Joaquim Saial, a inclusão da leitura do Foral de Redondo de 1318, neste número da Revista, sem dúvida um pilar consolidado da cultura e da investigação sobre o Alentejo.

2.1. A Fonte

Tendo-se perdido o documento original, consta uma cópia do mesmo no Livro III da Chancelaria de D. Dinis, fl. 118 v.

Desta foi tirada Certidão em 3 de Fevereiro de 1838, no Arquivo Nacional e Real da Torre do Tombo, pelo Oficial-Maior José Manuel Severo Aureliano Bastos. Desta cópia certificada existe uma fotocópia recente na Biblioteca Municipal de Redondo e foi a partir desta cópia que trabalhámos.

2.2. O texto escrito

O documento de que dispusemos neste trabalho compõe-se de quatro páginas, as quais vão ser designadas respectivamente por A, B, C e D.

O texto surge compacto, não aparentado parágrafos e com muito pouco uso de pontuação. Há nomes comuns escritos com maiúscula e nomes próprios com minúscula, o que então não tinha qualquer relevância, pois o importante era grafar um texto que pudesse ser lido em voz alta, e quando ainda não existiam normas ortográficas na língua portuguesa.

As palavras que apresentam hesitações na leitura são identificadas com o seguinte sinal [?].

A impossibilidade, de momento, de conferir aqueles elementos topográficos, fez-nos recorrer, por agora, àquela solução provisória.



Foto Isabel Alves Moreira

Armas da época de D. Dinis que sobrepujam o arco da Ravessa

Ainda assim, é, no entanto, interessante de referir a expressa ordem, constante na página D, que o Rei Lavrador deu então para que fosse construído, e o mais rápido possível, o castelo de Redondo, o qual deveria seguir de perto na construção a planta original do vizinho castelo do Alandroal.



3. TEXTO DO FORAL

[A] *En nome de deos Amen. Sabham quantos esta carta virem e leer ouuirem que Eu Dom Deniz pela graça de deos Rey de Portugal e do Algarbe em Sembra com a Reyna dona Jsabel minha mulher e com o Jnffante dom Affonso nosso ffilho primeiro herdeiro faço carta de foro para todo sempre aos Moradores e povradores do Redondo Assi aos presentes como aos que na [sic] de vijr.*

E dou por termo a essa vila de Redondo como sse começa no marco que meterom na portela du parte o termho do Canal uertente agua contra o canal e uertentes aguas contra o Redondo e como se uay dese marco partindo os termhos antre o canal e o Redondo e antre Stremoz e o Redondo e como sse uolue desse Marco da portella de ssuso dicta pela espiga do Monte mais alto [...?] hum marco e huma pedra nadiua e de si como sse vem a dereito entranes ahuma cruz que ssee en huma pedra nadiua que ssee en hum cabeça aguas uertentes contra Euora Monte e uertentes aguas contra o Redondo e dessa cruz dessa pedra a dereito como se uay a

[B] *casa de bertolameu sanaschaauhm hu sse Inveon marco en huma pedra nadiua apar de hum cural pequeno aguas uertentes contra o Redondo e desse marco a dereito como*

vaij Amolhom cuberto a a herdade de Martim Garcia do val do Asno A hum cabeça hu see duas pedras nadiuas e huma cruz fecta en huma dessas pedras e esta hij un marco chantado ehum molhom de pedras E di ndereito como sse vay a molhom cuberto a huma cabeça souerosa Assobrha casa do genrro do gardunho Ahuma pedra nadiua Sancha hu ssee huma cruz en huma pedra in cima E di ndereito a molhom cuberto como sse vay a hum penedo hu poserom huma cruz na herdade de Martim xaro E di ndereito passando a agua do [T...nal] acima do Alocasto da Mamoeira hu fesirom huma cruz na pedra da dita anca descontra o Redondo e di adereito a hum cabeça outorgado du posirom hum marco e fezerom hij um molhom de pedras Apar do marco na herdade de Sanaschaom dominguez filho de ssotro Viegas E di adereito a hum penedo que está na herdade asso az

[C] *couas das donas descontra Euora Monte E poserom hij huma cruz e di a dereito aas cazas das donas hu está hum Azambuieiro nos penedos hi fezerom huma cruzen huma pedra E di Adereito a huma pedra que está apar das tres Azinheirashu fezerom huma cruz en cima da pedra E di a dereito como vay a hum Arriffe de pedras hu esta huma pedra alta hu poserom huma cruz en cima da pedra O qual Arriffe está apar do vale que uem descontra a casa das donas E di como sse uay dereito a hum penedo que está apar da casa de Joham Soarez do ffreixeno hu fezerom huma cruz en cima desse penedo E dessa cruz a dereito como sse uay aa carreira que uay do Redondo para Euora hu passa a carreira deuora A agua do ffreixeno hu poserom huma cruz en huma pedra aalem da agua do ffreixeno contra Euora assoo caminho E como sse uay esa agua do ffreixeno Affundo ata o caminho uelho que uay deuora pêra Terena du poserom um marco E como sse uay esse camynho uelho contra Euora ataa agua de peredeelas Aismo como*

[D] parte pelos outros termhos E elles an affazer assa custax hum castello en essa vila de Redondo tamanho como a cerca da vila do Alandroal e tam alto e tan ancho e com duas portas e en cada huma das portas douscubelos que o comecem logo e que o façam o mayz toste que poderem non alçando del maaons E mando que esses moradores E pobradores do Redondo aiam Sissa e Seelo e que seiam ensentos e Conçelho per ssi E eles deuem

Affazer Assym e Aosseos sucessores tal foro e tal dereito e tal huso e tal costume qual miffaz o Conçelho de Santaren e de dereito e de Costume deuem Affazer daqui Adeante En testemunijo disto dei aos Moradores e pobradores da dita villa do Redondo esta Mha carta seelada do Meu seelo. Dante en Santaren vinte e sete dias dabril El Rey a mandou Martim Martins Affez Era Mil tresentos cincoente e seis Anos El Rey auijo.

Padre António Vieira, amigo e conselheiro de D. João IV

Maria Madalena Cupertino Osório de Barros

*"Para falar ao vento, bastam palavras;
Para falar ao coração, são precisas obras."*
António Vieira, SJ¹

A efeméride do quarto centenário do nascimento do padre jesuíta, missionário, orador e diplomata António Vieira é, neste ano de 2008, motivo de realização de múltiplas actividades (congressos, conferências, artigos), não só em Portugal como também no Brasil e em Itália.



P^{re}. António Vieira

Óleo de autor desconhecido, início do séc. XVIII

A obra literária deste “imperador da língua Portuguesa” (nome com que Fernando Pessoa o intitulou), ascende a cerca de 200 sermões e 700 cartas. Ao ler os seus textos, que são sempre uma inesgotável fonte de ensinamentos, sentimos antes de mais um fantástico poder de sedução.

O P^{re}. António Vieira esteve sempre à frente do seu tempo e o pólo profético foi uma constante na sua actuação política – “É preciso não perder de vista que Vieira se assume permanentemente como quem está em missão. Esta missão, mesmo nos episódios em que parece andar demasiado imiscuída em negócios humanos, subordina-se sempre ao desígnio supremo de quem sabe, como Vieira, que a sua vocação é servir a realização do Reino de Deus.”²

Apesar da frágil saúde, ao longo da sua vida (1608-1697), atravessou sete vezes o Atlântico e percorreu milhares de quilómetros a pé.

Para mais conhecermos e melhor percebermos os vários aspectos do seu carácter e a têmpera deste Jesuíta (membro da Companhia de Jesus³), que viveu no século XVII, vamos detalhar um pouco mais acerca da sua actividade, vida e obra.

¹ A sigla SJ significa no original latino *Societas Iesu* - em português, *Companhia de Jesus*.

² Artigo do Prof. Catedrático Luís Machado de Abreu (Universidade de Aveiro), publicado em 22.1.2008 no site <http://www.agencia.ecclesia.pt>.

³ Ver <http://www.ppcj.pt> – Site da Companhia de Jesus.

António Vieira nasceu na freguesia da Sé, em Lisboa, em 6 de Fevereiro de 1608. Aos 6 anos partiu com a família para o Brasil, para a cidade de São Salvador da Baía, onde o seu pai era Escrivão da Relação. Sentiu o apelo da vocação religiosa e, ainda que sem o acordo do pai, entrou no Colégio da Companhia de Jesus, naquela cidade, em 5 de Maio de 1623. Foi ordenado sacerdote em 1634.

Mais do que para a reflexão, o Pe. António Vieira sente-se tocado pelo desejo de acção: quer ser pregador, missionário, apóstolo, converter os incrédulos, combater o erro.

Consta que não terá sido um bom aluno no começo, mas depois tornou-se brilhante. Foi um homem de invulgar inteligência, que concebeu o mundo à medida dos seus sonhos. *“O Quinto Império, a realizar por D. João IV, foi o sonho enlouquecido e o mito fundamental da sua vida, e pelo qual ainda se interessava em carta escrita um mês antes de morrer”*⁴. Segundo a teoria do Quinto Império, Portugal estaria predestinado a ser a cabeça de um grande império do futuro. – *“Chamou-lhe Vieira Quinto Império, por oposição aos impérios anteriores (assírio, persa, grego e romano), em que ainda não emergira, de forma visível, na nossa História, a Novidade da Encarnação do Verbo. Coincide, portanto, com a «plenitude dos tempos».*”⁵ O Quinto Império simbolizava assim a humanização do mundo.

Em 1640, no Brasil, prega o sermão «Contra as armas de Holanda». No ano seguinte, em 27 de Fevereiro de 1641, o Vice-Rei do Brasil, D. Jorge de Mascarenhas, envia a Lisboa o Pe. António Vieira, como membro da Embaixada de Fidelidade do Brasil à Res-

tauração de Portugal. Acompanhando o filho do Vice-Rei, D. Fernando, o Pe. António Vieira presta assim também homenagem ao novo monarca de Portugal restaurado, D. João IV.

O Pe. António Vieira profere em Lisboa alguns dos seus famosos sermões, que lhe granjeiam a mesma fama que alcançara no Brasil. O Rei D. João IV nomeia-o pregador régio. A partir dessa data, torna-se amigo e conselheiro do Rei, que em 1646 chega a enviá-lo secretamente a França e à Holanda.



D. João IV
Óleo de autor desconhecido,
Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo

⁴ VERBO – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol. 18, Editorial Verbo, Lisboa, 1976.

⁵ LOPES, SJ, António. *Brotéria – Cultura e informação*, Vol. 145, Out./Nov. 1997 – Padre António Vieira no 3.º centenário da sua morte – Artigo: “Como agir na fronteira do imponderável – Estudo sobre a questão da escravatura dos índios e negros, na vida do Padre Vieira”.

Apercebendo-se da sensibilidade do Jesuíta para os negócios do Estado, D. João IV tornou-o também seu conselheiro particular, tendo desempenhado funções de diplomata.

Em 1648, Vieira defende a criação da Província do Alentejo, que era da vontade do Rei e de muitos padres. Por causa desta tomada de posição e da oposição que a Inquisição fazia à Companhia de Jesus, devido às posições tomadas pelo Pe. António Vieira, o Pe. Geral Vicente Caraffa ordenou que o Pe. Vieira procurasse outra Ordem Religiosa. Este recusou-se a sair e essa tomada de posição mereceu todo o apoio do Rei D. João IV. Entre os grandes serviços prestados por este Rei à Companhia de Jesus em Portugal, este parece ter sido um dos maiores.

Na catedral de S. Luís do Maranhão, no Brasil, em 13 de Junho de 1654, numa alusão ao estado das coisas na colónia brasileira, pregou um dos seus mais curtos sermões, cheio de denúncias, o de Santo António aos peixes, do qual transcrevemos um breve trecho:

“(…) A primeira coisa que me desedifica, peixes, de vós, é que vos comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário, era menos mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande. (...) Olhai, peixes, lá do mar para a terra. Não, não: não é isso o que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá: para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os Tapuias se comem uns aos outros? Muito maior

açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos. Vedes vós todo aquele bulir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas; vedes aquele subir e descer as calçadas, vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão-de comer e como se hão-de comer (...)”

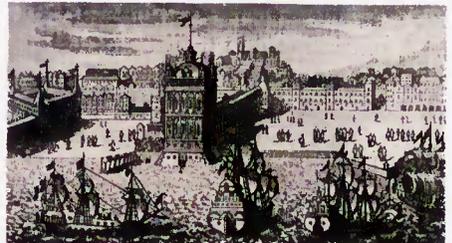
Ainda nesse ano de 1654, o Pe. António Vieira viaja até Lisboa para obter do Rei D. João IV novas normas sobre o estatuto dos índios nas missões do Maranhão.

Após alguns sermões em que, como sempre revela, a par da enorme cultura, o sentido de justiça, D. João IV entrega-lhe o decreto em que os Jesuítas passam a ter inteira jurisdição sobre os índios. Daí em diante, as autoridades locais jamais poderão servir-se dos indígenas como escravos, nomeadamente nas plantações da cana do açúcar. Era o que o Pe. António Vieira pretendia.

Foi também ele que pregou em 1658 o Elogio Fúnebre de D. João IV.

Em 1665 chega a ser preso pela Inquisição em Coimbra.

A sua fama de orador culminaria com “a decisão da Rainha Cristina da Suécia de o nomear seu pregador oficial, em Dezembro de 1673. Contemporizando embora com as exigências da soberana e cumprindo com a



O Paço da Ribeira e o Terreiro do Paço, Lisboa
Gravura incluída na *Vida do Apostólico Padre António Vieira...*,
escrita pelo Pe. André de Barros, em 1746,
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

possível pontualidade o encargo de fazer todas as pregações que lhe pedisse, Vieira recusaria no entanto a desvanecedora nomeação. Não agia por modéstia ou por cálculo. Apenas receava perder o direito à confiança do Regente português, seu príncipe natural, por aceitar favor tão importante de príncipe estrangeiro”⁶

No ano de 1688 é nomeado Visitador Geral dos Jesuítas no Brasil, cargo a que resigna em 1691.

Para António Vieira, os conceitos são, antes de mais, palavras que ensinam, transformam e querem operar a conversão. Como muito bem sintetiza o Prof. Luís Machado de Abreu, “nas muitas artes que o Pe. António Vieira praticou, deparamos sempre com a

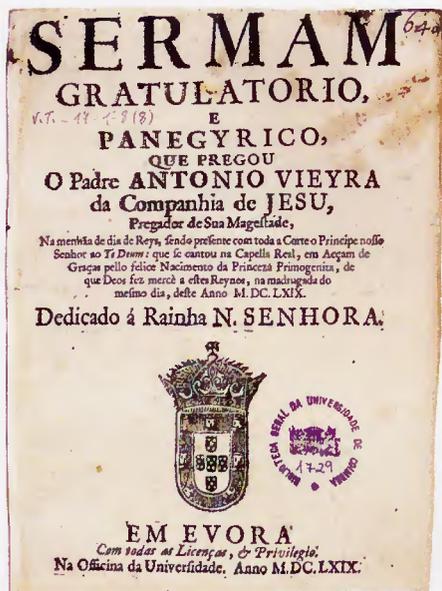
presença de um modus operandi que consiste em interpretar para persuadir. Ocupe-se ele de pregação, de profetismo, de história, de apologética, e veremos, em todos esses casos, que os textos, acontecimentos, coisas e pessoas aí abordados encerram mais valor e sentido do que o imediato valor e sentido que parece decorrer da respectiva realidade empírica.”⁷

Destemido defensor dos desprotegidos, ao longo da sua vida, entrou em conflito com a Inquisição que, por várias vezes, lhe moveu processos. Mas a principal proposta que faz e que lhe vai valer ódios, é a de se abolirem as distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos e de atrair a Portugal os capitais dos descendentes dos judeus expulsos do país por D. Manuel I. Para tal, seria necessário reformar a Inquisição.

Neste sentido, o Pe. António Vieira é a “presa” ideal para a Inquisição:

- Pelo seu espírito independente;
- Pela denúncia contra o tratamento desumano dos escravos negros nos engenhos de açúcar no Brasil;
- Pela denúncia contra a exploração e escravização dos índios (ameríndios) do Brasil;
- Pela sua defesa intransigente dos judeus e cristãos-novos;
- Pelo seu contacto com as potências protestantes da época;
- Pela sua religiosa e imprudente defesa do papel messiânico de Portugal.

É verdade que, em nome da religião, se têm cometido atrocidades. Há no entanto, uma dimensão espiritual que, para quem acredita, é eterna e tem movido muitas pessoas ao longo



Frontispício do sermão que Vieira pregou no Dia de Reis de 1669, em cerimónia de acção de graças pelo “feliz nascimento da Princesa Primogénita”, D. Isabel Luísa Josefa, BGUC

⁶ CASTRO, Aníbal Pinto de. *António Vieira – Uma síntese do barroco luso-brasileiro*, CTT Correios, 1997.

⁷ Artigo do Prof. Catedrático Luís Machado de Abreu (Universidade de Aveiro), publicado em 22.1.2008 no site <http://www.agencia.ecclesia.pt>.

dos tempos. O P^e. António Vieira foi uma dessas pessoas, que no seu tempo “gritou” com os meios que tinha à disposição.

Faleceu no Brasil, na cidade de São Salvador da Baía, em 18 de Junho de 1697, com 89 anos de idade. Tudo na sua longa vida tem a marca própria dos homens excepcionais. Foi um líder e um estratega no seu tempo – “os grandes génios pagam quase sempre, no seu tempo, a largueza da sua visão à miopia dos preconceitos institucionalizados que impedem que se ensaiem mudanças mentais e políticas.”⁸

Comemoramos assim, em 2008, o quarto centenário do nascimento de uma figura que marcou a história, porque pelo seu espírito de independência, apesar de ter chegado a ser preso pela Inquisição, não deixou de ser um homem livre no seu tempo.

Não obstante as dificuldades que lhe foram surgindo, Vieira foi um daqueles homens que, para defender a liberdade, não temeu defender as suas convicções e ideais. E essa frontalidade teve consequências evidentes na sua vida, tendo sido, inclusive, como já foi dito, perseguido pela Inquisição. Mas, “apesar de enormes oposições e fracassos nunca desistiu; foi sempre enérgico, empenhado, inventivo, combativo, polémico e brilhante. Persistente até ao fim.”⁹

Como afirma o Professor Fernando Taveira da Fonseca, nada do que é humano parece ter escapado ao P^e. António Vieira: convictamente religioso, é indubitavelmente um «homem do mundo»; atento ao seu tempo e vivendo-o intensamente, ultrapassa-o em muitos aspectos; por vocação dedicado ao cuidado e salvação das almas, não desdenha pensar que a salvação dos reinos

(do Reino de Portugal, em concreto) – através da actividade económica ou da acção bélica – faz parte dos planos de Deus.

Homem polémico, mas de acção intensa e lutador sem desânimo, António Vieira foi alguém que resolutamente aceitou as circunstâncias do seu tempo e sobre elas interveio. Quatro séculos volvidos sobre o seu nascimento, continuamos a encontrar os mesmos desafios, talvez com outros “rostos”¹⁰, mas aos quais somos convidados a dar também respostas criativas.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luís Machado de Abreu (Prof. Catedrático da Universidade de Aveiro). Artigo publicado em 22.1.2008 no site www.agencia.ecclesia.pt.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *António Vieira – Uma síntese do barroco luso-brasileiro*, CTT Correios, 1997.

FONSECA, Fernando Taveira da. Artigo “A man for all seasons: A acção de António Vieira na conjuntura da Restauração” – revista *Brotéria – Cultura e informação*, Vol. 145, Out./Nov. 1997 – Padre António Vieira no 3.º centenário da sua morte.

LAVAJO, Joaquim Chorão. *O papel da Universidade de Évora e da Companhia de Jesus na Restauração de Portugal*, Secretariado Editorial da Universidade de Évora, 2002.

LOPES, SJ, António. Artigo “Como agir na fronteira do imponderável” – revista *Brotéria – Cultura e informação*, Vol. 145, Out./Nov. 1997 – Padre António Vieira no 3.º centenário da sua morte.

⁸ “1608-1697 – Padre António Vieira – O Imperador da língua portuguesa”, Coordenação de José Eduardo Franco, *Correio da Manhã*, Lisboa, 2008.

⁹ Site comemorativo dos 400 anos do nascimento do P^e. António Vieira www.centenarioantoniovieira.com.

¹⁰ Como na época do P^e. António Vieira, o desafio do multiculturalismo, da defesa da diversidade, da tolerância, do diálogo entre crentes e não crentes, bem como a promoção da dignidade humana são desafios em agenda.

MADELIN, SJ, Henri. *Quando a caridade se faz política*, Editorial A.O., Braga, Fevereiro.1993.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira Patrício (Prof. Catedrático jubilado da Universidade de Évora). Artigo "Padre António Vieira – E vós, quem dizeis que eu sou?", 1.º de Novembro – Dia da Universidade – Universidade de Évora, 1997.

PINTO, SJ, António Vaz. Artigo publicado em 22.1.2008 no *site* www.agencia.ecclesia.pt, Comissão Ano Vieirino.

Biografia do Pe. António Vieira, www.vidas-lusofonas.pt/padre_antonio_vieira.htm.

Comemorações dos 400 anos do nascimento de Vieira (portal da Universidade de Aveiro), www.ua.pt/vieira2008.

Fé & Justiça XVI – *Padre António Vieira, Os mesmos desafios Quatro*.

"1608-1697 – Padre António Vieira – O Imperador da língua portuguesa", *Correio da Manhã*, coordenação de José Eduardo Franco, Lisboa, 2008.

séculos depois – Encontro organizado pelo CUPAV (Centro Universitário Padre António Vieira), Lisboa, 09.02.2008.

Site comemorativo dos 400 anos do nascimento do Pe. António Vieira www.centenarioantoniovieira.com.

VERBO – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol. 18, Editorial Verbo, Lisboa, 1976.

La Misericordia oliventina: recorrido histórico

*Diego Peral Pacheco,
José Luis Sánchez Álvarez
y José Mariano Fernández López (Espanha)*

1. RESUMEN

La Santa Casa de la Misericordia es una institución que cuenta actualmente con 506 años. Nace con un propósito bien definido: acoger a los más necesitados y, desde entonces, así viene haciéndose. Si en un principio los beneficiados eran los pobres, huérfanos, presos, expósitos, inválidos y ancianos, ahora queda reducido prácticamente a los dos últimos. Sin embargo, la vocación de servir al más débil permanece inalterable desde su origen, así como también la composición del equipo dirigente, formado por un proveedor o presidente, un escribano o secretario, un tesorero y diez hermanos más de la Cofradía de la Misericordia.

A finales del siglo XIX (1886) las Hijas de la Caridad son requeridas por su formación y carisma para cuidar de las personas acogidas en el Establecimiento. Su estancia se prolonga durante 114 años en los cuales realizan una labor silenciosa pero intensa y extraordinariamente provechosa.

2. ABSTRACT

The Santa Casa de Misericordia is an institution which has 506 years. It appears to a well-defined purpose; host to the most needy people, and since then it has done in this way. If at first poor, orphans, prisoners, foundlings, invalids and the elderly people

were the beneficiaries, now almost reduced to the last two. However, the vocation to serve the weaker remains unchanged since its origin, as well as the composition of the team leader, formed by a supplier or president, a clerk or secretary, a treasurer and ten brothers more that belong to the Confraternity of Misericordia.

In the late nineteenth century (1886) the Daughters of Charity are required by their training and charisma to take care of people those being received in the Establishment. Their stay lasts for 114 years in which work done extraordinarily quiet but intense and fruitful.

3. PALABRAS CLAVE

La Misericordia, enfermedad, epidemia, Junta de Sanidad, médicos, practicantes, Hijas de la Caridad, historia de la medicina, historia de la enfermería.

4. INTRODUCCIÓN

De la Santa Casa de Misericordia es obligado destacar la misión desempeñada durante más de medio milenio; actividades que tan bien ha recogido el doctor Vallecillo Teodoro en un estudio publicado en 1993, bajo el título de *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza*. Nuestra aportación es un complemento de aquellas pesquisas.

4.1. Orígenes de las Misericordias

A finales del siglo XV, Portugal gozaba de un enorme prestigio exterior, mientras, en su interior abundaba la miseria: hambre, mendicidad e inquietud social.

Las clases marginales carecían de recursos para sobrevivir. En su ayuda surge, durante la Baja Edad Media, los xenodoquios o albergarías, especie de posadas para peregrinos, situadas extramuros de la ciudad, que funcionan como hospitales primitivos, para asistir a los enfermos de la comunidad cristiana. Pero poco a poco empiezan a acoger a gente necesitada y sin hogar (huérfanos, ancianos, inválidas, pobres...).

En 1492 se inicia la construcción del Hospital de *Todos os Santos*, en Lisboa, que puede ser considerado como uno de los pilares para la aparición de las Misericordias portuguesas, inspiradas éstas, al parecer, en sus homónimas florentinas. Por esta época Portugal mantenía con algunas repúblicas italianas relaciones muy estrechas; por tanto, es lógico pensar que en Portugal se conociera el Hospital de Florencia y la singular Misericordia de dicha ciudad que tan importante papel desempeñó durante la peste del siglo XV¹.

Fundadas las primeras Misericordias, y comprobada por la realeza la utilidad de éstas, el rey Don Manuel decidió "... mandar cartas recomendativas a todas las cámaras de sus reinos y dominios a fin de que erigiesen semejantes hermandades de Nuestra Señora de la Misericordia a imitación de la de Lisboa"². Una de estas cartas llegó a la cámara de Olivenza, y el 20 de noviembre de 1501, "... reunidos los justicias y oficiales de

la villa de Olivenza con los nobles y el pueblo, se instituyó la cofradía de la Misericordia que contó con el visto bueno del rey, quien mandó como comisionado suyo a Don Álvaro de Guida"³.

Fue Doña Leonor, hija de Juana I de Castilla y Felipe el Hermoso, hermana mayor de Carlos I, nieta de los Reyes Católicos y esposa de Don Manuel I, el Grande, de Portugal, la que tomando como suya la idea de su confesor, Frei Miguel Contreiras, de fundar estas obras benéficas, influyó en su marido, el rey, para que llevara a cabo esta empresa.

Desde su fundación, el veinte de noviembre de mil quinientos uno, la cofradía de la Misericordia de Olivenza, dirigida por una Junta de 13 hermanos, como se recoge en el privilegio de 7 de mayo de 1511, fue acaparando numerosas donaciones que servían para llevar a cabo sus objetivos primordiales: "O curativo de todos os doentes que desejem recolher-se na mesma a fim de serem curados sendo pobres e necessitados. Cuidar de todos os meninos expostos, filhos de pais incógnitos e cuidar daqueles que são filhos de legitimo matrimonio quando morrem o enfermam as suas mães, sendo os seus pais pobres; dedica-se ainda ao cuidado dos presos"⁴.

La fórmula con la que se inicia cada sesión desde la fundación de las Misericordias Oliventinas es la siguiente: "Reunidos los señores que componen la Junta Directiva de este Establecimiento, bajo la presidencia del señor Proveedor, con objeto de celebrar la sesión ordinaria que previene nuestro Reglamento, descorridas las cortinas del Señor Crucificado que se venera en el

¹ VALLECILLO TEODORO, M. A. *Arte Religioso en Olivenza*, Badajoz, 1991, p. 90.

² Archivo Santa Casa de Misericordia de Olivenza (ASCMO), Leg. 317 s/c.

³ VALLECILLO TEODORO, M. A. Op. Cit, p. 91.

⁴ ASCMO, Leg. 317 s/c.

Consistorio y encendidas las velas del altar por el señor Proveedor, se declara abierta la sesión”⁵.

A la muerte de Fernando Afonso (primeros de septiembre de mil quinientos once) sus bienes son donados a la Misericordia y es a partir de entonces cuando comienza el engrandecimiento de ésta. Fernando Afonso fue el primero en marcar las directrices que la hermandad había de seguir, anunciando cómo debían invertirse los bienes donados: “*dar de comer a los pobres y huérfanos y viudas y administrar a los dolientes y enfermos las cosas de su necesidad*”⁶.

Para llevar a cabo los objetivos básicos, la hermandad, desde sus inicios, tenía en mente la construcción de un hospital junto a la ermita del Espíritu Santo. Sobre la necesidad de su construcción, Afonso Vaz, juez de Olivenza, envía una carta al rey informándole detalladamente de cómo debe hacerse la obra y de cuánto y cómo se debe invertir⁷. El rey responde concediéndole la suma de ochenta mil reales. No obstante, se sabe bien poco de las obras realizadas, siendo a partir de mil quinientos cincuenta y tres cuando se realiza la principal fase constructiva del Hospital de Misericordia sufragada con subvenciones solicitadas a la realeza.

4.2. Reglamentos

El primer reglamento que se conoce data del 30 de abril de 1567, siendo una copia del correspondiente a la Misericordia de Lisboa⁸, permaneciendo vigente hasta el 7 de abril de

1745. En el siglo XIX, cuando Olivenza pasa a formar parte del reino de España, se producen varias modificaciones del reglamento, impulsados por los profundos cambios sociales y políticos, con el fin de adaptarse a la realidad del momento. Dichas modificaciones suceden en:

- 1803: en dicho reglamento se hablaba de aspectos tales como las cualidades de los hermanos, sus obligaciones, causas de despido, sobre las elecciones, proveedor, escribano, tesorero, mayordomo de presos y funciones de la Junta Directiva, entre otras cosas⁹.

- 23 de febrero de 1843: se requería un nuevo reglamento adaptado a las necesidades presentes. La Junta Directiva de la Misericordia de Olivenza deseaba alejarse de la línea marcada por la Santa Casa de Lisboa y ceñirse más a las necesidades de una población concreta, que había pasado a depender de España. Este reglamento que Vallecillo Teodoro recoge en el apéndice documental de su libro *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501-1970)*, extraído de ASCMO Leg195 Carp. 3872, cuenta con XXII capítulos, entre los que destacan los relacionados con la economía.

- 14 de junio de 1885: se aprueba otro reglamento¹⁰, presentando un total de veintidós capítulos que pueden dividirse en las siguientes secciones: prólogo, dirección y administración, elecciones, cuentas, personal y miscelánea, donde se recoge varios capítulos (XIX, XX y XXI) relacionado con el culto, reos que van a ser ajusticiados y racionado para los enfermos; de ellos, destaca por

⁵ ASCMO, Leg.149, Carp. 3849, Fol. 1.

⁶ ASCMO, Leg. 5, Carp. 49, Fol. 9.

⁷ VALLECILLO TEODORO, M. A. Op. Cit, p. 158.

⁸ ASCMO, Leg. 4, Carp. 38, Ficha 15, Fol. 46.

⁹ ASCMO Leg. 179 Carp. 3473.

¹⁰ ASCMO Leg. 195, Carp. 3875.

su originalidad el segundo, en el aparece el siguiente texto: *En cuanto a los presos que van a ser ajusticiados, la cofradía tenía la obligación de estar presente en los últimos momentos de su vida, acompañándolos en la cárcel, llevándoles alimentos, recaudando limosna para sufragar los gastos que ocasionaban y, por fin, guiándolos hasta el patíbulo de donde serían retirados posteriormente sus restos para ser enterrados*¹¹.

• Durante el siglo XX el reglamento sufre tres nuevas y leves modificaciones; en 1902, 1908 y 1986, siguiendo cada uno de ellos el esquema del de 1885.

4.3. Privilegios

En total fueron cuarenta los privilegios reales concedidos a la Santa Casa de Misericordia de Olivenza. Se pretendía, por parte de la nobleza, consolidar estas instituciones benéficas que realizaban una encomiable labor en el cuidado y atención a grupos marginales de la sociedad portuguesa, tales como pobres, expósitos y presos. Sin embargo, fue en el periodo comprendido entre 1580 y 1668, en que Portugal y España estaban bajo la misma monarquía, cuando se dotó de mayor número de privilegios a la Santa Casa de Misericordia de Olivenza, permitiéndole gozar, el 17 de febrero de 1606, "...de los mismos privilegios que los de la Misericordia de Lisboa"¹².

La Misericordia tiene capacidad para visitar a los presos pobres, nombrar un enfermero entre los mismos presos que se dedica a la cura de sus compañeros enfermos y,

también, el derecho de embarcarlos en primer lugar en caso de destierro, con objeto de reducir gastos.

Las primeras noticias que se tienen sobre el personal del Establecimiento datan del 16 de junio de 1567¹³, comprobándose la existencia de tres capellanes, un cantor, un "hospitaleiro" o enfermero, dos enterradores, un carrero y un caminero. La finalidad de este último era llevar a Lisboa todos aquellos documentos que le mandase la Misericordia oliventina, percibiendo por ello 1.600 reales anuales.

Los compromisos de la Santa Casa aumentan con el tiempo, creciendo el número de enfermos, expósitos, pobres y otros individuos que tenían a su cuidado, viéndose obligada a incrementar, a su vez, la plantilla del Hospital. Ya, el 3 de julio de 1694 estaba formada por dos capellanes, un médico, un cirujano, un licenciado, un requerente o recaudador, una enfermera, un enfermero, un sangrador y un enterrador.

Por entonces, enfermería no existía como profesión (su titulación se instituye el dos de mayo de mil novecientos quince), siendo, por tanto, un oficio poco valorado, en el que no se exigía ningún tipo de formación. Los cuidados que se administraban eran prácticamente dar de comer a los enfermos, limpiarlos, proporcionarles calor, favorecer el descanso y, si se producía el exitus, ayudar en su enterramiento.

El incremento de pacientes y la atención, no sólo a los que se recogían en el hospital, sino también a los que convalecían en sus casas, conocidos estos últimos como "doentes de fora" obligó a contratar a un médico, recibiendo veinticuatro mil reales anuales por su trabajo, y a un cirujano que cobraba la mitad.

¹¹ VALLECILLO TEODORO, M. A. *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501-1970)*, Olivenza, 1993, p. 18.

¹² VALLECILLO TEODORO, M. A. y ALBURQUERQUE ÁLVAREZ, E. *Privilegios de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza*, Badajoz, 1991, p. 93.

¹³ ASCMO Leg. 4, Carp. 38, Fol. 24.

Al dividirse el hospital en dos salas, una para mujeres y otra para hombres, se observó la necesidad de contratar los servicios de una enfermera y un enfermero que se encargasen, según el sexo, de la atención de su correspondiente sala. A la enfermera, que aparte de atender a las enfermas tenía la responsabilidad de lavar la ropa, se le pagaba doce mil reales anuales y treinta “alqueires de trigo” (antigua medida portuguesa de capacidad, equivalente a trece litros) por el primer trabajo y catorce mil por el segundo. El enfermero cobraba sólo por el primer trabajo¹⁴ (12.000 reales).

A partir del siglo XVIII la labor de la enfermera se centrará exclusivamente en el cuidado de los enfermos, recayendo el lavado de ropa y limpieza del hospital en las amas de ropa.

No debe olvidarse la labor prestada a la Misericordia, y a la sociedad oliventina en general, por las amas de expósitos, quienes contratadas por la Santa Casa para la manutención de todos aquellos recién nacidos que habían sido abandonados, habían muerto sus madres o bien sus padres no tenían recursos económicos para hacerse cargo de la subsistencia de éstos. Los gastos de la Santa Casa para con este grupo fue siempre en aumento, siendo un dinero irrecuperable y una labor poco agradecida por el gobierno.

La entrada del gobierno liberal en mil ochocientos veinte pretende impedir la acumulación de tierras por parte de los grupos privilegiados (nobleza, iglesia, beneficencia...). En 1823, restablecido el Absolutismo se abandona esa idea liberal. Posteriormente, las leyes del 30 de agosto de 1836

y la de 1841 declaraban como bienes nacionales “... todas las propiedades del clero con algunas excepciones, entre las cuales se encuentran los bienes, rentas y derechos y acciones que se hallan especialmente dedicados a objetos de hospitalidad, beneficencia e instrucción pública”¹⁵. Pero avanzando el siglo, la tendencia desamortizadora vuelve a tomar auge y las leyes de los años de 1855 y 1856 declaran en estado de venta “... todos los predios rústicos, urbanos, censos y foros pertenecientes al clero, cofradías, obras pías, beneficencia, instrucción pública y cualquier otra correspondiente a manos muertas”¹⁶. Ante estas leyes, la Junta Directiva del Hospital y Santa Casa de Misericordia de Olivenza decide, el 25 de febrero de 1855, enviar una carta a las Cortes “... para que se exceptuasen los bienes de esta Santa Casa del Decreto de Desamortización por considerarse como de aprovechamiento común, puesto que sólo el común de Olivenza tiene derecho a ello”¹⁷.

Una comisión de las Cortes formuló la siguiente ley: “... el Estado sólo vende en provecho propio aquellos bienes de que es hoy dueño en virtud de disposiciones anteriores sancionadas. Nada más justo que variar la forma de la propiedad de las *manos muertas*, en beneficio común, mientras se conserven a los actuales poseedores el capital y la renta, para invertirlo como mejor cuadre a la índole de cada instituto. El Clero, los propios, la beneficencia y la instrucción pública, no pierden, pues, sus propiedades, lo que se cambia es la forma de ésta convirtiéndola en inscripciones intransferibles”¹⁸.

¹⁴ VALLECILLO TEODORO, M. A. *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501-1970)*, Olivenza, 1993, p. 24.

¹⁵ ASCMO Leg. 221, Carp. 4451.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ ASCMO Leg. 153, Carp. 2807, Fol. 19v.

¹⁸ ASCMO Leg. 221, Carp. 4451.

Era necesario transformar la propiedad de la tierra para conseguir mayores beneficios económicos y aumentar la productividad del campo, el Estado estaba convencido de ello. Sin embargo, el pueblo llano no contaba con medios y sucedió que estos bienes desamortizados pasaron a un reducido grupo de personas, los pudientes, quienes acumularon una gran parte de los mismos.

La Santa Casa intenta evitar el efecto de las leyes desamortizadoras y dirige una súplica al embajador portugués en Madrid para impedirlo "... Y que este señor haga se observe el artículo quinto de la capitulación para que de la ley desamortizadora se quite esta Santa Casa por ser un Establecimiento muy diferente a los demás de España"¹⁹.

A pesar de todos los esfuerzos realizados, la mayor parte de los bienes de la Misericordia serían desamortizados. Este proceso desamortizador se dividió en tres etapas: La primera abarcaría desde 1856 hasta noviembre de 1859, donde le fueron desamortizada a la Santa Casa un total de veintidós propiedades, entre bienes rústicos y urbanos; la segunda se extendería desde noviembre de 1859 a julio de 1876, siendo desamortizadas un total de ciento treinta fincas rurales y urbanas indistintamente; la tercera y última etapa ocuparía desde agosto de 1876 hasta febrero de 1916, con un total de treinta y una fincas desamortizadas, predominando la rústica sobre la urbana²⁰.

Las pérdidas económicas sufridas por el Establecimiento tras la desamortización de Madoz, iniciada en 1855, condicionó su posterior funcionamiento, viéndose obligada a despedir el personal "sobrante" con objeto de reducir gastos. Desaparecen así figuras

como el boticario (surtiéndose la Santa Casa de las farmacias de la localidad), sepulturero y amas de expósitos. Asimismo, las figuras del médico y cirujano, practicante y enfermero dejaron de tener cabida en la Santa Casa, extinguiéndose a medida que avanzaba el siglo XX²¹.

La figura del practicante surge en 1857. Éste recibía una formación teórica, en su inicio, de un año, donde se impartía anatomía, vendajes y cirugía menor; después tenía que hacer dos años de prácticas hospitalarias y sufrir un examen teórico-práctico para poder ejercer. El practicante sustituye al cirujano menor y al barbero sangrador. El 21 de noviembre de 1861 se publica el reglamento para las enseñanzas de practicantes y matronas.

5. OBLIGACIONES DE LA SANTA CASA

5.1. Curar a los enfermos civiles y militares

Uno de los objetivos primordiales del Hospital de Caridad de Olivenza era curar a todos los enfermos y enfermas pobres. Debido al elevado número de enfermos que pasaron por la Santa Casa es lógico pensar en las múltiples variedades de enfermedades que intentaron ser corregidas en este centro. La dificultad para curar enfermos crónicos o contagiosos "puesto que ocasionaban grandes gastos"²² obligó a la Junta Directiva, el 31 de octubre de 1780, a tomar como medida negarse a recoger a este tipo de individuos; pero a pesar de estas imposiciones la humanidad y el carisma en la atención a enfermos

¹⁹ ASCMO Leg. 153, Carp. 2807, Fol. 23v.

²⁰ VALLECILLO TEODORO, M. A. *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501-1970)*, Olivenza, 1993, p. 67.

²¹ VALLECILLO TEODORO, M. A. Op. Cit., p. 25.

²² ASCMO Leg. 64, Carp. 585, Fol. 5.

de cualquier tipo lleva al Establecimiento a romper con las normativas anteriores.

Desde su fundación fueron muchos los enfermos que ingresaron aquejados de diferentes dolencias, pero sería el siglo XIX el que se llevaría la palma en cuanto a mayor número de ingresos y más variadas enfermedades. Los enfermos civiles procedían de Olivenza y de los pueblos vecinos; los enfermos militares, en su mayoría, pertenecían a los regimientos de Olivenza.

Los primeros datos sobre el número de enfermos en el siglo XIX pertenecen al año 1824. Así, desde mayo de dicho año hasta diciembre del año siguiente pasan un total de 948 pacientes, aumentando su número a medida que avanza el siglo.

Entre las enfermedades más corrientes atendidas en el Hospital de Caridad durante el siglo XIX deben mencionarse: la tiña²³, la tuberculosis²⁴ y, sobre todo, las enfermedades venéreas de las que eran portadores innumerables soldados, contagiados a su vez por "las mujeres mundanas que vivían en la villa"²⁵. El elevado número de enfermos de este tipo obliga al Ayuntamiento a dictar una serie de normativas, a cumplir con urgencia, entre las que destaca conceder a la Santa Casa permiso "... para reconocer a las mujeres mundanas de la población semanalmente ante el elevado número de enfermedades venéreas que sufren"²⁶. Pero donde el Hospital jugó un papel fundamental fue ante las graves epidemias como el cólera, la sarna y las fiebres palúdicas.

Para atender a tantos enfermos el hospital disponía de cuarenta camas repartidas entre una sala para hombres y otra para mujeres. Las estancias causadas por los enfermos, tanto militares como civiles, eran cobradas, en principio, a seis reales; sin embargo, la caótica situación económica del país, en la década de los cuarenta, obligó a reducirlas a cinco reales²⁷. Las estancias de los militares eran cobradas en Badajoz por un procurador nombrado por la Junta Directiva de la Misericordia para tal fin. Por su parte, las estancias civiles se cobraban personalmente al individuo que solicitase la atención médica del Establecimiento.

Junto a los pacientes recogidos en la Casa de Misericordia, existía otro grupo que era socorrido en su propia casa elevando su número a algo más de trescientas personas.

Al ser el único hospital de la Villa dedicado al cuidado de enfermos, el propio Ayuntamiento se encarga de precisarle algunos suministros sanitarios imprescindibles para atender las necesidades de la población. Así, por ejemplo, desde el año 1841 comienza a recibir el Establecimiento remesas de vacunas contra la viruela²⁸.

Ya en el 1831 se envían numerosas hojas de instrucciones a la Santa Casa con objeto de preservar a la población de "la epidemia de cólera morbo"²⁹. A pesar de las medidas, la Villa fue afectada por tal epidemia durante el año de 1833, obligando al proveedor, el 3 de septiembre del citado año, a dirigirse al presidente de la Junta de Sanidad de Olivenza para que retire la orden que ha dado sobre

²³ ASCMO Leg. 97, Carp. 1137, Fol. 52v.

²⁴ ASCMO Leg. 201, Carp. 4029.

²⁵ ASCMO Leg. 183, Carp. 3576, Fol. 13v.

²⁶ Ibidem.

²⁷ ASCMO Leg. 130, Carp. 2062.

²⁸ ASCMO Leg. 130, Carp. 2061.

²⁹ ASCMO Leg. 113, Carp. 201, Carp. 4029.

recoger presos coléricos en el Establecimiento, pues afectaría al resto de los enfermos aquí recogidos. Dicho proveedor propone a la Junta de Sanidad utilizar para tal fin el convento de San Juan de Dios³⁰. Al tiempo que se destinaba dicho convento para los coléricos de Olivenza, Valverde de Leganés y otros puntos de la comarca³¹, se acordó emplear el castillo de la villa para hospital donde se atenderían todos los afectados por una epidemia de sarna³², que brotó a la par que la de cólera.

La labor humanitaria y desinteresada del hospital de Misericordia en erradicar ambas epidemias llamó la atención de un hombre de la talla de Tomás Romero de Castilla, quien, en compensación por los desvelos y atenciones de la Santa Casa para con el pueblo de Olivenza, decide sufragar los gastos ocasionados por dichas enfermedades³³.

Se barajan dos hipótesis para explicar la llegada del cólera a Badajoz; la infección procedería del sur (Andalucía), o bien habría penetrado por el oeste, gracias al contacto que se mantenía con Portugal: Sin embargo, Rodríguez Flores, P. despeja esta duda al comprobar que el cólera se presentó en primer lugar en Olivenza, proviniendo el contagio de la ciudad de Elvas. Según esta autora, la epidemia pasó de Olivenza a Badajoz, para después extenderse a distintos pueblos de la Provincia³⁴.

En 1834, la provincia de Badajoz sufre una nueva epidemia de cólera. La zona afectada,

esta vez, no alcanza a Olivenza. Las primeras noticias de su aparición se centran en Maguilla, primer pueblo que la padece. Al día 14 de julio también resultan afectados Quintana y Salvaleón. La enfermedad sigue extendiéndose y llega a Berlanga, Villafranca de los Barros y Zafra, dejando en esta población a sus habitantes en la miseria y un alto coste en vidas humanas³⁵.

Entre 1854 y 1855, la población oliventina sufre, nuevamente en sus carnes, otra epidemia de cólera, quizá la más dura por el elevado número de muertos que ocasiona, como lo demuestran los archivos parroquiales. En 6 de septiembre de 1854 se establece que el hospital militar de coléricos quede bajo la dirección del médico civil de la localidad Francisco Ramírez Vas³⁶. El día 7 de ese mes, se destina una sala del hospital de la Santa Casa para los afectados por la epidemia. Diez días después, se acuerda el establecimiento del hospital de coléricos en el Hospital de San Juan³⁷.

La intensidad de la afección epidémica durante este primer verano, no debió de ser de importancia. Gracias a una circular remitida por el Gobierno de la provincia de Badajoz y al borrador de la respuesta, conocemos hoy algunos detalles relevantes de la situación del cólera en dicho verano³⁸. En el citado borrador se menciona la existencia de tan solo dos casos de cólera en la población, uno de los cuales procedente de Zafra y el otro de Almendralejo, que falleció. Es preciso

³⁰ Actas Municipales del Ayuntamiento de Olivenza (AMAO), Leg. 8 Carp. 1, p. 232.

³¹ ASCMO Leg. 117, Carp. 1677, Ficha 5065.

³² ASCMO Leg. 117, Carp. 1682, Ficha 5071.

³³ ASCMO Leg. 117, Carp. 1691, Ficha 5080.

³⁴ RODRÍGUEZ FLORES, P. *El cólera morbo en Badajoz en 1833. Medicina y Sociedad*, Tomo I, 1989 (tesis doctoral).

³⁵ PERAL PACHECO, D. *La Salud Pública en Zafra en el siglo XIX*, pp. 74 y 75.

³⁶ Archivo Ramírez Vas (ARV) Leg. 4, Carp. 1.

³⁷ ASCMO Leg. 156, Carp. 2902.

³⁸ ARV Leg. 4, Carp. 4.

destacar que en ningún caso de los doscientos cuarenta y cuatro registros de fallecidos en Zafrá, en 1854, aparece la palabra 'cólera'; sin embargo, se mantiene la hipótesis de que hubo un acuerdo entre médicos y autoridades del Ayuntamiento para que no se mencionara la palabra maldita por los efectos negativos que, para el comercio, generaría la incomunicación³⁹. Curiosamente, lo que es más que sospechoso, de los cuarenta y cuatro fallecidos en agosto de 1854, más del 50% lo hacen por causas digestivas. Sí se comentan numerosos casos de menor entidad, lo que se denominaba entonces "cole-rina"⁴⁰. Igualmente hace referencia a la incidencia entre la tropa de caballería, que había traído la enfermedad de Sevilla, sin mencionarse ningún caso mortal entre los soldados afectados. Otros tres documentos expedidos por el secretario del Juzgado de Olivenza el 10 de mayo de 1855 confirman lo anterior, constatándose tan sólo dos víctimas mortales⁴¹.

En el verano del siguiente año, la suerte cambiaría para Olivenza. Veamos el relato del inicio de la epidemia de 1855, que causó auténtica alarma entre su población⁴²:

A consecuencia de un cambio repentino en la constitución atmosférica fué atacado el día 5 del que rige á las 4 de la tarde en el Hospital civil de esta Villa del cólera morbo asiático Juan José Rodríguez, falleciendo el 7 á las 3 de la mañana. El día 7 lo fué Francisco Ortega á las 6 de la tarde. El 8 á las 12 lo fué Marcos Juan que se hallaba en el mismo establecimiento con fiebres intermitentes y

sucumbió el 9 por la noche. El mismo día 9 á la 1 de la tarde fué atacado Jerónimo José que ha fallecido hoy día 10, á las 8 de la mañana, siendo invadida el citado día 9 á las 4 de la tarde Quit^a Rosa y M^a de la Concepción.

La circunstancia de haberse presentado esta terrible enfermedad en el Hospital, sin que en ningún punto de la villa se haya observado enfermo alguno sospechoso, me hizo convenir con el Sr. Hermano Mayor de este establecimiento, D. José Cándido de Carvallo, y el Sr. Alcalde constitucional D. Mariano G^a Puente, el que se tomasen las medidas de aislamiento y sanitarias apropiadas al objeto, sin temor ni atropello alguno para evitar el temor que semejante noticia infunde en el vecindario y que a no dudarlo dispone los ánimos débiles al desarrollo y propagación del mal; poniendo yo como lo hago en conocimiento de Vd. por reservado esta desagradable nueva, en cumplimiento de mi deber, y para que se sirva comunicarme inmediatamente las instrucciones que tenga por oportuno.

*Dios guarde á Vd. m. a. Julio, 10, 1855.
Sr. Gobernador de la Provincia.*

El día 11 de Julio, Victoriano Parra, siguiendo indicaciones del Gobernador de la Provincia, da instrucciones para que los facultativos comuniquen los casos de cólera que vayan apareciendo, así como los datos referidos a los enfermos⁴³.

El 15 de julio, los facultativos de la población determinan suspender la lactancia de

³⁹ PERAL PACHECO, D. Op. Cit., p. 119.

⁴⁰ ARV Leg. 4, Carp. 2.

⁴¹ ARV Leg. 4, Carp. 2.

⁴² ARV Leg. 4, Carp. 5.

⁴³ ARV Leg. 4, Carp. 6.

infantes de la Casa de Misericordia como medida profiláctica⁴⁴. Ese mismo día, Parra cae enfermo de erisipela en un pie.

Otro foco de tensión tuvo su origen en la negativa del Proveedor de la Santa Casa de Misericordia a socorrer a coléricos fuera de sus muros, algo que se solucionaría cuando le epidemia llegara a su ecuador⁴⁵.

El hospital de coléricos quedó instalado en el Cuartel de La Panadería o del Asiento, quedando el antiguo convento de San Juan de Dios para los soldados invadidos por la epidemia⁴⁶.

Olivenza contaba, además de los mencionados Dr. Ramírez y Dr. Parra, con los servicios de un tercer médico desde el 1 de agosto de 1854: el Dr. José Gómez Balaero⁴⁷. La mala fortuna privó a la población de los servicios del Dr. Parra, enfermo de erisipela en un pie, haciéndose necesaria la contratación de otro médico. Se recurrió a José Ramos Cornejo, médico de Almendral. A Ramos se le asignaron ochenta reales diarios de sueldo⁴⁸, a los que añadir otros cincuenta reales diarios en concepto de dietas⁴⁹.

La asistencia sanitaria de la población quedaba, pues, en manos de los tres facultativos mencionados. La plaza de médico de la Santa Casa de Misericordia estaba a cargo del Dr. Ramírez, incluyendo la de cirujano

que desempeñaba el ahora enfermo Parra. Por tanto Francisco Ramírez quedó como único facultativo de la mencionada Institución⁵⁰. Fue también el único médico a cargo del hospital de coléricos instalado al efecto⁵¹, así como del contingente militar destacado en Olivenza⁵².

Desde un principio, el Dr. Ramírez ofrece sus servicios gratuitos para asistir a los infectados por el cólera, tanto de Olivenza como de las aldeas⁵³, cediendo además la tercera parte de su salario de la Casa de Misericordia, en beneficio de ésta, mientras durara la epidemia⁵⁴. La entrega del dinero la hace efectiva el 10 de septiembre de ese año, ya con la epidemia vencida⁵⁵. De igual manera, el Dr. José Gómez asistió gratuitamente a los enfermos del Dr. Parra mientras duró la enfermedad de éste.

En el transcurso de la epidemia, el Dr. Ramírez evidenció síntomas de padecer la llamada colerina⁵⁶. Tras poco más de un día en cama, salió de nuevo a asistir a los afectados, a pesar de la mala situación de su salud, movido, tal vez, por un afán de acallar a los que pusieron en entredicho su buen hacer: “así como juré morir viendo coléricos, si el mal asiático me atacaba de una manera fulminante”, según él mismo nos refiere⁵⁷.

⁴⁴ ASCMO Leg. 153, Carp. 2807-40.

⁴⁵ Archivo Histórico Municipal de Olivenza (AHMO) Leg. 12, Carp. 1-209.

⁴⁶ ASCMO Leg. 179, Carp. 3473, Fol. 32-33.

⁴⁷ AHMO Leg. 12, Carp. 1-68.

⁴⁸ AHMO Leg. 12, Carp. 1-203.

⁴⁹ AHMO Leg. 12, Carp. 1-211.

⁵⁰ ARV Leg. 4, Carp. 18.

⁵¹ ARV Leg. 4, Carp. 10.

⁵² ARV Leg. 4, Carp. 11.

⁵³ ARV Leg. 4, Carp. 19.

⁵⁴ ARV Leg. 4, Carp. 12.

⁵⁵ ARV Leg. 4, Carp. 16.

⁵⁶ ARV Leg. 4, Carp. 21.

⁵⁷ ARV Leg. 4, Carp. 24.

El 8 de septiembre se consideró superada la epidemia mediante el canto de un *Tedeum*, dándose por concluida la misma el 28 de octubre siguiente⁵⁸.

Parece ser que las epidemias de cólera de 1865 y 1885 no irrumpieron en la villa, aunque se tomaron algunas medidas preventivas⁵⁹.

A finales del XVIII algunos médicos atribuían a la pobreza, el exceso de trabajo, la mala alimentación, el hacinamiento de barrios insalubres, mal urbanizados y sin cloacas y otros factores de tipo económico-social la causa de determinadas enfermedades⁶⁰ (circunstancias que son comunes al resto de ciudades o pueblos). Nace entonces una corriente, el *higienismo*, donde se critica esa falta de salubridad en las ciudades industriales, así como las condiciones de vida y trabajo de los empleados fabriles, proponiendo diversas medidas de tipo higiénico-social, que pueden contribuir a la mejora de la salud y las condiciones de existencia de la población⁶¹ y surgen trabajos epidemiológicos que versan sobre:

- Enfermedades epidémicas (cólera y fiebre amarilla).
- Enfermedades endémicas permanentes en las ciudades (viruela, tífus, escarlatina, etc.).
- Enfermedades profesionales relacionadas con la revolución industrial.

A partir de 1880 los descubrimientos bacteriológicos permiten sentar sobre nuevas bases las explicaciones acerca del

origen y la naturaleza de las enfermedades contagiosas. Las sucesivas epidemias de fiebre amarilla y cólera que sacuden Europa durante el siglo XIX muestran palpablemente que las teorías existentes sobre las enfermedades contagiosas son inadecuadas, y las medidas profilácticas propuestas por los médicos ineficaces⁶².

Pettenkofer afirmaba que la transmisión del cólera no se debía exclusivamente a la ingesta del agua contaminada; sostenía que faltaba un paso: el contacto con la tierra. Nació así su *Bodentheorie*, la teoría del suelo. De acuerdo con ella, el germen del cólera, venido de India y aún no identificado, al cual llamó *x*, debía unirse a un substrato o factor *y*, presente en el suelo bajo ciertas condiciones témporo-espaciales. La suma del binomio (*x* + *y*) era igual a *z*, el verdadero veneno colérico, siendo los dos factores inofensivos por separado. De tal manera que, en la Tercera Conferencia Sanitaria Internacional, celebrada en 1866 en Constantinopla prevalece su teoría: el aire era el principal vehículo del principio generativo del cólera, deponiendo la idea de una epidemia diseminada por el agua de beber⁶³.

En un alarde de seguridad en sus afirmaciones, Pettenkofer, a la edad de 74 años realiza su famoso *experimentum crucis*: el siete de octubre, en presencia de selectos testigos, tras neutralizar su pH estomacal con bicarbonato, ingirió 1ml de un caldo de cultivo de vibrión colérico proveniente de un paciente recién fallecido. El trago contenía mil millones de bacilos, pero tan solo experi-

⁵⁸ ASCMO Leg. 153, Carp. 2807-2808.

⁵⁹ ASCMO Leg. 172, Carp. 3302, Ficha 7580, Fol. 50v y Leg.195, Carp. 3881, Ficha 8445.

⁶⁰ URTEAGA, Luis. *Miseria, miasmas y microbios. Las topografías médicas y el estudio del medio ambiente en el siglo XIX*, Cuadernos Críticos de Geografía Humana, n.º 29, noviembre de 1980, p. 5.

⁶¹ URTEAGA, Luis. Op. Cit.; p. 1.

⁶² URTEAGA, Luis. Op. Cit., p. 15.

⁶³ WALTER LEDERMANN D. *A propósito del cólera: Max von Pettenkofer y su experimentum crucis*, Revista Chilena de Infectología, Santiago, 2003.

mentó borborigmo y una ligera diarrea, demostrando así que al factor x ingerido le había faltado el factor y ⁶⁴.

Tardieu afirma que la salubridad de las ciudades y de las casas, el hacinamiento de las poblaciones, el ejercicio de ciertas profesiones tienen en todas las enfermedades epidémicas una influencia cierta, perfectamente comprobada en las irrupciones del cólera⁶⁵.

La Santa Casa de Misericordia de Olivenza disponía de un lavadero para la ropa de los pacientes ingresados en su hospital, entre ellos los coléricos, dándose la circunstancia de que cuando, accidentalmente, surgía una comunicación entre el agua de dicho lavadero y el agua potable de la fuente aldeaña, el número de pacientes infectados aumentaba bruscamente, confirmándose que es a través de la ingesta del agua contaminada cómo se transmite el cólera. Baste como ejemplo el siguiente comentario: "... Pidió la palabra el señor Rodríguez (D. José) y concedida que le fue: que había llegado a su conocimiento que en el estanque de la Cuerna se había lavado ropa de enfermedad contagiosa, y que la familia que se decía invadida era de una gitana llamada Churriana. La presidencia agradeció al señor Rodríguez dicha denuncia, y dijo que se informaría de ello y procuraría poner remedio a dicha falta..."⁶⁶.

La terapéutica se centraba en la creación de hospitales y lazaretos para coléricos, así como en el desarrollo de una serie de medidas rigurosas de control y aislamiento de las zonas epidémicas (cordones sanitarios,

cuarentenas, etc.), a lo que hay que añadir las fumigaciones de diversos ácidos (fénico especialmente), la cremación de ropas y enseres de los enfermos. No obstante, los rápidos progresos de la epidemia muestran la inutilidad de estas medidas. A este procedimiento, consistente en destruir los microbios por todos los métodos imaginables o alejarlos de nosotros lo llamó Jaime Ferrán *pequeña higiene*, en contra de la *gran higiene*, completamente eficaz y que consiste en la inmunización individual específica por medio de vacunas inofensivas (descubiertas por él mismo en 1885)⁶⁷.

Junto al cólera deben citarse otras epidemias que afectaron a Olivenza, entre las que destaca la de las fiebres palúdicas de los años 1888 y 1905⁶⁸. De esta última se cree que fue originada por las obras del Canal efectuadas en el río Guadiana, las cuales provocaban un importante estancamiento de agua. Desde principios del siglo XX, se reconocen intentos concretos en la modernización de nuestra ciudad. Uno de ellos fue la implantación de una central hiodroeléctrica, aprovechando las aguas del río Guadiana, en las cercanías de Villareal, en el lugar conocido como el Canal, dentro de la finca de Peña de Gato. Su puesta en marcha se debe a Felipe Martínez Rengifo, Margarita Arteaga García y Deogracia Blasco Zorzano. Ya desde el 19 de abril de 1900, Felipe Martínez Rengifo se compromete a traer luz eléctrica a la villa "... por la cantidad de 45.000 pesetas en los seis años de contrato"⁶⁹.

La gran labor desempeñada por el Hospital en la atención y el cuidado de enfer-

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ URTEAGA, Luis. Op. Cit., p. 16.

⁶⁶ AMAO Leg. 20, Carp. 1, p. 47.

⁶⁷ URTEAGA, Luis. Op. Cit., p. 18.

⁶⁸ ASCMO Leg. 200, Carp. 4009, Ficha 8663, Fol. 14v y Leg. 211, Carp. 4264, Ficha 9810 Fol. 254v.

⁶⁹ VALLECILLO TEODORO, M. A., *Olivenza en su historia*, 1999, p.100.

mos incentiva al Ayuntamiento a crear, el 30 de noviembre de 1889⁷⁰, un puesto de socorro dentro del Establecimiento, percibiendo la Santa Casa la suma anual de 250 pesetas. El puesto de socorro ha persistido hasta la aparición de los Centros de Salud (2 de octubre de 1989).

5.2. Atención a los presos

La misión de las Misericordias no se limitaba únicamente al cuidado de enfermos civiles y militares; sus miras estaban puestas en la atención a las clases marginales de la sociedad, y dentro de este grupo ha de resaltarse la dedicación especial que se tuvo para con los presos.

Los reyes portugueses comprobaron que las Misericordias, eran sus mejores aliadas en la atención y en el mantenimiento de presos pobres; por esta razón le son otorgados una serie de privilegios que tienden a reforzar la actuación de éstas en mencionado campo. En total fueron seis los privilegios relacionados con los presos, otorgados a la Misericordia de Lisboa y, posteriormente, en 1606, a la de Olivenza por orden de Felipe III. En ellos se establecía, entre otras cosas, que cualquier mayordomo de la Misericordia pueda visitar a los presos⁷¹, que el carcelero informe sobre los presos pobres que hay en prisión⁷², que se cumplan rápidamente las sentencias que recaigan sobre presos pobres al cuidado de la hermandad⁷³, que los presos atendidos por la Misericordia sean condenados a penas de destierro y no de dinero⁷⁴.

Sin embargo, este campo fue desinteresando poco a poco a todas las Misericordias, aunque no pudiesen desatender a los presos. La razón es obvia, eran necesarias fuertes sumas para el mantenimiento o libramiento de éstos, siendo un dinero irrecuperable.

Como se ha dicho, la preocupación de la Misericordia oliventina por los presos fue continua a lo largo de los siglos, prestando auxilio a todos aquellos que eran enviados desde la cárcel nacional⁷⁵, o acompañando a los que iban a ser ajusticiados⁷⁶.

5.3. Cuidado, manutención y educación de expósitos

Los expósitos, junto a los presos y pobres, constituyeron las grandes lacras de la sociedad portuguesa desde el siglo XVI hasta el XIX.

Fueron las Misericordias las principales aliadas de la monarquía para combatir estos tres grupos. Por privilegio de 8 de noviembre de 1517, el rey Don Manuel se dirige al proveedor y hermanos de la Misericordia de Lisboa, en representación de todos los Establecimientos, para que se dignen criar a todos aquellos niños que fuesen abandonados.

El estudio del archivo de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza permite descubrir algunas causas del aumento de niños abandonados, siendo el principal motivo el elevado número de compañías militares que residían en la villa debido a la situación estratégica de la misma. Las relaciones de solda-

⁷⁰ ASCMO Leg. 201, Carp. 4039, Ficha 8707.

⁷¹ VALLECILLO TEODORO, M. A y ALBURQUERQUE ÁLVAREZ, E. *Privilegios de la ...*, p. 59.

⁷² *Ibidem*, p. 87.

⁷³ *Ibidem*, p. 111.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 163.

⁷⁵ ASCMO Leg. 104, Carp. 1365, Ficha 4573.

⁷⁶ ASCMO Leg. 138, Carp. 2346, Ficha 6092, Fol. 3.

dos con las más variadas mujeres de la localidad, produjeron un aumento en el índice de natalidad, siendo en la mayoría de los casos abandonados los recién nacidos al no ser reconocidos por sus padres y no poder ser alimentados por sus madres⁷⁷.

Muchos castellanos, procedentes de pueblos limítrofes como Valverde, Alconchel o Cheles, concededores de la labor desempeñada por la Santa Casa para con los expósitos se desplazaban, amparándose en la noche, hasta algunos de los dos tornos que existían en Olivenza, ubicados, uno, en la Santa Casa y, otro, en la calle La Barranca, depositando allí a sus hijos⁷⁸.

Estos dos motivos provocan un incremento considerable de expósitos, obligando al proveedor de la Misericordia a dirigirse al rey para trasladarle su inquietud ante la delicada situación y suplicarle que intervenga. La crianza de expósitos era una carga “no remunerada”, que suponía fuertes pérdidas económicas para la Santa Casa. Ya el rey Don Manuel, ante las continuas súplicas del proveedor, decide conceder, el 1 de noviembre de 1526, un nuevo privilegio a dicho Establecimiento por el que se permitía “...que el proveedor, con el escribano de la dicha misericordia hiciesen las dichas averiguaciones y cuando encontrasen a sus padres los obligasen a criar⁷⁹. Este privilegio fue confirmado el 23 de marzo de 1627 por Felipe IV de España y III de Portugal.

Durante el siglo XVIII el número de expósitos creció de forma alarmante al ser caótica la situación económica de España y

Portugal, y al aumentar el contingente de soldados acuartelados en la Villa por ir “in crescendo” la desconfianza de Portugal hacia España⁸⁰.

Para el cuidado de expósitos que se dilataba hasta la edad de siete años, la Santa Casa contaba con un elevado número de “amas de expósitos” que se dedicaba a amamantarlos y cuidarlos hasta cumplir la edad correspondiente. Dichas mujeres cobraban un salario mensual del Establecimiento. A lo largo de la primera mitad del siglo XIX se venía a pagar una media mensual de 17.000 reales a dichas amas⁸¹.

Tenía la Santa Casa, además, la obligación de bautizar a todos aquellos recién nacidos que recogía⁸².

En la segunda mitad del siglo XIX, al verse privado por la desamortización de un número considerable de fincas rústicas y urbanas, el Establecimiento atraviesa una penosa situación económica, llevando a la Junta Directiva de la Misericordia a tomar la decisión de abstenerse de recoger y cuidar expósitos. Por tal motivo, desde el 17 de agosto de 1870 comienzan a ser enviados los expósitos abandonados en Olivenza al Hospicio de Badajoz⁸³. Esta decisión es la causa por el cual hay tan pocos individuos en Olivenza que lleven el apellido Expósito. En el padrón de 2007, sólo existe “Expósito” como primer apellido en dos ocasiones y como segundo en cuatro, pero en todos los casos se trata de individuos que proceden de otros lugares (Granada, Gerona, Jaén y Badajoz).

⁷⁷ VALLECILLO TEODORO, M. A. *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501-1970)*, Olivenza, 1993, p. 35.

⁷⁸ ASCMO Leg. 97, Carp. 1137, Ficha 4470, Fol. 5.

⁷⁹ VALLECILLO TEODORO, M. A. y ALBURQUERQUE ÁLVAREZ, E. *Privilegios de la ...*, p. 135.

⁸⁰ VALLECILLO TEODORO, M. A. *Arte ...*, p. 15.

⁸¹ ASCMO Leg. 102, Carp. 1285, Ficha 4462.

⁸² ASCMO Leg. 129, Carp. 2043, Ficha 5653.

⁸³ ASCMO Leg. 181, Carp. 3511, Ficha 7884.

Consultado el extenso estudio realizado por Cortés Cortés, F. y Cortés Gordillo, M. I.⁸⁴ sobre los expósitos, observamos que no se menciona la suerte que éstos corrieron en Olivenza. La explicación de esta omisión es que dicho estudio concluye en torno al año 1810, y no debemos olvidar que Olivenza perteneció al reino de Portugal hasta 1801. Si comparamos, pues, los nueve años que separan estas dos fechas con el periodo analizado en las ciudades y pueblos que se citan en el libro, resultarían insignificantes.

5.4. Enterrar a los muertos

Otras de las obras de caridad a realizar por todas las Misericordias era enterrar a los muertos. Tal vez la labor más sobresaliente del Establecimiento, en materia de entierros, fue su obligación de “quitar a los ajusticiados de la horca y enterrarlos”⁸⁵, según reza en el privilegio que le fue otorgado por el rey don Manuel el 2 de noviembre de 1498. Sin embargo, el carisma de la casa le impide limitarse a la retirada de un cuerpo inerte del patíbulo; por tal razón, la cofradía decide acompañar al preso desde su ingreso en prisión hasta el momento de ser ajusticiado. Las obligaciones de la Santa Casa para con estos tipos de presos era: que dos hermanos lo acompañasen cada dos horas, no dejándolo en ningún momento solo; procurarle los alimentos necesarios; hacer un petitorio por la localidad, invirtiendo todo lo que se recaude en el entierro del reo, acompañarlo al patíbulo y, por último, retirarlo y enterrarlo.

La única documentación que se conserva sobre asistencia a ajusticiados corresponde al siglo XIX. El primer ahorcamiento sobre el que se tiene noticia data del 27 de septiembre de 1813, informando el alcalde de Olivenza, al proveedor de la Misericordia “...que se pone en capilla a un reo juzgado por la Junta Militar”⁸⁶, con objeto de que ésta se haga cargo de él.

Sin lugar a dudas el ajusticiamiento más popular acaecido en la Villa fue el de Ernesto Andrade Silva, a finales del siglo XIX, concretamente el 12 de diciembre de 1891. La sentencia contra este condenado por robo y asesinato en unión de Calixto Romero, conmocionó a la Junta Directiva del Establecimiento, presidida por Carlos Moreno, quien envió varios telegramas a las más diversas autoridades solicitando el indulto para el reo, hecho que se recoge en el Periódico “La Coalición”⁸⁷.

Ernesto murió a las 8,40 horas de la mañana aunque no instantáneamente⁸⁸. Una vez confirmada la muerte del ajusticiado, el juez de Olivenza pide al proveedor de la Santa Casa que proceda a enterrarlo a las cuatro de la tarde “sin pompas, como dictamina la ley”⁸⁹.

6. LA SANTA CASA EN EL SIGLO XX

En el siglo XX ocurren distintos acontecimientos de gran interés a nivel mundial que vienen a mejorar la situación. La Santa Casa de Misericordia de Olivenza, abierta siempre a todo cambio que suponga un avance,

⁸⁴ CORTÉS CORTÉS, F. y CORTÉS GORDILLO M. I. *Expósitos en la Extremadura de los Tiempos Modernos*, Badajoz, 1997.

⁸⁵ ASCMO Leg. 84, Carp. 827, Ficha 3569, Fol. 4.

⁸⁶ ASCMO Leg. 87, Carp. 875, Ficha 3724.

⁸⁷ ASCMO Leg. 204, Carp. 4091, Ficha 8826, Fol. 29.

⁸⁸ ASCMO Leg. 204, Carp. 4091, Ficha 8827, Fol. 28.

⁸⁹ ASCMO Leg. 204, Carp. 4091, Ficha 8828, Fol. 20.

acepta el reto de la evolución y asume aquello que pueda beneficiar al Establecimiento. Entre las innovaciones están:

a) *Luz eléctrica*. Su instalación se terminó el treinta de junio de 1902.

b) *Obras*. El 24 de junio de 1902 se acordó el arreglo de los estanques, fuentes y cañerías de la huerta de los Arvelos, presupuestando para dicho objeto 750 pesetas; y el 29 de septiembre del mismo año se acuerda por unanimidad la edificación de una letrina en la azotea del Establecimiento, para realizar la limpieza de la enfermería.

c) *Alcantarillado*. Hay que tener en cuenta que los abastecimientos de agua y el alcantarillado no se incorporan al debate político, social y técnico más que a finales del siglo XIX (década 80-90), pero la situación del saneamiento de las ciudades españolas sólo comenzará a ser mínimamente aceptable después de la Guerra Civil (1936-39). Adelantándose en el tiempo, con una visión futurista, el señor alcalde, el 26 de diciembre de 1920, propone al señor presidente que el hospital haga una cañería que desagüe en la calle Fernando Alfonso con la que se estaba construyendo por los dueños de la fábrica de aceite, la que consideraba de mucha utilidad para el Establecimiento puesto que se evitaba tener que limpiar a menudo sus depósitos y la salida de las aguas sucias a la vía pública como había ocurrido algunas veces, con las consiguientes quejas de la vecindad. Como el Hospital no tenía recursos, el Ayuntamiento se ofrece a pagar a cuenta de los atrasos que adeudaba a dicho Hospital⁹⁰.

d) *Quirófano*. El dos de mayo de 1948, la Junta Directiva efectuó una serie de gestiones para instalar un quirófano y realizar “todo género de operaciones”; para tal fin se acordó designar el puesto de médico cirujano a D. Matías Ramírez y Ramírez. “A continuación, se acordó que una comisión formada por el señor director, el secretario y el tesorero fuera a Badajoz a fin de gestionar el asunto del quirófano y ponerse de acuerdo con los señores operadores de la capital”⁹¹.

e) *Red de agua potable*. Las obras efectuadas para distribuir la red de agua potable en Olivenza se iniciaron en 1967 y, casi de forma simultánea, se fue ampliando el alcantarillado de sus calles. Poco a poco, fueron desapareciendo de la vía pública los aguadores, porque el extraordinario servicio que venían prestando ya no era demandado.

f) *Desaparición de los estercoleros*. Éstos podían localizarse en multitud de esquinas de la ciudad, donde cada vecino depositaba la basura. Sin duda, eran una fuente importante de contaminación que sólo fue eliminada cuando se obligó a desechar los desperdicios en bolsas y a unas horas determinadas para ser recogida diariamente por el servicio de limpieza. Esto ocurre a principio de los años 80.

g) *Transformación en Asilo*. La creación de los hospitales de la seguridad social junto con el Hospital de beneficencia San Sebastián de Badajoz absorben la mayoría de los pacientes de la provincia. Ya no son tan necesarias las camas de la Santa Casa para atender a pacientes, dedicándose en exclusiva a acoger ancianos y personas que carecen de medios para subsistir y se convierte en asilo. Este hecho sucede a partir de 1970.

⁹⁰ ASCMO Leg. 213, Carp. 4276, Fol. 6v.

⁹¹ ASCMO Leg. 289, Carp. 5394, Fol. 13.

7. LA LLEGADA DE LA ASOCIACIÓN DE SAN VICENTE DE PAÚL

La Ley de Beneficencia de 1849 establecía la constitución de la Junta municipal de Beneficencia en todas las poblaciones españolas. En Olivenza se procedió a la formación de esta junta, renovándose periódicamente. Lo cierto es que, estando la asistencia a los pobres ligada íntimamente a la existencia de la Santa Casa, esta junta no tuvo grandes atribuciones en cuanto al socorro a los más desfavorecidos.

La estructura de la Casa de Misericordia garantizaba la asistencia médica y social fuera de sus muros a los más menesterosos. Es más que probable que la crisis económica que la Santa Casa comenzó a padecer con la desamortización, se hiciera sentir en la asistencia que prestaba. Tal circunstancia lleva a hacer un planteamiento nuevo en la sociedad oliventina: que fueran voluntarios de la propia población los que socorrieran a sus vecinos necesitados. Se recurre, por tanto, a una fórmula ya conocida en otras muchas poblaciones y que pervive todavía hoy en bastantes ciudades. Consistía en agrupaciones de voluntarios laicos que de forma desinteresada ejercían una beneficencia no oficial, pero igualmente sujeta a unas normas establecidas. La idea se fundamenta en el ideario de San Vicente de Paúl, constituyéndose la Asociación en París, en 1833; redactándose el Reglamento en 1835.

En cada país se estableció un Consejo Superior, del que dependían las agrupaciones locales o Conferencias. La de Olivenza se creó a finales de 1865, teniendo su sede en la parroquia de Santa María Magdalena. Así se documenta en el acta fundacional que abre el libro de la Conferencia:

“Acta de la sesión del 17 de Dic. de 1865
Con el fin de establecer la Conferencia de S. Vicente de Paúl en esta Ciudad de Olivenza, se reunieron en casa de D. Antonio Luis Marzal los Señores q. después se expresaran, previo aviso pasado á todas las personas notables de la población p^a q. pudieran tomar parte los q. quisieran en tan piadosa asociación.

Enterados ya del objeto de las Conferencias, de su utilidad y necesidad, y de acuerdo con lo expuesto por los Reverendos Padres Misioneros, les convino en formar una Conferencia única de hombres. Habiéndose procedido á la lectura de los artículos del Reglamento para la organización de la Sociedad, se propuso y fue nombrado p^a Presidente el Sr. D. Antonio Luis Marzal; el cual y de conformidad con todos los socios presentes designó para Vice-Presidente á D. Juan Fuentes Lara, p^a Tesorero á D. Antonio Carvallo y p^a Secretario á D. Francisco Ramírez Vas.”

Completan la nómina de socios fundadores D. Javier Arteaga, D. Rodrigo Vargas, D. Domingo Marzal, D. Nicasio Villarejo, D. Fernando Cabrera, D. Javier Limpo y D. Manuel Gómez Balaero.

El libro da fe de las sesiones celebradas hasta el 2 de septiembre de 1866. En las breves anotaciones de las mismas se aprecia el funcionamiento de la Conferencia. En sesiones semanales se procedía a efectuar una recaudación entre los asistentes, a aprobar el acta de la sesión anterior y a determinar alguna actuación específica. Valga como ejemplo la que sigue: “...Joaquín Fonseca, que vive detrás de S. Cristóval, es de buenas costumbres, está ciego y sordo y su mujer baldada, y Juan Álvarez, q. está postrado en cama con una enajenación mental, es casado y con hijos.”

Ilustran la actividad de la Conferencia una serie de vales para ropa que se conservan, en los que se especifica la ayuda: “Vale por dos camisas y dos calzoncillos p^a Antonio Montero...”; “Vale por un pantalón y una chaqueta p^a José Núñez Bollo...” Igualmente hay referencias a “Bonos de sopa”.

El tipo de asistencia que prestaba la asociación no sólo era de tipo material. Los fundamentos cristianos de la misma, imponían otro tipo de actuaciones, según vemos en el acta de la sesión del primer día de julio de 1866: “...teniendo presente q además del estado de miseria a q. había llegado el D. Miguel Rubio desde una decente posición social, podía la Conferencia llenar otro fin más elevado y moralizador sacando al interesado del estado de amancebamiento en que vivía desde hace muchos años...”

Completan la escasa información que se conserva de la Conferencia dos conjuntos de recibos de contabilidad, alcanzando hasta diciembre de 1867; la relación de gastos e ingresos y una serie de cartas enviadas desde el Consejo Superior de España, ubicado en Madrid. Por ellas sabemos de la precaria situación económica de la Conferencia oliventina. A la observación realizada por el Consejo sobre las pocas familias a las que socorre la agrupación de Olivenza, se le responde que es debido a la escasez de socios. De todas formas la Conferencia de Olivenza, como las del resto del país, vería pronto su final, cuando fueron disueltas en 1868 por un Real Decreto.

Existió una segunda asociación benéfica en Olivenza en esta misma época. De ella no se conoce prácticamente nada; únicamente la conservación de una serie de recibos de 1868 y 1869 nos da alguna información de la misma. Leemos en uno de estos recibos: “Como mayordomo de la fabrica Parroquial

de Santa Maria del Castillo, he recibido de la Sra. D.^a Agueda Ramirez y Vas, Tesorera de la Sociedad de Hijas de María, instalada en citada Parroquia, la cantidad...”

La Asociación de Hijas de María nace en el seno de la gran familia que constituye la Sociedad de San Vicente de Paúl. Creada en 1830 por Santa Catalina Labouré, obtuvo la aprobación pontificia en 1847, estando ligada a la expansión de la Conferencia de las Hijas de la Caridad, integrante de la misma familia. Su finalidad es la evangelización de los pobres.

Los recibos de esta congregación, integrada por voluntarias laicas, confirman la vocación marcadamente religiosa de la misma. Las colectas se dirigen, fundamentalmente, a gastos de culto de la parroquia en que tiene su sede. No obstante, también hay recibos de gastos en ropa para niños pobres, complementando así su labor social.

Todavía la Asociación de San Vicente de Paúl habría de tener presencia en Olivenza; y de forma más duradera, como veremos a continuación.

8. LAS HIJAS DE LA CARIDAD Y SU ESTANCIA EN OLIVENZA

La deprimente situación económica del Establecimiento, unido al deseo de terminar con las deficiencias que existían en la atención a los pobres y enfermos, fueron algunas de las razones que incentivaron a la Junta Directiva del Hospital a buscar personal religioso que se encargase del cuidado y atención de enfermos y necesitados.

Ya en 1852, el proveedor y demás hermanos acuerdan enviar una petición a la dirección de las Hijas de la Caridad de la congregación de San Vicente de Paúl “... para que

se hagan cargo de los enfermos que en el Hospital de Caridad de Olivenza se cuidaban”⁹².

Las Hijas de la Caridad constituyen una institución religiosa y benéfica, jurídicamente reconocida como Sociedad de Vida Apostólica en común, cuyo fin es el servicio a los pobres y abandonados de la sociedad. Fue fundada por San Vicente de Paúl y Santa Luisa de Marillac el 29 de noviembre de 1633. En su origen serán religiosas sin hábito, sin velo y sin votos solemnes.

San Vicente deseaba que sus “Hijas de la Caridad” estuviesen en el mundo. De ellas solía decir: “Tendrán por monasterio la casa de los enfermos y la residencia de la superiora; por celda, una habitación alquilada; por capilla, la iglesia parroquial; por claustro, las calles de la ciudad; por clausura, la obediencia continua en la Providencia y la ofrenda de todo cuanto son”⁹³.

Previamente, el 23 de agosto de 1617, había fundado la primera Cofradía de las Damas de la Caridad, formada por mujeres caritativas deseosas de hacer el bien a los necesitados. Pronto surgen dificultades. Sus maridos se oponen a que continúen esa actividad por miedo al contagio. Inmediatamente San Vicente y Santa Luisa pensaron en la incorporación de sirvientas gratuitas y con vocación para los servicios de las Cofradías de la Caridad y aceptan a jóvenes aldeanas de los alrededores de París, que se consagran a Dios para el servicio de los pobres con gran generosidad. Santa Luisa de Marillac las instruye como enfermeras y en la vida espiritual.

Las Hijas de la Caridad llegan a España en 1790 y en el siglo XIX se extienden por todos los continentes. Su labor abarca: atención a enfermos en sus domicilios, escuelas para niñas y niños pobres, hospitales, centros penitenciarios para presos y galeotes, hogares y casas de acogida para niños huérfanos y abandonados, asilos u hogares para ancianos, dementes, mendigos, mujeres en situación de necesidad, personas de buena posición sumidas en la pobreza por las guerras u otras causas, atención a soldados heridos, etc.

Más de treinta años después del primer intento, el 27 de abril de 1885, la dirección del Hospital de Caridad, presidido ahora por Carlos Moreno y Matos, vuelve a restablecer contactos con las Hijas de la Caridad, solicitando cuatro hermanas que se encarguen del Establecimiento. Las razones que aportaba el Hospital para efectuar dicha solicitud era “... para ver si los abusos tan de bulto que se encontraban podían terminar de una vez para siempre y cesaba la crisis del Establecimiento”⁹⁴. Estos abusos se relacionaban con los malos tratos que los enfermeros procuraban a los enfermos, a lo que se debe unir la delicada situación económica de la Misericordia, desarbolada por las leyes desamortizadoras.

La atención al enfermo se efectúa por personas sin ningún tipo de preparación y sólo mejora si está en manos de los/las religiosos/as.

La respuesta de las Hijas de la Caridad a la carta anterior no se hizo esperar y el 9 de mayo Sor Casimira Astiz se dirige a la Junta Directiva en estos términos: “... aunque el

⁹² ASCMO Leg. 179, Carp. 3473, Fol. 32.

⁹³ SAN VICENTE DE PAUL, *Fundación de las Hijas de la Caridad*, http://www.corazones.org/santos/vicente_paul.htm.

⁹⁴ ASCMO Leg. 198, Carp. 3957.

personal es escaso pedirá a la superiora de Badajoz que vaya a inspeccionar el mencionado Hospital y que se ponga en contacto con su Junta Directiva⁹⁵. El 15 de diciembre de 1885 se produce la deseada visita de la Superiora de las Hijas de la Caridad de Badajoz, acompañada de dos señoras, con el fin de ver las habitaciones y escogieron como estancia las destinadas a enfermería de mujeres, al tiempo que exigieron hacer algunas obras de remodelación.

Aceptadas estas condiciones no se llega a un acuerdo entre ambas partes sobre la remuneración que deberían percibir las hermanas. Mientras la Santa Casa proponía pagarles en especias, la Dirección de las Hijas de la Caridad deseaba que fuese en metálico. Ante esta discordancia, el proveedor de la Santa Casa, Carlos Moreno, el 4 de marzo de 1886 decide dirigirse a la superiora de las Siervas de María informándole que “la Santa Casa de Olivenza necesita de siervas que se ocupen del cuidado de los enfermos que hay en el Establecimiento y solicita a esta congregación que le envíe un pliego detallado con las condiciones que exigirán para establecerse en la Santa Casa”⁹⁶. No se sabe si hubo respuesta, pero en caso de haberla no sería de interés para la Misericordia oliventina ya que se vuelve a restablecer los contactos con las Hijas de la Caridad consintiendo, ahora, en el pago en metálico a las hermanas que fuesen destinadas al Establecimiento⁹⁷.

Tras esta postura sólo faltaba acordar lo que se pagaría por sus servicios. El 22 de septiembre de 1886, la Dirección de las Hijas de la Caridad acuerda que “...se pagará a

cada Hija un real diario y cuarenta mensuales para el vestido, calzado y demás gastos particulares y se suministrará artículos de primera necesidad para su manutención: *una onza de chocolate para el desayuno, dos onzas de arroz o pasta para sopa, dos de garbanzos, una de tocino y doce de carne para comida y cena; libra y media de pan blanco, medio cuartillo de vino, una onza de aceite, bacalao, azúcar, jabón, y el combustible necesario para la cocción de los alimentos, medio real para verduras y postres, sal, vinagre y especias. Los días de vigilia ‘habonar’ en metálico el importe de carne y tocino*”⁹⁸. Además, en caso de enfermedad, deberían ser visitadas gratuitamente por el médico y, si alguna de ellas fallece, su entierro sería costado por el Establecimiento. La Santa Casa no tiene más remedio que aceptar estas condiciones⁹⁹.

El interés por esta Orden religiosa viene avalado por su dilatada tradición como cuidadoras. Desde su fundación, San Vicente, insistía en que debían recibir una formación que les permitiera cuidar a los enfermos. Habían diseñado un programa que incluía instrucción impartida por médicos, prácticas en un hospital, visitaban a enfermos en sus domicilios y recibían una formación ética de tipo religioso. Se dice de ellas que fueron las que pusieron las bases de la enfermería domiciliaria.

Después de arduos forcejeos, el proveedor, Carlos Moreno, consigue el anhelado sueño que desde mediados del siglo XIX rondaba por la cabeza de los componentes de las sucesivas Juntas Directivas y de la Misericordia: encargar a un grupo de Hijas de

⁹⁵ ASCMO Leg. 195, Carp. 3870.

⁹⁶ ASCMO Leg. 196, Carp. 3914.

⁹⁷ VALLECILLO TEODORO, M. A. *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501-1970)*, Olivenza 1993, p. 27.

⁹⁸ ASCMO Leg. 194, Carp. 3849, 13 de mayo de 1885.

⁹⁹ ASCMO Leg. 198, Carp. 3947.

la Caridad el cuidado de pobres y enfermos que ingresaban en el hospital.

El día 5 de noviembre de 1886, a las seis de la tarde, se produjo la llegada de las cuatro primeras Hijas de la Caridad: Sor María Ors Chafer como superiora, Sor Antonia Arrastoa, Sor Juana Flamarique Salinas y Sor Carmen Ballester y Gran, quienes vinieron acompañadas de Sor Manuela de Quevedo, superiora de las Hijas de la Caridad de Badajoz, las cuales fueron recibidas a la puerta principal del edificio por el señor proveedor y demás individuos de la Junta Directiva. Posteriormente, el 21 de noviembre de 1886, se levanta un acta notarial a instancia del proveedor de la Santa Casa, Carlos Moreno, para hacer constar la instalación de las Hijas de la Caridad en el hospital de Olivenza. El 20 de noviembre de 1886 se firmaron las condiciones aceptadas por ambas partes¹⁰⁰.

8.1. Labor que desarrollaron

A lo largo de los 114 años que las Hijas de la Caridad permanecieron en el Establecimiento aportaron una mayor asistencia a los pobres enfermos acogidos en él, además de una mejoría en la condición moral de éstos por medio de las enseñanzas religiosas y su ejemplar comportamiento. En su rutina diaria no sólo se palpaba una visión cristiana sino también disciplina, orden y limpieza, lo que aseguraba equidad en el trato, confianza en el cuidado prestado y el silencio que tanto favorece el descanso, al tiempo que disminuía la posibilidad de que se multiplicaran las infecciones, debido a una mayor higiene y alimentación. Cambia la forma de mirar al enfermo, considerándolo como una persona

elegida por Dios y, por tanto, hay que ayudarle a recuperar su dignidad.

En cuanto a su formación sanitaria, debió ser fundamentalmente práctica y transmitida, en el seno de la congregación, de unas a otras, con la supervisión de las más experimentadas, siendo reducidísimo el número de ellas que pudieron acceder a una titulación.

No existe documentación que recoja la actividad desarrollada por estas religiosas durante tantos años; sin embargo, no cabe duda de su existencia (estuvieron presentes en las epidemias de paludismo de 1888 y 1905 y durante la Guerra Civil, de 1936 a 1939) y, aunque se trata de una información íntima de la congregación, se reconoce que distribuían su trabajo en cuatro frentes principales: enfermería, lavandería, cocina y limpieza y conservación del edificio e iglesia, además de soportar la nueva y gravosa tarea de dirigir el Establecimiento cuando los hermanos de la Santa Casa eludían esta responsabilidad, lo que ocurrió en diferentes periodos.

Las Hijas de la Caridad fueron piezas insustituibles en el desarrollo y buen funcionamiento de los dispensarios. Estos son establecimientos donde se presta asistencia médica y farmacéutica a personas que no se alojan en él. Tuvo gran importancia en los barrios pobres siendo el precedente de los actuales centros de salud. Don José Hidalgo, sacerdote fundador de las Escuelas Parroquiales del Sagrado Corazón de Olivenza, en su infatigable labor social desarrollada en el barrio conocido despectivamente como "La Farrapa" (de harapo), viendo la necesidad existente, paga 50 pesetas mensuales a las Hijas de la Caridad para asistir diariamente a los enfermos que acudían al dispensario que creó en dicho barrio. Y el 8 de julio de 1945

¹⁰⁰ VALLECILLO TEODORO, M. A. Op. Cit., p. 28.

se aprueba la petición efectuada por el mencionado sacerdote, para que dos Hijas de la Caridad le ayuden en el dispensario del Sagrado Corazón, solicitando para ellas cobijo en la Santa Casa de Misericordia y pagando él los gastos que éstas ocasionen¹⁰¹.

8.2. Partida de las Hijas de la Caridad y causa

Las Hijas de la Caridad abandonan la Santa Casa de la Misericordia de Olivenza el día 10 de julio de 2001, siendo las causas principales: la **edad**; las hermanas que aún permanecían en el hospital eran demasiado mayores (algunas ancianas y también enfermas) para cumplir sus funciones; y la **falta de vocaciones**; los noviciados están vacíos y, por tanto, no hay posibilidad de renovar a las hermanas que van muriendo o tienen alguna incapacidad que les impida desarrollar su labor, teniendo en cuenta que para formar una comunidad se requiere un mínimo de cuatro monjas.

Durante los últimos años de permanencia en la Santa Casa, la plantilla estaba formada por las cuatro hermanas, dos cocineras, una mujer dedicada a la lavandería, seis auxiliares de enfermería y un administrador.

Después de su partida, se temió por la continuidad de la labor que se venía realizando en este Establecimiento durante cinco siglos, pero la voluntad, el trabajo y la tenacidad de los hermanos cofrades impidieron el derrumbe de esta extraordinaria obra.

Hubo que invertir dinero, tiempo e imaginación, reconvertir las habitaciones ocupadas por las Hijas de la Caridad, para albergar a nuevos ancianos; ampliar el número de auxiliares a diez y contratar a una enfermera titulada.

Actualmente el Hospital cuenta con cuarenta y ocho internos atendidos por una

plantilla de dos enfermeras, catorce auxiliares, una fisioterapeuta, dos terapeutas ocupacionales a tiempo parcial (cuatro horas al día), dos cocineras y un administrador.

Para mejorar los servicios prestados a los ancianos se han incorporado a las instalaciones existentes cuatro baños geriátricos, una sala de rehabilitación y otra de enfermería, modificando el sistema de detección de fuego y colocación de puertas cortafuegos y remodelación del comedor.

9. EPÍLOGO

La permanencia del Establecimiento de la Misericordia a lo largo de su historia se debe al trabajo en equipo desarrollado por su grupo dirigente y éste ha sido, desde siempre, altruista y voluntario.

Las funciones desempeñadas por la Junta Directiva del citado Establecimiento suponen una enorme responsabilidad, constancia y gran disponibilidad de sus miembros.

Los reglamentos han sufrido pocas modificaciones desde su fundación, conservándose intactos los privilegios.

Las obligaciones han perdido vigencia. Ahora son otras las instituciones que se encargan de ellas, mientras que la Santa Casa funciona exclusivamente como residencia de ancianos.

Las Hijas de la Caridad eran las "deseadas", pues durante más de treinta años se las estuvo esperando, y no defraudaron. Fueron los pilares que sostuvieron el Establecimiento en diferentes periodos, mejoraron la higiene y la nutrición de los hospitalizados, atendieron a enfermos y heridos en los dispensarios de los barrios y, todo ello, sin descuidar su compromiso cristiano.

¹⁰¹ ASCMO Leg. 287, Carp. /5346.

Sobre los censos de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza

Miguel Ángel Vallecillo Teodoro (Espanha)

1. CONSIDERACIONES GENERALES

Sin duda, la aparición y consolidación de los censos hay que vincularlos al gran protagonismo que durante los siglos XV, XVI y XVII alcanzaron las instituciones eclesiásticas tanto en España como en Portugal. En Olivenza, las cofradías que más censos poseyeron fueron las de la Santa Casa de Misericordia, la de las Llagas o Señor de los Pasos y las de las Almas de ambas parroquiales.

Estos nacen fruto de las donaciones efectuadas por personas devotas de determinadas cofradías, quienes lo recogen en sus testamentos.

Todos los censos estudiados eran enfiteúticos, así llamados porque derivan de la antigua enfiteusis romana. Se caracterizaban por ser perpetuos y hereditarios, lo que suponía una gran ventaja para el campesino, pues el propietario del dominio directo cedía el dominio útil de este bien a cambio de un canon anual.

Por la enfiteusis, las rentas no se actualizaban, quedando anticuadas con el paso de los años. Valga como ejemplo los 50.000 reales portugueses que se recaudaban por las 118 corelas de la heredad del Lemus, propiedad de las Misericordias de Olivenza y Elvas, y que no suponían más que 1250 reales españoles, equivalentes a 312'5 pesetas o 1'8 euros, cantidad que se iba devaluando con el tiempo.

Los bienes afectos eran muy variados: dehesas, juntas, forrajales, corelas, tapadas, huertas, molinos de agua y casas.

La puesta en práctica de la enfiteusis, como se verá, ayudó a repoblar el espacio rural y urbano, además de potenciar la productividad de la tierra¹.

En el censo, se ha de tener claramente diferenciados al dueño del dominio directo del bien, al que se paga el canon, y el del dominio útil, que era quien lo trabajaba y pagaba. Hubo muchos casos en los que el dueño del dominio útil lo subaforaba, siempre por un precio superior al del censo enfiteutico que permanecía inamovible.

Como veremos, el no pagar el censo durante un tiempo determinado suponía quitar el bien al dominio útil y sacarlo a remate.

Para la venta de un censo, era necesario el permiso del dueño directo, al igual que si éste quería vender tenía que comunicárselo primeramente al propietario del dominio útil, pues tenía preferencia sobre cualquier otro. Su venta suponía el pago de impuestos como la sisa y el laudemio.

Todas las propiedades que pagaban censo, además de ser recogidas en escritura, tenían la obligación de poner, en lugar bien visible, una inscripción tamaño de un azulejo, en el caso de las casas, o un mojón, si son bienes rústicos, donde aparecería el nombre del propietario del dominio directo, así como la fecha en la que se instituye el censo.

¹ www.ingeba.euskalnet.net/lurralde/lurranet

Realizadas estas reflexiones generales sobre los censos enfiteúticos, toca el turno de estudiar los pertenecientes a la Santa Casa de Misericordia de Olivenza, del uso que de sus rentas hizo esta institución, cómo influyó en el desarrollo agrícola de la comarca, los efectos que produjo la desamortización de Madoz y ver la evolución actual de estos censos.

2. LOS CENSOS DE LA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIVENZA – SU FINALIDAD

Desde su fundación, el veinte de noviembre de 1501, la cofradía fue acaparando numerosas donaciones que le servirían para llevar a cabo sus objetivos primordiales: *“o curativo de todos os enfermos e enfermas, que querem recolherse na mesma afim de serem curados sendo pobres e necessitados. Cuidar de todos os meninos espositos, fillos de pais incognitos e cuidar de aquellos que sao fillos de legitimo matrimonio quando morrem o enfermao suas mais sendo seus pais pobres; dedicase ainda ao cuidado dos prezos”*².

Los fines benéficos de esta Hermandad motiva que durante los siglos XVI, XVII y XVIII, las donaciones que reciba sean numerosas, como pone de manifiesto Vallecillo Teodoro³, tanto en el término como en otros lugares de Portugal, caso de Terena, Estremoz o Vila Viçosa⁴.

Desde que en 1511 la Santa Casa de Misericordia recibe las primeras donaciones del padre Fernão Afonso Durão y, a pesar de que éste aconseja, en su testamento *“... que no aforen terras de pan (...) porque con el tiempo los foreros poseerán más de lo que pagarán de foro”*⁵, el proveedor y demás hermanos de la Junta, sin duda por la costumbre, deciden proceder al aforamiento de bienes, haciendo caso omiso de las advertencias de Fernão Afonso.

Fruto del aforamiento, la Misericordia oliventina obtenía, a mediados del siglo XVIII, una renta de 1.858.119 reales portugueses, a los que habría que añadir “dos mil doscientos treinta y seis alqueires de trigo que ingresan en el granero de la Santa Casa”⁶.

Estos ingresos no sólo se invertían en los objetivos ya reseñados, sino también en la compra de bienes raíces y en el préstamo a particulares⁷, valores que supondrían nuevos dividendos para la Hermandad.

Importante labor de la Santa Casa fue potenciar la agricultura en el término, procediendo a la división de grandes heredades. Trigo o cebada, vid y olivo fueron los productos básicos.

La primera mitad del XVIII fue época de bonanza económica para Portugal por las remesas de oro procedentes de Brasil. El dinero se invertía en la compra o aforamiento de tierras, no obstante, aunque había inversores, eran pocas las tierras libres, así que muchos hicieron suya la idea de dividir latifundios en parcelas. Claro está, era necesari-

² MAGALHÃES BASTO, A de. *História da Santa Casa de Misericórdia do Porto*. Vol. I, Porto, 1934, p. 45. NR: Transcrição para português actual – *“o curativo de todos os enfermos e enfermas, que querem recolher-se na mesma a fim de serem curados sendo pobres e necessitados. Cuidar de todos os meninos expostos, fillos de pais incógnitos e cuidar daqueles que são fillos de legitimo matrimónio quando morrem ou adoecem suas mães sendo seus pais pobres; dedica-se ainda ao cuidado dos presos”*.

³ VALLECILLO TEODORO, M. A. *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza*, Olivenza, 1993, pp. 92 a 96.

⁴ Idem, p. 63.

⁵ Archivo Santa Casa de Misericordia de Olivenza (ASCMO). Leg/Carp. 5/49, fol. 8.

⁶ VALLECILLO TEODORO, M. A. Op. Cit. pp. 137 y 138.

⁷ Idem, p. 64.

rio, si existía alguna carga sobre la finca, contar con el beneplácito del dueño del dominio directo. Fue así como hasta la Misericordia de Olivenza llega la propuesta de dividir la heredad del Lemus, dos juntas en San Andrés y Poseirao y una junta en la Mata⁸. Tomemos como referencia la primera pues es la más llamativa de las anteriores. Dicha heredad, donada a las Misericordias de Olivenza y Elvas, en 1642 por el padre Joao Domínguez Justo, había sido aforada el 26 de abril de 1721, por 50.000 reales, de los que la cuarta parte pertenecían a la Misericordia de Elvas y el resto a su homónima de Olivenza. Los objetivos del propietario del dominio útil eran muy claros: “... para mayor seguridad de dicho foro y mayor utilidad pública, poniéndolas de viña y olivo, aforándolas a otros individuos, comprometiéndose el forero y sus sucesores a pagar el foro”⁹.

La Junta Directiva de la Santa Casa, tras una concienzuda deliberación que se pone de manifiesto en sus actas, decide hacer suya esta propuesta porque:

1 – El forero subaforaría las parcelas divididas y podría recaudar con mayor facilidad los 50.000 reales.

2 – Se llevaría a cabo una mayor productividad de la tierra, dedicándola a cereal, vid y olivo.

3 – Todo esto redundaría en beneficio directo para la economía y sociedad oliventina.

Se procede, por tanto, a la parcelación de la heredad del Lemus, en un total de 118 corelas, que serán aforadas a una media de

1800 reales anuales, por lo que el dueño del dominio útil podría recaudar una suma cercana a los 213.000 reales, de los que deduciría 50.000 para el dominio directo, las Misericordias de Olivenza y Elvas.

Lo beneficioso de estas parcelaciones hace que el ejemplo sea seguido por otras instituciones, incluso por la Cámara Municipal de la Villa, que decide aparcerar algunos de sus bienes como las Coitada del Ventoso¹⁰, Monjara¹¹ y Villarreal¹².

3. OTRAS CONSIDERACIONES

Lo comentado hasta ahora nos obliga a hacernos una serie de preguntas por ejemplo:

3.1. ¿Qué sucedía cuando no se pagaban varias anualidades del censo?

Lo más lógico es que el dueño del dominio directo demandase ante la justicia al del dominio útil y se le quitase el bien gravado. Para ello habrían tenido que pasar, al menos tres anualidades sin pagar. Un ejemplo lo hallamos el 20 de septiembre de 1829, cuando la Santa Casa, dueña directa de la heredad de San Gil y Atalaya, tiene que retirárselas “a Joaquín González Barudo (...), como éste dejo de pagar el rédito anual estipulado (...) Fueron rematas por D. José Núñez Perera por 30.000 reales vellón de réditos y un carnero por esquilar y con la condición de plantar 4000 cepas en los cuatro años siguientes”¹³.

⁸ Idem, p. 65.

⁹ ASCMO. Leg/Carp. 151/2783, ficha 6763.

¹⁰ VALLECILLO TEODORO, M. A. *Olivenza en su historia*, Olivenza, 1999, p. 412.

¹¹ Idem, p. 430.

¹² Idem, p. 412.

¹³ ASCMO. Actas del 20.noviembre.1829.

Como se puede observar en la cita anterior, el hecho de no pagar un censo era bastante satisfactorio para el dominio directo pues podía incrementar el importe del gravamen, al tiempo que imponer nuevas condiciones, en este caso, plantar cepas en una finca dedicada única y exclusivamente al pastoreo.

3.2. ¿Se podía reducir el importe de un censo?

Sí que se podía hacer. Hubo momentos puntuales en los que se hacía necesaria su rebaja por motivos naturales o bélicos. Así, el 3 de agosto de 1780, la Junta de la Santa Casa decide rebajar de 4800 reales, a la mitad, el foro que pagaba Manuel Lourenço Bortalho de un olivar al Espinazo de la Cabra, debido al incendio que sufrió el olivar y que le impediría obtener los rendimientos necesarios para afrontar su pago¹⁴. Una vez que la producción se recuperaba, el censo volvía a su valor originario.

3.3. ¿Se podía redimir un censo?

Sí. Muchos de los censos de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza fueron redimidos cuando se inicia el proceso desamortizador, en 1855, por la ley de Madoz, que declara en estado de venta "*todos los predios rústicos, urbanos, censos y foros pertenecientes al clero, cofradías, obras pías, beneficencia, instrucción pública y cualquier otro correspondiente a manos muertas*"¹⁵.

A pesar de los esfuerzos realizados por la Junta Directiva de la Misericordia para que sus bienes no fuesen desamortizados, enviando cartas a las Cortes españolas¹⁶, o reclamando el apoyo del embajador portugués en Madrid¹⁷, un gran número de sus posesiones fueron desamortizadas, lo que suponía, además, el pago del censo que se redimía satisfaciendo al dueño del dominio directo veinte anualidades¹⁸.

Para su redención, como se ha comentado y como se recoge en el artículo 1610 del Código Civil, era necesario estar al corriente de pago.

Según se reconoce en el documento número 1, por las leyes de 1.º de mayo de 1855, 27 de febrero de 1856 y 11 de marzo de 1859, la redención de cualquier tipo de censo obligaba a que el comprador de la finca se dirigiera al Gobernador de la Provincia solicitando su redención y explicando su historia y el libro de registro donde aparece. Seguidamente se hacía mención del censo que, si era en especie, se capitalizaba, procediéndose a imponer la sima obligatoria para redimirlo. Por último, la Junta Provincial de Ventas de Bienes Nacionales daba el visto bueno.

Cumplidos los trámites, por Instrucción de 31 de mayo de 1855, en su artículo 247, se procedía a redimir el censo, quedando la finca libre de citada carga (Vid. Doc. n.º 1).

Muchos fueron los censos de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza que tuvieron que capitalizarse a medida que avanza el siglo XX (Vid. Doc. n.º 2). Como se comprueba en el documento número dos, los meses en los que se cobraban más censos

¹⁴ Idem, Leg/Carp. 8/29 fol. 7.

¹⁵ Idem, Leg/Carp. 221/4451 ficha 9605.

¹⁶ Idem, Leg/Carp. 153/2807 ficha 6995, fol. 19v.

¹⁷ Idem, fol. 23v.

¹⁸ VALLECILLO TEODORO, M. A. . 68.

eran los de agosto y diciembre, coincidiendo con la recogida del cereal y aceituna.

Con el paso de los años, estos censos dejan de ser cobrados por la Santa Casa pues suponen un importante desembolso económico, a nivel de Contribución y de pago de Requerente, cobrador. El encarecimiento del nivel de vida, que nunca afectaba al censo, hace que su cobro desaparezca. No obstante cuando se produce la compra de este bien, aparece el gravamen que, por lógica, el comprador desea redimir, poniéndose para ello en contacto con la Junta Directiva de la Santa Casa y acordando entre ambos la cantidad para redimirlo.

Documento n.º 1

Don Felipe Granados y Sagasti, natural de Toro, casado, mayor de cincuenta años y Juez de Hacienda de esta Provincia.

A los que la presente escritura de redención vieren, hago saber: que las leyes de 1.º de mayo de 1855, de 27 de febrero de 1856 y 11 de marzo de 1859, declaran en estado de redención, y en su defecto de venta, los censos enfitéuticos, consignativos y reservativos, los de población, foros, los conocidos con el nombre de carta de gracia y todo capital, canon, renta o prestación de naturaleza análoga, pertenecientes al Estado, al Secuestro del ex-Infante D. Carlos, a Beneficencia, a Instrucción Pública, a las Provincias, a los Propios de los Pueblos y cualesquiera otras manos muertas, de carácter civil. Por tanto, hallándose comprendido en dichas leyes e incluido en las relaciones de bienes mandados formar por los artículos 32, 33 y 35 de la Instrucción de 3 de mayo de 1855, con el número (no consta), del Inventario, un censo cuya clase y naturaleza se ignora, pero que

no resulta a efecto a carga alguna como perteneciente al Hospital de Caridad de la Ciudad de Olivenza, el cual ha estado en pacífica posesión del mismo desde hace mucho tiempo hasta que el Estado se incautó de él por virtud de dichas leyes, aunque no se ha encontrado título en el registro correspondiente. Y habiendo D. Felisberto Mira y Perera, natural y vecino de Olivenza, casado, propietario y de treinta y seis años, al Sr. Gobernador de esta provincia, solicitando en tiempo hábil la redención del expresado censo, el cual, según manifiesta el D. Felisberto Mira, se halla impuesto sobre una dehesa denominada Romalciño, en término de dicha ciudad de cabida de cincuenta fanegas de tierra, equivalentes a treinta y dos hectáreas, diez y nueve ñareas y setenta y nueve centiáreas, lindante por el Norte con la dehesa del Romal, Sur, Monte Oitero, Naciente, Sierra de Alor y Poniente con corelas del Escarramón, cuya finca le pertenece por compra que con otra fincas y en unión de su hermano D. José Joaquín Mira hizo a Don Francisco Manuel Frago y otros, habiéndole tocado al Felisberto Mira dicha dehesa en la escritura de división, que formalizó con su citado hermano ante el notario D. Antonio Carvallo, que expidió testimonio de ella en trece de mayo de 1861, registrada en la oficina de hipotecas de Olivenza por el mismo notario en quince del mismo en el libro veinte y uno de rústicas, folio ciento cincuenta y dos. Y habiéndose instruido expediente gubernativo en la forma determinada en el Art. 8.º de la Instrucción de 31 de mayo de 1855, y resultando que ascienden los réditos anuales de dicho censo a la cantidad de cuarenta y nueve cuartillas de trigo que se traducen en cuarenta y tres reales, doscientas cincuenta y tres milésimas, fueron capitalizados al tipo de seiscientos

cincuenta milésimas en la base, según artículo primero de la ley de once de marzo de mil ochocientos cincuenta y nueve, dando por capital para la redención la suma de seiscientos sesenta y cinco escudos, doscientos sesenta y una milésimas.

Aprobada por la Junta Provincial de Ventas de Bienes Nacionales en sesión de treinta de Enero de mil ochocientos sesenta y siete, dicha redención, se practicó la liquidación de cargas, y el expresado Don Felisberto Mira verificó el pago del total importe de redención según resulta de la carta de pago expedida por la Tesorería de la Hacienda Pública de esta provincia, que, copiada a la letra es como sigue:

Don Gonzalo Jareño,
Tesorero de la Hacienda Pública de esta
Provincia

Recibí de D. Filiberto Mira y Perera, vecino de Olivenza y por mano de D. Manuel Martínez, la cantidad de seiscientos sesenta y cinco escudos y doscientos sesenta y una milésima, con aplicación al concepto expresado al margen, correspondiente a la redención de un censo de 49 cuartillas de trigo de réditos anuales que a precio de 35 reales, 36 céntimos una fanega, componen 43 escudos 242 milésimas y 665 escudos, 261 milésimas de capital a 6'5 % impuesto sobre la dehesa denominada Romalciño, término de Olivenza y a favor del Hospital de Caridad de la misma cuyo expediente fue aprobado por la Junta Provincial de Ventas el 30 de enero del presente año.

Y de esta carta de pago se tomará razón por la Contaduría de Hacienda Pública de

esta Provincia y por la Administración de la misma a que corresponde el ingreso; sin cuyos requisitos y los sentados de las respectivas oficinas, será nula y de ningún efecto: Badajoz veinte y nueve de abril de mil ochocientos sesenta y siete.

El tesorero,
Nicolás Calderón

En su consecuencia y usando la facultad que me concede el artículo 247 de la mencionada Instrucción de 31 de mayo de 1855, otorgo: Que en nombre del Gobierno de S.M. y del Hospital de Caridad de la Ciudad de Olivenza, doy por redimido el censo mencionado y por pagada y satisfecho su capital y réditos en los términos que refiere la preinserta carta de pago; y por cuanto la entrega del importe de esta redención no aparece hecha de presente, la doy por realizada en virtud de dicha carta de pago, quedando por consiguiente libre de la expresada carga la finca hasta ahora gravada. Desisto, quito y aparto al acreedor censalista del derecho y acción que ha tenido contra la misma finca, quedando desde ahora y para entonces canceladas y sin valor ni efecto las escrituras de imposición y reconocimiento del censo referido y sus inscripciones en el registro de la propiedad, obligo a la Hacienda Pública a la evicción y saneamiento de este contrato en sus respectivos casos, si por cualquier persona, o Corporación, se reclaman legítimamente el reconocimiento y pago del censo o de alguna otra carga impuesta sobre el mismo que no haya sido liquidada y rebajada del capital redimido.

Documento n.º 2
CENSOS EN METÁLICO QUE COBRABA LA SANTA CASA EN 1950

Fecha	Bienes	Censo (pts)	Contribución (pts)	Líquido (pts)	Observaciones
31 enero	Casa C/ José Soto	15'00	3'15	11'85	
Idem	Casa C/ Queipo de Llano	7'50	1'83	05'67	
28 febrero	Forrajal San Lorenzo	12'50	2'03	10'47	
31 marzo	Molino Carnero	5'25	1'06	04'19	
Idem	Casa C/ Juan Caldera	56'25		56'25	
Idem	Casa C/ Bravo Murillo	35'00		35'00	
Idem	Heredad de los Pociños	45'00		45'00	
Idem	Casa C/ Miguel Jiménez	45'00		45'00	
30 abril	Casa C/ San Blas	20'50	4'30	16'20	
Idem	Casa en San Jorge	19'38	4'06	15'32	
Idem	Viña camino Sancha	23'75	3'85	19'90	
Idem	Viña en Ramapallas	5'00	3'85	05'00	
Idem	Casa C/ Cristóbal Rguez. n.º 20	15'00	3'15	11'85	
31 mayo	Casa C/ Fuero	1'25	0'26	00'99	
Idem	Carnero Heredad Fuente Estasia	250'00			
Idem	Carnero Heredad Romal	250'00			
30 junio	Olivar Rabo de Zorra y Espinazo de la Cabra	1100'34		1.100'34	
31 julio	Heredad Magalhoa	150'00		150'00	
Idem	Casa C/ San Francisco	23'73	4'98	18'75	
31 agosto	Heredad Puerto Manuel Frade	500'00	81'20	418'80	
Idem	Corela Carapetosa	3'75	0'60	3'15	
Idem	Olivar en la Mata	0'63	0'10	0'53	
Idem	Casa Calle Cervantes	3'44	0'72	2'72	
Idem	Casa C/ Juromeña	12'75	2'67	10'08	
Idem	Olivar Valle Alor	17'19	2'78	14'41	
Idem	Atalaya Poseirao	14'06	2'27	11'79	
Idem	Olivar Espinazo de la Cabra	1'88	0'30	1'58	
Idem	Casa C/ Victoriano Parra	2'50	0'52	1'98	
Idem	Casa C/ José Soto	15'00	3'15	11'85	

(continua)

Idem	Forrajal en la Fuente	30'00	4'85	25'14	
Idem	Forrajal en Ramapalla	15'00	2'45	12'55	
Idem	Olivar en la Sierra	22'50	3'64	18'86	
Idem	Olivar en la Sierra	6'25	1'01	5'24	
Idem	Olivar en la Sierra	3'12	0'50	2'62	
Idem	2/3 partes en la Fuente	20'00		20'00	
Idem	1 parte en la Fuente	10'00		10'00	
Idem	Olivar en la Mata	8'75	1'41	7'34	
Idem	Forrajal Cueva del Ladrón	18'75	3'14	15'61	
Idem	Casa C/ Juan Caldera	5'00	1'04	3'96	120 cuartillas (La cuartilla se paga a
Idem	Olivar Torrejón	10'00	1'62	8'38	13'45 pts.). Descuento de 99'40
Idem	Heredad Romal			15'15'20	pesetas
Idem	4.ª parte Heredad Rochadora			189'83	15 cuartillas. Descuento de 20'20 pts.
Idem	Tapada de Merocotón			293'86	25 cuartillas. Descuento de 55'97 pts.
Idem	Olivar en Vaciabolsa			56'90	4'6 cuartillas. Descuento de 3'65 pts.
Idem	Idem			19'00	1'6 cuartillas. Descuento de 1'20 pts.
Idem	Olivar en Espadera			82'19	6'6 cuartillas. Descuento de 5'27 pts.
Idem	Idem			21'18	1'8 cuartillas. Descuento de 1'24 pts.
Idem	Idem			94'18	8'4 cuartillas. Descuento de 17'94 pts.
Idem	Forrajal en Puerta Nueva			88'58	7 cuartillas. Descuento de 5'60 pts.
Idem	Forrajal Rivero de San Amaro			126'43	10 cuartillas. Descuento de 8'12 pts.
Idem	Cabezo Verdello			25'29	2 cuartillas. Descuento de 1'62 pts.
Idem	Corela Pombal			948'22	75 cuartillas. Descuento de 161'45 pts.
Idem	Forrajal Barbarroja			12'64	1 cuartilla. Descuento de 0'81 pts.
Idem	Idem			Idem	Idem
Idem	Vina Amesurados			94'84	7'6 cuartillas. Descuento de 6'07 pts
Idem	Forrajal Digo Digo			126'43	10 cuartillas. Descuento de 8'12 pts.
Idem	Vina San Amaro			62'84	5 cuartillas. Descuento de 4'43pts.
Idem	Idem			37'93	3 cuartillas. Descuento de 2'43 pts.
Idem	Idem			6'33	0'5 cuartillas. Descuento de 0'40 pts.
Idem	Idem			25'29	2 cuartillas. Descuento de 1'62 pts.
Idem	Idem			Idem	Idem
Idem	Suerte de tierra en San Benito			453'45	36 cuartillas. Descuento de 30'92 pts.
Idem	Forrajal en Pedra Furada			69'54	5'5 cuartillas. Descuento de 4'45 pts.
30 septiembre	Casa C/ Badajoz	12'50	2'62	9'88	

(continua)

(continuação / continuación)

Idem	Vña en el Penacho	5'00	0'81	4'19
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Casa C/ Ruperto Chapí	62'50		62'50
Idem	Casa C/ General Infante	52'50	11'02	41'48
Idem	Olivar en Marranota	15'00	2'43	12'57
Idem	Forraljal en Carapetosa	0'12	0'01	0'11
Idem	Huerta en San Jorge	40'00	6'48	33'52
Idem	Olivar en Marranota	15'00	2'43	12'57
Idem	Huerta Bufoas			2000'70
Idem	Huerta Arbelos			1000'35
Idem	Corela Arbelos			1808'53
Idem	Forraljal Santa Catalina			1000'35
Idem	Quiñón en la Mata			500'75
Idem	Quiñón en la Rala			702
Idem	Corela en Coitada			107'64
31 octubre	Corela al Catrapó	65'05	10'56	54'49
Idem	Forraljal Cueva de Ladrón	11'83	1'92	9'91
Idem	Casa en la Plaza	48'12	10'10	38'02
Idem	Casa C/ San Lorenzo	18'75	3'93	14'82
30 noviembre	Quinta de Santa Ana	62'50		62'50
Idem	Casa C/ San Blas	11'25	2'36	8'89
Idem	Suerte en Montño	50'25		50'25
Idem	Casa C/ Gregorio López	11'88		11'88
Idem	Heredad Provenza	156'25		156'25
31 diciembre	Heredad de las Pintas	187'48	29'99	157'49
Idem	Corela de las Pintas	2'70	0'43	2'27
Idem	Idem	14'82	2'36	12'45
Idem	Idem	8'27	1'32	6'25
Idem	Idem	5'35	0'85	4'50
Idem	Idem	4'55	0'72	3'83
Idem	Idem	7'78	1'24	6'54
Idem	Idem	3'00	0'39	2'61
Idem	Idem	13'50	2'15	11'35
Idem	Idem	3'04	0'48	2'56
Idem	Idem	2'90	0'46	2'44
Idem	Idem	4'40	0'70	3'70

(continua)

Idem	Heredad de las Muñatas	257'82	41'75	216'06
Idem	Casa C/ Diaz Brito	165'00	34'65	130'35
Idem	Viña en la Vizcaya	15'00	2'43	12'57
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	5'00	0'81	4'19
Idem	Idem	10'00	1'62	8'38
Idem	Casa C/ San Francisco	7'50	1'57	5'93
Idem	Casa San Pedro	41'25	8'65	32'59
Idem	2/3 partes Heredad de la Cuerna	33'38	5'41	27'97
Idem	1/3 partes Heredad de la Cuerna	16'69	2'70	13'99
Idem	Casa C/ Moreno Nieto	25'00	5'25	19'75
Idem	3 casas en la Plaza	32'81	6'89	25'92
Idem	2 casas en C/ Santiago	42'50	8'92	33'58
Idem	Forrajal en Valsalgado	1'84	0'30	1'54
Idem	Casa C/ José Soto	0'63	0'14	0'49
Idem	Casa C/ Santiago	3'06	0'63	2'43
Idem	Olivar al Pozo del Caño	12'50	2'02	10'48
Idem	Corela en San Jorge	3'75	0'60	3'15
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Forrajal en San Lorenzo	12'50	2'02	10'48
Idem	Olivar en la Sierra	17'50	2'83	14'67
Idem	Forrajal detrás del Fuerte	15'00	2'43	12'57
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Olivar al Lemus	16'25	2'63	13'62
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	9'00	1'45	7'54
Idem	Idem	15'25	2'63	13'62
Idem	Idem	11'25	1'82	9'43
Idem	Idem	11'25	1'82	9'43
Idem	Idem	15'00	2'43	12'57
Idem	Idem	14'69	2'37	12'32
Idem	Idem	11'88	1'92	9'96

(continuação) / continuación)

(continua)

(continuação) / (continuation)

Idem	Idem	6'25	1'01	5'24
Idem	Idem	12'50	2'02	10'48
Idem	Idem	10'00	1'62	8'38
Idem	Idem	3'75	0'60	3'15
Idem	Idem	7'50	1'21	6'29
Idem	Idem	6'25	1'01	5'24
Idem	Idem	13'75	2'23	11'52
Idem	Idem	11'56	1'87	9'69
Idem	Idem	15'00	2'43	12'57
Idem	Idem	13'44	2'18	11'26
Idem	Idem	8'75	1'42	7'33
Idem	Idem	7'50	1'21	6'29
Idem	Idem	10'00	1'62	8'38
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	8'75	1'42	7'33
Idem	Idem	6'57	1'06	5'51
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	15'63	2'53	13'10
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	15'00	2'43	12'57
Idem	Idem	9'38	1'52	7'86
Idem	Idem	14'37	2'22	12'15
Idem	Idem	11'25	1'82	9'43
Idem	Idem	13'12	2'13	10'99
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	11'25	1'82	9'43
Idem	Idem	7'50	1'21	6'29
Idem	Idem	5'63	0'91	4'72
Idem	Idem	6'88	1'11	5'77
Idem	Idem	6'25	1'01	5'24
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Idem	Idem	8'75	1'42	7'33
Idem	Idem	7'50	1'21	6'29
Idem	Idem	13'75	2'23	11'52
Idem	Idem	6'88	1'11	5'77

(continua)

(continuação) / (continuación)

Idem	Idem	9'00	1'37	7'63	
Idem	Idem	13'13	2'13	11	
Idem	Idem	7'50	1'21	6'29	
Idem	Idem	5'00	0'81	4'19	
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	
Idem	Idem	0'32	0'05	0'27	
Idem	Idem	5'00	0'81	4'19	
Idem	Idem	7'50	1'21	6'29	
Idem	Idem	9'38	1'52	7'86	
Idem	Idem	5'63	0'91	4'72	
Idem	Idem	11'25	1'82	9'43	
Idem	Idem	7'50	1'21	6'29	
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	
Idem	Idem	0'63	0'14	0'49	
Idem	Idem	0'34	0'08	0'26	
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	
Idem	Olivos en la Sierra	66'00		66'00	Pagan 66 alqueires de aceite
Idem	Casa C./Ruperto Chapi	13'75	2'89	10'86	
Idem	Casa C./Gregorio López	7'50	1'57	5'93	
Idem	Casa C./ San Blas	Idem	Idem	Idem	
Idem	Olivar en la Sierra	3'75	0'60	3'15	
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	
Idem	Viña en la Mata	15'00	2'43	12'57	
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	
Idem	Idem	0'30	0'05	0'25	
Idem	Casa C./ General Franco	39'07	8'20	30'87	
Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	
Idem	Idem	15'00	3'36	12'64	
Idem	Casa C./ San Lorenzo	3'50	0'73	2'77	
Idem	Casa C./ José Melero	16'25	3'41	12'84	
Idem	Casa en la Plaza	31'94	5'71	25'23	
	TOTAL	2020'22	339'16	1681'06	

Olivenza, 31 de Diciembre de 1950
 Están las firmas de: El Director Jefe. Ilegible.
 El Requirente: Fernando Antúnez Bautista.

O Liberalismo e a ocupação dos baldios – Um caso singular na ilha Terceira: derrubamentos/justiça da noite

Luís Mendonça e José Ávila

Embora a ideologia liberal fizesse a apologia da igualdade entre todos os homens, a sua aplicação prática não passou, em vários domínios, de um processo de boas intenções. Com efeito, a passagem do Antigo Regime para o Liberalismo nem sempre se traduziu numa situação de maior igualdade social, sobretudo se tivermos em atenção o que se passou em concreto com a classe popular.

Por exemplo, com a instauração do sufrágio censitário¹, e não do sufrágio universal (como alguns pretendiam), extensas franjas da população mantiveram-se à margem de qualquer envolvimento na vida política; da mesma forma, a tão propalada distribuição da propriedade por aqueles que efectivamente a cultivavam não passou de uma ilusão. No caso concreto de Portugal, aquilo a que se assistiu foi à transferência da propriedade das mãos da Coroa e das Ordens Religiosas (entretanto extintas) para as da alta burguesia endinheirada. Oliveira Martins classificou essa transferência como o banquete oferecido para saciar os apetites vorazes da alta burguesia liberal.

Por fim, em nome do progresso, do desenvolvimento agrícola do país e da tão ansiada infiltração das “relações capitalistas” no campo, assistiu-se à apropriação indivi-

dual das terras baldias e comunitárias, muitas vezes para desespero das populações rurais.

É bem provável que, desde os primórdios da nossa nacionalidade, a par com os terrenos arroteados e cultivados, fossem permanecendo extensas áreas que, pelo seu mais difícil acesso, pela sua menor propensão para a agricultura ou, até, pela mingua de mão-de-obra, nunca seriam alvo de uma apropriação individual. Eram os chamados baldios ou terras comunais, uma vez que delas usufruía toda a comunidade. Referindo-se, por exemplo, à paisagem minhota que se foi mantendo até meados do séc. XIX, Alberto Sampaio deixava o seguinte panorama:

A maior parte dos montes da província eram todos baldios ou comuns aos vizinhos duma paróquia ou lugar, quer por costumes antigos, quer por provisões régias, que não tinham outro fim senão sancionar o uso tradicional contra as pretensões de algum senhor da vizinhança. Ali pastoreava o gado de todos, ali roçava o mato ou cortava lenha quem queria².

Mas, no decurso do séc. XIX, tudo se alterou. O crescimento do comércio interno (proporcionado pelo aumento da população

¹ O sufrágio censitário atribuía o direito de voto apenas aos cidadãos que tivessem uma renda líquida anual de pelo menos 100\$000 réis.

² SAMPAIO, Alberto. “Estudos de economia rural do Minho”, cit., PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico – Portugal na 2.ª metade do séc. XIX*, p. 65.

urbana e pela aposta na construção de estradas e vias férreas) e as maiores facilidades que a política livre cambista criou à exportação dos produtos agrícolas, em particular para Inglaterra e França, impulsio-naram o aumento da área cultivada. As pressões para a ocupação das terras baldias/comunitárias, supostamente improdutivas ou subaproveitadas, intensificaram-se. E o novo regime liberal deixou de considerar intocáveis os direitos comunitários, viabilizando, desta forma, o avanço da propriedade particular.

Em muitos casos os terrenos foram divididos por aqueles que já os possuíam em comum. Mas, ao contrário do que se possa supor, não foi a classe camponesa a que mais beneficiou com esse processo. A burguesia rural, detentora de capital, de influência política e de extensas propriedades que desejava ampliar progressivamente, foi o grupo que dispôs de melhores condições para “tomar de assalto” as terras comunais, com a conivência dos governos liberais. Os campos foram vedados e os camponeses viram-se, assim, privados de uma importante fonte de rendimentos (terras de pastagem, lenha para consumo doméstico e para venda e estrume vegetal).

Como se isso não bastasse, a pequena propriedade camponesa não resistiu à concorrência da grande propriedade capitalista. O resultado foi óbvio: os camponeses foram obrigados a trabalhar para outrem, tornando-se trabalhadores assalariados, integralmente desprovidos da sua terra³.

No pequeno estudo que aqui apresentamos, o nosso propósito foi o de mostrar como o fenómeno da ocupação dos baldios foi sentido e vivido numa das ilhas do

arquipélago dos Açores (a Terceira) e, sobretudo, a forma muito peculiar e *sui generis* como as populações locais reagiram à sua implementação ou tentativa de implementação.

Tal como acontecia um pouco por todo o país, existia na ilha Terceira uma grande extensão de terrenos baldios, de terrenos que, por ficarem em zonas mais altas, menos acessíveis ou por serem menos aptos para a prática da agricultura, nunca foram arroteados, plantados ou vedados. Por isso, desde a descoberta e povoamento das ilhas (séc. XV), tornaram-se logradouro comum dos povos (terras comunais) e a força da tradição acabaria por se converter em lei, situação confirmada por provisões régias e regulamentação camarária. Os baldios eram, por conseguinte, propriedade comunitária e deles poderiam usufruir todos os seus habitantes, situação que beneficiava particularmente as populações mais desfavorecidas e de menores posses:

Os pobres d'algumas freguezias principiaram a gozar destas immensas campinas baldias para n'ellas criarem seus gados e d'ellas tirarem lenhas. Quasi todas as lenhas, que se consomem na ilha, são extrahidas dos mattos do Concelho, e muitos centenaes de homens d'aqui tiram sua subsistênciã, e quando não tem outras obras, em que empreguem seus braços, vão buscar molhos de lenha, que vendem⁴.

A partir de finais do séc. XVIII, a grande quantidade de terrenos incultos (cerca de 2/3 da ilha) começou a suscitar alguma apreensão junto das autoridades locais. Iniciou-se, então, um movimento no sentido de aumentar a área cultivada da ilha, mas tal

³ PEREIRA, Miriam H. O. cit., pág. 325.

⁴ ANDRADE, P^o. Jerónimo Emiliano de. *Apontamentos Posthumos*, p. 113.

implicava necessariamente a ocupação individual de muitos terrenos baldios. Recordemos, a propósito, a iniciativa levada a efeito em 1805 pelo Capitão-General dos Açores, ordenando ao Juiz de Fora e aos oficiais da Câmara que mandassem afixar editais, em que se estipulava o arrendamento dos baldios, de preferência aos vizinhos dos ditos terrenos, em pequenas parcelas e, o mais importante, na condição de serem destinados ao cultivo. Nessa altura, algumas iniciativas foram tomadas, determinados baldios foram repartidos e os contemplados começaram a vedar as suas novas propriedades com tapumes ou com muros de pedra.

Mas uma parte significativa da população insurgiu-se contra tais iniciativas, alegando que, «repartidas as terras, ficava privada de n'ellas guardar e entreter os gados que costumavam crear»⁵.

Formaram-se grupos de populares que, pela calada da noite e encapuçados, para assim melhor se esquivarem a possíveis represálias das autoridades policiais, recorriam sistematicamente ao derrubamento das vedações ou muros que haviam sido erguidos (muitas vezes na véspera) com o intuito de delimitar as novas propriedades. Estes derrubamentos também ficaram conhecidos localmente como “esboralhadas” e, como ocorriam à noite, assumiram igualmente a designação de justiça da noite; justiça, porque, para os que a praticavam, tratava-se apenas de repor uma situação que havia sido legitimada por muitos séculos de tradição.

Embora as suas origens remontem aos princípios do séc. XIX, o fenómeno das “esboralhadas” atingiu o seu período de maior fulgor e intensidade entre a 2.^a metade

do séc. XIX e o 1.^o quartel do séc. XX, assumindo-se como um tema recorrente da imprensa local. Imprensa essa que era peremptória em classificá-las como actos de puro vandalismo, que atentavam contra a propriedade privada e comprometiam o desenvolvimento agrícola da ilha. Havia, de facto, no seio dos fazedores de opinião um consenso generalizado no sentido de considerar o arroteamento dos baldios como fundamental para superar o marasmo económico em que se encontrava mergulhada a agricultura local e de condenar categoricamente a acção dos “derrubadores”, sobre os quais deveria recair a mão pesada da justiça.

A título de exemplo, num artigo de opinião de 1859 dizia-se o seguinte:

*É igualmente sabido quantos prejuízos tem soffrido a agricultura desta ilha, por deixarem de se cultivar muitos delles, pelo costume pernicioso em que estão os povos, de derribarem as propriedades que se tapam, com o fim de se irem perpetuando numa posse, de que não tiram vantagens algumas, nem as deixam tirar aos que desejam agricultural novas terras*⁶.

Para os defensores dos arroteamentos, apenas os criadores de gado caprino tiravam reais vantagens da situação em vigor, na medida em que lhes convinha que uma extensa área permanecesse como logradouro comum, para assim disporem de bastantes pastos para os seus rebanhos.

Também se insurgia a imprensa local contra o clima de impunidade que reinava em relação aos prevaricadores, alegando que com a legislação em vigor não era possível castigá-los severamente, como mereciam, visto que não era possível descobrir os

⁵ Idem, p. 106.

⁶ *A Terceira*, n.º 25, 23 Junho.1859.

autores de tais crimes⁷. A dificuldade em identificar os “criminosos” também se prendia com o facto de eles agirem em grupos numerosos e, por norma, com a cumplicidade de povoações inteiras.

A autoridade máxima do distrito, o Governador Civil, embora adoptando uma postura mais moderada, não deixava de manifestar reais preocupações com a grande quantidade de terrenos incultos e com as resistências encontradas ao seu arroteamento. Num relatório da referida autoridade, chamava-se a atenção para o facto de existir na ilha uma vasta zona inculta e desaproveitada, uma área de maninhos e baldios, supostamente de utilização pública, onde qualquer tentativa de arroteamento e de apropriação individual era prontamente inviabilizada por povoações inteiras, através das conhecidas esboralhadas, que faziam voltar as glebas arroteadas e vedadas ao estado de baldios. E, em 1877, a referida autoridade ia mesmo ao ponto de afirmar que os baldios que proliferavam por toda a ilha eram o principal responsável pela forte emigração que se fazia sentir naquela ilha e que, por conseguinte, o respectivo arroteamento era absolutamente indispensável para combater aquele fenómeno⁸.

Mas a verdade é que não havia qualquer sintonia entre os apelos oficiais ou pseudo-oficiais e as motivações populares.

Deixemos alguns exemplos. No ano de 1848 foram derrubados, numa extensão de 100 braças, os tapumes de uma propriedade situada no Patalugo, na freguesia de Santa

Luzia, pertencente a um negociante local⁹. E, volvidos alguns anos, ocorria no sítio da Aguálva um derrubamento categórico nas propriedades do Comendador António José Vieira Fartura, onde, para além da destruição de muros e tapumes, houve lugar à devastação dos campos, arrombamento de casas, etc.¹⁰. Sensivelmente pela mesma altura, era a vez de serem derrubados os tapumes da propriedade do brigadeiro Noronha¹¹. E nem as demarcações efectuadas com paredes de pedra dissuadiam os supostos populares dos seus intentos. Num determinado cerrado eram derrubadas paredes numa extensão de 280 metros¹².

Num artigo do Jornal “O Angrense”, datado de 1877, constatava-se que era raro o mês em que não ocorria um crime de derrubamento, «chegando-se a praticar a inqualificável acção de esfaquear e martyrizar... gados que pacíficos pastavam nos campos de seus donos...»¹³.

Em 1910 foram presos, para averiguação, quatro indivíduos da Serreta, acusados de derrubar cerca de 800 metros de defesa ou divisória dos terrenos pertencentes ao Sr. Augusto Fournier Monteiro e por si aforados a vários indivíduos¹⁴. Dois dias depois, eram libertados na condição de repor as vedações tal como estavam anteriormente¹⁵. Já em 1913, em pleno dia, foram derrubados milhares de metros de paredes que serviam de vedação de uns prédios rústicos situados na freguesia dos Biscoitos, por um bando de 50 homens mascarados e alguns, até, armados de espingardas¹⁶.

⁷ *O Angrense*, n.º 1213, 25.Abril.1863.

⁸ Relatório do Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo, ano de 1877, pp. 31-32.

⁹ *A Terceira*, n.º 204, V Ano, 17.Janeiro.1863.

¹⁰ *O Angrense*, n.º 1244, 26.Novembro.1863.

¹¹ *A Terceira*, n.º 204, 17.Janeiro.1863.

¹² *A Terceira*, 1.Março.1879.

¹³ *O Angrense*, 1877, n.º 1691.

¹⁴ *A União*, 27.Dezembro.1910.

¹⁵ *A União*, 29.Dezembro.1910.

¹⁶ *O Diário*, 31.Março.1913.



Acto de "derrubamento" na ilha Terceira (ilustração de Rui Silveiras¹⁷)

Não nos alongaremos com mais exemplos, pois tal poderia tornar-se fastidioso. Mas o que importa realçar é que essa fase de maior intensidade dos derrubamentos viria a culminar com um mediático processo que ocorreu em 1912, no qual os supostos infractores foram presos, constituídos arguidos, julgados e considerados culpados. O processo moveu muitas paixões e o que para uns foi considerada uma decisão exemplar, para outros foi tido como um desfecho bastante injusto.

Os prédios onde se deram os derrubamentos haviam pertencido à importante casa

vincular de D. Benedicta Quitéria de Sá Coutinho e aos sucessivos herdeiros, até que, em 1911, parte deles foram vendidos e adquiridos por Emílio Borges d'Ávila e Lúcio Fagundes Júnior, através de escrituras públicas devidamente reconhecidas. Foi precisamente nesses prédios recém adquiridos e vedados¹⁸ que ocorreram na noite de 21 de Maio de 1912 os ditos derrubamentos, motivando a reacção pronta e imediata dos proprietários lesados e o subsequente encaminhamento judicial. Foram indiciados e acusados os seguintes indivíduos¹⁹:

¹⁷ Rui Silveiras é professor de Arte e Design na Escola Secundária Anselmo de Andrade, em Almada, e teve a grande amabilidade de recriar uma cena das esboralhadas. Pelo facto, os mais sinceros agradecimentos.

¹⁸ Os prédios eram conhecidos por pasto do Maunto, situado na freguesia de Santa Luzia.

¹⁹ *O Diário, Jornal da Noite*, Angra do Heroísmo, 5.Dezembro.1912, Ano 1, n.º 29.

Nome	Naturalidade	Estado Civil	Profissão
José Ferreira Abril	Cinco Ribeiras	Casado	Lavrador
Marcos de Sousa Veríssimo	Cinco Ribeiras	Solteiro	Trabalhador
José Alves Bretão “O Morgado”	Doze Ribeiras	Casado	Lavrador
Henrique da Silva Lemos	“ “	Casado	“
João da Rocha Vaz	“ “	Solteiro	“
João Martins de Sousa	“ “	Casado	“
Alfredo Machado Barcellos	“ “	Solteiro	“
José de Sousa Dias Júnior	Doze Ribeiras	Solteiro	“
António da Costa Alinho	“ “	Casado	“
Manoel Violante	Cinco Ribeiras	“	“
João de Sousa Mendes	“ “	“	“
Bento Machado de Sousa	“ “	“	“
Pedro Machado de Sousa	“ “	“	“
Manoel Machado Barcellos	Santa Bárbara	“	“
José Cardoso Mendes Gato			

Ao todo eram quinze indivíduos, quase todos da freguesia das Cinco Ribeiras (11) e quase todos trabalhadores (13). Para além destes, existiam mais alguns indivíduos supostamente implicados que não foram citados para se apresentarem em julgamento porque, entretanto, se haviam ausentado da ilha (evasão?).

Em tribunal esgrimiram-se argumentos entre os defensores dos réus e os que pugnavam pela sua condenação categórica, sem qualquer tipo de contemplações. Os contendores recorreram aos mais variados argumentos: jurídicos, históricos, socioeconómicos, etc. Após um processo que se prolongou por alguns meses e vários dias de julgamento em que o tribunal esteve sempre apinhado de gente, num verdadeiro espectáculo mediático, a sentença foi proferida em princípios de Dezembro de 1912 e todos os arguidos foram considerados

culpados. A decisão judicial baseou-se nos seguintes pressupostos²⁰.

1) Os terrenos onde ocorreram os derrubamentos foram adquiridos pelas partes acusadoras em 1911 e todas as transmissões anteriores encontravam-se registadas em Conservatória do Registo Predial. Logo, os referidos terrenos não estavam sujeitos ao regime dos baldios, uma vez que eram propriedade individual das partes acusadoras.

2) Mesmo que, por hipótese, os referidos terrenos pudessem considerar-se baldios, os arguidos não tinham legitimidade para defender esses direitos, mas apenas o corpo administrativo a quem o baldio pertencesse.

3) Por agirem os arguidos à noite e com disfarce, para não serem reconhecidos, estavam claramente a exteriorizar a intenção criminosa e a culpa.

²⁰ Vide o *Diário*, Angra do Heroísmo, n.º 29, 30, 31 e 32 (5 a 9. Dezembro. 1912).

4) Tais crimes eram um ataque peremptório ao direito de propriedade, prejudicavam o desenvolvimento económico e agrícola da ilha e punham claramente em causa a ordem pública.

5) Se não existia uma prova irrefutável sobre os derrubadores, era simplesmente porque eles agiam pela calada da noite e tomavam todas as precauções para não serem reconhecidos ou descobertos; mas também porque, inclusivamente, não hesitavam em ameaçar com a morte aqueles que os denunciasses.

6) Alguns dos arguidos confessaram no comissariado da polícia e depois em tribunal terem sido os autores do crime ou os seus instigadores, não estando provado que as suas confissões ou declarações tivessem sido obtidas sob coacção ou pelo recurso a meios persuasivos ou violentos.

Os réus José Ferreira Abril, Marcos de Souza Veríssimo e José Alves Bretão foram os que mais sentiram o braço forte da justiça, uma vez que foram considerados os principais mentores e executantes do crime. Foram sujeitos a cinco meses de prisão correcional, mais 30 dias de multa, a 200 réis por dia. Henrique da Silva Lemos, por ser menor, foi contemplado com 2 meses de prisão, mais 10 dias de multa, a 100 réis por dia. Aos restantes réus foi aplicada a pena de 3 meses de prisão, acrescida de 15 dias de multa, a 100 réis por dia²¹.

Interpuseram recurso os conceituados advogados de defesa Dr. Henrique Braz e Dr. Luís da Silva Ribeiro. Para o legitimar, os referidos advogados começavam por invocar razões de natureza histórica. Alegavam eles

que os baldios onde se deram os actos de derrubamento estavam, desde tempos imemoriais, na posse pacífica e continua do povo, sendo, por conseguinte, terrenos comunais. Não estava em causa que os apelados (queixosos) tivessem adquirido os terrenos que estavam a ser alvo de toda a polémica. A questão é que essa aquisição não lhes conferia o direito de propriedade, visto que era o povo que os possuía colectivamente desde tempos imemoriais²². Por isso, quando aqueles pretenderam ocupar em exclusivo os ditos terrenos (vedando-os), os derrubadores, gente do povo, foram derrubar essas vedações, convencidos de que estavam a praticar uma acção meritória e legítima²³.

De seguida, insistia-se na questão social, também ela de vital importância para compreender as motivações dos derrubadores:

«O ataque à vedação exclusivista dos baldios é um impulso que há de sempre surgir na alma, experimentada pela agruras da sorte, do pobre camponês da Terceira. Vedar o baldio, sem que a multidão incomensurável dos pobres, dos povos vizinhos tenham em tal vedação compensações imediatas, palpáveis, evidentes, há de sempre excitar à revolta os que, desde tempos imemoriais, usufruem livremente esses tractos de terreno aberto»²⁴.

Na questão dos baldios, enquanto os tapadores defendiam os interesses egoístas de uma minoria, os derrubadores agiam em benefício da maioria, os pobres²⁵.

²¹ *O Diário, Jornal da Noite*, Angra do Heroísmo, n.º 32, 9. Dezembro. 1912.

²² RIBEIRO, Luís da Silva. Baldios, "Derrubamentos e Derrubadores", in *Obras II*, p. 307.

²³ BRAZ, Henrique. *Minuta de Apelação*, Angra do Heroísmo, 1912, p. 30.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Idem*, p. 10.

E se os derrubadores agiam pela calada da noite, às ocultas, era «... para evitar a injustiça dos que mandam e governam, que em vez de procurarem conciliar e zelar pelos interesses populares, têm-se posto ao lado dos fortes contra os fracos, ao lado dos ricos contra os pobres, oprimindo os mais oprimidos e defendendo os opressores»²⁶.

Por fim, uma questão do foro processual, domínio em que, na opinião dos advogados de defesa, haviam ocorrido irregularidades graves. Com efeito, alguns dos réus, para além de terem estado presos e incomunicáveis durante vários dias nos calabouços do comissariado da polícia, foram submetidos a interrogatórios torturantes e a toda a espécie de coacção moral, «...de forma a extorquir-lhes declarações que os comprometessem, o que não seria difícil obter de criaturas ignorantes, simples, rudes, como os apelantes»²⁷.

Todavia, o recurso de apelação não foi aceite pelo Tribunal da Relação de Lisboa, uma vez que apresentado fora do prazo legal²⁸.

Mas o que o processo (independentemente do desfecho) veio pôr ainda mais em evidência é que havia uma profunda cisão na sociedade terceirense e que era fundamental encontrar soluções para a superar.

Logo após a proclamação da República em 1910, o Governador Civil do Distrito de Angra reuniu alguns cavalheiros da cidade de Angra com o intuito de estudar a melhor forma de encetar os trabalhos de arroteamento dos baldios. Foi, então, proposto ao governo da Metrópole que se nomeasse uma comissão, composta por diversas entidades oficiais, destinada a proceder à organização do cadastro dos baldios terceirenses e que determinaria quais os terrenos abertos que eram propriedade particular e quais os que deveriam considerar-se logradouro comum.

Esta clarificação seria, pois, fundamental para legitimar o futuro arroteamento dos terrenos baldios. E isto porque, «defender a vedação de terrenos abertos sem que quem a faz tenha título legal da sua propriedade, sem que o seu direito seja incontestável e incontestado, equivaleria a concorrer para a usurpação de direitos que a outrem pertencem. Paralelamente, aprovar todos os derrubamentos que o povo, a deshoras, pratica nos terrenos recentemente, ou já há muito tapados, sem a certeza de que elles são de logradouro commum, ou que quem os tapa não pode provar que legitimamente lhes pertencem, seria igualmente atentar contra o direito de propriedade que a lei reconhece e garante»²⁹.

²⁶ RIBEIRO, Luís da Silva. *Minuta de Apelação*, Angra do Heroísmo, 1912, p. 310.

²⁷ BRAZ, Henrique. *Minuta de Apelação*, p. 11.

²⁸ *O Diário*, Suplemento ao n.º 90, 19.Fevereiro.1913.

²⁹ *A Democracia*, n.º 4, Angra do Heroísmo, 3.Dezembro.1911.

La transición política en España y Portugal (1974-1982): similitudes, diferencias y influencias

Moisés Cayetano Rosado (Espanha)

Portugal y España arrastraban sendas dictaduras desde unas cuatro décadas, cuando a mediados de los años setenta se produjo en ambas el cambio democrático. Traumático y rápido en su origen, en el primer caso; razonablemente sosegado y espaciado en el segundo.

Alzamiento militar en Portugal, ante el trágico problema de sus guerras coloniales, apoyado masivamente por el pueblo en la calle. Pacto y consenso en España, de todas las fuerzas democráticas, tras la muerte de Franco, presionado en la calle por intensas huelgas laborales y manifestaciones universitarias y de trabajadores.

La transición, iniciada por los portugueses el 25 de abril de 1974 con la Revolução dos Cravos, pasa por momentos de radicalización con nacionalizaciones y reforma agraria, que se irán moderando año y medio después, reconduciéndose al modelo democrático occidental a partir de 1982, con su primera reforma constitucional. La muerte de Franco, el 20 de noviembre de 1975 va a iniciar el proceso democrático español, lento y difícil con el Presidente Arias Navarro (último Presidente con Franco y primero con el rey Juan Carlos), y normalizado con el nombramiento, para sustituirle, de Adolfo Suárez el 4 de julio de 1976: consenso con todas las fuerzas políticas y elecciones generales en junio de 1977, tras legalizar dos meses antes al PCE, llevan a un proceso tranquilo, pese al sobresalto golpista ultramontano y fracasado del 23 de febrero de 1981; el triunfo electoral del PSOE en octubre de 1982 confirmará la reconducción al modelo democrático occidental.

Portugal y su Revolução fue un aviso y un acicate para la decisión de las fuerzas del régimen español y la oposición de llevar adelante la reforma política, dentro de los cauces de la moderación y del consenso, que en el primer año y medio no fue posible en Portugal, que por otra parte no pudo realizar el sueño revolucionario, socialista, consagrado incluso en su Constitución.

1. LA TRANSICIÓN POLÍTICA

1.1. Las causas

1.1.1. En Portugal

Las cuatro décadas que Portugal estuvo inmersa en una dictadura conducida con mano de hierro bajo la dirección del profesor António de Oliveira Salazar primero (hasta

1970, en que un grave accidente le dejó incapacitado física y mentalmente) y luego por el también profesor universitario Marcello Caetano (siendo en todo momento Presidente de la República, con poder más que nada simbólico, el almirante Américo Thomaz) no fueron una balsa de aceite para el gobierno filofascista impuesto. Los universitarios de Coimbra y Lisboa, los obreros industriales de Porto y el área metropolitana de Lisboa-Setúbal, y los jornaleros de Alentejo, practicaron una oposición constante al

régimen, creciente con los años, pese a la represión cruel de la policía política (la terrible PIDE) y la GNR, la Guardia Nacional Republicana, que practicaban sistemáticamente los más brutales métodos de tortura.

Uno de los hitos fundamentales de esta oposición fue la conquista de “las 8 horas”: consiguieron los jornaleros del Sur, organizados y dirigidos por el Partido Comunista – única fuerza de oposición con estructura, dirigentes y militantes suficientes como para plantar cara a la dictadura –, una movilización sin precedentes, sostenida en los meses de abril y mayo de 1962, que llevó a exitosas huelgas en el campo. Participaron más de 250.000 trabajadores, y a pesar de la ocupación de pueblos y campos por la PIDE y la GNR, a pesar de sus detenciones y torturas, el gobierno y los latifundistas tuvieron que aceptar la implantación de la jornada laboral de 8 horas, en lugar de la que se venía practicando: trabajo no sólo de sol a sol, sino de luz a luz, o sea 12 y más horas de faena por un jornal de miseria.

Este hecho fue decisivo para mostrar la debilidad del régimen: la unión de los trabajadores, la unión del pueblo podría conseguir sacudirse la opresión de décadas.

Por esos mismos años, Portugal se estaba viendo envuelta en unas sangrantes guerras coloniales, cuyo final no podía ser otro que la retirada de las zonas de ocupación, como estaban haciendo los demás países colonizadores. Así, en 1961 dará comienzo el levantamiento por la independencia en Angola; en 1963, en Guinea-Bissau, y en 1964, en Mozambique.

La sangría colonial era enorme. Los gastos de mantenimiento de tropas y armamentos suponían el 10% del PIB; en la década de los sesenta se movilizaron casi 900.000 jóvenes, de una población de 10 millo-

nes de habitantes, muriendo en unos 13 años diez mil militares en combate y produciéndose más de 20.000 heridos de consideración.

Así, llegó un momento en que todo llevaba a una ruptura radical: el pueblo estaba preparado, siendo constante la movilización de estudiantes, obreros y jornaleros; había una organización política muy preparada y bien organizada, que no sólo coordinaba la acción de los sectores anteriores, sino que se había infiltrado eficazmente entre la tropa y los oficiales jóvenes del ejército; por último, el trauma social, económico, familiar, vital, de las guerras en África hacía necesaria una acción contundente.

Cuando el 25 de abril de 1974 se produce el golpe militar encabezado por un nutrido grupo de jóvenes capitanes, no sólo la resistencia militar adepta al régimen fue débil, sino que el pueblo en masa se echa a la calle para apoyar la sublevación, asistiéndose a un cambio de régimen “por aclamación”, con claveles en las bocas de fusiles y armas artilleras, como señal de “comunidad popular y esperanza”. Más de 700 militares profesionales, bien entrenados en las guerras coloniales, se vieron envueltos en el “golpe de los capitanes”: el 40% de los profesionales por debajo de la graduación de comandante, una fuerza imposible de parar, respaldada por un pueblo que ocupó las calles pacíficamente, pero dispuesto a todo si encontraba resistencia.

1.1.2. En España

Si en Portugal la dictadura fue perdiendo pulso en los últimos años, especialmente desde la retirada de Salazar en 1970, en España diferían las circunstancias, pero también se agotaba el modelo.

Cierto que aquí seguía el dictador en el poder, logrado con el triunfo en la Guerra Civil de 1936-1939. Pero – militar rodeado de militares ultramontanos – el Jefe del Estado, Francisco Franco, perdió el 20 de diciembre de 1973 a su hombre de mayor confianza, el almirante Carrero Blanco, Presidente del Gobierno, que moría en un espectacular atentado terrorista de ETA. Llegaba así, aceleradamente, el principio del fin.

Para sustituirlo, nombra al notario Carlos Arias Navarro, ex-alcalde de Madrid, un “duro” del régimen, que se mantendrá en la Presidencia hasta julio de 1976, ocho meses después de la muerte de su mentor, renunciando por desacuerdo con la transición política que inevitablemente se estaba produciendo, bajo la Jefatura del rey Juan Carlos I.

Ya antes de la muerte del general Franco, los movimientos político, sindical y social, unidos en sus pretensiones de cambio, se habían reforzado y consolidado de una manera definitiva, a pesar de la también sistemática represión policial en las ciudades y de la Guardia Civil en los campos y pueblos. Las huelgas en fábricas del País Vasco, Cataluña, Madrid... especialmente, controladas por los sindicatos CC.OO., UGT y CNT sobre todo, con el apoyo de los partidos políticos igualmente clandestinos – destacando el PCP y PSOE – llevaron al país a una situación record: en el primer trimestre de 1976, fuimos la nación europea con mayor número de obreros en huelga. La movilización estudiantil no fue menos importante en sus acciones internas y de apoyo a la causa social general y a la obrera en particular, como lo sería la actuación dinámica de las múltiples asociaciones de vecinos que en barrios proletarios se habían formado, con el respaldo de los partidos políticos de izquierda, de los sindicatos y de un importante sector de la iglesia católica: movimien-

tos cristianos de base que daban cobertura a las organizaciones clandestinas de oposición.

Con el dictador ya manifiesta e irreversiblemente enfermo, la oposición democrática había empezado a preparar la transición secretamente. Así, se constituye la Junta Democrática el 30 de julio de 1974, formada por el Partido Comunista, el Partido Socialista Popular, el Partido de los Trabajadores y CC.OO; un año después, la Plataforma de Convergencia Democrática, integrada por el PSOE, Izquierda Democrática y la Organización Revolucionaria de los Trabajadores. Ello dará lugar, cuatro meses tras la muerte de Franco, a la Platajunta, con el siguiente acuerdo programático: liberación de presos, restablecimiento de los derechos humanos y libertades políticas, recuperación de los derechos autonómicos y apertura de un período constituyente.

1.1.3. Conclusiones

En definitiva, nuestros dos países ibéricos salen a mediados de los años setenta de sendas dictaduras filofascistas de cuarenta años de duración, con una madurez en el movimiento sindical, político, estudiantil y social de gran relevancia. En ambos, las fuerzas represoras policiales desempeñan un terrible papel recurriendo a la tortura y violación de todo derecho ciudadano.

Sin embargo, mientras que en Portugal los militares jóvenes asisten a un proceso de concienciación a favor de las libertades, por la democracia y contra el colonialismo, en España el ejército sigue siendo elitista, básicamente reaccionario, pilar fundamental del régimen y colonialista (la retirada del Sahara, a raíz de la “Marcha Verde” de unos 300.000 marroquíes que penetran en territorio del

Protectorado español el 14 de noviembre de 1975, llevando a que cuatro días después se deje su control bajo administración de Marruecos y Mauritania, supone una humillación y un "deshonor" que sólo admiten dadas las circunstancias del momento: un Franco agonizante que no da para más batallas africanistas).

Se llega así a dos modelos de inicio de transición: brusco, radical, en Portugal, con elementos adictos al régimen arrojados del poder de forma contundente, perseguidos, si bien "suavemente" juzgados al final; pacífico, negociado, consensuado, en España, y precisamente dirigido al comienzo por los mismos políticos que acompañaron al dictador en sus últimos tiempos de gobierno. Exilio para los dirigentes portugueses; mando en transición e incluso con buenos resultados electorales iniciales para los dirigentes franquistas españoles.

1.2. Los hechos

1.2.1. En Portugal

La primera etapa de la transición política en Portugal dura desde el 25 de abril de 1974 al 25 de noviembre de 1975. Son 19 meses de convulsión y utopía, de protagonismo militar y político radical, con seis gobiernos provisionales y amplias reformas que van desde la nacionalización de la banca, los seguros, las principales empresas industriales y de servicios, a una reforma agraria que lleva a la ocupación de 1.200.000 hectáreas de latifundios donde se asientan unos 72.000 trabajadores, formando 550 Unidades Colectivas de Producción, además de impulsarse la descolonización completa de los territorios ocupados en Asia y África.

Este año y medio no fue nada fácil. El primer Presidente de la República, el general

Spínola, nunca estuvo satisfecho ni con el proceso político de nacionalizaciones y ocupaciones, ni con el ritmo y modelo de descolonización, lo que fuerza su salida de la Presidencia el 28 de septiembre de 1974 y le lleva a un intento de golpe de estado en marzo siguiente, cuyo fracaso le fuerza al exilio. Será el general Costa Gomes quien ostente la más alta magistratura del Estado desde septiembre de 1974 a julio de 1976, en que se producen las primeras elecciones a dicha Presidencia, que gana el teniente coronel Ramalho Eanes, el cual se mantendrá por 10 años en la Jefatura. Ramalho Eanes había encabezado militarmente el cambio de orientación de la revolución el 25 de noviembre de 1975, apoyado entre otras fuerzas a su derecha por el Partido Socialista portugués.

A consecuencia del intento involucionista protagonizado por Spínola en marzo de 1975, se radicaliza la posición del Movimiento de las Fuerzas Armadas protagonistas del golpe de abril de 1974 y se creó el 14 de marzo un Consejo de la Revolución, con la misión de velar por los fines que el movimiento militar triunfante y los partidos de izquierda que le respaldaron habían trazado: la consecución de una sociedad socialista, sin clases, con una economía democráticamente planificada y la apropiación colectiva de los principales medios de producción. Principios que incluso quedan consagrados en el articulado de la Constitución de 2 de abril de 1976.

Desde el 11 de marzo de 1975 a 25 de noviembre del mismo año Portugal desarrollará una etapa claramente revolucionaria, socialista, denominada PREC (Proceso Revolucionario en Curso), de tintes marcadamente marxistas e inspiración comunista, con protagonismo especial del PCP, que inspira decididamente a los gobiernos provi-

sionales que se suceden. El coronel Vasco Gonçalves, presidente de los gobiernos provisionales desde 17 de julio de 1974 a 18 de septiembre de 1975 (II a V Gobierno) será junto al Secretario General del PCP, Álvaro Cunhal, la figura decisiva. Sólo a partir de esta segunda fecha – con el último Gobierno Provisional, más moderado – se reconduce la situación, que en el verano de 1975 había llegado a un clima de enfrentamientos que presagiaba una anunciada guerra civil, evitada a duras penas cuando el 25 de noviembre los propios militares se enfrentan en un golpe de mano que finalmente da el poder a los más moderados, encabezados por Ramalho Eanes. Políticamente, el PS, liderado por Mário Soares, apoya esta alternativa, alentado por el modelo socialdemó-

crata alemán y la diplomacia estadounidense, radicalmente opuestos al protagonismo revolucionario del PCP.

En abril de 1976, las primeras elecciones democráticas a la Asamblea de la República darán la mayoría al PS, formándose en julio el I Gobierno Constitucional, presidido por su Secretario General, Mário Soares, que lo hará también durante el II y VIII, en tanto diversos gobiernos de centro derecha ocupan el poder en el intermedio, lo que consolida una situación de alternancia en el poder que gira alrededor del centro político, con matices de derecha e izquierda. Retoques constitucionales en 1982, 1989 y otros más en las siguientes décadas llevan a Portugal a un modelo occidental similar al del resto de los países de esa órbita.



António de Oliveira Salazar y Francisco Franco, los dos personajes más visibles de los regímenes portugués y español, anteriores a la transición para la democracia

1.2.2. En España

Las convulsiones vividas en Portugal, especialmente en los dos primeros años de transición, no tendrán reflejo en España. Acá, todo discurre bajo la implantación del consenso y el pacto entre partidos, así como entre gobierno y fuerzas sindicales, empresariales y sociales.

Una vez que Carlos Arias Navarro renuncia a la Presidencia del Gobierno, por discrepancias con la transición democrática, el rey nombra Presidente al antiguo ministro franquista Adolfo Suárez. Estamos en julio de 1976 y éste se mantendrá en el poder hasta enero de 1981, tras formar sobre la marcha un partido de centro: UCD (Unión de Centro Democrático), consiguiendo firmar con las principales fuerzas políticas y sindicales los "Pactos de la Moncloa", vigentes de octubre de 1977 a diciembre de 1978, y que serían la base firme del modelo de transición pactada, de "paz social", de recurso sistemático al diálogo y la negociación para solucionar conflictos políticos y reivindicaciones laborales-empresariales.

Con la Constitución del 6 de diciembre de 1978, modelo de consenso y flexibilidad, la transición queda consagrada, y aunque las resistencias internas de los nostálgicos del franquismo, así como las tensiones dentro de la UCD llevan a Suárez a dimitir en enero de 1981, el nuevo Presidente de Gobierno, Leopoldo Calvo Sotelo, gobernará sin grandes dificultades hasta el triunfo en las urnas del PSOE el 28 de octubre de 1982, que llevará a su líder, Felipe González, al Gobierno de la nación por más de 13 años. No faltaron, eso sí, algunos sobresaltos, destacando el frustrado Golpe de Estado de 23 de febrero de 1981, que pese al susto, contribuyó a reforzar el proceso democrático y el diálogo.

1.2.3. Conclusiones

La conformación del nuevo modelo político, el paso de una dictadura a una democracia occidental entre liberal y socialdemócrata, con alternancia controlada en el poder de partidos que giran alrededor del centro, aunque con ráfagas dialécticas que se decantan a la derecha o a la izquierda y luego se vuelven a centrar, o "son centradas" por sucesivos procesos electorales, son el resultado final en ambos países.

Sin embargo, Portugal pasa por la utopía revolucionaria, por el intento de conformar una sociedad socialista y una economía colectivizada, con expropiaciones y nacionalizaciones radicales que no se da en España. Y pasa por una Constitución (de 1976) inusual en el modelo democrático occidental, pero curiosamente apoyada no sólo por las fuerzas de izquierda sino también por las de centro, e incluso acatada sin protestas especiales por la derecha. Eso sí: propuestas de intenciones que la legislación de desarrollo y los hechos cotidianos contradecían; el proceso de contrarreforma agraria y las privatizaciones de sectores y empresas se inició al tiempo que se promulgaba el texto constitucional.

Pero en los dos países hubo momentos de sobresalto, si bien resueltos sin violencia: el 25 de noviembre de 1975 en Portugal y el 23 de febrero de 1981 en España, especialmente.

Al final, resueltos los conflictos de la transición, ambas naciones entran al mismo tiempo en la Comunidad Económica Europea: el 1 de enero de 1986, culminando su inclusión en el bloque occidental España con la entrada en la OTAN por referéndum en la primavera de ese mismo año (Portugal pertenecía desde 1949).

2. SIMILITUDES

2.1. Políticas

Es de destacar que en ambos estados ibéricos se produce la transición a la democracia tras cuarenta años de dictadura, sostenida por aparatos represores potentes, con demostrada capacidad de infiltración en los medios de oposición y fuertes mecanismos de actuación, con recursos sistemático a la prisión y la tortura.

Un solo partido mantiene en esas décadas una acción directa permanente: el Partido Comunista, clandestino, obsesivamente perseguido y sádicamente reprimido, pero muy presente en el movimiento obrero. Sin embargo, va a ser el Partido Socialista el que, ya en la transición, consiga los mayores réditos electorales, pudiendo formar cómoda y reiteradamente gobierno, al tiempo que goza del apoyo internacional más decisivo: la poderosa Internacional Socialista (cuyo mayor exponente es el Partido Social demócrata alemán de Willy Brant) y las respectivas embajadas de EE.UU., que canalizan la ayuda americana, el asesoramiento, el espionaje, etc.

2.2. Socio-económicas

Esta transición ibérica se produce en plena depresión del desarrollismo occidental. Los "felices años sesenta", con su explosión de bienestar, se quiebran. Los quince años anteriores proporcionaron a España y a Portugal un creciente bienestar, pues a la llegada de turismo europeo se unió la emigración laboral a Francia, Suiza, Alemania, Bélgica, Holanda, Inglaterra... suponiendo una importante llegada de divisas por inversiones de capitales extranjeros, gastos de turistas y remesas de emigrantes desde el exterior.

Pero en 1973 se inició el alza de precios del petróleo, que lleva a una crisis en cadena, retrayéndose las inversiones de capitales europeos, aminorándose la afluencia de turistas y cerrándose las puertas a los emigrantes. En consecuencia, sube el paro obrero, se encarece la producción, tan dependiente de la energía petrolífera, baja el consumo, se acelera la inflación. Esto crea un amplio descontento en la población, que contribuye a aumentar la conflictividad social y laboral, ante lo que los gobiernos iniciales de la transición adoptan medidas diametralmente opuestas, como veremos. Eso sí, ambos países recibirán en estos años importantes ayudas de EE.UU., materializadas en España desde 1975 como contribuciones militares y económicas por la utilización de bases aéreas españolas por las fuerzas estadounidenses, y en Portugal desde 1977 en forma de préstamos una vez rebasada la etapa revolucionaria.

2.3. Ligazón al "africanismo militar"

Curiosamente, los ejércitos de España y Portugal tenían en la época un componente "africanista" destacado. En el caso español, porque el alzamiento militar que llevó a Franco al poder procedía de las fuerzas destacadas y entrenadas en Marruecos, y que después seguirían teniendo bases importantes en el Sahara (con "puente aéreo" en Canarias). En el caso portugués, porque su presencia en Angola, Mozambique y Guinea-Bissau venía de atrás y sobre todo llevaban 13 años de guerra declarada, con multitud de intervenciones en combate.

Sin embargo, la menor importancia colonial española y el precedente "favorable" de haber servido de trampolín en el golpe de Estado de 1936, conformará una mentalidad militar distinta a la portuguesa, como se verá.

3. DIFERENCIAS

3.1. Políticas

En Portugal, la *Revolução dos Cravos* del 25 de abril de 1974 lleva a un proceso radical, marcadamente de izquierdas, conducido en lo militar por jóvenes oficiales dispuestos a hacer una revolución política, protagonizándola, y en lo político conducida por el PCP, rupturista, de clara influencia leninista. En tanto, el PS, creado un año antes en Alemania bajo el estímulo de Willy Brandt, pese a su oratoria inicial revolucionaria enseñada se decantó por la socialdemocracia, oponiéndose radicalmente al control del PCP, cuya influencia política era muy superior a su fuerza electoral; igualmente, se opone al dirigismo militar, que hasta 1982 no se consigue neutralizar, modificando la Constitución y pasando el Consejo de la Revolución (militar y con amplias competencias políticas) a Consejo de Estado (civil y con atribuciones consultivas).

En España, la transición es desde el primer momento un modelo de moderantismo y consenso, con un papel destacado en el diálogo socio-político del PCE, eurocomunista, dirigido por Santiago Carrillo, su Secretario General, que se entiende correctamente con el Presidente Adolfo Suárez, y que mantiene cordiales relaciones con el socialista portugués Mário Soares, al contrario que con el comunista ortodoxo, leninista, Álvaro Cunhal.

O sea, mientras el PCP es un ejemplo de rupturismo, el PCE lo es de pactismo. Ambos partidos, creados en 1921, serán diametralmente opuestos en la acción política: revolucionaria y utópica en el primero; reformista y posibilista en el segundo. Esto facilitará en el caso español el entendimiento socialistas-comunistas (con dificultades siempre, al

disputarse una buena parte del electorado "fronterizo") y obstaculizará el entendimiento en Portugal, con un PCP muy fuerte en Alentejo (la Reforma Agraria en esta región supuso casi el 90% del total) y en la zona industrial Lisboa-Setúbal), beligerante con las concesiones socialistas a la política capitalista dominante.

3.2. Socio-económicas

Los años de la transición, esencialmente desde mediados de los setenta hasta principios de los ochenta (años de acomodación y fijación del modelo) se ven marcados en Portugal por la utopía: Reforma Agraria en los campos del Sur, con ocupación de tierras y explotación en colectividad, y nacionalización de los principales sectores y empresas industriales y de servicios. En España, se mantiene el modelo capitalista sin alteración, reafirmado por los Pactos de la Moncloa, que consagran la negociación empresarial-sindical y el diálogo político y social.

Así, la transición, desde el punto de vista socio-económico, será convulsa y de enfrentamientos en Portugal; pacífica y de esfuerzos por el diálogo en España, si bien en ambos casos abundarán las huelgas y las protestas obreras en la calle, reprimidas por las fuerzas del orden, que tras unos primeros momentos de indefinición toman enseguida el control. Control muchas veces extremadamente represivo en el caso portugués, en especial en la devolución de tierras ocupadas, con amplio despliegue de armamento pesado y violencia de la GNR.

3.3. Militares

En Portugal, decididamente hemos de hablar de un radical cambio en la dirección

militar: pasamos de una cúpula reaccionaria y colonialista a otra democrática y liberadora. No sólo los jóvenes capitanes del golpe de abril de 1974 protagonizaron el cambio sino también diversos jefes y generales que estuvieron siempre con la revolución, como los coroneles Varela Gomes y Vasco Gonçalves, el general Costa Gomes (el de mayor rango en Portugal) o el almirante Rosa Coutinho.

En cualquier caso, la situación del ejército portugués (mal pagado; sacrificado en una guerra colonial de 13 años; testigo del sufrimiento no sólo de los pueblos sometidos en África y Asia sino de los soldados de reemplazo, que consumían su juventud y salud en terribles combates tan lejos de su patria...) facilitó la salida rupturista, ante la cerrazón del gobierno a pactar una solución negociada de los conflictos, que crecían y se agravaban de continuo.

En España, continuaba en el poder un "ejército de herederos": triunfante de una Guerra Civil, endogámico, elitista, clasista y muy identificado con el Jefe de Estado —general Franco— que en ningún momento permitió la mínima evolución. Sólo una minoría constituyó un grupo de progreso y voluntad de cambio, formando al final del franquismo: la Unión Militar Democrática, aleccionadoramente reprimida y represaliada de raíz. Ellos, este ejército de cúpula ultramontana — salvo honrosas excepciones, como el general Díez Alegría o luego Gutiérrez Mellado — constituiría la principal preocupación de los gobiernos de transición, por su amenaza involucionista, afortunadamente sin base social detrás, como quedó demostrado con el efímero golpe (apenas unas horas de tensión) del 23 de febrero de 1981.

4. INFLUENCIAS DE LA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS EN LA TRANSICIÓN ESPAÑOLA. CORRESPONDENCIA.

El golpe de 25 de abril de 1974 en Portugal llenó de sorpresa y de zozobra a los poderes políticos, militares y económicos de España. Franco había entrado en decadencia física palpable y los gobernantes del régimen tenían una acción refleja de lo que acontecía en Portugal. Se refuerza la vigilancia en fronteras y se acentúa la represión policial contra las fuerzas políticas y sindicales.

Sin embargo, se sabe que el modelo no es exportable en cuanto al golpe: aquí no hay peligro de "contestación" militar, ni motivos: no hay guerra colonial, el conflicto del Sahara se resuelve abandonando vergonzantemente el territorio, sin garantizar una solución para los saharauis; el ejército no tiene fisuras.

De otra parte, las propias convulsiones del proceso portugués, el radicalismo y los peligros de enfrentamiento civil, son explotados para generar el miedo en la sociedad: el fantasma del "robo de tierras" de la Reforma Agraria, la quiebra económica por la conflictividad laboral... sirven para intentar paralizar los deseos de cambio político.

Sin embargo, las ansias de libertad van calando en la población española. El modelo es mirado con admiración por lo que tiene de incruento. Y el protagonismo popular es envidiado por las masas obreras y campesinas, que se identifican con sus reivindicaciones, divulgadas ampliamente en la prensa española, sorprendentemente a pesar de las cortapisas informativas oficiales.

Los intentos de involución del general Spínola alimentan el rechazo hacia el autoritarismo y reaccionarismo militar, al tiempo que curte a los políticos en cuanto al trato con los militares en el proceso. La falta de

apoyo hacia este general por parte de las grandes potencias económicas del mundo (Alemania, EE.UU., Francia, Gran Bretaña...) supone una lección para los gobernantes españoles, que entienden que el modelo autoritario ya no tiene lugar en el contexto europeo.

En la evolución del proceso, el apartamiento del PCP del poder y el liderazgo creciente del Partido Socialista, contribuyen al protagonismo y éxito del PSOE, que obtiene el apoyo de las potencias económicas y políticas internacionales, al apostar por el modelo socialdemócrata moderado. Al tiempo, el PCE se refuerza en el eurocomunismo, viendo el rechazo al leninismo del PCP, tanto fuera como dentro de Portugal.

De otra parte, el modelo español de consenso, pacto y diálogo también fue influyendo en la transición portuguesa, pasados los años de gobiernos provisionales. Y así, al comenzar los años ochenta, las influencias serán mutuas, con recorridos internacionales similares, que culminan con la entrada simultánea en la Comunidad Económica Europea el 1 de enero de 1986, tras un largo recorrido adaptativo político, social y económico.

La propia Constitución de Portugal de 1976, tan radical, en sus reformas de 1982 y 1989 principalmente (a las que siguen otras puntuales en los años 90) se aproxima a la redacción ambigua, abierta y propicia a un desarrollo legislativo más acomodaticio, según las circunstancias, como es la española de 1978.

Y así, aún cuando el PCP sigue una línea que difiere poco de la constituida en los años 70, el resto de las fuerzas políticas, como las fuerzas sindicales y empresariales de España y Portugal, presentan en el siglo XXI unos modelos similares, acorde con el desarrollo socio-político del mundo occidental en que se sitúan, de la OTAN y del Mercado Común.

Ello queda claramente conformado en la Reforma Constitucional portuguesa de 1982, que marca un hito en la aproximación al modelo occidental, como esa misma fecha fuera de "normalización" y consagración de la alternancia política española, con el acceso del PSOE al gobierno.

En definitiva, dos transiciones con muchas diferencias; pero también con bastantes similitudes, que con el paso de los años se han acrecentado hasta conformar dos países con modelo socio-político que apenas difieren sino en el recuerdo del pasado.

5. BIBLIOGRAFÍA

BERMEJO, Fernando y LORENZO, Javier. *Historia de la Democracia. 1975-1995*, Unidad Editorial, S.A., Madrid, 1995.

CAYETANO ROSADO, Moisés y CAYETANO RODRÍGUEZ, Moisés. *Abril 25: el sueño domesticado*, Fundación de Investigaciones Marxistas, Madrid, 1999.

CAYETANO ROSADO, Moisés. *Abril de Portugal: Balance de una Revolución. Crónica de Ágora: el debate peninsular*, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Mérida, 2001.

CRUZEIRO BARATA, Maria Manuela. "25 de Abril de 1974: O deve e o haver de uma revolução que o não foi". En *Los fines de siglo en España y Portugal*, Editorial Universidad de Jaén, 1999.

GOMES, Adelino y CASTANHEIRA, José Pedro. *Os dias loucos do PREC*, Editorial Expresso/Público, Lisboa, 2006.

MEDINA, João. "A transição democrática em Portugal e Espanha (1974-1994)", I Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1995.

ONETO, José. *Los 100 días que cambian España. De la agonía de Franco a la coronación del Rey*, Editorial Zeta, Madrid, 2005.

PÉREZ DELGADO, Tomás. "Los sindicatos al comienzo de la transición española, 1975-1977. Fuerza social y subordinación política". En *Los fines de siglo en España y Portugal*, Editorial Universidad de Jaén, 1999.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Joseph. *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola*, Editorial Assírio & Alvim, Lisboa, 1993.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Joseph. "Las transiciones peninsulares a la democracia: inter-

acciones y percepciones mutuas". En *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Mérida, 2001.

Constituição da República Portuguesa de 2.abril.1976 y Reformas n.º 1/82, 1/89, 1/92 e 1/97.

Constitución Española de 6.diciembre.1978.

Tempo de Artes & Letras

Sinais e significados da arquitectura da água em Vila Viçosa, nos séculos XVI e XVII¹

Licínio Lampreia

A construção de novas obras hídricas, sobretudo nos séculos XVI e XVII, encontra-se intimamente ligada à conjugação de factores de natureza política, urbanística e demográfica, aos quais se encontram associadas novas necessidades e interesses de ordem social, correspondendo a um período de afirmação e de prestígio da Casa de Bragança. Nesses séculos, entre grandes campanhas construtivas no Paço Ducal, é significativo sublinhar um conjunto de importantes intervenções ligadas ao abastecimento de água, à construção de aquedutos, fontes, chafarizes e tanques, assim como outros equipamentos, sob o patrocínio ducal, numa acção concertada, por vezes, com o concelho. O esforço de modernização que estas obras representam é bastante significativo e deve ser integrado de forma coerente num programa mais vasto de renovação e construção de monumentos hidráulicos de utilidade pública, com o objectivo maior de melhorar as condições de vida e o bem-estar da população.

1. BREVE RESENHA DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ESPACIAIS

Perde-se no tempo a origem da ocupação humana na região hoje designada por Vila Viçosa. Com efeito, ali se detectam vestígios de uma ocupação antiquíssima que torna natural que a região tivesse vida própria à data da fundação de Portugal.

Se as razões que conduziram à fixação humana na região se relacionam com a fertilidade do *Vale Viçoso*, a presença de água terá sido determinante. A ribeira de Alcabideche, a Norte, e a do Rossio, a Sul, delimitam claramente o assento urbano, sendo perfeitamente perceptível como as ruas convergem junto dessas linhas de água², que impõem um limite à mancha urbana, deixando de fora a Aldeia dos Bugios. O aglomerado urbano antigo ficava, pois, próximo de cursos de água. De facto, quer as fontes para o período medieval, quer

para o renascentista apontam no sentido da abundância de água.

Acresce que a riqueza natural de Vila Viçosa e da área envolvente é fortemente influenciada pela sua localização do ponto de vista geológico, no flanco SE do anticlinal de Estremoz, responsável pelas características que a região apresenta, com especial destaque para os recursos hídricos.

Os valores desta vila alentejana, com insuspeitadas origens afonsinas, do século XIII, são múltiplos e diversificados e esta asseveração engloba, inevitavelmente, os recursos hídricos e o património hidráulico.

Para entrarmos em aspectos significativos da história da fundação de Vila Viçosa, devemos remontar à segunda metade do século XIII. O mais antigo documento que nos fala da vida na zona é a carta de foral, expressão da vivência de uma comunidade concreta, que, em 1270, lhe foi atribuída por D. Afonso III. Trata-se, pois, da fundação

¹ Este texto, especialmente elaborado para a revista *Callipole*, é um desenvolvimento do original do artigo publicado no número 27 da revista *Monumentos*.

² PEREIRA, Luiz Sá. *Nota Histórico-Interpretativa de Transformações Urbanísticas em Vila Viçosa*, in *Monumentos*, n.º 6, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997, p. 54.

oficial do novo concelho, que se tornava independente de Estremoz, para o qual eram então atraídos mais povoadores.

Da riqueza informativa do diploma afonsino um dos tópicos que importa sublinhar é o da repartição das terras em que o concelho se estruturava. A grande estrutura fundiária alicerçava-se nas herdades, a que era consentida a divisão em parcelas de pequenas dimensões para serem concedidas aos povoadores que, deste modo, se convertiam em pequenos proprietários agrícolas. Em suma, os dados apurados permitem-nos afirmar que esta vila alentejana e o seu termo era de grande riqueza tanto em frutos verdes, como em frutos secos. Juntam-se a estes exemplos as hortas, os montes, as propriedades agrícolas, as noras, os aquedutos e os moinhos, que constituem um sistema de construções que sublinha a íntima relação social e económica de Vila Viçosa com a sua verdejante envolvente territorial, oferecendo a particularidade de uma longa continuidade na história.

Merece igualmente destaque a envolvente paisagística, com especial destaque para os jardins e para a Tapada Real, lugar em que a fauna e flora, original e autóctone, coabitam harmoniosamente num contexto intemporal, assim como outras unidades de paisagem, constituindo elementos relevantes e singulares, onde a ideia de Natureza e da sua fruição, quer emotiva, quer estética, estão bem presentes neste ideário e nesta construção do espaço.

Neste contexto histórico e espacial a que fazemos referência nas linhas anteriores, a água constitui sempre um bem valioso e a sua disponibilização um anseio permanente de todos os calipolenses. Assim, por detrás

dos monumentos hidráulicos é possível desvendar algo mais sobre o quotidiano das populações, a começar por um elemento vital para a sua subsistência, como é a água.

Não é possível abarcar no âmbito deste trabalho um elenco pormenorizado de aspectos funcionais e monumentais que estão subjacentes ao tema da hidráulica local. Por isso, do vasto leque de temas e tipologias inerentes a esta problemática, limitar-nos-emos a analisar o enquadramento histórico, espacial e social, assim como alguns aspectos mais representativos, mas necessariamente breves e parcelares. A tarefa de reduzir a breves linhas o que merecia uma exaustiva e dilatada abordagem obriga a adoptar uma precisa esquematização que corre o risco de se tornar superficial e redutora. Esperemos que, pelo menos, como resíduo de tanta eliminação forçada ou inadvertida permaneça a demonstração da importância do património hidráulico de Vila Viçosa, entendido nas suas diferentes tipologias.

Partindo destes pressupostos iniciais, este artigo ambiciona, acima de tudo, apresentar uma breve reminiscência da memória das obras hidráulicas antigas locais, estender o olhar a diversos territórios e a novas linguagens do sistema geral de distribuição de águas públicas e oferecer um conjunto de temas de reflexão, buscando as influências recíprocas e contextuais que o ajudaram a crescer e bebendo de fontes heterogêneas e transversais, sobretudo, do itinerário aberto no final da década de 90 e início da seguinte, no âmbito da florescente investigação globalmente designada por *Arquitectura da Água*, sob o patrocínio do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Vila Viçosa³.

³ Para uma visão de conjunto acerca desta problemática ver Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Vila Viçosa, *A Arquitectura da Água*, 1999-2001. Este trabalho encontra-se actualmente sob a alçada da Divisão de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Trata-se de uma obra que, devido ao seu avanço científico e histórico e ao seu teor interpretativo, assim como à particular minúcia e rigor, esclarece dúvidas, preenche grandes lacunas e veicula um conhecimento mais alargado sobre esta problemática, susceptível de esclarecer os lados mais invisíveis e os aspectos mais ocultos da relação da vila com os seus recursos hídricos e património hidráulico. Enfim, um dos mais importantes estudos sobre esta temática que se encontra na paisagem documental calipolense e um documento indispensável para qualquer consulta ou investigação sobre o assunto.

No que se refere às barreiras cronológicas a adoptar neste trabalho, circunscrevem-se aos séculos XVI e XVII. Naturalmente que este horizonte temporal deve ser considerado com alguma flexibilidade, pelo que algumas vezes é forçoso extravasar o âmbito temporal proposto quando o julgarmos oportuno e a pesquisa o tornar exequível.

2. CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E URBANÍSTICO

Vários acontecimentos permitem-nos precisar melhor que aspectos significativos e circunstâncias rodearam a construção do vasto acervo de infra-estruturas hídricas, que foi produzido, sobretudo, nos séculos XVI e XVII, cujo estudo não pode ser desligado das condições do contexto histórico, social, económico e urbanístico em que se enquadram e fora das quais perde todo o significado.

A sociedade portuguesa da primeira metade do século XVI encontra-se intimamente ligada a uma conjuntura social marcada pelos Descobrimentos e pela construção de vasto conjunto de obras de recuperação e construção de grandes empreendimentos hidráulicos, quer por iniciativa régia, quer da alta nobreza ou da igreja, como é o caso dos vizinhos aquedutos de Elvas (1530) e de Évora (1531).

No âmbito local, com a restauração da Casa de Bragança, após o período de confisco de bens e títulos por D. João II, a corte brigantina tornara-se um local de protagonismo e de prestígio social.

A vitalidade da terra sofreu então novo arranque, de que é prova o Foral Novo dado por D. Manuel em 1512 e que classificava a Vila como um dos "*lugares principaes*" do reino.

Ao confrontar-se o foral medieval com o manuelino, resulta notório que no dealbar do século XVI o quadro económico, social e urbano calipolense se tinha alterado significativamente⁴. A este desenvolvimento não seria estranho o regresso a Vila Viçosa do duque de Bragança, da emergente corte de fidalgos e de muitos senhores que integravam a elite cortesã brigantina, em torno da qual alargadas redes de clientelas locais e muitas pessoas viviam e múltiplas actividades se desenvolviam. E a comunidade de Vila Viçosa era bem numerosa.

Na verdade, de acordo com os cálculos feitos pelo Prof. Carlos Margaça⁵, com base no estudo efectuado por Júlia Galego e Suzanne Daveau, a população de Vila Viçosa nos primeiros decénios do século XVI rondava os 1066 moradores em todo o seu

⁴ Consulte-se a propósito MARGAÇA, Carlos. *Os Forais de Vila Viçosa, Uma Tentativa de Comparação*, in *Actas das Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa*, Lisboa, 2005, p. 70.

⁵ Vide *idem*, *ibidem*, p. 68.

termo e 820 na sede da vila. Considerando uma média de quatro vizinhos por fogo, resulta uma população, respectivamente, de 4264 e 3280 habitantes, sendo a mais populosa das nove vilas ducais do Alentejo.

Existem outros documentos ilustrativos da argumentação acima enunciada. Na impossibilidade de os reproduzir a todos, deixamos o relato de João Baptista Venturino: *“A esta Villa corresponde bem o nome que lhe dão, porque tanto dentro como fora está cheia de vinhas, olivedos e pomares; (...) Quasi toda as casas teem quintaes com agua; e serão ao todo dois mil fogos”*⁶.

A partir de então, Vila Viçosa não mais perderia o seu brilho de sede da Casa Ducal, crescendo urbanisticamente marcada por grandes casas nobres e respectivos jardins. Multiplicam-se os incentivos e os réditos ducais para o crescimento dos vários mosteiros, a par de outras edificações importantes erguidas na órbita mecenática do duque.

Destes novos horizontes, muito animados pela restauração e poder político da Casa de Bragança, resulta uma expansão ordenada da vila, um novo traçado e uma composição urbana regular, com enfoque no Paço Ducal e em outros conjuntos monumentais, assim como uma particular sensibilidade na articulação com os elementos naturais.

Nos finais do século XV e ao longo do século XVI verificou-se em Portugal um amplo processo de operações urbanas, traduzido na reforma, alteração ou expansão de cidades, cujo programa de intervenção incide particularmente na estruturação de praças e de espaços públicos, associados à construção de novos edifícios institucionais, tendo como objectivo comum modernizar

estes espaços do ponto de vista funcional e estético. Por outro lado, prevaleciam nascentes necessidades e interesses urbanos que exigiam e justificavam essas reformas, com especial relevância para os aspectos sanitários e de abastecimento de águas públicas. Vila Viçosa acompanhou este amplo movimento de renovação urbanística quinhentista e vai protagonizar uma nova fase de desenvolvimento, assistindo-se à construção de uma apreciável extensão da vila. Em cerca de trezentos anos, Vila Viçosa triplicou a superfície que possuía na sua etapa medieva.

Às razões de natureza política e urbanística juntam-se agora outras de carácter social, entre as quais se incluem o crescimento populacional que se registava em Vila Viçosa, ao qual se encontram associadas novas necessidades e interesses urbanos de ordem sanitária, procurando interpretar novos modelos e conceitos urbanos, como a funcionalidade, os espaços públicos, a monumentalidade e a estética.

À expansão da vila e ao aumento demográfico, em correlação com as nascentes exigências da sociedade urbanizada, correspondeu, certamente, um aumento da necessidade global de água potável, o que implica a preocupação do seu abastecimento mediante crescentes volumes de água. No contexto acima descrito, e em estreita ligação com uma nova forma de viver, surge a valorização de obras públicas no domínio dos empreendimentos hidráulicos.

Entre os vários surtos construtivos, sob o patrocínio dos duques de Bragança, situam-se períodos de lançamento de obras públicas, realizadas em benefício do bem comum, entre as quais emergem com luz própria as

⁶ Cf. Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Vila Viçosa, *op. cit.*, p. 1, onde é feita uma descrição de Vila Viçosa pelo italiano João Baptista Venturino, Secretário do Cardeal Alexandrino, enviado pelo Papa Pio V, que em 1571 pisou o solo calipolense.

intervenções relacionadas com o abastecimento de água, com a edificação de fontanários e de chafarizes, assim como de outras infra-estruturas hidráulicas destinadas a melhorar as condições de vida e de bem-estar dos cidadãos, cuja dimensão e volume dos elementos construídos assumirá uma bitola visivelmente coincidente com o crescente desenvolvimento sócio-económico, demográfico e patrimonial da corte raiana.

3. CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS

Os mais recentes estudos sobre o sistema de captação, condução e abastecimento de água a Vila Viçosa, como é o caso muito significativo do já referido trabalho sobre a *Arquitectura da Água*, dão a ideia de que os elementos hídricos construídos nos séculos XVI e XVII não foram de envergadura secundária. Este estudo, resultante de um trabalho exaustivo de recolha de elementos construídos que têm como denominador comum a água em todas as suas vertentes de utilização, permitiu nóveis interpretações.

Dentro do panorama arquitectónico relacionado com as infra-estruturas hídricas, cuja construção sofreu impulso considerável nos séculos XVI e XVII, resulta incontornável salientar, ainda que brevemente, a construção de vários aquedutos, que representam parte significativa do labor de dotar a população de Vila Viçosa com água potável.

Um período aproximado de um século vê pôr no terreno pujante programa de obras que coloca o sistema hidráulico calipolense na escala que ainda hoje pode ser apercebida.

Na fase de maior fulgor, que corresponde ao século XVII, conhecemos os casos da construção dos aquedutos da Portela, do Nó, do Convento de Nossa Senhora da Esperança

e do aqueduto de São Francisco Velho (século XVI).

O aqueduto da Portela, obra de iniciativa pública inserida no espaço urbano, faz o transporte da água desde os mananciais do sítio do Carvalho e da Portela, através de conduções subterrâneas (galerias estreitas e altas) e aéreas, segundo a topografia do terreno, possuindo várias chaminés de ventilação e portinholas metálicas para acesso à infra-estrutura. Trata-se de obra datável do século XVII, construída em aparelho de pedra e tijolo nas abóbadas, que apenas apresenta actualmente um fragmento do aqueduto, pois sofreu vários cortes e beneficiações ao longo dos séculos XIX e XX. Articula várias infra-estruturas visíveis, como é o caso da Biquinha e pode ser considerado como o empreendimento hidráulico mais antigo e de maior extensão e complexidade. A sua construção permanece até ao momento de autoria ignota.

As obras de construção do aqueduto subterrâneo do Nó, de iniciativa e a expensas da Casa de Bragança, remontam ao século XVII. O transporte de água, liga a sua nascente, junto ao picadeiro, às salas de fresco da Casa de Lisboa, servindo o transbordo para o desaparecido Chafariz d'el-Rei. O acesso ao aqueduto, de uso privado da Casa de Bragança, faz-se através de um poço que se



Foto Licínio Lampreia

Aqueduto da Portela (pormenor, na zona da Biquinha)

localiza no quintal, à direita da Porta do Nó. Foi construído em aparelho misto de pedra e tijolo e apresenta paredes muitas vezes escavadas na rocha e abóbadas de tijolo aplicadas em cutelo⁷. O aqueduto tem um comprimento aproximado de 110 metros. Em quase toda a sua extensão apresenta a altura máxima de 2,80 metros, podendo ser percorrido por uma pessoa. No entanto, o troço que se direcciona para a Casa de Lisboa tem aqui a altura mais baixa (1,10m), passando a caleira a cano de condução. A sua construção subterrânea não causava danos nas ruas nem prejudicava os moradores.

O arranque da construção do Aqueduto de Nossa Senhora da Esperança, de iniciativa privada, ocorreu no início do século XVII. A adução de água faz-se por troços aéreos, com o objectivo de levar as águas às instalações conventuais. Trata-se de uma construção simples de alvenaria de pedra, suportado por pegões e arcadas elevadas, alcançando a altura máxima a seis metros do solo. Pese o mau estado de conservação em que se encontra, a avaliar pelo que resta seria de grande monumentalidade, constituindo, em conjunto com o da Horta dos Sanches de Baena, o mais monumental e de singular aparato da zona urbana.



Foto Licínio Lampreia

Aqueduto de Nossa Senhora da Esperança

O mais antigo testemunho, do período aqui considerado, é o caso do aqueduto de São Francisco Velho, construído no século XVI. Uma incursão mais profunda a esta obra, evidencia construção com aparelho de pedra e arcos ogivais, característicos do gótico final. Localizado próximo da Ermida do Convento da Piedade ou de S. Francisco Velho, trata-se da condução aérea com maior altura da região e ainda conserva seis arcadas de tijolo vermelho.

Em termos resumidos, o elaborado programa construtivo distinguiu-se pelo investimento audaz em empresas de grande qualidade e utilidade pública, desde a construção de aquedutos, às fontes e chafarizes.

4. ABASTECIMENTO COLECTIVO DE ÁGUA

À luz da nova documentação aduzida pelo estudo do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Vila Viçosa, podem hoje apurar-se diversos aspectos relacionados com o sentido e a dimensão da distribuição colectiva de água potável que corria nas várias fontes públicas de modo a satisfazer as necessidades da população local.

Grande parte do esforço da construção de obras hidráulicas para abastecimento de água passa também pelas fontes e chafarizes. A atestá-lo, a edificação de fontes, tanques e chafarizes constitui importante domínio das obras de utilidade pública, sob o beneplácito ducal, numa acção frequentemente conjugada com o Município, que permitia a distribuição colectiva de água potável, muitas vezes através da adução de águas por meio de canos e aqueduto, desde os nascentes da Casa de Bragança até aos vários pontos do núcleo urbano da época.

⁷ Cf. Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Vila Viçosa, *op. cit.*, p. 7.

A documentação conhecida, sobretudo recenseada nos fundos camarários, é bem esclarecedora sobre esta questão. Muitos

são os testemunhos da importância do sistema de distribuição colectiva de água aos vários pontos da superfície urbana. De entre as várias fontes para utilização pública que pontuavam os distintos lugares do espaço urbano, salientam-se a Fonte do Carrascal ou das Bicas, a Fonte Grande e a Fonte Pequena.

A Fonte do Carrascal, com chafariz e lavadouro, junto da Ermida de S. João Baptista, foi construída em ano ignoto da década de 1630 por D. João II, oitavo titular do ducado de Bragança, dada a falta de água potável que se fazia sentir na época e a consequente necessidade do aproveitamento público das nascentes do sítio do Carvalho e da Portela, sendo parte da água encanada para o tanque da Horta Nova. O corpo desta Fonte foi transferido, com alterações, para a Praça Nova, em 1886, e daqui para o lugar que actualmente ocupa na Praça da República, em 1940.

Por sua vez, na Praça Martim Afonso de Sousa (largo da Fonte Grande)⁸, ao fundo das ruas que desciam da Porta de Estremoz para o adro de Santo Agostinho, foi construída em 1588 a Fonte Grande, com a tipologia das de mergulho, e à qual se associava um lavadouro, inspirado num modelo existente em Roma, com capacidade para mais de cem lavadeiras⁹, tendo desaparecido na reforma de 1693. A Fonte, obra de Manuel Ribeiro¹⁰, sofreu profundas alterações e mudou várias vezes de sítio, cujos pormenores de funcionalidade da instalação evidencia de forma inequívoca o conhecimento das condições de uso deste tipo de equipamento público¹¹. Trata-se de



Fonte do Carrascal ou das bicas ou da praça



Fonte Grande



Fonte Pequena

Foto Licínio Lampreia

Foto Joaquim Saial

Foto Licínio Lampreia

⁸ A problemática do abastecimento de água mereceu consagração na toponímia antiga, distribuída pelos espaços urbanos entretanto desaparecidos, o que facilita a compreensão da evolução e do dinamismo do sistema hidráulico local, cujos elementos dominantes davam nome às respectivas artérias: Rua do Poço, do Chafariz, Largo da Fonte do Alandroal, da Fonte Grande e da Pequena.

⁹ O lavadouro oferecia postos individualizados de lavagem, com pedras intervaladas e canais de adição das águas.

¹⁰ Mestre-de-obras da Casa de Bragança e da Câmara Municipal.

¹¹ OLIVEIRA, Marta Maria Peters Arriscado de. *Vila Viçosa: Temas de Ordenamento da Forma Urbana*, in *Callipole*, n.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004, p. 240.

fonte pública de maior importância monumental.

Já em relação à Fonte Pequena, tal como a Fonte Grande, a sua edificação remonta à segunda metade do século XVI. Sabemos que já existia no ano de 1569 uma fonte monumental, com um pórtico com mais de cinco metros de altura, com frontão-obelisco piramidal e duas entradas laterais de mármore. A peça sofreu alterações em 1687, na sequência das *“diligências do município e da observância de uma provisão anterior de D. João IV que proibia a abertura de poços e engenhos particulares nos quintais vizinhos porque secavam o caudal público da mesma fonte”*¹².

A obra consistiu no rebaixamento da Fonte, o que originou o desaparecimento do chafariz concelhio, no qual podiam beber mais de duzentos animais, assim como do lavadouro que existia anexo, alimentado com as águas perdidas dos canos. Este equipamento público dava apoio à feira da vila que se estendia pelos largos à volta do Convento dos Agostinhos.

De maneira geral, as fontes públicas de maior monumentalidade localizavam-se nos principais locais da vila.

A falta de manutenção e o avançado estado de degradação, assim como as sucessivas fases de expansão da vila e a redefinição dos espaços urbanos, descaracterizaram de modo inexorável este património hidráulico, como é o caso significativo da destruição da Fonte do Alandroal (Baixo Rossio de S. Paulo) e do Chafariz D’el-Rei (situado num ponto extremo da vila), demolidos, respectivamente, em 1920 e 1939-1940, assim como de outros equipamentos e troços antigos do sistema de distribuição de águas.

Estas obras singularizavam-se não só pela sua utilidade pública, mas também pela sua significação monumental, sublinhada pelo revestimento marmóreo, detectável no envolvimento da Casa de Bragança, constituindo sinal de enobrecimento da vila, em sintonia, aliás, com o considerável prestígio e a escala de importância que a corte calipolense ocupava.

Não deve esquecer-se que este património não se esgota nos aquedutos e nas fontes, mas engloba outros elementos relevantes como encanamentos, condutas, depósitos, poços, cisternas, noras, lagos, levadas, azenhas, açudes e lavadouros, ou seja, um vasto conjunto de infra-estruturas espalhadas por todo o concelho e susceptíveis de abordagem no âmbito da *Arquitectura da Água*, ainda que, nalguns casos, se trate de unidades simples e de tamanho reduzido. Em qualquer dos casos, constituem elementos importantes para se conhecer a relação da sociedade calipolense com o espaço que ocupa, não esquecendo que a organização do espaço é também um reflexo de organização social.

No mesmo registo de conhecimento e salvaguarda desta importante memória colectiva, na historiografia calipolense surgem abundantes referências a noras, existentes, sobretudo, em casas senhoriais dos espaços urbanos.

Encontram-se documentadas a Nora do aqueduto do Convento de Nossa Senhora da Esperança, das Chagas, do Reguengo, de S. João Baptista, da Horta do Cano, do Paço dos Sanches de Baena, do Convento de S. Paulo, do Paço dos Mascarenhas, do Paço dos Condes dos Machados, da Horta do Frade, do Solar dos Lucenas e da Horta do Convento dos Agostinhos.

¹² Vide Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Vila Viçosa, *op. cit.*, p. 20.

De entre os vários exemplos, a Nora do Solar dos Sanches de Baena¹³ constitui notável exemplar, com Sala de Fresco (pequeno espaço de lazer) e aqueduto de significativo porte, que servia a horta do Solar, que pertenceu a Sanches de Baena, figura destacada da história calipolense. As pinturas deste espaço, que mereceram ser classificadas pelo Prof. Vítor Serrão como “*um testemunho ímpar de decoração aristocrática de fins do século XVI*”¹⁴, encontram-se em franca decomposição, devido à humidade que procede da mina de água contígua, pelo que reclama urgente restauro.

Por outro lado, prevalecem certos aspectos de diferente natureza, mas que não podem ser esquecidos, dado que encerram uma estreita ligação com este universo de que falamos. Referimo-nos concretamente à fruição da água pelas suas características de luminosidade, de frescura, de movimento e de sonoridade, transformando os espaços em sítios que convidam ao lazer, ao repouso e ao deleite, de que constituem um bom exemplo os jardins, as hortas e os pomares do Paço Ducal¹⁵.

Aliás, estas características e qualidades espaciais, ainda hoje, passado vários séculos e com as transformações que isso implica, estão bem visíveis no panorama paisagístico de Vila Viçosa.

5. ASPECTOS DE SÍNTESE

O esforço de modernização e ampliação do sistema hidráulico calipolense, nos séculos XVI e XVII, não é de somenos importância e só estranha que a história local durante tanto tempo o tivesse olhado com indiferença, não obstante a nossa reputação como vila detentora de um valioso património hidráulico e de terra com abundante água.

O conjunto dos sinais da *Arquitectura da Água* remanescentes em Vila Viçosa, dentro e fora do Paço Ducal, começa a ser paulatinamente desvendado e mostra os lados invisíveis e as zonas mais ocultas de um notável património que nos coloca em comunicação directa com um passado irrevogável, construído ao longo de percursos humanos condicionados pelo crescente desejo de progresso e de bem-estar das populações.

Existe, como agora se comprova, um vasto acervo de obras hídras, que foi construído, sobretudo, nos séculos XVI e XVII, parte significativa do qual chegou aos nossos dias em desigual estado de conservação, que contribuiu decisivamente para a fixação de população, para o seu bem-estar e para o desenvolvimento económico, de que a fábrica de papel¹⁶, a manufactura de vidro, no Paço, a fábrica de ferro, a tipografia e o fabrico de veludos constituem bons exemplos¹⁷.

¹³ Actualmente, Lar da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa.

¹⁴ SERRÃO, Vítor. *Giraldo de Prado, Cavaleiro-Pintor do Duque de Bragança D. Teodósio II*, in *Callipole*, n.º 12, 2004, Câmara Municipal de Vila Viçosa, p. 265.

¹⁵ CARAPINHA, Aurora. *Os Vergéis do Paço Ducal*, in *Monumentos*, n.º 6, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 1997, p. 36.

¹⁶ Pese o péssimo estado de conservação em que se encontra actualmente, merece especial destaque o Moinho de Papel, inaugurado em 3 de Agosto de 1637 pelo Duque de Bragança, D. João II, futuro rei D. João IV. O interesse desta estrutura reside no facto de se tratar da primeira fábrica de papel a ser introduzida em Portugal, apesar de conhecer uma existência efémera, quer pela prolongada guerra da independência, quer pela saída de D. João II para Lisboa, o que levou ao encerramento e abandono deste importante engenho de papel.

¹⁷ Estas indústrias extinguiram-se após a mudança da corte brigantina para Lisboa, na sequência do triunfo da Restauração (1640).

Este surto construtivo não deve ser entendido como um programa de obras pontuais, mas sim integrado de forma lógica e coerente num conjunto mais vasto de renovação e construção de monumentos hidráulicos, quer de iniciativa pública, quer de iniciativa privada, com a intenção nuclear de dotar a população de água potável. Estes vultosos empreendimentos atestam bem essa postura de obras públicas importantes e, sobretudo, uma visão moderna que foi assumida pela corte brigantina e pelo Município, em benefício de súbditos e cidadãos.

As sucessivas gerações continuaram durante vários séculos com este propósito de renovação, ampliação e construção de novas infra-estruturas hidráulicas. Datam da época do Estado Novo outras significativas intervenções, cuja expressão mais marcante consistiu na construção da Estação Elevatória de Águas, com funções de captação de água e de estação elevatória que abastece o depósito de S. Bento, assinalando o tempo em que se instalou a primeira rede de água em Vila Viçosa. Data do século XX, decerto, a construção do Reservatório de S. Bento, que actualmente recebe água de furos localizados na estrada de Borba e promove o ganho de pressão da água para a rede, passando então os calipolenses a beneficiar do abastecimento doméstico de água potável.

As nascentes, as fontes e os aquedutos constituem, pois, um importante património, não só pela sua beleza natural como também pelo seu valor histórico, social e ambiental.

Grande parte deste expressivo património tem uma lenda associada que reflecte as qualidades atribuídas à água que ali emerge e os hábitos e os costumes das gentes.

Quando o abastecimento municipal da água se generalizou, as nascentes, as fontes e os aquedutos sofreram significativo abandono. Porém, a sua importância e sensibilização para a sua preservação é essencial, permanecendo, em certos locais, o recurso às nascentes como origem da água para consumo humano.

Apesar de serem muitos os elementos de análise disponíveis, quer em documentação de arquivos, quer no trabalho do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Vila Viçosa, o sistema hidráulico de Vila Viçosa justifica outros estudos, acompanhados de novas pesquisas e de análises de repertórios artísticos e funcionais, com o objectivo de reavaliar o conjunto do sistema geral de distribuição de águas públicas e entender o lugar que lhe incumbe no contexto da história hidráulica do seu tempo. Esse estudo não pode deixar de ser perspectivado senão num enfoque interdisciplinar e numa visão crítica globalizante, enquadrado num esforço colectivo conducente ao seu conhecimento e total reabilitação.

Enfim, em sintonia com o que sugere o Arquitecto José Manuel Fernandes¹⁸, estes estudos deverão, ainda, ter em linha de conta o tema da “*pedra e da água*”, numa perspectiva transversal e multidisciplinar, enfatizando a estreita relação de Vila Viçosa com os recursos pétreos e hídricos.

Agradecimentos:

Agradece-se aos Arquitectos Vítor Manuel Casa Branca Ramos e Helder Jorge Marques Soeiro a leitura e os comentários ao texto, assim como a disponibilização de documentação para este trabalho.

¹⁸ Cf. FERNANDES, José Manuel. *A Cidade de Mármore*, in *Callipole*, n.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa 2004, p. 206.

BIBLIOGRAFIA

CARAPINHA, Aurora. *Os Vergéis do Paço Ducal*, in *Monumentos*, n.º 6, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997.

ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal IX Distrito de Évora*, Academia de Belas Artes, Lisboa, 1978.

FERNANDES, José Manuel. *A Cidade de Mármore*, in *Callipole*, n.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.

GABINETE TÉCNICO LOCAL da Câmara Municipal de Vila Viçosa, *A Arquitectura da Água*, 1999-2001.

MARGAÇA, Carlos. *Os Forais de Vila Viçosa, Uma Tentativa de Comparação*, in *Actas das Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa*, Lisboa, 2005.

MENDONÇA, Manuela. *A Casa de Bragança: Uma Corte Alternativa?*, in *Actas das Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa*, Lisboa, 2005.

OLIVEIRA, Marta Maria Peters Arriscado de. *Vila Viçosa: Temas de Ordenamento da Forma Urbana*, in *Callipole*, n.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.

PEREIRA, Luiz Sá. *Nota Histórico-Interpretativa de Transformações Urbanísticas em Vila Viçosa*, in *Monumentos*, n.º 6, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997.

SERRÃO, Vítor. *Giraldo de Prado, Cavaleiro-Pintor do Duque de Bragança D. Teodósio II*, in *Callipole*, n.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.

Uma invulgar peça de cerâmica

Joaquim Torrinha

À custa da investigação arquivística e do estudo comparativo de centenas de exemplares que tem sido feito de há uns anos para cá, tem-se conseguido enorme avanço nos conhecimentos respeitantes à “louça fina de Estremoz.”

Fixaram-se períodos de execução das peças, nomes dos artistas que as moldaram ou pintaram e, com segurança absoluta, os nomes das fábricas que as possuíram e venderam, com expressa indicação de alguns dos artistas que as criaram, nomeadamente das assinaturas com marcas deles próprios e das relações que os ligam à exibição das marcas *Cx*, que é por certo a que oferece segurança para as considerarmos de fabrico estremocense. Claro se torna que neste conceito englobo o ramo da azulejaria.

Tudo isto teria sido impossível ter-se consumado, se não fosse a prestável colaboração que os coleccionadores de cerâmica, na satisfação do seu particularismo estético, não tivessem colocado à disposição incondicional dos investigadores, todo o seu valioso acervo.

No que respeita à louça de Estremoz, é especialmente grato e justo recordar aqui os nomes dos maiores, à cabeça dos quais vem o Dr. Artur Maldonado Freitas, não só pela quantidade e variedade como também pela exigência de qualidade das peças da sua sortida e selecta colecção, à qual dedicou anos da sua vida

Ele sabia que o espírito com que um coleccionador organiza o seu tesouro não é o mesmo de um ajuntador, mas sim o de um

indivíduo que procura retirar qualquer coisa de mais subtil do seu extenuante trabalho.

Este trabalho tem mais de espiritual do que de material e para reconhecermos esta característica, basta relembrar o interesse que o coleccionador sente e manifesta sempre que é abordado por um investigador: é aqui que reside a diferença entre um e o outro.



Foto 1

Foto Joaquim Torrinha

O Dr. Artur Maldonado Freitas possuía esta alta espiritualidade em elevada dose e regozijava-se quando percorria o seu vasto mostruário cerâmico disperso por várias salas, na companhia de qualquer interessado ou amigo, no número dos quais eu me contava.

Na sua esteira, outros se lançaram: o Dr. João de Figueiredo, com mais de uma centena de espécimes em Vila Viçosa, o Sr. Francisco Moura e seus irmãos em Monforte, o Sr. José Silvestre Correia na Azaruja, o Sr. Gião em Évora, o Eng. Avilez em Azeitão, o antiquário Lobo em Estremoz e outros em menor

grandeza. Todos eles ciosos do seu tesouro cerâmico mas sempre dispostos a mostrá-lo, expondo-o à consideração dos estudiosos da cerâmica nacional.

Foi graças a este espírito de abertura que, num dia de Primavera de 1997, recebi um telefonema do Sr. Francisco Moura a indagar



Foto 2



Foto 3



Foto 4

se no dia seguinte, a hora pré combinada, poderia mostrar-me a sua última aquisição cerâmica, obtida num leilão de Lisboa de onde acabava de chegar. O encontro aconteceu no dia seguinte em minha casa e as imagens ficaram na minha retina e também na minha máquina fotográfica, com a autorização verbal de me servir delas quando me aprovesse.

Tratava-se de um soberbo lote de quatro peças de entre as quais sobressaía uma linda terrina (fotos 1, 2 e 3) que era a jóia de coroa daquele maravilhoso conjunto, acompanhada de uma Travessa que lhe servia de poiso (foto 4).

Com efeito, das quatro peças que constituíam o lote, a terrina vinha marcada com o sinal Cx, um no fundo da Terrina e outro no verso da tampa, particularidade esta que eu nunca tinha visto em qualquer objecto cerâmico estremocense.

E, se isto já constituía uma novidade, outra ressaltava à vista e essa era igualmente importante, pois tratava-se do conjunto das cores usadas na decoração, que achei invulgar também, e seriam capazes de surpreender ou desorientar qualquer conhecedor de louça estremocense, fosse ele coleccionador ou investigador. Os mesmos reparos tenho que fazer em relação à travessa que acompanhava a terrina, visto que os elementos ornamentais que apresenta e as cores não são as correntes na cerâmica de Estremoz (fotos 4 e 5), embora uma vez ou outra se encontre uma travessa com azul semelhante.

Felizmente aconteceu o milagre de aparecer a marca Cx em abundância, o que também é excepcional mas que faculta a classificação.

CS

Os artefactos cerâmicos hoje aqui apresentados são singulares, sem dúvida. Pela sua originalidade, eles são até agora os

únicos representantes conhecidos de um curto período ou ciclo da arte cerâmica dos artistas de Estremoz. Daí que se tornem em elementos de insofismável valor para a História da dita cerâmica. Para além do particular valor que lhe é atribuído no aspecto artístico-decorativo, apresentam uma marca *Cx*, e é por ela que se determina e fixa o importante papel que estes artefactos vieram ocupar na dinâmica artística de uma época rica para a arte da olaria alentejana. Podem até vir a tornar-se chaves mestras que sirvam à identificação de outros do mesmo tipo mas não marcadas *Cx*.

É notório para a travessa que se não fosse a marca *Cx*, ninguém a classificaria como faiança estremocense. De facto, a decoração da aba não apresenta os desenhos característicos dessa louça, tal como seja a cinta tipo Rouen, por exemplo, e ainda por cima não é contínuo o desenvolvimento da que tem, mas sim interrompido, o que é pouco frequente acontecer nesta faiança. As cores são a azul e branco, uma singeleza de encantar!

No que respeita à terrina, ela exhibe as mesmas cores. A pega da tampa (foto 6), bem moldada, é do mesmo estilo. De igual modo, a dupla marcação *Cx* no fundo exterior da terrina e na parte interior da tampa são invulgares também. O corpo da terrina (foto 7), tem duas asas em forma de ferradura acopladas aos topos e quatro reservas com motivos paisagísticos. Ambas as peças estão impecavelmente conservadas.



Foto 5



Foto 6



Foto 7

As lembranças do Alentejo na poesia de Florbela Espanca

Fabio Mario da Silva (Brasil)

O Alentejo é não só a maior região de Portugal, mas também, certamente, a que melhor condensa a beleza austera e rural do país. Uma beleza que através dos vastos campos dá a nitida impressão de liberdade, e, ao mesmo tempo, de vazio e solidão. Então, parece-nos que o/a alentejano/a a contemplar esse território que às vezes se mostra inexplorado, busca o reflexo de si mesmo/a na paisagem que o/a cerca.

A charneca – que deu nome a um dos livros de Florbela Espanca – apresenta-se na sua rusticidade durante todo o ano nos campos alentejanos; porém, na primavera, vêmo-la florir. Flora de envolventes e sedutores campos, a paisagem passa da força quente que está sedenta e virgem de si mesma, para algo procriador. O exalar dos perfumes, a riqueza das cores e a harmonia que envolve os campos, nesses meses, são, por si próprios, sedutores atractivos aos olhos de quem os vê.

Sem dúvida perceberemos em toda obra florbeliana traços característicos de sua terra. A sensualidade contida na rusticidade e no florir dos campos alentejanos será transposta em versos. Natália Correia, no Prefácio do *Diário do Último Ano*, refere-se acerca de Florbela como uma de poucos que souberam transpor: “a alma da planície alentejana”¹. Entendemos, a partir dessas interpretações, que a poetisa calipolense consegue representar em seus escritos,

como poucos souberam fazer, as raízes de sua terra. Celestino David, falando acerca do livro *Charneca em Flor*, define-o como: “um missal de paixão, onde passa o mais enternecido amor da terra alentejana”². Já Guido Batelli afirma que o amor pela terra está presente também no *Livro de Mágoas*, *Livro de Soror Saudade* e *Reliquiae*, afirmando que em muitos sonetos “vive e palpita”³ o Alentejo.



Foto Joaquim Saial

Florbela Espanca – Escultura de Francisco Simões no Parque dos Poetas, Oeiras (inaug. 2003)

¹ “Prefácio” a ESPANCA, Florbela. *Diário do último ano*. Bertrand, Lisboa, 1981, p. 29.

² “O Romance de Florbela”, in *A Cidade de Évora*, 15-16 (1948) e 17-18 (1949), p. 231.

³ “O Alentejo na poesia de Florbela Espanca”, in *A Cidade de Évora*, 25-26, 1951, p. 289.

Verificamos que em toda a obra de Florbela percebemos indícios que lembram a sua terra, seja de forma directa ou indirecta: o Alentejo é representado como uma terra sensual revestida de contemplação, rigidez, sensualidade e solidão. A nosso ver, é esse o principal factor que vai fazer da obra de Florbela Espanca algo único, pois soube colocar em formas rígidas os traços mais marcantes de sua terra, mostrando as características semânticas através das suas criações literárias: "...mesmo quando fala aparentemente de lugares visíveis, as charnechas, os sobreiros, os pô-do-sol (sic), isso são pura e simples falácias, ela só joga no falacioso, tudo é ela."⁴

Neste sentido, a sensualidade presente nos seus versos é nada mais que a sensualidade de sua terra: a rigidez da terra que procura mitigar a sede⁵. Assim se constrói em seus versos o traspasar da sensualidade da terra para sua escrita "Florbela não descreve o Alentejo, não é a sua uma poesia paisagista no sentido de descritiva; a paisagem do Alentejo, a sua terra, é ela própria, por isso, falar do Alentejo é falar de Florbela."⁶

Vejamos como se processam as citações directas que nos remetem ao Alentejo:

Árvores do Alentejo⁷

Ao Prof. Guido Batelli

Horas mortas... Curvada aos pés do monte
A planície é um brasido... e, torturadas,
As árvores sangrentas, revoltadas,
Gritam a Deus a bênção duma fonte!

E quando, manhã alta, o sol posponte
A oiro a giesta, a arder, pelas estradas,
Esfíngicas, recortam desgrenhadas
Os trágicos perfis no horizonte!

Árvore! Corações, almas que choram,
Alma iguais à minha, almas que imploram
Em vão remédio para tanta mágoa!

Árvores! Não choreis! Olhai e vede:
– Também ando a gritar, morta de sede,
Pedindo a Deus a minha gota de água!

O chaparro – árvore símbolo do Alentejo – é encontrado em grandes quantidades no meio da vasta imensidão alentejana. Árvores solitárias de uma região seca: por isso, no primeiro quarteto a voz enunciadora fala do "brasido" em que se encontra a terra. A palavra brasido está carregada intencionalmente de sensualidade e ao mesmo tempo da ideia de tortura. Então, podemos dizer que esta palavra apresenta, pois, dualidade; enquanto Eros⁸, é

⁴ MAGALHÃES, Joaquim. "Demasiado poucas palavras sobre Florbela Espanca", in *Rima Pobre, Poesia Portuguesa de Agora*, Presença, Lisboa, 1999, p. 28.

⁵ Para uma análise mais detalhada desta temática consultar CORRAL, Concepción Delgado. "A natureza como manifestação do dualismo florbeliano", in *A Planície e o Abismo*, como também o capítulo IV, do livro *tese Florbela Espanca – Asa no Ar Erva no Chão*.

⁶ CORRAL, Concepción Delgado. "A natureza como manifestação do dualismo florbeliano", in *A Planície e o Abismo* (Actas do Congresso sobre Florbela Espanca realizado na Universidade de Évora, de 7 a 9 de Dezembro de 1994), Vega, Évora, 1997, p. 138.

⁷ in *Charneca em Flor*.

⁸ Segundo o *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, 2 ed., Difel, Lisboa, 1992, p. 148 (Eros) e p. 427 (Tânatos/Thânatos), "Eros é o deus do amor, é considerado como um deus nascido ao mesmo tempo que a Terra, gerado a partir do caos (...), nasceu do ovo primordial gerado pela noite, o ovo se dividiu em duas partes, que deram origem ao céu e à terra". Já Tânatos "é o génio masculino alado que personifica a Morte. Na Ilíada, surge como irmão do sono (Hypnos). Na psicanálise, esse termo surgiu com Sigmund Freud. Os estudiosos psicanalistas consideram que Freud utiliza a última teoria das pulsões para designar o conjunto das pulsões de vida (Eros), em oposição às pulsões de morte (Tânatos/Thânatos).

geradora de desejos, sensualidade, e, na forma de Thánatos é pulsão aniquiladora, destruidora: “As árvores sangrentas, revoltadas,”.

No segundo quarteto é descrita a imagem do clima seco: “Os trágicos perfis no horizonte”. É diante dessa contemplação do clima seco sobre as árvores, que o “eu” sentirá projectadas em si mesmo todas essas peculiaridades: “Árvores! Não Choreis! Olhai e vede/ – Também ando a gritar, morta de sede...”

Será que essa sensualidade que permeia a obra florbeliana, ora perceptível, ora camuflada, não é mais do que a projecção, o reflexo do ambiente que a cerca? O Alentejo não será a matéria bruta da sensibilidade sensual poética que ora é Eros, ora é Thánatos, na sua obra? Como constatamos, até as árvores alentejanas transportam para a poesia florbeliana suas angústias. Até na sensualidade há conflitos gerados por uma identificação com uma paisagem que também é sensual e dilemática. Há uma total fusão, ou contaminação, entre o sujeito lírico e o mundo observado. O discurso paradoxalmente oferece a catarse: o lamento da dor da natureza transporta-se da paisagem para o “eu”, mostrando a vulnerabilidade que é compartilhada entre o “eu” e as “árvores do Alentejo”.

No soneto “Alentejano”, a sensualidade é a voz norteadora que permeia todo o poema; neste caso, o sol que está quente e representa um estado de alegria para o “eu” enunciador: “Deu agora meio-dia; o sol é quente/.../ Cantam as raparigas, brandamente,”. A harmonia e a satisfação são intensos, em meio a um clima de paraíso, tornando gritos e cantigas vozes suaves,

prazerosas aos ouvidos: “Há gritos arrastados de cantigas...”. A voz poética tem a necessidade de se dizer como um dos personagens que naqueles campos se encontram, pois se sentem parte da terra, da paisagem que a cerca: “E eu sou uma daquelas raparigas.../ E tu passas e dizes: “Salve-os Deus!”. Pois é exactamente isso que José Carlos Seabra Pereira evidencia acerca da poesia florbeliana: “...o corpo da mulher e o corpo da terra confundem-se, assumindo a fugidia rebentação de “Alentejano”⁹. Ou, mais propriamente, neste soneto, “Árvores do Alentejo”, a natureza serve para ilustrar uma situação interior, um estado de alma, um sentimento, uma emoção. Essa descrição, depende, é claro, da cosmovisão subjectiva e lírica que Florbela capta e põe em versos.

Charneca em flor

Enche o meu peito, num encanto mago,
O frémito das coisas dolorosas...
Sob as urzes queimadas nascem rosas...
Nos meus olhos as lágrimas apago...

Anseio! Asas abertas! O que trago
Em mim? Eu oiço bocas silenciosas
Murmurar-me as palavras misteriosas
Que perturbam meu ser como um afago!

E, nesta febre ansiosa que me invade,
Dispo a minha mortalha, o meu burel,
E já não sou, Amor, Soror Saudade...

Olhos a arder em êxtases de amor,
Boca a saber a sol, a fruto, a mel:
Sou a charneca rude a abrir em flor

⁹ “A intransmissível presença”, in PAIVA, J. Rodrigues de (org), *Estudos sobre Florbela Espanca*. Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano, Recife, 1995, p. 35.

Como nos campos alentejanos que em muitos meses do ano se tornam secos, apagados, doloridos: “O frémito das coisas dolorosas”, e depois na primavera renascem como uma fénix que deixa a paisagem dos campos coloridos: “Sob as urzes queimadas nascem rosas...”; assim se entende o sujeito lírico. Dar-se-á em todo o poema uma identificação entre sujeito poético e a natureza característica do Alentejo; ou seja, o que Florbela constrói através do sujeito lírico e do poder da linguagem – nesta forma tão rígida que é o soneto – é a capacidade de compreender e estabelecer uma relação de completa harmonia com a natureza, no universo mágico da poesia. Esse soneto – que é o primeiro de *Livro Charneca em Flor* – transveste-se de uma nova roupagem, contrariando a do livro passado, *Livro de Soror Saudade*, para uma nova temática conflituosa: “E já não sou, Amor, Soror Saudade... / Sou a charneca rude a abrir em flor”. O “eu” lírico não vive mais de contrastes, pois se assume como própria dualidade do discurso poético (rude e flor). Contudo, no livro de *Soror Saudade* já encontramos um soneto, “Esfinge”, no qual um sujeito lírico já se assume como a charneca: “Eu a Charneca, e tu o Sol, sozinhos,”.

Ao analisarmos os poemas da poetisa alentejana percebemos que “as memórias do Alentejo” se fazem presentes em todas as suas obras. Florbela, desta maneira, se configura como uma artista que soube como nenhuma outra, transpor artisticamente, a “alma de sua terra.” Porém, não devemos pensar que isso a limita dentro de um “regionalismo”, pois Florbela ultrapassa questões regionalistas para construir, em seus poemas, um sujeito lírico que se questiona existencialmente a partir de conflitos. O Alentejo aparece em seus poemas como inspiração de suas composições poéticas.

À Ana Luísa Vilela

BIBLIOGRAFIA DE FLORBELA ESPANCA

As Máscaras do Destino, Contos, 2.^a ed., Bertrand, Amadora, 1979.

O Dominó Preto, Contos, Bertrand, Amadora, 1982.

Diário do último ano, Bertrand, Lisboa, 1981.

Obras Completas de Florbela Espanca, Contos, v. III, Dom Quixote, Lisboa, 1987.

Contos e Diário, v. IV, 2.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1987.

Poesia (1903-1917), v. I, 4.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1992.

Poesia (1918-1930), v. II, 4.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1992.

Poemas de Florbela Espanca, Org. Maria Lúcia Dal Farra, Martins Fontes, São Paulo, 1996.

Florbela Espanca Trocando Olhares, Org. Maria Lúcia Dal Farra, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1994.

Florbela Espanca, Afinado Desconcerto (contos, cartas, diário), Org. Maria Lúcia Dal Farra, Iluminuras, São Paulo, 2002.

BIBLIOGRAFIA SOBRE FLORBELA ESPANCA

ALEXANDRE, Madalena T. “A busca da identidade na poesia de Florbela Espanca”, in *A Planície e o Abismo* (Actas do Congresso sobre Florbela Espanca realizado na Universidade de Évora, de 7 a 9 de Dezembro de 1994), Vega, Évora, 1997, pp. 69-73.

ALONSO, Cláudia P. “Alguns apontamentos sobre a recepção crítica de Florbela Espanca: os poetas têm sexo?”, in *A Planície e o Abismo* (Actas do Congresso sobre Florbela Espanca realizado na Universidade de Évora, de 7 a 9 de Dezembro de 1994), Vega, Évora, 1997, pp. 183-94.

ALONSO, Cláudia P. *Imagens do Eu na poesia de Florbela Espanca*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1997.

APA, Lúvia. “Entre público e privado: a prosa de Florbela”, in *A Planície e o Abismo* (Actas do Congresso sobre Florbela Espanca realizado na Universidade de Évora, de 7 a 9 de Dezembro de 1994), Vega, Évora, 1997, pp. 249-53.

ARIMATEIA, Rui. “Florbela Espanca e Évora” (achegas para o seu estudo), in PRÓ-ÉVORA, Grupo, *Comemorações do 1.º Centenário de Florbela Espanca- Conferência*, Grupo Pró-Évora, Évora, 1996, pp. 60-67.

BARROS, Leitão. *Escritoras de Portugal*, vol. II., Tipografia A. O. Artur, Lisboa, 1924 (o segundo volume é de 1927), pp. 341-342. Compulsão, recolha e digitalização do texto por Maria Lúcia Dal Farra.

BATELLI, Guido. “O Alentejo na poesia de Florbela”, in *A Cidade de Évora*, n.º 25-26, Câmara Municipal de Évora, Évora, 1951, pp. 289-298.

BATELLI, Guido. “Florbela: recordações e impressões críticas”, in *A Cidade de Évora*, n.º 29-30, Câmara Municipal de Évora, Évora, 1952, pp. 409-430.

BESSA-LUIS, Agustina. *Florbela Espanca, a vida e a obra*, Lisboa, Arcádia, 1979, 2.ª edição publicada com o título *Florbela*, Guimarães, 1984.

CORRAL, Concepción D. “A natureza como manifestação do dualismo florbeliano”, in *A Planície e o Abismo* (Actas do Congresso sobre Florbela Espanca realizado na Universidade de Évora, de 7 a 9 de Dezembro de 1994), Vega, Évora, 1997, p.137-42.

CORRAL, Concepción D. *Florbela Espanca – Asa no Ar Erva no Chão*, Edit. Tartaruga, Porto, 2005.

CORREIA, Natália. Prefácio “A Diva”, in ESPANCA, Florbela, *Diário do Último Ano*, Bertrand, Lisboa, 1981.

DAVID, Celestino. “O Romance de Florbela”, in *A Cidade de Évora*, 15-16 (1948) e 17-18 (1949).

DAL FARRA, M. Lúcia. Recensões críticas, Edição dos contos, contos e diário e da fotobiografia de Florbela Espanca por Rui Guedes, In *Colóquio/Letras*, n.º 92, Junho, Fundação Calouste Gulbenkian, Junho, Lisboa, 1986, pp. 87-90.

DAL FARRA, M. Lúcia. A condição feminina na obra de Florbela Espanca, in *A Cidade de Évora*, n.º 69-70, Câmara Municipal de Évora, Évora, 1986-1987, pp. 51-61.

DAL FARRA, M. Lúcia. Recensões críticas, Edição das Cartas de Florbela Espanca por Rui Guedes, in *Colóquio/Letras*, n.º 99, Fundação Calouste Gulbenkian, Setembro/Outubro, Lisboa, 1987, pp. 109-11.

DAL FARRA, M. Lúcia. “Acerca de Florbela Espanca”, Rui Guedes, in *Colóquio/Letras*, n.º 99, Set.-Out., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, pp. 111-113.

SEABRA PEREIRA, J. Carlos. “Perspectivas do feminino na literatura neo-romântica”, in Separata de *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Actas do Colóquio*, 20 a 22, Março de 1985, Coimbra, 1986.

SEABRA PEREIRA, J. Carlos. Prefácio “A águia e o milhafre” (derrota passional e malogro do EU absoluto na prosa literária de Florbela Espanca: dos contos ao diário), in ESPANCA, Florbela. *Obras Completas de Florbela Espanca*, v. III, Dom Quixote, Lisboa, 1987, pp. III-XXXV.

SEABRA PEREIRA, J. Carlos. Prefácio “No trilho de um sítio incerto”, in ESPANCA, Florbela. *Obras Completas de Florbela Espanca*, v. I, 4.ª ed., Dom Quixote, Lisboa, 1992a, pp. III-XXVII.

SEABRA PEREIRA, J. Carlos. Prefácio, De rastros, com asas (Evolução neo-romântica e pulsão libertadora na poesia de Florbela

Espanca), in ESPANCA, Florbela. *Obras Completas de Florbela Espanca*, v. II, 4.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1992b, pp. III-XLIII.

SEABRA PEREIRA, J. Carlos. "A intransmissível presença", in PAIVA, J. Rodrigues de (org.), *Estudos sobre Florbela Espanca*, Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano, Recife, 1995, pp. 27-37.

SENA, Jorge. "Florbela Espanca", in *Estudos de Literatura Portuguesa II*, Lisboa, Edições 70, 1988, pp. 29-45.

NEMÉSIO, Vitorino. *Conhecimento de poesia*, Universidade da Bahia, Salvador, 1958, p. 227-232.

MAGALHÃES, Joaquim. "Demasiado poucas palavras sobre Florbela", in *Rima Pobre – Poesia Portuguesa de Agora*, Presença, Lisboa, 1999, pp. 18-30.

MATIAS, Liliana Maria Rodrigues Queirós. *Poesia, Errância e Mito em Florbela Espanca*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, 1998.

Sete histórias de vida e morte

Joaquim Saial

O rio

Gumercindo Silva começou por ser paquete num ministério no Terreiro do Paço e reformou-se como chefe de secção, precisamente 40 anos depois. E durante todos esse tempo, excepto nos meses de férias e na maior parte dos sábados e domingos, atravessou o Tejo, de casa para o emprego e vice-versa.

Cabe dizer que as suas perpendiculares ao rio haviam começado anos antes, na infância, quando juntamente com amigos as fizera a nado – tal como o escritor Romeu Correia, mas sem jamais ter visto o tritão sobre o qual aquele escreveu.

Gumercindo cruzou o rio em diversas gerações de cacilheiros, desde os de bancos de madeira, primitivos e inseguros – e que deixavam entrar frio e água em dias de temporal – até aos de mais moderna geração, de cadeiras individuais em plástico, confortáveis e equipados com radar. Fez inclusive inúmeras viagens nos modernos catamarãs, embora a contragosto, porque elas se tornavam demasiado rápidas e não lhe permitiam desfrutar Lisboa em todo o seu esplendor, quando para lá ia, ou a outra-banda, quando de lá regressava.

Já maduro, chegou a fazer travessias nas velhas faluas tradicionais do Tejo – que antes transportavam mercadorias de margem para margem, e agora, adquiridas, recuperadas e geridas por câmaras municipais ribeirinhas, apenas tinham finalidade turística.

Quando soube que na Base Naval de Lisboa (afinal sita no Alfeite) a Armada ia proporcionar passeios de submarino, apressou-se a inscrever-se. Mas não gostou, dado que do lodoso infra-Tejo nada viu e do supra também não, porque quando estava prestes a chegar ao periscópio – era o último da fila de viajantes – bateu com a cabeça num ferro, pelo que teve de levar dois pontos do enfermeiro de bordo.

Gabava-se de ter “sentido a ponte”, como dizia, logo na data da inauguração, a 6 de Agosto de 1966, num táxi que alugara com quatro amigos, só para ter o inefável prazer da estreia. No dia a seguir àquele em que morreu, Gumercindo galgou-a e ao Tejo, pela última vez: a caminho do cemitério do Alto de S. João, onde se situava o jazigo de família. Então, tal como na infância, passou o rio deitado. Só que desta feita não o viu, pois ia recluso numa caixa de pinho guarnecida com ferragens de latão.

A sereia

A mulher ia sempre ao banho pelo lusco-fusco, quando a maioria dos veraneantes já tinha partido para casa, à procura do jantar. Lindíssima e elegante, era o encanto da pouca gente que frequentava a recôndita praia. O fato de banho, colado à pele e da cor desta, parecia fundir-se com o seu corpo. Há muitos anos que por ali parava, entre Julho e Setembro. Mas não se sabia de onde era natural, nem era vista nos restaurantes da vila. E as empregadas do único hotel da terra diziam que ela jamais ali se hospedara. Por outro lado, evitava as pessoas, quando lhe dirigiam a palavra.

O homem, que só nesse ano a conhecera e secretamente se apaixonara por ela, percebera no entanto que aquele ser maravilhoso transportava consigo algo de estranho. E começou a ficar até mais tarde na praia, para a observar. Mas quanto mais tarde ele ficava, mais a mulher demorava a vir da água.

Uma vez, perto do final do Verão, enquanto ela ainda se encontrava a nadar, já tarde, ele fingiu retirar-se e escondeu-se atrás de uma duna. Foi então que percebeu, quando a viu voltar, que a mulher tinha dificuldade em se deslocar, as pernas muito juntas, movendo-se devagar até à areia, onde se deitou, alheada do mundo.

No dia seguinte, o homem retornou ao seu posto de vigia. Mas então, não havia meio de a mulher regressar do mar. Alta noite, ele, que tinha levado uns binóculos, apenas conseguiu adivinhar por entre as ondas prateadas pelo brilho da Lua um rabo de peixe a ondular e a afastar-se de terra. Sem acreditar no que os olhos lhe indicavam, entrou na imensidade líquida e, braçada após braçada, procurou aproximar-se da visão que tivera.

Nesse ano, ninguém mais avistou a mulher. Contudo, no seguinte, lá estava ela de novo, na praia do costume, bela como sempre. O homem, esse não voltou a aparecer por aquelas bandas...



Nice e a Côte d'Azur: sereia com poeta – Marc Chagall, litografia, 1967

O candeeiro

A casa era grande e luxuosa, mas velha e de tectos fracos. Quando Alípio pendurou o candeeiro, o camarão ficou muito próximo da extremidade do taco que já tinha suportado onze antecessores, de múltiplas gerações familiares. Por isso, a luminária caiu dez minutos após, não com grande estrondo, porque foi amparada na queda pela cabeça da esposa, Lurdes, que admirava a nova peça e faleceu do evento.

Logo vieram os primos afastados, para o funeral, e muita outra gente que ele mal conhecia, pois era pouco afeito a convívio, verdadeiro misantropo. Mas, educado, cumprimentou toda a gente com galhardia, agradecendo os pêsames, mesmo àqueles que, tinha a certeza, jamais vira em toda a sua vida. A prima Isaura, que nunca se conformara por ter sido preterida a favor da agora defunta, logo após o enterro, enquanto alguns dos familiares e outros acompanhantes do préstito comiam canja de galinha da quinta, antes de regressarem às suas casas, disse-lhe: «Alípio, tens que arranjar alguém para viver contigo, não podes ficar sozinho neste casarão, quem te trata das coisas, a Guiomar está velha, qualquer dia morre, o que farás da tua vida?».

Alípio começou a pensar e achou que sim, Guiomar já fora criada dos pais, somava mais de setenta anos, se ficasse sem ela quem meteria em casa, gente estranha fazia-lhe impressão. E respondeu-lhe: «Olha, tu é

que eras a pessoa ideal, também não tens ninguém, muda-te para cá, casamos e amparamo-nos mutuamente». Isaura não quis ouvir mais nada, disse logo que sim, não fosse ele mudar de ideias, no dia seguinte já residia na quinta e duas semanas após estavam consorciados.

Mas Isaura não era como Lurdes. Não se contentava só com a vida e os trabalhos do casarão, aborrecia os retratos dos antepassados do esposo – que também eram seus – e não folheava nem um dos livros da bem recheada biblioteca que desde o tempo do bisavô do marido vinha sendo pacientemente formada. «Alípio, vamos ao casino, Alípio, apetecia-me ir às termas, Alípio não queres comprar uma casa na praia?», foram frases que se foram repetindo, sem resposta por parte do cara-metade. Depois, foram as contas de vestidos, sapatos, malas, jóias e adereços de toda a espécie que iam aparecendo sucessivamente, mais o dinheiro gasto na pastelaria e na cabeleireira da vila, para não falar das esmolas generosas na igreja – que chegaram ao ponto de fazerem pagamento de uma pintura integral da fachada e soldadura e electrificação do sino.

No dia em que comemoravam um ano de casados, Alípio apareceu em casa com enorme caixa, de tal modo grande que necessitou da ajuda do rapaz da loja de electrodomésticos para o ajudar a transportá-la para a sala. «Já era tempo, o outro candeeiro ficou todo partido, comprei este de

cristal de Saxe, veio directamente da Alemanha, foi preciso encomendá-lo, vais gostar de certeza», disse para Isaura, em resposta à admiração da mulher com a inusitada prenda de aniversário do matrimónio. Almoçaram, depois Alípio disse que ia pendurar o candeeiro, Guiomar foi buscar o escadote e Isaura ficou na sala, para ajudar, enquanto a criada acabava de levantar a mesa.

Alípio esgravatou o gesso no sítio onde sabia que existia o taco, enroscou o camarão no buraco que já lá estava e disse: «Está fixe, Isaura vê lá o efeito». Nisto, o candeeiro caiu

em cima da mulher, ela própria transformada em candeeiro, cheia de cristais de Saxe espetados no corpo, vieram os bombeiros, a polícia tomou conta da ocorrência, todos dizendo «Senhor Alípio, que grande azar, outra vez a mesma coisa», ele mandou Guiomar apanhar os vidros e limpar o sangue e preparou-se para novo funeral e mais uma viuvez. Dois dias depois, resolveu colocar no mesmo sítio um *plafond*, preso nos quatro cantos por cavilhas de ferro aparafusadas às traves de madeira que ficavam por cima do estuque do tecto.

O homem-lâmpada

Era mais uma festa da aldeia, como acontecia todos os anos, em Agosto. Entre muitos outros números do programa, havia largadas de touros, de manhã e a seguir ao jantar. À noite, a iluminação de lâmpadas coloridas – que também serviam por ocasião do Natal e das comemorações do aniversário do nascimento do benemérito da terra – tornava o espectáculo mais animado. Parecia até que, por isso, os corajosos locais se afoitavam com maior denodo perante os cornúpetos – ou atrás deles, coisa que, segundo alguns aficionados, também demonstra audácia, embora nunca ninguém tenha conseguido explicar porquê.

Julião, de há muito fazia parte do espectáculo. Sempre imbatível, era o que maior número de pegas contava no historial das festividades, mais de duzentas, em anos sucessivos, com recorde absoluto para 1974, quando agarrou por vinte e cinco vezes um touro chamado Pide...

Desta feita já filara seis, uma vez cada um, e preparava-se para se atirar para os adornos do sétimo, bicho negro imenso, quando de surpresa este o catapultou para cima de um poste de electricidade em madeira, ao qual estavam presos muitos dos fios portadores de lâmpadas.

Primeiro, Julião começou a acender e a apagar; depois, logo a seguir, sentiu-se no ar um cheiro a bifanas grelhadas, embora muito

mais intenso que as que são de porco costumam exalar em cima das brasas; por fim, evoluiu-se algum fumo, enquanto caíam do alto do poste os cabelos e os sapatos do homem.

O povo, cá em baixo, não sabia como actuar. Se descer Julião do poste, se deixá-lo nele, uma vez que não havia nada a fazer e ainda por cima o Avelino coveiro estava de férias em casa de um filho, na capital. Pedido conselho ao presidente da Junta de Freguesia, este optou pela segunda possibilidade, declarando: «Assim como assim, ele não morreu de todo; como podem ver, ainda acende».

E lá ficou o pegador, empoleirado no esguio tronco, por mais três dias, até que as festas acabaram. Nessa altura, ainda com o coveiro de licença, pôs-se o problema de se saber que fim dar ao corpo. Enterrá-lo no cemitério, foi opção de imediato posta de lado pela comissão de festas, pois naquele campo-santo as coisas só podiam ser consumadas em legalidade e não se ia interromper as férias ao titular da necrópole ou substituí-lo por cavador de sepulturas sem carta para tal. Metê-lo no contentor do lixo, parecia atitude miserável e absoluta falta de agradecimento para com quem sem dúvida prestigiara as festas ao longo de tantos e tantos anos – sobretudo no último. Até que o pároco, presidente da comissão fabriqueira, teve uma ideia luminosa, na verdadeira acepção da palavra, com a qual

todos os outros membros concordaram de imediato: Julião, que durante aqueles dias fizera de lâmpada de incandescência, foi trocado na campanha de um hiper-mercado para poupança de energia por uma lâmpada de baixo consumo que agora é todos os

anos acesa, em altura de largada, por um minuto, em sua memória. Feitas as contas, a confirmarem-se as indicações de fábrica escritas na embalagem, a lâmpada recordará o defunto muito para lá do fim dos tempos...

O cordel

Lau Sheng levantou-se da mesa onde fizera paciências toda a noite, pegou no cinto e no coldre que guardava a velha pistola Makarov de origem soviética e ajustou-os à cintura. Nunca os usava enquanto sentado, pois o coldre prendia-se nos interstícios do assento de ripas da cadeira e isso causava-lhe algum desconforto. Olhou pela enésima vez para o relógio e considerou que estava de facto na hora e que não se podia demorar mais.

Abriu cuidadosamente a porta da sala dos guardas, para não fazer ruído, e percorreu em cerca de um minuto a ala que dava acesso ao pavilhão mais tenebroso da cadeia: o dos condenados à morte. Encostado a uma secretária, dormitando, estava Song Zhao, como ele proveniente de Mingxi, na província de Fujian. Ambos tinham sido colocados naquela prisão na mesma altura que Wang Mengfu, o prisioneiro que ia ser executado nessa madrugada e que coubera a Lau em sorte. Por isso, era com algum pesar que ia desempenhar a tarefa, estreia para si, mas que o colega já cumprira por três vezes.

«Song, abre a porta da cela, está na hora, é preciso levar Wang para o pátio, vê se está preparado», disse ele para o conterrâneo,

com a voz trémula pela responsabilidade da função que lhe haviam cometido, enquanto mais uma vez vistoriava a pistola e as munições da mesma. Song abriu a porta e com espanto ambos verificaram que o prisioneiro se havia enforcado com uma corda, suspensa das grades da janela.

Lau respirou de alívio. Se por um lado podia ter encetado a inevitável experiência pela qual mais cedo ou mais tarde teria de passar, por outro achava preferível adiá-la. Mas uma coisa desde logo o preocupou: aquele cordel, que vinha contrariar a carta que já havia escrito e que agora era preciso refazer. E foi isso que aconteceu, depois de arrumados todos os trâmites que o suicídio de Wang provocara: relatório interno, funeral, arrumação e ensacamento do espólio, etc.

Três dias depois, seguia para a aldeia do falecido condenado, na província de Jiangxi, uma missiva oficial que a dado passo dizia: «(...) e, dado que na República Popular da China o pagamento da bala que termina com a vida dos prisidiários condenados à morte é suportado pela família dos mesmos e que o recluso n.º 654, Wang Mengfu, optou por se enforcar, debita-se aos seus familiares o montante de um *yuan* e quatro *jiao*, preço de custo de dois metros e vinte e oito centímetros de corda...»

O bombista

Kahlil ajustou ao peito o cinto-bomba, vestiu a larga camisa branca por cima e saiu para a rua, quando a manhã começava a despontar. Na mão direita segurava, tapada, a cesta cheia de explosivos prontos a detonar, primeira opção prevista no atentado que pretendia levar a efeito.

Fátima, sua esposa, acordou por volta das nove horas e preparou-se para ir para o campo de refugiados, onde ensinava as primeiras letras a crianças. Já não viu Kahlil na cama e pensou que ele tinha ido para a horta, situada a dois quilómetros, onde produzia legumes que contribuía para algum desafogo da economia familiar. Arranjou-se, tomou o pequeno-almoço e saiu de casa. Lembrou-se então que Kahlil lhe dissera que ia ao mercado vender a tendeiros produtos da horta. Como sabia quem eram os clientes habituais do marido, dirigiu-se

para lá, na esperança de o encontrar, a fim de lhe pedir parte do dinheiro, necessário para compras que faria no regresso do trabalho.

Seriam umas nove e trinta, quando a explosão se deu. Depois de o fogo e o fumo se terem consumido, os que se salvaram do atentado e os que acorreram ao sítio viram a habitual esteira de destruição, constituída por ferros retorcidos, panos rasgados, restos de géneros de toda a ordem, muitos mortos e feridos lamentosos.

Kahlil não precisara de recorrer ao cinto-bomba. Um sorriso vitorioso enchia-lhe o semblante, quando se dirigiu para casa, depois de consumado o acto que se propusera, cumprindo assim o que lhe fora encomendado. Só o perdeu quando, perto do lar, Habibah, a velha viúva que morava em frente, lhe disse que haviam reconhecido o corpo de Fátima na explosão do mercado. «Foi o teu filho Hamad quem a identificou», acrescentou ela, enquanto o rosto do homem empalidecia...

Morte à beira da estrada

Pelo meio da tarde, o antiquado *minibus* Mercedes ia de Budapeste para Cluj-Napoca, na Roménia. Tratava-se de um veículo de pouco mais de uma dúzia de lugares, com atrelado para as malas e outra carga – prática habitual nestas paragens –, o qual saltitava assustadoramente, como se a qualquer momento se fosse desligar do rebocador que o puxava. A viagem transcorria monótona, através da planície húngara, com sucessão de campos de abóboras e milheirais e os passageiros dormitavam, quase todos. Eram seis professores portugueses, participantes num projecto educativo europeu, duas camponesas romenas, de lenço atado debaixo do queixo e fartas saias plissadas, e um operário e a esposa – ele, envergando boné do Cluj e cachecol do mesmo clube de futebol transilvano enrolado na caixa de ferramentas que amparava sobre os joelhos. Ninguém falava, naquele rame-rame pastoso em que a jornada ia avançando. Só um dos docentes, de vez em quando, puxava uma viola da bolsa protectora e tocava músicas

do seu país e também espanholas, entre outras, de vasto repertório.

Foi precisamente a seguir ao final de uma delas que a camponesa mais velha pediu ao motorista para parar, porque se sentia indisposta. Este estacionou à beira da via, onde ela se pôs a vomitar junto a uns arbustos, enquanto os restantes passageiros aguardavam. Depois de aliviada, regressou e o autocarro fez-se de novo ao caminho. O silêncio manteve-se por mais algum tempo, até que a mulher pediu nova paragem da viatura.

Desta vez, a carrinha ficou-se junto a um cemitério sem muro e com as sepulturas escurecidas, denunciando certo abandono. A mulher saiu, encostou-se ao alçado de uma campa, para se apoiar, este cedeu e caiu-lhe em cima. O motorista aproximou-se de imediato do local, observou a passageira e concluiu que ela estava morta. Telefonou para a polícia, pouco depois veio uma ambulância que levou a falecida e a amiga e o autocarro prosseguiu. O professor não voltou a tirar a viola do saco e ninguém mais conseguiu dormir até à chegada da viatura, no princípio do dia seguinte, à praça Unirii, em Cluj, seu destino.

**Tempo do Rei D. Carlos
e do Príncipe Real D. Luís Filipe**

D. Carlos, um rei pouco sedentário...

Joaquim Saial

A imprensa espanhola e a maior parte da europeia sempre estimaram o Rei D. Carlos de Bragança (mais até que a portuguesa, inclusive nos momentos posteriores ao assassinato de que foi alvo), apreciando-o



D. Carlos

Foto do ateliê Fillon, de A. Bobone, Lisboa

pelas suas reconhecidas facetas de diplomata, artista, homem de ciência e *sportsman*. Esta última característica do nosso soberano era compartilhada por alguns monarcas e príncipes da época em que viveu, charneira temporal que abarcou um século XIX final e o início do XX, ambos momentos de grandes inovações – em que a máquina revelava todo o seu fulgor, frêmito e potencialidades – e desenvolvimento e generalização de actividades de lazer e cultura física como o turismo e o desporto¹.

Vem isto a propósito de um artigo saído na revista mensal madrileña *Por Esos Mundos*, de Abril de 1904², intitulado “*Diversiones de los Reyes*”. O texto começa, como não podia deixar de ser, por dar conhecimento das predilecções em termos de tempos livres de Sua Majestade D. Afonso XIII, nesta altura com 18 anos ainda incompletos³ e apenas cerca de dois de reinado⁴. Segundo a revista, a sua distracção favorita era a caça “à qual dedica grande preferência nos momentos de ócio. Sai frequentemente para caçar na Casa de Campo⁵ e em El Pardo⁶; e nos montes de Riofrío⁷, que são património da Coroa de Espanha, o Rei dedica-se a correr reses, coisa que muito o diverte.”

¹ Em Portugal criam-se nestes anos os três clubes de futebol que ainda hoje são os maiores de Portugal: Futebol Clube do Porto (oficialmente em 1906, depois de uma primeira fase iniciada em 1893), Sporting Clube de Portugal (1906) e Sport Lisboa e Benfica (oficialmente em 1908, após primeira fase em 1904).

² N.º 111, p. 329.

³ Nasceu em 17. Maio. 1886.

⁴ Proclamado Rei aquando do seu nascimento, assumiu o trono efectivamente em 1902, ao completar 16 anos.

⁵ O parque Casa de Campo, situado na zona ocidental de Madrid foi pertença da Coroa espanhola, servindo de couto de caça à família real. Proclamada a II República em 1931, foi cedido à cidade e aberto ao público.

⁶ Zona a norte de Madrid, onde se situa o Palácio da Zarzuela.

⁷ Na área de Segóvia.

Outros entretenimentos apontados ao jovem governante eram a esgrima, o bilhar, a equitação, a natação e o tiro. Depois de passar de modo breve por Vítor Manuel II, de Itália, que “[dedicava] as suas horas aos negócios de estado, sobrando-lhe pouco tempo para se divertir”, a *Por Esos Mundos* centra-se na figura do Rei D. Carlos. Dado o aparente interesse do texto para os leitores de *Callipole*, resolvemos traduzi-lo na totalidade, juntando-lhe as notas que nos pareceram necessárias para melhor compreensão do mesmo:



Desenho anónimo publicado em *Por Esos Mundos*,
N.º 111, Abril.1904

“O Rei Carlos de Portugal é muito simples e os desportos a que se dedica leva-os a cabo sem luxo nem ostentação. Quando viaja – e fá-lo muito – vai quase sempre vestido à americana, com chapéu de coco ou de palha, segundo a estação do ano. Assim recordam muito bem os madrilenos, o soberano português que há dois anos esteve na corte durante alguns dias. Quando vai a Paris ou Londres, passeia pelas ruas daquelas populosas capitais sem acompanhamento algum.

É, talvez, de entre todos os soberanos reinantes, o melhor atirador. Fama disso mesmo deixou-a nas suas recentes caçadas em Windsor e nos campos de tiro do Bois de Boulogne, em Paris, e no da Casa de Campo, em Madrid.

D. Carlos fica contentíssimo quando pode satisfazer o seu gosto pelo desporto. Mas o seu retiro favorito é a sala de bilhar⁸, onde jogando uma partida de carambolas com qualquer outro monarca, poderia seguramente dar-lhe vários *pontos*.

A residência mais frequentada pelos reis de Portugal é a de Cascais, para onde vão durante a época de banhos, habitando um antigo castelo que domina o mar. Ali, o Rei converte-se num *homem de campo* e livre de cuidados, banha-se⁹ e navega no mar. Ultimamente ocupava-se em introduzir no país a caça à raposa, ao estilo inglês, e em fazer dela um dos desportos nacionais de Portugal.

D. Carlos de Bragança sente também grande gosto pela pintura e é um aquarelista notável. Os espanhóis podem julgar perfeitamente este gosto do rei de Portugal, pois

⁸ As primeiras licenças para exploração de salas de bilhar foram concedidas por Luís XI de França, em... 1475; o primeiro encontro oficial deste antigo desporto foi travado em S. Francisco (EUA), em 1855; em Portugal, o bilhar de competição surgiu em 1930; seis anos depois, criou-se em Lisboa a Associação Portuguesa de Bilhar.

⁹ A este propósito ver a curiosíssima fotografia existente na p. 101 do livro *El-Rei D. Carlos, Pintor*, de SILVA, Raquel Henriques da e MONGE, Maria de Jesus, ed. da Fundação da Casa de Bragança, 2007, que mostra o Rei banhando-se em Cascais, em 1902, dois anos antes de o artigo da *Por Esos Mundos* ter sido escrito.

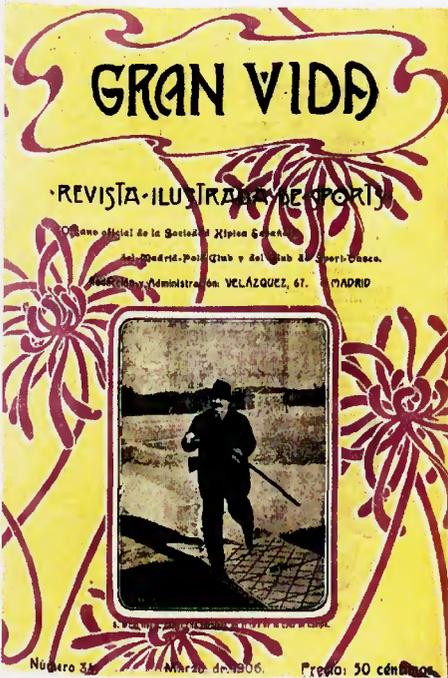
recentemente remeteu várias aguarelas em bilhetes-postais que figuraram na exposição de beneficência para os pobres de Cádiz. *Por Esos Mundos* reproduziu em devido tempo dois daqueles postais¹⁰ que mereceram aplauso generalizado de todas as pessoas que tiveram ocasião de vê-los.”

A revista refere-se ainda a Eduardo VII, de Inglaterra, e ao seu gosto pela caça e navegação; ao interesse do príncipe herdeiro da Alemanha pelo *lawn-tennis*; ao imperador germânico que nos poucos tempos livres

passava em iate no mar do Norte ou caçava veados e javalis; às caçadas do imperador da Áustria; às temporadas que Leopoldo, rei dos belgas, passava na Suíça e ao seu pendor por festas, pólo, corridas de cavalos e ópera; a idêntica inclinação do rei Óscar da Suécia... pela Suíça mas também por Biarritz e sua praia; e finalmente à paixão do rei grego Jorge por Aix-les-Bains e por cães e respectivas proprietárias...

Esta admiração da imprensa espanhola pelo nosso Rei pode confirmar-se através da leitura de inúmeros outros jornais e revistas. Para o feito, escolhemos apenas três exemplares da revista *Gran Vida*, um anterior ao assassinato de D. Carlos e dois posteriores.

Em Fevereiro de 1906, o magazine¹¹ dá conta da festa que a Sociedade de Tiro aos Pombos de Madrid¹² oferecera em honra do monarca lusitano na Casa de Campo, em alternativa a mais apetecida caçada que não se podia realizar por se estar na época de defeso... E para obsequiar a Real figura portuguesa, a STPM criou um prémio – que consistia numa taça de prata –, semelhante ao que organizara a sua congénere lisboeta, por ocasião da visita de Afonso XIII a Lisboa, em 1904. Para limitar o número de atiradores, realizou-se uma primeira *poule* eliminatória de que foram finalistas o Rei de Espanha e mais outros oito atiradores: os senhores Camino, Ochoa, Rúspoli, Luque, Patiño e Ibarra e os condes de Casillas de Velasco e Santa Coloma (este, o presidente



¹⁰ Os ditos postais são reproduzidos noutra texto de nossa autoria que se publica na presente *Callipole*.

¹¹ *Gran Vida*, n.º 34, Março.1906. No livro referido na nota 9, a fotografia que surge na capa da revista é publicada como sendo referente à visita de D. Carlos a Madrid, em 1902. Assim, de duas, uma: ou houve ali lapso na datação (que até pode ter sido motivado por eventual antiga nota arquivística erroneamente escrita na foto) ou a *Gran Vida* foi buscar uma imagem da anterior visita de D. Carlos a Madrid, para ilustrar a sua capa de 1906. Refira-se, no entanto, que esta revista só se começou a publicar em 1. Julho.1903 e portanto não é de crer que nos seus arquivos tivesse uma foto do monarca português alusiva à visita de 1902. Diga-se também que o aspecto do Rei e seu vestuário é semelhante ao que apresenta nas outras duas fotografias que se publicam no artigo da *Gran Vida*. Sem possibilidade de no presente momento esclarecermos esta questão, ela pelo menos aqui fica apontada.

¹² Sociedad del Tiro de Pichón de Madrid.

da STPM). Entretanto chegou D. Carlos que, depois de mudar de roupa, se lhes juntou. E as eliminatórias foram-se entretanto seguindo, agora com ele a competir. Ao 8.º pombo lançado, só restavam o Sr. Camino e D. Carlos – o qual, com a sua infalível pontaria, ganhou o 9.º *round* columbófilo... “A vitória do simpático monarca foi muito celebrada e recebida por todos com sumo agrado”, diz o cronista da *Gran Vida*. Sucedeu-se outra prova, de “tirada a brazo”

ao estilo de Valência que muito agradou ao Rei visitante, aqui menos bafejado pela sorte, pois ao sexto pombo só restaram quatro atiradores, dos 53 inscritos e D. Carlos não era um deles: o Rei Afonso XIII, o marquês de Yvanrey, o duque de Tarancón e o Sr. Martos. Mas, pelos vistos, isso não terá diminuído o prestígio do monarca português entre os seus colegas de tiro que à Casa de Campo se deslocaram – os quais, “para além dos atractivos naturais da partida



D. Carlos en el Tiro de Pichón de Cascaes. (Última litografía hecha del Rey como sportsman.)
Fot. Holtreman.

tinham desejo de ver D. Carlos de Portugal atirar, pela justa fama de que gozava”. Talvez por isso ele era figura de capa, em fotografia hoje muito conhecida isoladamente mas não nesta situação que aqui apresentamos.

Em Fevereiro de 1908, logo a seguir ao Regicídio, a *Gran Vida*¹³ dava o devido destaque à notícia, acentuando o cariz de D. Carlos como homem do desporto:

“Não são só as Cortes europeias que se vestem de luto pela tragédia que em Portugal tirou a vida ao Rei D. Carlos e ao Príncipe herdeiro D. Luís Filipe. Também o mundo desportivo sofreu uma dolorosa perda com a morte do Rei, *sportsman* que havia passeado pela Europa os seus dotes de atirador, conquistando vitórias e troféus e deixando em todos os *stands* de tiro famosos cartões que se olham sempre com admiração.

¹³ *Gran Vida*, n.º 57, Fevereiro.1908.

¹⁴ D. Carlos será a figura trajando de claro, em pé, ao fundo.

¹⁵ *Gran Vida Gran Vida*, n.º 58, Março.2008.

Como caçador e cavaleiro havia mostrado também o Rei de Portugal *afición* entusiasta e habilidades nada comuns; era também muito dado ao uso do automóvel e se não praticava com frequência outros desportos, fomentava o desenvolvimento da sua prática concedendo prémios para campeonatos de esgrima, ténis, futebol, vela e outros.”

Ilustrando a notícia, para além de fotografias oficiais do Rei e de D. Amélia e de uma de D. Carlos a cavalo, vestindo à alentejana (que se pode ver no artigo do Dr. João Ruas publicado nesta *Callipole*), uma quarta fotografia, de Holtreman, situava-o no Tiro aos Pombos de Cascais, naquela que segundo a revista teria sido a sua última foto como *sportsman*¹⁴.

Em Março¹⁵, a *Gran Vida* falava da última caçada régia em Vila Viçosa, mostrando como este derradeiro acontecimento venatório despertara o interesse dos adeptos da actividade.

“Tudo quanto se relaciona com a última jornada de caça dos augustos mortos adquiriu singular relevo e despertou com justiça a curiosidade dos *sportsmen* portugueses e estrangeiros.

As magníficas fotografias que nos remeteu de Lisboa o nosso distinto representante D. Jorge de Menezes, unem ao que já expressámos mais outro atractivo que é o de nos apresentarem o desventurado Rei e o

malogrado Príncipe como amadores muito notáveis de fotografia.

O Rei D. Carlos, que pintava telas e aguarelas muito estimáveis e manejava com facilidade o lápis de desenhador, teve sempre o gosto pela fotografia, que lhe serviu de grande auxiliar nos seus estudos de oceanográficos. Quando se afastava da Corte para dedicar-se no campo à sua actividade favorita, a caça, nunca esquecia o aparelho fotográfico com o qual se comprazia em fazer imagens de grupo de caçadores e reproduzir cenas das montarias que oferecia não só aos seus convidados, como também a alguns periódicos desportivos que estimavam a colaboração de D. Carlos, por tudo o que valia e significava.”

Temos assim que o nosso Rei sai de certo modo ganhador no confronto com os seus congéneres europeus contemporâneos – alguns deles apenas capazes de frívolos divertimentos para além da actividade real rotineira –, com passatempos “profissionais” de pintura, fotografia, ténis, caça, natação, oceanografia (em que só tinha companheiro aristocrata comparável na pessoa de Alberto I do Mónaco, de quem se tornou amigo), ornitologia e agricultura... Infelizmente para D. Carlos, profissão, profissão mesmo, tinha-a de Rei, por herança de sangue. Mas não era essa decerto a que mais lhe agradava...

Dois bilhetes-postais espanhóis ilustrados por D. Carlos de Bragança

Joaquim Saial

Um dos artigos do *Album Salón*¹ datado pela Biblioteca Nacional de Espanha de Janeiro de 1903² apresenta 16 páginas e 99 imagens, dedicadas à “Exposição de Postais da Associação Gaditana³ de Caridade”, realizada no Palácio de Belas Artes de Barcelona. Não era para menos, dada a importância do evento. Vejamos como nasceu a ideia que lhe deu origem.

Tudo começou quando a dita associação organizou um festival em favor dos pobres e vagabundos da cidade de Cádiz, prevendo-se que uma das vertentes fosse um concurso de postais ilustrados pedidos às pessoas mais próximas dos organizadores⁴ e outras, de envergadura, a nível interno e externo. Mas cedo perceberam que este seu propósito poderia ampliar-se através da venda da colecção em condições vantajosas – o que seria de extremo interesse para a instituição a que estavam ligados. E logo a eles se aliaram o bispo de Cádiz, o Governador Civil, o presidente da Câmara Municipal e muitas outras individualidades locais. Seguiu-se a necessária propaganda (bem eficaz, diga-se) por toda a Espanha e pelo resto do mundo.

Assim, conseguiu-se o concurso de toda uma plêiade de figuras gradas, nacionais e estrangeiras, de diversos quadrantes políti-

cos e actividades científicas e culturais – neste caso, da pintura, da música e do teatro, entre outras. Com tão valioso acervo obtido – cerca de 3000 postais! –, passou-se à tentativa de venda do mesmo. Acabou por ser comprador um comerciante estrangeiro, Armand Hugens, que em 1903 pagou 60.000 pesetas e montou uma exposição itinerante pelas principais cidades mundiais, reverendo 15% das cópias dos originais para solucionar problemas sociais da cidade. E o projecto lá seguiu em frente, com elevado sucesso. Barcelona foi contemplada como o primeiro lugar a receber a exposição, “em consideração à sua intelectualidade e a que [fora] uma das que melhor haviam respondido ao chamamento da Associação. Seguir-se-iam Madrid, Paris, Lisboa, Londres, Berlim e Nova Iorque, com término na Exposição Universal de São Luís do Missouri, EUA, em 1904.

Muita gente de renome participou de facto neste acontecimento. Como dizia Francisco Casanovas, autor do longo texto do *Album Salón*, até uma figura totalmente contrária a este tipo de iniciativas, como o escritor italiano Edmundo de Amicis – que pouco antes verberara a “invasão dos números únicos, dos álbuns, dos postais e

¹ Revista de Barcelona, a primeira ilustrada a cores a surgir em Espanha. Publicou-se entre 1897 e 1907 e dedicava-se à divulgação da literatura, da arte e da música.

² Cremos que esta data se refere a uma compilação de revistas; o *Nuevo Mundo* apresenta a mesma notícia em 11 de Novembro do mesmo ano.

³ Referente à cidade espanhola de Cádiz.

⁴ Rafael de la Viesca (antigo senador do Reino e nesta altura deputado às Cortes e subsecretário da Fazenda), Fernando Garcia de Arbolea (representante do Casino de Cádiz) e André Pastorino e Luis de la Torre (ambos do Ateneo e da Academia de Belas Artes).

de outras impertinências com que se [via] perseguido todo o homem que se [elevava] um palmo acima do comum das gentes” – havia dado o seu contributo.

Quem eram, pois, algumas das personagens famosas cujos autógrafos, desenhos, pinturas e (até) partituras participavam nesta mostra? Para além do próprio Rei Afonso XIII, estavam representados oito membros da Família Real espanhola. Chefes de Estado e príncipes reinantes, também eram muitos: Leopoldo II da Bélgica, Ernesto Luíz, Grão-Duque de Hesse, Henrique da Prússia, almirante da esquadra alemã, e os presidentes Porfirio Díaz, do México, Joan Cuestas, do Uruguai, Tomás Estrada Palma, de Cuba, Cipriano Cuesta, da Venezuela, Eduardo Ramana, do Peru, e Júlio Roca, da Argentina; pintores, o Rei D. Carlos de Bragança, José Giménez Aranda, Joaquín Sorolla, o grego N. Lytras, Martínez Cubels, Léon Bonnat o pintor e escultor francês Gérôme, os escultores Agustín Querol e Mariano Benlliure e muitos outros; no grupo dos cientistas sobressaíam o inventor americano Thomas Edison, o médico italiano Cesare Lombroso, Marconi, o químico Berthelot e o médico e histologista espanhol Santiago Ramón y Cajal; Menéndez Pelayo, Unamuno, Mark Twain, Júlio Verne, Anatole France e o atrás referido Edmundo de Amicis salientavam-se nos postais enviados por escritores; muitos artistas teatrais espanhóis, mas também a famosa atriz francesa Sarah Bernhardt; músicos, como Manuel de Falla, Pablo Sarasate, Richard Strauss, Saint Saëns ou Giacomo Puccini; e o engenheiro Gustave Eiffel... Nesta

enumeração, necessariamente curta, há ainda que referir a presença de pelo menos dois outros portugueses, para além do Rei de Portugal: o então marquês de Pombal (que escrevia em francês e colocava junto à assinatura os seus outros títulos e cargos: Par do reino, *chambellain*⁵ do Rei, etc.) e o poeta D. João da Câmara que remetia o soneto “Primavera!... Primavera!”

FESTIVAL DE LA CARMUDA S. S. 1903



Vejamos então que levava D. Carlos a Barcelona, aquilo que de facto pretendemos com este artigo. Ao que conseguimos apurar, nas paredes do Palácio das Belas Artes podiam ver-se dois postais seus: um recanto de jardim⁶ e uma marinha⁷, ambos datados de 1902 e assinados pelo Rei como Carlos de Bragança.

Lamentavelmente, a reprodução do primeiro, no *Nuevo Mundo*, é de péssima qualidade e não nos permite aquilatar com rigor do seu interesse. Trata-se de uma cena de recanto de jardim ou de quintal, em que se vêem alguns vasos com flores sobre um muro (talvez de uma varanda ou de escada) e uma paisagem ao longe, pouco distinta. Contudo, o seu intimismo bucólico

⁵ Espécie de “criado” de quarto de alta categoria, cargo geralmente entregue a fidalgos.

⁶ Reproduzido a preto e branco no *Nuevo Mundo* de 12. Novembro. 1903, como antes referimos.

⁷ Reproduzido no *Album Salón* (compilação?) datado de 1. Janeiro. 1903.



CARLOS DE BRAGANZA (Rey de Portugal).

de pequeno apontamento não tem grande paralelo nas obras reproduzidas no recente e bem documentado livro *El-Rei Dom Carlos Pintor*⁸, mais remetendo para algumas das *pochades* finais de Henrique Pousão, realizadas em Capri, em 1882 e 1883. Seja como for, estabelece-se como marca que cumpre registrar...

O outro postal, a marinha, tem inúmeros correspondentes conhecidos na obra do Rei pois, como é sabido, o assunto era de sua especial predilecção. Neste caso, o veleiro maior “ampara-se” noutros dois que em plano recuado o enquadram. Avantaja-se assim a composição, dando à figura central

curioso sentido de monumentalidade, sobretudo se considerarmos a escassa dimensão do suporte, o pequeno postal em que foi pintada. O colorido de tons pastel contribui para o sentido poético que toda a peça transmite. Por outro lado, as sombras das velas e a reflectida pelo veleiro no mar mostram o à-vontade com que o pintor se movia nesta área. Não perde o postalinho de D. Carlos, no confronto com os do asturiano Juan Martínez Abades⁹, de Adolfo Ocón, C. R. de Santiago ou José Maria Marqués. O mar e os barcos do Tejo ou da costa portuguesa constituem motivos recorrentes na sua produção de pintor naturalista, esforçado,

⁸ SILVA, Raquel Henriques da e MONGE, Maria de Jesus. *El-Rei Dom Carlos Pintor*, Fundação da Casa de Bragança, 2007.

⁹ Gijón, 1862 – Madrid, 1920.



Postais de Juan Martínez Abades, de Adolfo Ocón, C. R. de Santiago e José Maria Marqués

interessado e... competente – que ele “levou” a Barcelona, como ali levaria o seu *Sobreiro, Paisagem Alentejana*, em 1907, premonitória despedida artística internacional, quase em fim de vida¹⁰...

Esta história tem um remate que não ocorreu em 1903 mas sim em 2000... É que em finais desse ano, o historiador da imagem Rafael Garófano deu à estampa o livro *Recuerdo de Cádiz, Historia Social de las tarjetas postales (1897-1925)*¹¹, em que

analisa não só o fenómeno do bilhete-postal como o desta exposição em particular. Se ele ali fala do destino que os postais do nosso penúltimo Rei tiveram, não o sabemos, porque ainda não tivemos oportunidade de consultar a obra. Na impossibilidade de sobre isso agora esclarecermos os leitores de *Callipole*, pelo menos aqui fica o pequeno historial destes postais beneméritos e as duas reproduções que se acrescentam à obra conhecida de D. Carlos.

¹⁰ Ver SAIAL, Joaquim. “Breve nota sobre a presença de *O Sobreiro, Paisagem Alentejana*, de D. Carlos de Bragança, na V Exposição Internacional de Arte de Barcelona, em 1907”, *Callipole* n.º 15, pp.191-194.

¹¹ Quantum libros editores.

Rei D. Carlos, duque de Bragança e “Príncipe Lavrador”

João Ruas

“Não é nova esta afeição do Monarcha pela agricultura.

Todos quantos assistiram aos anteriores congressos estão lembrados de que ainda no tempo em que dos hombros do Sr. D. Carlos não pendia o manto real, que tantas obrigações representa, já o estudioso Príncipe, demonstrando o seu desvelo pela primeira industria portugueza, abrihantava com sua Augusta Presença a inauguração das nossas assembléas.

Nós chamavamos-lhe então Príncipe Lavrador.

... [hoje] El-Rei sabe que é principalmente da agricultura que virá salvação para a economia do reino.”

Este discurso marca a abertura do Primeiro Congresso Vitícola Nacional, realizado pela Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, em Lisboa, com início a 4 de Fevereiro de 1895.

Desde modo, o conde de Bertiandos, presidente do referido congresso, não só saudava o Rei D. Carlos I, como recordava a acção deste em prol da agricultura portugueza, lembrando para isso, a sua presença nos anteriores congressos da agricultura realizados em 1888 e 1889 e também pela acção do então duque de Bragança, nas terras do seu domínio, que lhe granjeara esse título de Príncipe Lavrador.



Caixa de medalhas da Exposição Agrícola de 1888

Foto PDVV¹

¹ Palácio de Vila Viçosa.

Cabe aqui e agora, recordar quem era o duque de Bragança, cuja actividade merecera tal epíteto e algumas das suas medidas a favor da agricultura nacional.

D. Carlos nasceu em Lisboa a 28 de Setembro de 1863 e em 11 de Fevereiro de 1864 é constituído herdeiro e sucessor de D. Luís I, para em 14 de Março de 1878 ser considerado herdeiro presuntivo do Trono. Nessa qualidade, ao atingir os 21 anos, toma conta da Administração da Casa de Bragança a 28 de Setembro de 1884.

O seu ducado (1884-1889) é um período de plena realização pessoal e do máximo interesse para o Reino. Assim, D. Carlos conhece a senhora D. Amélia de Orleães a 19 de Janeiro de 1886 e a 28 de Maio

realiza-se o casamento religioso na Igreja de S. Domingos em Lisboa.

A 21 de Março do ano seguinte, 1887, nasce o Príncipe D. Luís Filipe, herdeiro do trono e também futuro duque de Bragança. No final desse ano, a 14 de Dezembro, morre em Vila Viçosa a infanta D. Maria que sucumbiu duas horas após o parto prematuro. Em 1889, outros acontecimentos serão determinantes na vida do duque D. Carlos e do país. A 19 de Outubro morre na cidadela em Cascais o rei D. Luís I e a 15 de Novembro nasce o infante D. Manuel, que viria a ser o último Rei de Portugal.

A morte de D. Luís vai trazer a Aclamação de D. Carlos como Rei de Portugal a 28 de Dezembro e assim teremos um reinado que irá durar dezoito anos e começa com um Ultimato em 11 de Janeiro de 1890 e culmina no Regicídio, a 1 de Fevereiro de 1908.

Contudo, o nosso propósito é trazer algum contributo para o conhecimento da acção de D. Carlos, duque de Bragança, como lavrador e pessoa actuante no desenvolvimento e modernização da nossa agricultura.

Desde logo, em 1884, conseguiu impulsionar e tornar efectiva uma exposição agrícola em Lisboa, na zona da actual Rotunda, onde se mostraram produtos das suas terras e também máquinas agrícolas.

Após isso, nos anos seguintes continua a visitar o Alentejo, não só Vila Viçosa, mas também outros concelhos onde possuía propriedades. Como é sabido, um dos seus maiores interesses era a caça, mas veremos que não era o único e sobretudo, a sua actividade na agricultura e na pecuária era também inovadora, isto é, sempre atento às novas técnicas que à época iam surgindo.

Quando permanecia em Vila Viçosa, o que sucedeu por largos períodos durante o seu ducado, não eram só as caçadas, como muito se disse, que o ocupavam, pois também



Foto PDVW

NUMA BLANC fils
Suc.^o à Monte Carlo
& à MENTON



CANNES
pendant l'été
à AIX-LES-BAINS

Os duques de Bragança, em 1886

visitava as herdades, acompanhava as obras e aproveitava esse tempo de defeso para pintar.

Em Dezembro de 1887 começa a inverter a curva descendente das contas da Casa de Bragança para vir a conseguir o equilíbrio e mesmo a sua rentabilidade até 1908.

Podemos relatar o facto de que o duque de Bragança ao visitar Vila Viçosa em Abril de 1888 começou a tomar providências e a incentivar a própria Câmara Municipal para que o concelho fosse bem representado na exposição agrícola que se iria realizar em Lisboa, no próximo mês de Maio.

Como preparação e antecedendo a de Lisboa, foi inaugurada pelos duques de Bragança a 6 de Maio de 1888 em Vila Viçosa, uma exposição agrícola e industrial que ocupou várias salas do Palácio, demonstrando uma vez mais o empenho com que o Príncipe se ia dedicando à causa da agricultura.

No discurso de recepção, o Presidente da Câmara, Agostinho Augusto Cabral, referia-se à presença dos duques de Bragança e agradecia nestes termos toda a protecção que era dispensada à vila:

“Senhor: o acontecimento que hoje festejamos prova evidente que se Vila Viçosa foi grande em outras eras, hoje nada tem que invejar além da grandeza, porque a actual tem uma base mais sólida, a indústria agrícola, elemento real e não illusorio e com a valiosa protecção que Vossa Alteza se digna dispensar a todos os assumptos agrícolas pode Vila Viçosa confiar no seu futuro.” (Agostinho Augusto Cabral, p. 107).

Refere-se ainda à Tapada, que ao ter sido dividida em 1852, permitiu a agricultura na chamada Tapada de Baixo e ao movimento parcelar do terreno em courelas, como sucedeu também em Vila Fernando e Santo Aleixo. Esta política de distribuição de terra

veio impulsionar a agricultura e proteger os seareiros. É voz corrente que terá sido o Rei a mandar semear um dos primeiros montados alinhados na Tapada, avanço científico de grande alcance.

Como nota final na sua obra sobre o Palácio e Tapada, o referido autor indica os prémios obtidos pelos agricultores que participaram (155) nessa exposição de 1888, sendo assim distribuídos: 14 medalhas de prata, 29 de cobre e 119 menções honrosas. Neste cômputo não estão incluídas as que conseguiu o duque de Bragança com os produtos das suas propriedades neste concelho.

Nesta exposição, D. Carlos concorreu com vários produtos do concelho de Montemor-o-Novo (Vendas Novas), tais como vinho, vinagre, trigo, milho, centeio, pinhão, etc., e ainda madeiras e cortiça.

No concelho de Vila Viçosa os produtos são muito variados, a começar pelo azeite, feijão, fava, grão-de-bico, tremoço, mel, massa de tomate, calda de tomate, massa de pimentão, etc., e ainda mandou expor alfaias agrícolas.

Os prémios que obteve distribuem-se por Vila Viçosa, o azeite e, por Montemor o vinho e as cortiças, isto é, a herdade do Vidigal em Vendas Novas que na época ainda não era concelho. Évora Monte é citada pela sua cortiça.

A herdade do Vidigal que fora comprada por D. Luís I ao visconde do Barreiro em 1877, tornou-se num dos pólos essenciais da Casa de Bragança, quer pela sua extensão quer pela qualidade das terras quer ainda pelos produtos agrícolas e pecuários. Neste campo, o duque possuía e desenvolveu uma ganadaria que viria a tornar-se numa das principais do país.

Ainda sobre o Vidigal podemos ler o que escreveu Ramalho Ortigão ao verificar a

CONCELHO DE VILLA VIÇOSA

3277 — Sua Alteza Real o Duque de Bragança

- G. 2.º C. 1.º — Azeite 1887 — Produção 8:000 litros.
 - » » » — Azeite cru 1887.
 - » 3.º 1.º — Trigo 1887.
 - » » » — Milho 1887.
 - » » » — Milho.
 - » » » — Centeio 1887.
 - » » » — Cevada 1887.
 - » » » — Aveia 1887.
 - » » » 2.º — Feijão 1887.
 - » » » — Fava 1887.
 - » » » — Grão de bico 1887.
 - G. 3.º C. 2.º — Tremoços 1887.
 - » 5.º » 1.º — Um arado alemtejano de varas para um animal.
 - » » » 2.º — Pás.
 - » » » — Forquilhas.
 - » » » — Forcados.
 - » 6.º » — Mel.
 - » » » 3.º — Cera em bruto.
 - » » » 7.º — Cabrestilho de crina.
 - » » » — Corda de crina.
 - » » » — Corda de linho.
 - G. 7.º — Sementes de trevo.
 - » — Sementes de luzerna.
 - » — Feno de luzerna.
 - » — Batatas.
 - » 8.º C. 1.º — Prancha de azinho.
 - » » » — » » pinho.
 - » » » — » » sobreiro.
 - » » » — » » noqueira.
 - » » » — » » macieira.
 - » » » — » » buxo.
 - » » » — » » amoreira.
 - » » » — » » platano.
 - » » » — » » loureiro.
 - » » » — » » choupo.
 - » » » — » » freixo.
 - » » » — » » faia.
 - » » » — » » acacia.
 - » » » — » » olaia.
 - » » » — Amostras de cortiça.
 - » » » 3.º — Fructas florestas 1887.
 - » » » 9.º — Bagaço de azeitona.
- Massa de tomate.
 Calda de tomate.
 Massa de pimentão.

Produtos agrícolas de Vila Viçosa, a Exposição de 1888

grandeza e simplicidade da Casa que o Rei aí mandou construir.

“Nunca as pompas da realeza e os cerimoniais da corte captaram a predilecção dos seus gostos simples. A sua casa do Vidigal, que ele mesmo edificou e em cujo retiro rural tanto se comprazia, em nada se diferencia de qualquer mediano lavrador alentejano. Aí frugalmente se alimentava da rude cozinha local, e habitualmente vestia, como os seus abegões, a jaqueta de burel e os safões de pele de borrego, podendo dizer na língua chã, predilecta do fundador da sua dinastia: ‘— A mim todo o alimento me

sustenta, todo o pano me cobre, toda a roupa me serve.” (citado por Marques da Gama, p. 156)



Casa do Vidigal em construção, 1896

Por último, deve fazer-se referência a uma pequena agenda onde o duque de Bragança anotava as suas propriedades, com os factos mais notáveis para sua orientação. Trata-se de uma apreciação feita no local onde podia verificar e apontar elementos como sejam: o tipo de montado (sobre e azinho), as terras de sementeira, as pastagens, os montes, as rendas que lhe pagavam, a qualidade da cortiça e o que rendia. Outros factos que o duque anotava, prendiam-se com o estado e as reparações necessárias dos montes, do lagar, ou mesmo das lindas, como escreve ou seja, os limites ou extremas como diríamos hoje, isto é, os marcos.

Como exemplo podemos transcreever algumas notas referentes ao Roncão d'El-Rei (Monsaraz).

“Montado para 200 porcos (pode dar mais)

Pastagens muito boas sobretudo na Primavera e para gado vacum e lanígero (em todo o tempo)

Olival grande, dá entre 3000 e 4500 alqueires facilmente

Montado tanto velho como novo, precisa limpo...

Monte muito grande com muitas acomodações mas em bastante mau estado precisa reparações que me parecem faceis e de não grande custo.

Lagar grande precisa reparações, é bom"

Estes apontamentos revelam um conhecimento profundo de quem se deslocava aos locais e os apreciava com cuidado para poder posteriormente obviar às necessidades mais imediatas.

Como nota de complemento a este pequeno livro podemos citar uma carta do administrador delegado de Vila Viçosa, senhor António da Conceição e Silva, endereçada ao senhor conselheiro António Cardoso Avelino, Administrador Geral da Sereníssima Casa de Bragança, datada de Vila Viçosa a 24 de Julho de 1889.

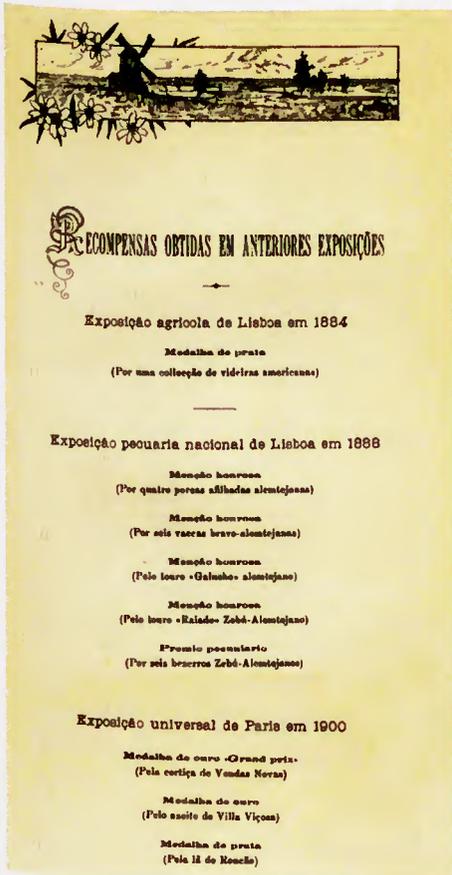
"...na noute da véspera da partida de S. Alteza me chamou para a casa de trabalho do mesmo Augusto Senhor e perguntando quaes as propriedades mais importantes que estavam a meu cargo respondi e a quem estavam arrendadas e porque preço do que tomava nota na carteira de lembranças..."

Nesta mesma carta, o Administrador delegado acrescenta um P.S. sobre o cultivo da beterraba que foi ensaiado por um agrónomo alemão, mandado pelo duque D. Carlos.

"Aqui veio o Snr. Weindenbach com um prático semear uma porção de beterraba na Tapada trabalho a que assisti. Silva" (A.H.C.B., Ms. 2529)

Pelo que temos vindo a referir é notável a dedicação que o duque tinha pelas suas terras e pela agricultura que nelas se praticava. No entanto, sabemos que mesmo já como Rei o seu interesse não diminuiu, antes pelo contrário, continuando a administrar a Casa de Bragança em nome do seu filho, futuro duque. Assim, estava presente em exposições quer no país quer no estrangeiro, trazendo sempre prémios e menções (exemplos: Paris 1900, Porto 1903 e 1904).

Nesta breve exposição, não fazemos referência à actividade da caça, na qual D. Carlos era exímio, mas isso requer um estudo especializado que não é da nossa competência. Por igual motivo, não nos debruçamos sobre a



Prémios em várias exposições



Foto PDW

D. Carlos em traje de lavrador

sua actividade como ganadeiro, pois em Vendas Novas, no Vidigal, tinha uma ganadaria que após ter sido vendida em 1910, foi o grande semental das congéneres em Espanha.

Foi nossa intenção referir tão-somente alguns aspectos da actividade agrícola do último duque de Bragança que exerceu em pleno as suas funções nos seus domínios e abrir caminho para os especialistas – talvez um engenheiro agrónomo e um caçador com bons conhecimentos cinegéticos, pudessem ensinar-nos quão grande foi o seu contributo para a nossa agricultura. Para tal teríamos dados excelentes da herdades que tão bem estão documentadas no Arquivo Histórico, o que nos daria uma visão bem completa do Alentejo devido às diferentes áreas abrangidas.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Arquivo Histórico da Casa de Bragança (AHCB).

"Propriedades do Alentejo: Notas 1889 / Carlos Duque de Bragança"

Pequena agenda para moradas, com o alfabeto à direita e as propriedades entram na folha da respectiva letra (9,5x6,5 cm).

Impressos

CABRAL, Agostinho Augusto. *Notícia Histórica e Estatística do Palácio e Real Tapada de Vila Viçosa / Agostinho Augusto Cabral*, s. n., Typographia Évora, S. I., 1889.

CONGRESSO VITÍCOLA NACIONAL DE 1895. Relatório Geral / Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.

EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA EM 1903 A 1904. Catálogo das Collecções Expostas por D. Carlos de Bragança (Fóra de concurso) – Esta exposição realizou-se no "Palacio de Crystal Portuense", Imprensa Nacional, Lisboa, 1903.

EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUEZA. Catálogo da Secção Agrícola 1888, Imprensa Nacional, Lisboa, 1888.

GAMA, Luís Filipe Marques da. *El-Rei D. Carlos: Memória Viva*. Edições Inapa, Lisboa, 1991.

RAMOS, Rui. *D. Carlos 1863-1908*, Círculo de Leitores, S. I., 2006.

D. Carlos I e a Ornitologia

Joaquim Miguel Palla Lizardo

Quando se fala sobre a actividade de investigador e de cientista do Rei D. Carlos I, imediatamente recordamos o seu trabalho na investigação oceanográfica das espécies marinhas da nossa costa (o seu amigo e contemporâneo príncipe Alberto do Mónaco fez investigações muito semelhantes na costa do seu principado). Esse trabalho está compilado no Aquário Vasco da Gama. Pretendemos aqui referir a sua faceta (menos conhecida mas, mais relacionada com o campo e Vila Viçosa) como ornitólogo.

A colaboração e o incentivo que ele deu a trabalhos como “Ornitologia de Portugal”, publicado em 1887 e ilustrado por Enrique Casanova, e “Catálogo Ilustrado das Aves de Portugal – sedentárias de arribação e acidentaes”, de 1890, não terminam aqui e permitimo-nos especular que em 1908, aquando do Regicídio, D. Carlos estaria a preparar uma actualização mais completa a estas obras.

Em primeiro lugar devemos fazer uma breve análise sobre o seu rigor científico; utilizou a classificação de Lineu (Carl von Linné 1707-78), que se baseia em categorias de classificação em sequência, ou seja, o grupo com maior número e diversidade de seres é o Reino que se vai subdividindo em agrupamentos cada vez menores até à espécie. Lineu propôs também o uso do latim como linguagem universal para designar essas categorias e conseguir assim uma uniformização (o conjunto de regras em

que se baseia essa uniformização é a Nomenclatura). Assim, todas as categorias taxonómicas à excepção da Espécie, são identificadas por um único termo. Vejamos por exemplo o tordo comum, no caso do género chama-se o designativo genérico e é habitualmente um substantivo (*Turdus*). A espécie é definida por dois termos: o designativo do género e o restritivo específico, um adjectivo (*Turdus philomelus*). Ambos são escritos em latim, em itálico ou sublinhados, o primeiro com letra maiúscula e o segundo com minúscula. A esta forma de identificar a espécie dá-se o nome de nomenclatura binomial.

Para além da classificação de Lineu, D. Carlos I utilizou também as de Brehm (1829-84) e a de Dresser (1834-1904).

O monarca classificou não só as aves mais vulgares entre nós, mas também algumas raríssimas de arribação. Vamos analisar por exemplo a classificação por ele feita do Eider (*Somateria mollissima*). Trata-se de um pato marinho grande (55 a 61 cm.) e robusto, residente ao longo das costas da Irlanda e do norte da Grã-Bretanha, Islândia e Escandinávia, visitante invernal das costas alemã e francesa. É raríssimo deslocar-se mais para sul e vir até à Península Ibérica. D. Carlos refere-se a esse facto depois de com grande rigor científico fazer a classificação da espécie:

Anas mollissima – Lineu
Somateria danica – Brehm
Somateria mollissima – Dresser

E salientou que lhe encontrou referências em Joul. S, *Birds of Europe*, V vol., pág. 374 e pág. 445. Também enumerou o nome da espécie nas diferentes línguas.

Morillone, Eider – francês
Eider duck – inglês
Eider gauss – alemão

E seguidamente descreve a sua experiência: «Ave de arribação – muito raro. Incluo esta espécie no catálogo, porque possui um exemplar, obtido por mim, junto ao Cabo Raso. Fazia parte de um pequeno bando de uns seis a oito indivíduos, que dificilmente se deixaram aproximar, não me sendo possível matar senão uma fêmea. É esta a única captura que eu conheço desta espécie em Portugal e foi feita no mês de Setembro.»

Na Sala das Aves do Museu de Caça, instalado no Castelo de Vila Viçosa está exposto um exemplar (uma fêmea), pertencente à colecção do Engenheiro Lopo de Carvalho, possivelmente também abatido em Portugal.



Eider Edredão

Col. Lopo de Carvalho, em depósito no Museu da Caça
Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Vila Viçosa

D. Carlos I demonstrou uma preocupação científica na classificação das aves de Portugal, como os melhores investigadores do seu tempo, já alicerçada em bases científicas e não uma mera apresentação das espécies, como fizeram os grandes pintores do Renascimento que apenas evidenciaram uma paixão pelo exotismo (veja-se Bosch no “Jardim das Delícias” ou Peter Paul Rubens em “Alegoria do Sentido do Cheiro”, onde representa um gineto (*Genetta genetta*). Curiosamente, este quadro foi pintado entre 1617 e 1618 antes de o artista ter sido contratado por Filipe IV de Espanha como pintor da corte (este facto só ocorreu em 1628) – o que indica que o pintor teria vindo a Espanha antes de 1628 porque o gineto só tem como habitat a Península Ibérica e o Norte de África. Estes pintores tentaram também mostrar que conheciam muitas espécies animais ou vegetais (Botticelli em “A Primavera” utilizou perto de quinhentas espécies diferentes de plantas).

D. Carlos I, como referimos, foi de facto um cientista e as palavras de Águedo de Oliveira definem perfeitamente essa paixão: “No referver das complicações dos lances políticos e das distorções e maldades, se a caça era uma evasão, a ciência pura mais que uma ocupação funcionava como autêntico refúgio. Depois o aquarelista insuperável, o impressionista ilustrando vivamente, completavam a inclinação natural de conhecer em termos de ciência”¹.

Também é de referir o seu trabalho e conhecimentos de Zootecnia quando criou a ganadaria brava na sua Herdade do Vidigal, em Vendas Novas. Esta desenvolveu-se desde as duas últimas décadas do século XIX e foi depois vendida para Espanha, onde se tornou semental de parte das ganadarias

¹ OLIVEIRA, Águedo de. *D. Carlos – Atirador de caça*, p. 70.

espanholas². D. Carlos administrou esta herdade nos cinco anos anteriores à sua subida ao trono, nos quais teve apenas o título de Duque de Bragança.

Transmitiu-se a imagem de que ele teria sido o único Rei caçador. Tal não é verdade. Seu pai, o Rei D. Luís I, também o foi, como mostra um artigo publicado pela revista francesa *La Chasse Illustrée*, em 1872. D. Luís tinha como peça de caça preferida a galinhola e o artigo acima mencionado refere-se a uma caçada que teve na Tapada de Mafra nos dias 28 e 29 de Dezembro de 1870, em que foram abatidas 89 galinholas (*scolopax rusticola*), tendo ele cobrado 20 só à sua parte. O autor desse artigo também refere a Tapada de Vila Viçosa e indica que a abundância de caça é grande, mas que lá só era permitido atirar à bala (isto significará que nessa época na Tapada de Vila Viçosa só caçavam espécies de caça maior?) Este facto revela da parte do Rei D. Luís I uma preocupação como gestor de recursos cinegéticos que terá transmitido ao seu filho D. Carlos.

Para finalizar, não podemos esquecer as palavras de um dos principais críticos do Rei

D. Carlos I e do regime monárquico, Fialho de Almeida que na revista *Saibam quanto*, afirmou:

“O seu furor pela caça?... Mas quase todos os príncipes o têm, e até por imitação certos Presidentes da República, que são monarcas a dias. Pois na verdade o que hão-de fazer os reis, “los de verdad”, senão cevar em coelhos e perdizes as suas ancestralidades fogosas, com que a sua proveniência de castas guerreiras lhes trabalha o sangue”...

BIBLIOGRAFIA

BRAGANÇA, D. Carlos de. *Catálogo Ilustrado das Aves de Portugal (Sedentárias de arribação e acidentaes)*, ed. Aquário Vasco da Gama – Marinha Portuguesa e Lusitânia Companhia de Seguros, SA, Lisboa, 2002.

GAMA, Luís Filipe Marques da. *El-Rei D. Carlos – Memória Viva. No centenário do Clube Taumáquico (1892-1992)*, Edições Inapa, Lisboa, 1991.

SILVA, Raquel Henriques da e MONGE, Maria de Jesus. *El-Rei D. Carlos, Pintor 1863-1908*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2007.

OLIVEIRA, Águedo de. *D. Carlos – Atirador de Caça*. Fundação “Os nossos livros” e Escola Superior Agrária de Bragança, Lisboa, 1992.

RAMOS, Paulo Oliveira. *Catálogo Oficial do Pavilhão do Conhecimento dos Mares – Exposição Mundial de Lisboa*, Expo 98, Lisboa, 1998, pp. 235 e 236.

S. O. de – “89 Galinholas em dois dias”, Revista *Diana*, Julho-Agosto.1968, n.º 220 (pp. 56, 57 e 68). Reprodução de artigo publicado em Março de 1872 em *La Chasse Illustrée*.

Ornitologia de Portugal, 1887, refundido.



Perdiz (*Alectoris rufa*) – att. D. Carlos de Bragança
Aquarela s/papel, s/d., c. 1887

Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Vila Viçosa

Foto PDVV

² GAMA, Luís Marques da. *Memória Viva – No centenário do Clube Taumáquico 1872-1992*, p.150.

O Rei D. Carlos I e a água da Serra d'Ossa - A memória régia na vila de Redondo

António Rei

INTRODUÇÃO

A memória de alguém fica ligada aos grandes momentos da sua vida pessoal, mas também a outros, que não sendo tão grandiosos ajudam a precisar o verdadeiro carácter do indivíduo. Nos momentos de euforia e glória todos somos mais magnânimos; o mesmo já não costuma suceder, quando passamos por momentos menos bons.



Rei D. Carlos – Postal ilustrado

O Rei D. Carlos I foi daquelas pessoas que tiveram a dita de viver numa época extremamente conturbada e onde a aceleração da dinâmica social não permitiu que o valor do indivíduo em causa pudesse emergir do vórtice em que a época se encontrava mergulhada. Faz lembrar o que ocorreu, de forma semelhante, a seu trisavô D. João VI, também muito mal apreciado por razões de cariz semelhante.

Para D. Carlos I, o momento que definitivamente o elevou além da condição normal dos seres, foi o momento ou conjunto de momentos derradeiros, que envolveram o seu fim trágico.

A morte eternizou-o, com a auréola do mártir, do herói, em qualquer dos casos, daquele que deu tudo o que tinha – a vida – pelo bem daqueles cujo destino lhe fora confiado, pelos desígnios do Divino, ou noutra óptica, pelas circunstâncias da Vida.

Sendo este um pequeno contributo na comemoração do infausto Regicídio, ocorrido a 1 de Fevereiro de 1908, pretendemos aqui abordar apenas um processo com muito pouco eco, a nível nacional, mas de grande importância local, em que podemos distinguir o lado mais humano e menos hierático do Rei D. Carlos.

Apercebe-se neste estudo como a generosidade do monarca acabou sendo essencial no processo que promoveu o abastecimento da vila de Redondo com água canalizada

desde a Serra d'Ossa, mais concretamente de nascentes situadas em propriedades da Casa de Bragança.

Água das fontes

Em 1893, ainda nos primeiros anos do reinado de D. Carlos, o qual se iniciara em finais de 1889, começou um período de administração do Partido Progressista¹ na Câmara de Redondo. A marca, o culminar deste período, foi o processo político-administrativo que em Redondo — mas também em Lisboa, junto dos vários Governos, do Parlamento, e mesmo da Corte régia —, desencadeou os trabalhos de estudo, captação, canalização e distribuição da água da Serra d'Ossa, para abastecimento da vila, uma época, sem dúvida, empolgante entre os finais do século XIX e os primórdios do século XX.

A todo esse processo ficou indelevelmente associado o nome do comendador António Ruy Gomes, como seu grande mentor.

Fontes e metodologia

Exploraremos essencialmente dois tipos de fontes da época: *fontes documentais camarárias* relativas àquele período, existentes no Arquivo Municipal de Redondo (AMR); e *fontes periódicas* locais e regionais, coetâneas ou, se posteriores, que tenham

feito eco daquele processo e/ou transmitido alguma informação suplementar sobre os factos em estudo.

Porque foi nosso interesse proporcionar o máximo de informação sobre o objecto em estudo, e como poderia tornar-se pesado o estar constantemente a referir datas, e não querendo nós apresentar apenas uma cronologia dos factos, tentámos adoptar a forma intermédia: entre um texto mais problematizado e problematizante; e uma forma mais linear e mais seca, com tipologia mais cronológica. Optámos, assim, por referir a maioria das datas sob forma abreviada. Por exemplo, **1 de Março** surgirá como **1/3**. Este tipo de tratamento utilizar-se-á principalmente quando as referências cronológicas forem mais abundantes. Algumas datas, consideradas mais significativas, serão apresentadas em forma completa.

A água em Redondo, nos finais do século XIX

Constatar-se-ia realmente falta de água na vila de Redondo, no início da última década de Oitocentos?

O que teria feito surgir a ideia de abastecer esta vila com águas da Serra d'Ossa, e o que fez com que essa ideia tivesse evoluído e expandido, e se tivesse tornado numa realidade palpável?

Seria, como clamavam os chefes progressistas locais, uma aspiração secular da população redondense, que só naquele

¹ No final da Monarquia os principais partidos políticos monárquicos foram o Partido Regenerador e o Partido Progressista (cf. TENGARRINHA, José. "Progressista, partido" e "Regenerador, partido", in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), 2.^a ed., VI vols., Figueirinhas, Porto, 1989, vol. V, pp. 189-191 e 256-257, respectivamente. A nível local, os caciques regeneradores eram gente ligada à produção, comércio e transformação dos cereais, pois a estrutura embrionária da actual Fábrica de Moagem Martins da Silva já existia naquela época e era propriedade de um dos caciques regeneradores, Joaquim José Perdigão Queiroga (*Jornal O Sueste*, 1.1.1899); os caciques progressistas eram, por seu lado, essencialmente vitivinicultores, e veremos depois a importância desse facto em todo este processo que envolveu o abastecimento da vila de Redondo com as águas da Serra d'Ossa (cf. *Idem*, 8.12.1898 a 8.1.1899).

momento se poderia concretizar, atendendo ao avanço científico e técnico que se dera ao longo do século XIX?

Mas se assim era, porque é que tal empresa não fora já iniciada em alguma das vereações regeneradoras anteriores?

Tentar descobrir a causa do empreendimento das águas, de como é que ele se concretizou no terreno, e as consequências do mesmo, na sociedade redondense de finais de Oitocentos e inícios de Novecentos, são os nossos objectivos.

O BROTAR DA IDEIA-FONTE (1893)

Os governos extra-partidários que se sucederam no país entre finais de 1890 e inícios de 1893² quebraram o rotativismo parlamentar. Os partidos monárquicos, assentes no caciquismo e na compra do voto³, viram as suas dinâmicas partidárias e eleitorais travadas pela existência desses governos e a nível local esse período deu azo a algumas alterações nas respectivas administrações autárquicas.

Em Redondo, concretamente esse hiato extra-partidário permitiu que os Progressistas ganhassem as eleições para a Câmara, em Novembro de 1892, para o triénio 1893-95⁴, pondo assim termo a uma longa permanência dos Regeneradores na autarquia redondense.

Estes últimos, essencialmente ligados à produção e transformação cerealífera, acabaram por ceder o passo a um outro grupo

social e político, assente economicamente na produção vitivinícola, os Progressistas.

A nova vereação tomou posse a 2 de Janeiro de 1893, tendo ficado como presidente da Câmara, o comendador António Ruy Gomes, o homem que foi como a mola impulsora de toda a empresa das águas da Serra d'Ossa⁵.

Na Sessão de Câmara de 23 de Fevereiro seguinte, o mesmo António Ruy Gomes apresentou, pela primeira vez, pública e oficialmente, a ideia de abastecer o Redondo com a água da Serra d'Ossa, mais propriamente a partir das nascentes desaproveitadas da Herdade dos Mamões, que pertencia à Casa Real de Bragança.

Segundo o mesmo Ruy Gomes, havia então em Redondo "*peçoas (...) resolvidas a concorrer (...) com avultados donativos para tal obra*"⁶. Propôs ainda, o então presidente da edilidade redondense, que fossem feitos contactos com duas entidades. Uma seria o ministério das Obras Públicas (MOP), a quem seria solicitado que dispensasse à Câmara Municipal de Redondo, algum pessoal técnico habilitado que pudesse proceder tanto à medição dos caudais das nascentes em causa, como à elaboração do ante-projecto da obra.

A outra entidade seria a Administração da Sereníssima Casa de Bragança, a quem seria solicitada licença para que os trabalhos e estudos necessários ao empreendimento das águas se pudessem vir a realizar na referida herdade⁷.

² A seguir ao Ultimato Inglês em 1890, quebrou-se durante cerca de três anos o ciclo rotativista, ao surgirem vários governos de iniciativa régia (cf. CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Século XX*, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 1988, pp. 66-67; RAMOS, Rui. "A Segunda Fundação", *História de Portugal* (dir. J. Mattoso), 8 vols., Circulo de Leitores, Lisboa, 1994, vol. VI, pp. 203-209).

³ ALMEIDA, Pedro Tavares de, *ob. cit.*, pp. 24-25.

⁴ AMR, *Actas 1891-1894*, fls. 80, 80v, 81, 81v, 82.

⁵ *Ibidem*.

⁶ AMR, *Actas 1891-1894*, fls. 90v, 91.

⁷ *Ibidem*.

O GOTA-A-GOTA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO (1893 - 1897)

No entanto, apenas quatro dias antes da publicação daquela ideia relativa às águas da Serra, a 19 de Fevereiro de 1893, os Regeneradores, chefiados por Hintze Ribeiro, voltavam ao poder em Lisboa, substituindo o governo extra-partidário de José Dias Ferreira, e fazendo a retoma do tradicional Rotativismo⁸. Aquela mudança de governo acabará por vir a ter, a médio prazo, uma influência de contenção, e quase paralisação, em todo este processo das águas da Serra d'Ossa.

Tendo a Câmara pedido apoio técnico ao MOP a 14/5⁹, o pedido foi deferido em 23/6¹⁰. O ministério enviou então um ofício à sua Direcção Distrital de Évora, o qual, recebido a 29/6, ordenava que fosse satisfeito o pedido da Câmara de Redondo¹¹.

Naquele mesmo dia 29 recebia a Câmara uma resposta favorável por parte do Administrador da Casa de Bragança, no respeitante aos estudos pretendidos¹².

O Director Distrital de Obras Públicas, Eng.º Câmara Manuel, visitou pessoalmente as nascentes em 10 e 11 de Setembro daquele ano, e dessa visita ficou a promessa de que os estudos se iniciariam muito em breve¹³.

Em finais de 1895, os Progressistas de Redondo, são reeleitos para a Câmara, para cumprirem o triénio 1896-98, para o que tomam posse a 7.1.1896. Ruy Gomes é reconduzido como presidente, embora a equipa de que se rodeou neste mandato seja completamente nova, relativamente à vereação anterior¹⁴.

Um sinal evidente de que o assunto das águas da Serra não fora esquecido entretanto em Redondo, é o facto de D.ª Antónia Luciana Toxa Moraes ter deixado, em testamento, à Câmara, um legado de 6 contos de réis, que aquela entidade deveria gerir e gastar exclusivamente nos estudos e nas obras das águas¹⁵.

Aquela senhora fora uma das principais apoiantes, e das mais entusiastas, desde o primeiro momento, pois já em 1893 manifestara o seu interesse por aquele projecto¹⁶. Os seus sobrinhos, e herdeiros, à época próximos do comendador Ruy Gomes, tê-la-ão instado a que estabelecesse aquele legado¹⁷. D.ª Antónia anuiu ao pedido, tendo, no entanto, colocado uma condição para que o legado se efectivasse: a de que as obras no terreno se iniciassem, pelo menos até um ano após o seu falecimento, que ocorreu a 24 de Dezembro de 1896¹⁸.

Aberto o testamento, é a Câmara notificada do legado e das condições para a obtenção do mesmo, a 21.1.1897¹⁹.

⁸ TENGARRINHA, José. "Rotativismo", *Dic. História de Portugal*, vol. V, p. 393.

⁹ AMR, *Actas 1894-1897*, fl. 122v.

¹⁰ AMR, *Idem*, fl. 124.

¹¹ AMR, *Actas 1891-1894*, fls. 107v, 108.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Jornal Correio do Alentejo*, Redondo, 17.9.1893.

¹⁴ AMR, *Actas 1894-1897*, fl. 61.

¹⁵ *Idem*, fl. 122,122v.

¹⁶ *Jornal Correio do Alentejo*, Redondo, 17.9.1893; Luís RibeiroTeixeira, "O abastecimento de águas na Vila de Redondo", *Boletim da Casa do Alentejo*, n.º 87, Outubro.1943, Lisboa, p.14.

¹⁷ *Jornal O Lídador*, Redondo, 31.8.1903.

¹⁸ AMR, *Actas 1894-1897*, fl. 122.

¹⁹ *Ibidem*.

Em consequência de tal notícia e das respectivas condições impostas, nesse mesmo dia a Câmara envia um pedido à DDOP, pedindo informações sobre o que fora feito, desde meados de 1893 até então, inícios de 1897, no respeitante ao estudo das nascentes; e reitera mais uma vez um pedido de apoio técnico àquela entidade, com vista à realização das obras²⁰.

Em resposta, a 28/1, a DDOP comunicou não ter realizado qualquer estudo nem trabalho, por questões burocráticas insólúveis com os seus funcionários, e afirmando também, de que não dispunha de pessoal técnico capaz de proceder a tais estudos e trabalhos²¹.

Mas, por sorte para a Câmara de Redondo, os Progressistas, chefiados por José Luciano de Castro, tinham sido chamados pelo Rei D. Carlos, a constituir novo governo em 7 de Fevereiro²².

E a partir de então tudo se alterou pela positiva, e se acelerou, no relativo às águas da Serra d'Ossa.

O cargo de administrador do concelho, ao ser de exclusiva confiança política, ficou entregue, por nomeação de 4 de Março, a António

Ruy Gomes, e Manoel Joaquim da Silva, até então vice-presidente na Câmara, passou a substituí-lo na presidência da mesma²³.

A Câmara enviou uma semana depois, a 11/3, novo pedido ao MOP²⁴, que é despachado favoravelmente em 6 de Maio, com vista à exploração das águas para abastecimento da vila de Redondo²⁵.

Embora sem se saber a data exacta do início, *in situ*, dos estudos relativos às nascentes, os mesmos não terão tardado muito, pois a 1 de Julho, a equipa técnica encarregada dos mesmos estudos, chefiada pelo Eng.º José Maria do Rego Lima²⁶, propusera à Câmara também a aquisição das nascentes de Vale de Abraão, já que apenas as da Herdade dos Mamões não teriam caudal suficiente para abastecer o Redondo.

Nessa mesma data, e seguindo o parecer técnico, a Câmara solicitou à proprietária da Herdade de Vale de Abraão, D. Maria da Glória Mattos Fernandes, a concessão gratuita das águas das nascentes que lá se situavam²⁷.

O Eng.º Rego Lima, responsável pelos estudos, informou a Câmara, em 7 de Setembro, da conclusão dos trabalhos de campo²⁸, e de que fará todos os esforços

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Idem*, fl. 124.

²² TENGARRINHA, José. *ob. cit.*, p. 393; Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 225.

²³ AMR, *Actas 1894-1897*, fl. 130, 130v.

²⁴ *Idem*, fl. 128.

²⁵ *Id.*, fls. 134v, 135.

²⁶ Engenheiro e cientista português do século XIX, José Maria do Rego Lima dirigiu (1897-98) os estudos realizados na Serra d'Ossa, entre Maio e Setembro de 1897, e foi ele também o autor das plantas do respectivo projecto. Dirigiu as obras na sua fase inicial, com autorização do MOP, entre Dezembro.1897 e Março-Abril.1898, quando a obras foram interrompidas pela primeira vez. Engenheiro de minas de 1.ª classe, era professor de Montanística (extração e fusão de metais) na Escola do Exército e engenheiro do Estado Com a formação académica e profissional terminada no estrangeiro, era não só um quadro qualificado e experiente, mas também um intelectual positivista e divulgador, muito interessado na expansão industrial do país, principalmente no respeitante à extração e fusão dos metais, como o atestam alguns dos títulos de publicações suas. Embora não saibamos se articulado com este empreendimento em Redondo, porque não se encontrou documentação que o confirmasse, foi, coincidentemente, o Eng.º Rego Lima agraciado pelo Rei com o grau de Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis, em 1.Janeiro.1898, ou seja, 10 dias depois de começarem as obras na Serra d'Ossa, e durante o período em que as dirigiu. O seu curriculum científico anterior e o facto de as nascentes estudadas em 1897 se situarem em terras da Casa de Bragança, muito possivelmente não terão sido alheios àquela régia recompensa.

²⁷ *Id.*, fl. 146.

²⁸ As plantas relativas às nascentes estão todas assinadas pelo Eng.º Rego Lima em Agosto.1897 (cf. AMR).

para que “os trabalhos de gabinete” se concluam o mais depressa possível²⁹.

Seguiu nesse mesmo dia uma carta da Câmara de Redondo, dirigida ao Rei D. Carlos, como “*chefe da Serenissima Casa de Bragança*”, pedindo a concessão gratuita das águas das nascentes da Herdade dos Mamões, para abastecimento da vila de Redondo, que foi como segue:

“(…) a Sua Magestade El-Rei, na qualidade de Chefe da Serenissima Casa de Bragança, em favor deste Município a concessão gratuita de umas nascentes de água potável existentes na herdade dos Mamões, pertencente à referida Casa de Bragança, na parte occidental (sic) da serra d'Ossa que atravessa a dita herdade, para abastecimento d'esta villa.”³⁰

No dia 16 de Setembro, a mesma Câmara solicitou ao Dr. Francisco Eduardo de Barahona Fragoso, chefe carismático dos Progressistas no distrito de Évora e amigo pessoal do monarca, o uso dos seus “*bons officios junto de Sua Magestade*” para a obtenção da imprescindível concessão das águas³¹.

Em resposta recebida a 30 daquele mesmo mês, o Dr. Barahona comunica que o monarca vai consultar o Administrador da Serenissima Casa de Bragança sobre a possibilidade de permitir a concessão, e de que a resolução do Rei será posteriormente comunicada à Câmara³².

A 4 de Outubro, a Câmara reúne em Sessão Extraordinária, para dar a conhecer o régio deferimento ao pedido feito por este concelho. É enviado um ofício de agradecimento ao monarca, proclamando-o “*desvelado Protector do Povo de Redondo*”³³.

Três dias depois, a 7/10, é recebido um telegrama do Dr. Barahona, em que este comunica ter lido pessoalmente o agradecimento da Câmara do Redondo ao Rei D. Carlos, o qual se mostrou muito satisfeito e reconhecido³⁴.

A Câmara agradeceu então ao Dr. Barahona pelo facto de ele ter usado do seu “*muito valimento*” junto do monarca³⁵.

Na semana seguinte, a 14/10, o Administrador da Casa de Bragança solicitou desta Câmara de Redondo o texto da “representação” que fora enviada ao Rei, para que este lhe lançasse o seu despacho³⁶.

Na resposta, a Câmara, como agradecimento, comprometeu-se, em 21/10, a construir, na Herdade dos Mamões, um chafariz para o gado, junto às nascentes³⁷.

O rei D. Carlos, por intermédio de Barahona Fragoso, agradeceu à Câmara de Redondo, em 28/10, pela Acta que aquela lhe tinha enviado em agradecimento formal, e nessa resposta desejou ainda prosperidade ao povo de Redondo³⁸.

A Administração da Casa de Bragança enviou, em 4/11, o teor do Despacho do Rei ao pedido da Câmara de Redondo...

²⁹ *Id.*, fl. 146.

³⁰ AMR, *Actas 1897-1901*, fl. 5, 5v.

³¹ *Idem*, fl. 6v.

³² *Id.*, fl. 8v.

³³ *Id.*, fl. 10.

³⁴ *Id.*, fls. 10v, 11.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Idem*, fl. 12. Na nomenclatura burocrático-administrativa da época a “representação” equivalia ao actual “requerimento”.

³⁷ *Id.*, fl. 13v.

³⁸ *Id.*, fl. 14v.

“Eu, El-Rei como administrador da Pessoa e bens de Meu muito amado e presado Filho O Pincipe Real Dom Luiz Filipe, Duque de Bragança: hei por bem deferir ao pedido da Câmara Municipal de Redondo, até onde lh'o permite a natureza especial dos bens da Serenissima Casa de Bragança, resalvados sempre os direitos dos sucessores no vínculo da mesma Casa. Neste termos Concedo à referida Câmara o usufructo das nascentes que existem na parte oriental da Herdade dos Mamões, junto à extrema da herdade do Castelo Velho, nas quais se compreende a Fonte dos Fradinhos, a fim de abastecer a villa de Redondo, devendo o administrador geral da mesma Serenissima Casa fixar as condições da exploração e captação das referidas nascentes, e conducção das águas até ao limite da supradita herdade dos Mamões.

*Paço das Necessidades, 26 d'Outubro de 1897
El-Rei”*

... e solicitou também informações sobre a exploração e canalização das águas, bem como acerca do local onde a Câmara iria construir o chafariz, para que se concluíssem as negociações³⁹.

D. Maria da Glória Mattos Fernandes, em 18/11, cedeu finalmente, e de forma gratuita, a água das nascentes de Vale de Abraão, ante o pedido formulado por esta Câmara em ofício de 14 de Outubro anterior⁴⁰.

Não tendo sido obtida resposta alguma ao primeiro pedido, feito em 1 de Julho anterior, a Câmara, teria, certamente, quando

deste segundo pedido, referido a concessão que o próprio Rei lhes fizera uns dias antes. A emulação e a busca de prestígio terão feito o resto.

O projecto da obra de abastecimento de água à vila de Redondo, da autoria do Eng.º Rego Lima, e terminado a 7 de Dezembro⁴¹, foi recebido em Redondo a 16, vindo por intermédio do Governo Civil de Évora, junto com o orçamento previsto para as obras: trinta e um contos e duzentos mil réis (31.200.000\$000). O presidente, Manoel Joaquim da Silva, propôs que a obra se levasse a efeito *“visto ser um melhoramento importantissimo para esta villa e tão insistentemente reclamado por seus habitantes, em harmonia com os alludidos projecto e orçamento (...) e (...) que para todos os efeitos legaes a Camara aceitasse o legado de D.ª Antonia Lucianna, dentro da clausula de tempo prevista”*⁴².

Faltavam então apenas oito dias para expirar o prazo relativo ao legado!

Nesse mesmo dia 16 foi solicitada autorização à “Commissão Districtal”, por motivo de força maior – o facto de não vir a perder o legado –, para que fosse a Câmara a dirigir directamente as obras⁴³. Foram ainda pedidas duas cópias do projecto, e que fosse o Eng.º Rego Lima, porque autor do projecto, também o responsável pela direcção dos trabalhos no terreno⁴⁴.

A “Commissão Districtal”, em 20/12, aprova o projecto e o orçamento e autoriza a Câmara de Redondo a dirigir as obras, chegando o respectivo ofício, a Redondo, no dia seguinte⁴⁵.

³⁹ *Id.*, fls. 15v, 16.

⁴⁰ *Id.*, fl. 18.

⁴¹ AMR, LIMA, José Maria do Rego. *Projecto de abastecimento de aguas potaveis da villa de Redondo*, Lisboa, 7.12.1897.

⁴² *Actas 1897-1901*, fls. 22v, 23.

⁴³ *Idem*, fl. 23.

⁴⁴ *Id.*, fls. 23v.

⁴⁵ *Id.*, fls. 24v, 25.

A celeridade é tanta, que no dia em que o ofício é recebido em Redondo, com a autorização, ainda o *Diário do Alemtejo*, de Évora, noticiava a chegada a essa cidade do projecto que já tinha sido aprovado no dia anterior!⁴⁶

Em Redondo, e dado o apertado do prazo, pois faltavam 3 dias para se cumprir um ano sobre o falecimento de D.^a Antónia Luciana, o presidente da Câmara, Manoel Joaquim da Silva decide, após a recepção da autorização da “Comissão Districtal”, que o início das obras se faria, sem mais delongas, no dia seguinte, 22 de Dezembro de 1897⁴⁷.

O CAUDAL DAS OBRAS (1897-1903)

22 de Dezembro de 1897 – uma data dourada nos anais da história redondense – marca o início das obras que trariam ao Redondo as águas da Serra d'Ossa.

O jornal *Correio do Alemtejo*, de Redondo, afecto ao Partido Progressista, descreve em n.º de 28 de Dezembro tudo o que aconteceu naquele dia, arauto de factos tingidos por uma evidente carga emocional e ideológica.

Em nome do “Progresso” é entretecida toda uma teia de elogios ao comendador Ruy Gomes, mentor da obra desde o primeiro momento, chefe progressista local e administrador do concelho, em quem é simbolizada e personificada aquela vontade de progresso⁴⁸.

A vila de Redondo despovoou-se, de manhã bem cedo, para ir, em direcção à Serra d'Ossa, assistir ao início dos trabalhos: as autoridades municipais, a representação oficial do Rei D. Carlos, do ministério das Obras Públicas, os notáveis, a indústria e o comércio locais, a imprensa, as agremiações culturais, as duas bandas filarmónicas e o povo anónimo, todos foram participar e testemunhar o evento⁴⁹.

O presidente Manoel Joaquim da Silva, após ter escavado na terra, simbolicamente, com uma pequena enxada cinzelada e de cabo de ébano, leu de seguida: “*Estão abertos os trabalhos para abastecimento d'aguas da Serra d'Ossa para a villa de Redondo, em conformidade com o legado da Exm.^a Sr.^a D.^a Antonia Lucianna Tocha Moraes*”.

Foram depois dados vivas ao Rei, à Família Real e a todos os que, de uma forma ou de outra, tinham sido partícipes naquele empreendimento “colossal” e “assombroso”: Dr. Barahona Fragoso, D. Antónia Luciana, D. Maria da Glória Mattos Fernandes, conselheiro José Luciano de Castro, governador civil, engenheiros do projecto e, por último, Ruy Gomes.

A todos, o *Correio do Alemtejo* designa como “*Benemeritos da Patria*”⁵⁰.

Foram mesmo recitados alguns sonetos comemorativos, por alguns letrados locais, textos de cariz essencialmente congratulatório e laudatório⁵¹.

⁴⁶ Jornal *Diário do Alemtejo*, Évora, 21.12.1897.

⁴⁷ AMR, *Actas 1897-1901*, II, 25.

⁴⁸ Jornal *Correio do Alemtejo*, Redondo, 28.12.1897.

⁴⁹ *Ibidem* e Luís R. Teixeira, *ob.cit.*, p. 14. As duas bandas filarmónicas então existentes em Redondo eram afectas e protegidas pelos dois partidos políticos da Monarquia Constitucional. A “Banda 1.º de Dezembro” era pró-progressista e a “Banda Amizade” era pró-regeneradora. A origem da actual Banda Filarmónica remonta a estas duas agremiações político-culturais dos finais do século XIX (informações orais que agradeço ao Dr. João Azaruja).

⁵⁰ *Correio do Alemtejo*, 28.12.1897.

⁵¹ Conseguimos recolher dois daqueles poemas, em duas publicações posteriores, mas de natureza comemorativa relativamente às Águas da Serra. Um deles surge no jornal redondense *Serra d'Ossa*, de 1928, quando se completavam 25 anos do início do abastecimento daquelas águas. O outro surgiu na *Ilustração Alentejana* n.º 6 (Outubro, 1929), p. 28, e acabou sendo também recolhido por Luís R. Teixeira no seu artigo que temos vindo a citar. O autor do primeiro foi Alfredo Portugal e o do segundo foi Casimiro de Melo Furtado.

Em seguida, um grupo de quarenta homens deu, então, o verdadeiro início aos trabalhos⁵².

Em notícia de 23 de Dezembro, o jornal de Évora *A Academia*, independente, sem a carga emotiva do seu congénere de Redondo, deu, em linhas gerais, uma visão idêntica do que se passou, e a que acrescentou "*Os estabelecimentos estão fechados e à noite projectam-se iluminações e outros festejos. Um dia dos mais felizes a que assistem os redondenses*"⁵³.

Outro jornal de Évora, o *Manuelinho d'Evora*, independente mas com um discurso mais conservador e mais próximo aos Regeneradores, só a 2 de Janeiro de 1898 deu a notícia relativa ao início dos trabalhos, em apenas duas linhas, e trocando mesmo a data da inauguração de 22 por 27. E nem sequer vinha assinada⁵⁴.

No dia seguinte à inauguração, a 23/12, a Câmara reuniu em sessão extraordinária para exarar em acta um elenco de agradecimentos: ao conselheiro José Luciano de Castro, então chefe do Governo; ao ministro das Obras Públicas, ao governador civil, ao Eng.º José Maria do Rego Lima, ao director distrital de Obras Públicas e, principalmente, ao "*bene-merito filho d'esta terra*" comendador António Ruy Gomes, pelo "*importantissimo melhora-mento*" do abastecimento de água⁵⁵.

A Câmara de Redondo iniciou o empreendimento das águas da Serra d'Ossa dispondo apenas do montante de 6 contos de réis, que constava do legado de D.^a Antónia Luciana, para as despesas das obras.

Assim, e atendendo a que o orçamento inicialmente previsto apontava para um custo global de 31.200.000 réis, vê-se a mesma autarquia na contingência de ter que vir a contrair um empréstimo, no valor aproximado do remanescente daquele valor, subtraído o montante do legado.

Por Decreto de 30 de Junho de 1898, publicado no Diário do Governo n.º 143, a Câmara foi autorizada a contrair o solicitado empréstimo no valor de 16 contos de réis, com vista às obras das águas⁵⁶.

Foi enviado, a 14/7, um agradecimento ao "*Excellentissimo Presidente do Conselho de Ministros e Ministro do Reino – Jose Lucianno de Castro – pelo altissimo serviço prestado a este concelho com a promulgação do decreto de 30 de junho*". O agradecimento foi também extensivo ao governador civil de Évora – José Maria Lopes da Silva e Castro – pelos "*bons officios que prestou a este concelho na aprovação superior do empréstimo de 16 contos de reis*"⁵⁷.

Chegam e são aprovadas, a 27/10, as condições em que a CGCPP concede o empréstimo à Câmara de Redondo⁵⁸.

Um ano depois do início das obras, no dia a 22 de Dezembro de 1898, o administrador do concelho, António Ruy Gomes, acompanhado de todo o elenco camarário, presidente e vereadores, deslocaram-se a Vila Viçosa, onde se encontrava então a Família Real a passar a quadra natalícia, para agradecer pessoalmente a D. Carlos e a D. Amélia a concessão das águas das

⁵² Luís Teixeira, *ob. cit.*, p.14.

⁵³ *Jornal A Academia*, Évora, 23.12.1897.

⁵⁴ *Jornal Manuelinho d'Evora*, Évora, 2.1.1898.

⁵⁵ AMR, *Actas 1897-1901*, fls. 25v, 26, 26v.

⁵⁶ *Id.*, fl. 57.

⁵⁷ *Id.*, fl. 58.

⁵⁸ *Id.*, fls. 73v, 74, 74v, 75, 75v.

nascentes da Herdade dos Mamões para o abastecimento da vila de Redondo⁵⁹.

A vereação progressista foi reconduzida na Câmara, e tomou posse, a 2.1.1899, para o triénio 1899-1901. Manoel Joaquim da Silva voltou a ocupar o cargo de presidente da Câmara⁶⁰.

Entre Janeiro e inícios de Maio desse ano as obras terão seguido realmente a muito bom ritmo⁶¹. O reservatório da Boa Vista ficou terminado em fins de Março, tendo o Eng.º António Maria da Silva entregue a chave do mesmo à Câmara⁶².

Não encontramos qualquer referência documental à saída do Eng.º Rego Lima da direcção das obras das águas, e à sua substituição pelo Eng.º António M. da Silva⁶³. Embora este último já fosse referido, aquando da inauguração em 22 de Dezembro de 1897, como fazendo parte da equipa que ia superintender as obras⁶⁴, não se sabe se elas ainda estariam sob a direcção de Rego Lima quando foi concluído o reservatório, ou se já seria o Eng.º Silva o responsável.

É possível que Rego Lima tenha abandonado a direcção das obras durante o

espaço de tempo que mediou entre Março e Setembro de 1898, altura em que a Câmara andou tratando do empréstimo. Ao ser um engenheiro com mais experiência e maior grau hierárquico que António Maria da Silva, terá eventualmente sido chamado para dirigir trabalhos de maior responsabilidade, tendo ficado então este último a substituí-lo na direcção das obras das águas, em Redondo.

Após Maio de 1899 param as referências documentais às obras no terreno⁶⁵. É possível que se tenha dado uma suspensão nos trabalhos, por esgotamento orçamental. O presidente Manoel J. da Silva propôs, a 11/5, que fosse solicitada outra autorização para um novo empréstimo, o qual tornasse possível a conclusão das obras⁶⁶.

Entretanto, a 22/5, faleceu a D.^a Maria da Glória Mattos Fernandes, dona da Herdade de Vale de Abraão, e a Câmara enviou à família enlutada um voto de pesar⁶⁷.

Segue, a 1/6, o pedido de autorização ao Governo, para que a Câmara de Redondo pudesse contrair novo empréstimo, agora no valor de 9 contos de réis⁶⁸.

⁵⁹ Jornal *O Sueste*, Redondo, 25.12.1898.

⁶⁰ AMR, *Actas 1897-1901*, fl. 93, 93v.

⁶¹ *Id.*, fls. 97-110.

⁶² Jornal *O Sueste*, Redondo, 26.3.1899.

⁶³ António Maria da Silva – Este Eng.º de 2.^a classe do MOP dirigiu a maior parte das obras: entre o Verão de 1898 e os inícios de 1901. Seguindo, é certo, o plano traçado por Rego Lima, terá sido já sob a sua direcção e orientação que se concluiu o Reservatório da Boa Vista; que se fez a abertura dos troços mais difíceis do Colo do Meio-Mundo com o auxílio de explosivos; e que foram implantadas no terreno a maior parte das canalizações entre as nascentes e a vila, pois a última fase das obras já decorre apenas dentro de Redondo. António Maria da Silva, para além das suas responsabilidades nas obras das águas, ficou ainda tristemente famoso em Redondo por uma série de acontecimentos correlacionados com a mudança do Governo em Lisboa, em 1900. Pelas atitudes provocatórias que tomou para com a Câmara progressista, pouco antes desta ser dissolvida; por ter sido administrador do concelho pelos Regeneradores; e pela forma pouco ortodoxa como teve que abandonar o Redondo, ante a animosidade e cólera generalizadas, em 1901. Ao nível da política nacional veio a ter, anos depois, também um papel muito activo e mesmo decisivo. Juntamente com Luz de Almeida e Machado dos Santos compôs a Alta Venda da Carbonária, e teve papel importante nas conspirações e acções que antecederam o Regicídio e o 5 de Outubro de 1910. Nos anos 20 foi chefe de vários governos. Em 28 de Maio de 1926, quando ocorreu o Golpe Militar chefiado por Gomes da Costa, era ele o Chefe do Governo.

⁶⁴ Jornal, *Correio do Alemtejo*, Redondo, 28.12.1897.

⁶⁵ AMR, *Actas 1897-1901*, fl. 110.

⁶⁶ *Idem*, fl. 111, 111v.

⁶⁷ *Id.*, fl. 113; Jornal *O Sueste*, Redondo, 28.5.1899.

⁶⁸ AMR, *Actas 1897-1901*, fl. 114.

O projecto de lei que autoriza o contrato de empréstimo à Câmara de Redondo foi apresentado às Cortes, a 18/6, tendo sido apresentado pelo Dr. Barahona e pelo Cónego Alfredo César d'Oliveira⁶⁹. Foi o mesmo aprovado a 27/7⁷⁰.

Pela lei de 1 de Agosto, publicada no Diário do Governo n.º 175, de 7/8, o Governo autoriza a Câmara de Redondo a contrair o empréstimo de 9 contos de réis para *“um melhoramento importantissimo que para o povo de Redondo é a realisação de uma aspiração de séculos”*⁷¹.

É formulado, a 10/8, a José Joaquim Mattos Fernandes um pedido de teor idêntico ao que fora feito a sua mãe, ou seja, de que concedia o usufruto das nascentes da Herdade de Vale de Abraão ao município de Redondo. Na mesma data é enviado um convite ao Eng.º António Maria da Silva para que viesse retomar a direcção dos restantes trabalhos⁷².

A 23 de Junho de 1900, os Regeneradores regressaram ao poder em Lisboa⁷³ e, em consequência dessa alteração governamental, o empreendimento das águas em Redondo passou pela sua fase mais dramática.

A primeira consequência da mudança de governo foi, logo a 2/8, a exoneração do comendador António Ruy Gomes do cargo de administrador do concelho⁷⁴.

No dia seguinte, 3/8, a Câmara despede o Eng.º António Maria da Silva, até àquele momento director dos trabalhos das águas, a

pretexto de, no local das obras, ter tido atitudes insultuosas e provocatórias para com o vereador das Obras Públicas, José Luiz Tavares, e de ter chegado mesmo a incitar os trabalhadores à insubordinação⁷⁵.

O novo governador civil, afecto ao Regeneradores, interfere, a 23/8, na questão entre a Câmara e o engenheiro despedido, e solicita total informação acerca das obras: o que já foi realizado; o que foi gasto; quanto dinheiro existe ainda para as obras; e se pararam com o despedimento do Eng.º ou se alguém as dirige depois disso.

O vereador José Luiz Tavares propõe que, estando a Câmara em vésperas de ser demitida, fique na acta desse mesmo dia 23, um voto de agradecimento a António Ruy Gomes, a José Luciano de Castro e ao Dr. Barahona pelo muito que fizeram pelo grande melhoramento do abastecimento de águas a Redondo. Fez ainda uma declaração em que afirmou a dado passo: *“Não faço recriminações a ninguém e se não levarei saudades do logar sei que as não deixo e também não levarei arrependimentos”*⁷⁶.

Deu-se posteriormente uma outra interrupção nas obras, a partir de 13/9⁷⁷.

Por decreto de 1 de Outubro de 1900, a Câmara de Redondo foi, em 11/10, efectivamente dissolvida e substituída por uma *“comissão municipal”* afectada ao partido Regenerador⁷⁸.

Esta ‘comissão’ reuniu em sessão extraordinária, a 23/10, para tomar resoluções acerca da direcção técnica das obras

⁶⁹ Jornal *O Sueste*, 18.6.1899.

⁷⁰ AMR, *Actas 1897-1901*, fl. 122, 122v.

⁷¹ *Idem*, fls. 124v, 125, 125v.

⁷² *Id.*, fls. 125v, 126.

⁷³ Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 251.

⁷⁴ AMR, *Actas 1897-1901*, fl. 176v.

⁷⁵ *Idem*, fls. 178-179.

⁷⁶ *Id.*, fls. 179-180.

⁷⁷ *Id.*, fl. 183v.

⁷⁸ *Id.*, fls. 184v-185.

das águas, e decidiu solicitar a revogação do despedimento do Eng.º António Maria da Silva ao governador civil e ao MOP, para que o referido engenheiro voltasse a dirigir as obras das águas em Redondo. Na acta desse dia fica atestado que “*esta comissão muito se honra (...) afirmando inteira e completa addeção politica ao Governo*”⁷⁹.

O Governo Civil comunica, em 15/11, que deve ser a Câmara a revogar a deliberação que despediu o Eng.º Silva⁸⁰.

Entretanto, a 26 de Novembro realizaram-se em todo o país eleições para o Parlamento. Esse acto eleitoral, em Redondo concretamente, foi extremamente conturbado e dramático, tendo sido invalidado⁸¹, repetido em 29.1.1901, novamente invalidado⁸², e só à terceira vez, em 26/3, é que foi finalmente validado⁸³.

Este cenário de dramatismo e confrontação surgiu pelo facto de existir uma comissão municipal e um administrador de concelho afectos aos Regeneradores numa localidade de larga maioria progressista⁸⁴.

Os progressistas terminaram elegendo o seu deputado, ante a desistência eleitoral dos Regeneradores⁸⁵. Essa maioria progressista evidenciar-se-á, de novo, no final desse ano de 1901, em novas eleições para a Câmara.

Entretanto, a 17.12.1900, a “Comissão Municipal” passara a vereação para completar o triénio 1899-1901, tendo sido eleita, a fazer fé nos documentos camarários⁸⁶.

É, no entanto, no mínimo estranho que aquela vereação regeneradora tivesse

conseguido ser eleita, numa localidade onde a clara maioria era progressista, e quando este facto ocorreu algures entre o primeiro e o segundo dos momentos eleitorais para o Parlamento, os quais acabaram por ser publicamente contestados e impugnados pela maioria progressista do concelho, sob acusação de escandalosa ‘chapelada’, e apesar de a vila de Redondo se encontrar ocupada por forças militares a pedido dos Regeneradores locais.

É possível que tenha sido, em Redondo, este período, de finais de 1900 e inícios de 1901, o mais quente da luta partidária, quando ficou ao rubro a rivalidade entre *penicheiros* (progressistas) e *chamorros* (regeneradores), termos com que se apostrofavam mutuamente⁸⁷.

Mas o que mais descontentou a população local, maioritariamente progressista, foi a nomeação, em 21 de Dezembro, do Eng.º António Maria da Silva para administrador do concelho⁸⁸, dada a animosidade que lhes tinham pelas atitudes provocatórias que tomara relativamente à última Câmara progressista.

Este facto fez com que o clima político local fosse ficando cada vez mais tenso, até explodir em tumultos e confrontações com os militares, aquando da primeira repetição do acto eleitoral para o Parlamento, em 29 de Janeiro.

António Maria da Silva, em consequência da situação explosiva, teve que abandonar o Redondo à pressa, para preservar a sua

⁷⁹ *Id.*, fls. 188-189.

⁸⁰ *Id.*, fl. 190-190v.

⁸¹ *Jornal Notícias d'Evora*, 27-28-29-30.11.1900; *Jornal de Estremoz*, 30.11.1900.

⁸² *Jornal Manuelinho d'Evora*, 30.1.1901.

⁸³ *Idem*, 28.3.1901.

⁸⁴ *Notícias d'Evora*, 4-5-6.12.1900.

⁸⁵ *Manuelinho d'Evora*, 14-28.3.1901.

⁸⁶ *Actas 1897-1901*, fl. 191, 191v.

⁸⁷ *Manuelinho d'Evora*, 7.3.1901.

⁸⁸ *Actas 1897-1901*, fl. 187.

integridade física. Teve que fugir, durante a noite, escondido num carro com palha, pela estrada de St.^a Suzana, para chegar a Évora por um caminho menos frequentado⁸⁹.

Estes factos tumultuosos, e nada abonatórios nem para o engenheiro nem para os Regeneradores locais, levaram Hintze Ribeiro, chefe do Governo, a suspendê-lo como administrador do concelho de Redondo, em 6 de Fevereiro⁹⁰.

A 2 de Janeiro de 1902, os Progressistas, tendo ganho as eleições, regressavam à Câmara Municipal. Manoel Joaquim da Silva reocupou, novamente, a presidência⁹¹.

A nova vereação solicitou, a 20/2, ao visconde da Esperança, irmão do Dr. Barahona, a cedência de uma faixa de terreno numa sua propriedade da Tapada da Ponte, para lá ser construído um lavadouro público⁹².

Entretanto, os progressistas de Redondo, tendo formado uma comissão com vista à aquisição de uma fonte, através de subscrição pública, entregaram, em 27/2, a dita fonte à Câmara, para ser colocada na Praça Nova⁹³, mesmo defronte dos Paços do Concelho⁹⁴.

Os viscondes da Esperança comunicam, a 20/3, que pretendem dar base legal à alienação do terreno solicitado pela Câmara de Redondo, e a doação não é a figura jurídica proposta pelos proprietários⁹⁵.

Depois desta comunicação por parte dos viscondes da Esperança, as negociações relativas ao terreno parecem suspensas.

Ante o longo impasse das obras, o Dr. Barahona Fragoso doa à Câmara, em 17/8, a quantia de 8 contos de réis para tudo o que fizesse falta para a conclusão das obras das águas: instalar a fonte e os marcos fontanários; construir o chafariz e o lavadouro público, e todas as outras despesas relativas às canalizações⁹⁶.

Foram novamente retomadas as obras, e desta vez, até à sua definitiva conclusão.

A 2 de Abril de 1903 a Câmara é informada de que a viscondessa da Esperança doa o terreno que lhe fora pedido, para nele se construir o lavadouro público⁹⁷.

O lavadouro, última das obras do empreendimento das águas, vê o seu término a 24 de Agosto de 1903⁹⁸, ficando assim concluído o “caudal das obras”.

AS ÁGUAS DA CONSAGRAÇÃO (1903)

A 13 de Agosto de 1903, com o fim das obras à vista, por poucos dias, o Partido Progressista local, por intermédio da Câmara, iniciou o processo de consagração dos principais intervenientes em todo aquele grande e emblemático empreendimento.

⁸⁹ Informação oral obtida do Sr. Pedro Molefas, a quem agradecemos. Um avô do Sr. Pedro Molefas trabalhou nas obras das águas da Serra, e foi partícipe e testemunha de todo este período, do qual passou muita informação ao neto.

⁹⁰ *Manuelinho d'Evora*, 6.2.1901.

⁹¹ *Id.*, fls. 46v, 47, 47v.

⁹² *Id.*, fl. 53, 53v.

⁹³ Esta Praça Nova será depois, entre 1903 e 1910, chamada Praça D. Carlos I, e desde a implantação da República até hoje tem o nome de Praça da República.

⁹⁴ *Id.*, fls. 53v, 54.

⁹⁵ *Id.*, fl. 56v.

⁹⁶ *Jornal O Lidador*, Redondo, 17.8.1902.

⁹⁷ *AMR, Actas 1901-1905*, fls. 97v, 98.

⁹⁸ *Noticias d'Evora*, 30.8.1903.



Redondo, 1905 – Praça D. Carlos I

Na acta da sessão de Câmara desse dia foi exarado um profundo agradecimento aos Dr. Francisco Eduardo de Barahona Fragoso e sua esposa, pelo donativo que permitiu a conclusão das obras.

Foi também resolvido, por unanimidade, que: a Praça Nova, ante os Paços do Concelho, tomasse desde esse dia o nome de Praça D. Carlos I; o Largo da Sr.^a da Saúde passasse a ser Avenida Dr. Barahona; o Largo da Estalagem passaria a Avenida Mattos Fernandes; a via pública entre a Rua Nova e a azinhaga da Horta do Sobreiro, também conhecida como Caminho Largo, se denominaria Avenida Antonia Lucianna, “em testemunho de reconhecimento pelos benefícios que prestaram a este concelho na realização do importante melhoramento do abastecimento de águas potáveis para esta villa”.

É ainda decidido que, também em testemunho de reconhecimento, na sala de sessões da Câmara fossem colocados “os retratos de Sua Magestade El-Rei D. Carlos e do Excellentissimo Doutor Francisco Eduardo de Barahona Fragoso”⁹⁹.

Na sessão de Câmara seguinte, que teve lugar a 20/8, a Câmara resolveu, por unanimidade, “que a Rua-Nova d'esta villa passe a denominar-se ‘Rua do Commendador Ruy Gomes’, em testemunho de reconhecimento pelos muitos serviços que o Excellentissimo Commendador Antonio Ruy Gomes prestou a este concelho na realização do importante melhoramento do abastecimento de águas potáveis para esta villa, e que na sala de sessões da mesma Camara fosse colocado o retrato do alludido Commendador, como mais uma prova do reconhecimento d'esta camara pelos indicados serviços”¹⁰⁰.

Com as obras concluídas a 24, no dia 27, a Câmara consignou “um voto de louvor e agradecimento ao conductor de obras publicas d'esta Camara – Manuel da



Dr. Barahona Fragoso

⁹⁹ Actas 1901-1905, fls. 111, 111v, 112.

¹⁰⁰ Idem, fl. 113.



Comendador Ruy Gomes

*Silva Rato*¹⁰¹ – *pela sciencia, zelo e actividade que poz no acabamento da canalisação de aguas potaveis para esta villa e na collocação da fonte ornamental na Praça de D. Carlos, e bem assim pela proficiencia e engenho não vulgar com que deliniou e dirigiu até final conclusão a obra do lavadouro publico d'esta villa, a qual obra pela sua traça e perfeição em seu acabamento honra o referido conductor como technico que a produziu, e é o orgulho*

dos filhos d'esta terra e o enlevo dos estranhos”; e um outro voto idêntico “*à Comissão promotora dos festejos das aguas da Serra, pela maneira brilhante e patriótica como soube levar a cabo seus trabalhos*”¹⁰².

Os festejos finais, as «*Festas das Águas*», tiveram lugar a 30 desse mesmo Agosto.

Nesse dia, com toda a vereação camarária presente, tendo sido primeiramente inaugurado o reservatório da Boa Vista, para o que foi construído no local um dispendioso e efêmero edifício em madeira¹⁰³, foi, seguidamente, inaugurado verdadeiramente o abastecimento de água, na fonte, chafariz e marcos fontanários.

Foi, por fim, assinado um documento que selou a conclusão do empreendimento. Toda a vereação, presidente e vereadores, assinou usando para tal uma pluma de prata¹⁰⁴.

Realizou-se ainda nesse dia uma missa solene na igreja matriz, um *Te Deum* com a presença do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia¹⁰⁵, e as ruas da vila foram decoradas¹⁰⁶.

À noite, o povo teve arraial e música¹⁰⁷, enquanto a elite local assistiu a uma récita de gala no teatro¹⁰⁸. O espectáculo de luminárias foi a apoteose final¹⁰⁹, de encerramento do dia que viu iniciar-se o abastecimento de água da Serra d'Ossa à Vila de Redondo.

¹⁰¹ Sobre este responsável de obras públicas da Câmara Municipal Redondo neste período final das obras das águas, v. infra “Os Técnicos”.

¹⁰² *Id.*, fl. 114, 114 v.

¹⁰³ *Jornal O Lidador*, 19.7.1903.

¹⁰⁴ Luís Teixeira, *ob. cit.*, p. 15.

¹⁰⁵ Sobre o aspecto religioso dos festejos, e sobre a presença dos Monarcas em Redondo, para o *Te Deum*, existe uma informação oral na minha família materna, que ouvi a minha mãe, de que a minha bisavó, Maria Vitória Charrua, esteve naquele officio religioso e afirmou ter a mesma altura da Rainha, com quem tinha ombreado. E sabe-se como a Rainha D. Amélia era alta.

¹⁰⁶ *O Lidador*, 31.8.1903.

¹⁰⁷ Luís Teixeira, *ob. cit.*, p. 15.

¹⁰⁸ *O Lidador*, 20.9.1903.

¹⁰⁹ *Idem*, 31.8.1903; Luís Teixeira, *ob. cit.*, p. 15.

O *Noticias d'Evora* desse dia escrevia "*Honra e glória a quem advoga os interesses communs d'um povo activo e laborioso. Honra e glória aos que cumprindo o mais elevado dos deveres, dão mais uma prova que o Redondo acompanha o movimento do progresso e da civilização, porque o engrandecimento material é a prova sem dúvida, a*

mais evidente do engrandecimento moral, do nível intellectual d'um povo"¹¹⁰.

Sem a acção primeira da concessão régia todo este processo teria, certamente, soçobrado.

Esperemos que este pequeno estudo ajude a recordar, respeitosamente, a memória do Rei D. Carlos I.

¹¹⁰ *Noticias d'Evora*, 30.8.1903.

D. Carlos de Bragança: viagens a Vila Viçosa

Maria de Jesus Monge

O Paço de Vila Viçosa é assento territorial da Casa de Bragança desde que, em 1501, o 4.º duque, D. Jaime, ordena a sua construção. A assunção do 8.º duque, D. João II, ao trono de Portugal, afasta os proprietários deste espaço e da gestão quotidiana do património agrícola que lhe está associado, pese embora a importância que os respectivos proventos sempre implicaram. A distância física de Lisboa dificultou visitas frequentes ou proximidade na gestão dos espaços e património agrícola e cinegético, gestão efectuada pelo Administrador da Sereníssima Casa, a quem reportavam os Almojarifes responsáveis pelas várias zonas por onde se distribuíam os bens da Casa de Bragança.

A crescer à distância, a falta de disponibilidade dos sucessivos duques para assumirem um envolvimento mais directo na gestão do seu património, acentua o inusitado interesse de D. Carlos de Bragança pelo seu património fundiário e por Vila Viçosa. Como mero apontamento, convém lembrar que os herdeiros da Coroa portuguesa não tiveram ao longo do século XIX possibilidade de se dedicarem a qualquer actividade para além da política: D. Pedro V sobe ao trono ainda criança, após a morte prematura de D. Maria II, sendo D. Fernando II quem se ocupa de recuperar o edifício seriamente danificado após anos de incúria provocada pela estadia brasileira e pela guerra civil que devastou o país e, muito particular-

mente, o Paço de Vila Viçosa; D. Maria II também é uma Rainha criança, envolvida na agitação da sucessão ao trono e da afirmação do liberalismo, enquanto seu pai, D. Pedro IV, que usou o título já após a dupla abdicação aos tronos de Portugal e Brasil, foi um guerreiro em luta permanente e sem disponibilidade para as actividades de gestão patrimonial (deve-se-lhe a ordem de mandar derreter toda a prata da Capela Ducal para pagar a guerra civil que travou com os absolutistas, chefiados por ser irmão D. Miguel); D. João VI é chamado prematuramente à Regência, devido aos problemas de saúde de sua mãe D. Maria I.

Quando em 1885 D. Carlos de Bragança atinge a maioridade, o ducado de Bragança tem à sua frente, pela primeira vez desde há muito, alguém com disponibilidade e gosto para se interessar pela sua gestão. A esta situação acresce a facilidade de deslocação de Lisboa para Vila Viçosa, desde 1873 via Estremoz (Ameixial), proporcionada pela inauguração da linha-férrea até Elvas.

A documentação consultada¹ é escassa em referências a viagens a Vila Viçosa, antes de 1885. Os melhoramentos ordenados quando da deslocação da Família Real em Janeiro de 1882, acompanhados dos reis de Espanha Afonso XII e Maria Cristina de Habsburgo Lorena, sugerem que esta residência era usada pontualmente: "...costumam vir da Casa Real cobertas de seda para as camas, muito convém que este ano

¹ ESPANCA, 1983-1987; GONÇALVES, 1908.



Foto PDVV

D. Carlos, à porta do Paço Real de Vila Viçosa

também venham, porque fazem muita falta: também muito concorre para embelezar a Sala de Hércules o espelho grande, que da Casa Real costuma vir com os panos de raz. (...)”². Já antes desta viagem se haviam iniciado grandes reformas no Paço, que incluem a abertura de novos fogões: “5 fogões, portados e feitura do passadiço e escada para a cozinha”³, e o revestimento das paredes de várias dependências com um material mandado vir da Compagnie Lincrusta-Walton de Paris, que é designado

por ‘lincrusta’⁴. Estes melhoramentos sugerem que havia o projecto de regressar a Vila Viçosa com uma periodicidade que justificava o investimento feito. A possibilidade de viagens mais rápidas, graças ao caminho-de-ferro, permitia usufruir daquele que foi o grande atractivo para estas deslocações régias: a caça na Tapada Real de Vila Viçosa. Esta afirmação é sustentada pelo convite feito a membros da realeza e aristocracia europeias que, até 1910, visitaram Vila Viçosa com esta finalidade expressa.



A família real, com comitiva no palacete da Tapada

² AHCB, NNG 2539, *Correspondência e requerimentos 1881-1890*, pasta 5. Ofício assinado por Antônio Joaquim Moura, Almojarife de Vila Viçosa, para o Administrador da Casa de Bragança Antônio Cardoso Avelino, a 4 Janeiro.1882.

³ AHCB, NNG 2539, pasta 1, ofício datado de 13.Fevereiro.1881.

⁴ Trata-se de papel de parede, nalguns casos imitando couro, que foi mandado retirar pelo Dr. João Couto nas obras dos anos 1940, vide MONGE, 2003. No acervo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança conservam-se alguns fragmentos.

Durante a sua infância e adolescência o Príncipe Real de Portugal viaja pelo país e pela Europa: em 1883, realiza o seu Grand Tour⁵. As escassas estadias referenciadas em Vila Viçosa, correspondem a jornadas venatórias. No entanto, logo em 1885 o jovem duque faz uma viagem por vários dos seus domínios, de que nos deixou um testemunho notável, o *Álbum de Jornadas 1885*⁶. Neste álbum de desenhos regista, prática comum numa época em que a fotografia ainda dava os primeiros passos, os trechos de paisagem e figuras humanas ou animais que mais o marcaram. Os documentos mais significativos referem-se a Sintra, Alvito e Vila Viçosa.

Em Vila Viçosa, o novo duque de Bragança esboça pormenores arquitectónicos e decorativos do Paço e Castelo mas, sobretudo, trechos da Tapada e da actividade venatória, actividade que sabemos lhe agradava sobremaneira⁷.

Ao longo dos anos, os temas ligados ao campo e respectivas actividades são uma constante na sua obra pictórica: veja-se a pintura emblemática *O Sobreiro*, realizada em 1905.

É após o seu casamento, na Primavera de 1886, que as viagens se multiplicam e excedem os dois ou três dias que as excursões venatórias implicavam. Em Maio de 1887, quando da primeira viagem de



Foto PDVV

Janela de Lisboa – D. Carlos de Bragança
n. ass., datado 1885. Carvão sobre papel, 114 x 136mm

⁵ Era habitual os filhos da aristocracia completarem os seus estudos académicos com uma viagem (Grand Tour) pela Europa, antes de assumirem as responsabilidades a que o seu nascimento os chamaria.

⁶ SILVA, 2008 (pp. 180-189).

⁷ Sobre esta temática, ver o texto que o Eng. Joaquim Miguel Palla Lizardo publica nesta revista.

D. Amélia, “Sua Majestade depois de ter visto todo o palácio, hortas e mais dependências, o que tudo encontrou na melhor ordem e asseio (...) acompanhei no trem os mesmos Augustos Senhores ao convento das Chagas, Agostinhos e Nossa Senhora da Conceição...”⁸ demonstrando interesse por tudo ver e conhecer. Na Vila “as ruas do transito estavam todas ornamentadas e de todas as janelas deitavam flores de sorte que Suas Altezas chegaram a Nossa Senhora debaixo de uma chuva de flores, ao chegarem à matriz onde a Câmara esperava SS AA, houve música, foguetes e vivas e com dificuldade se podia transitar pelo grande ajuntamento de povo (...)”

Em Abril do mesmo ano, a princesa D. Amélia oferece o seu vestido de noivado a Nossa Senhora da Conceição, confirmando a centenar devoção dos Bragança pela Padroeira do Reino⁹. Em Junho regressam por alguns dias, de tal forma agradados que decidem passar os meses de Novembro e Dezembro na vila alentejana, trazendo o Príncipe Real D. Luís Filipe que havia nascido a 31 de Março.

Esta longa estadia propicia contactos mais próximos com as autoridades e população local: os príncipes assistem à festa da Padroeira a 8 de Dezembro e dão um bodo aos pobres. Também nesta ocasião deflagra um pequeno incêndio no Paço (19 de Novembro), de que resultaram ligeiros ferimentos no pequeno príncipe; este sucesso é sempre referido com grande pormenor nos relatos da época e, porventura pela comoção sentida, quase um mês depois (14 de Dezembro) a princesa perde a criança

que esperava. Dias depois o pai e irmão de D. Amélia, o conde de Paris e o duque de Orleães respectivamente, visitam a Família Real portuguesa entretanto reunida em Vila Viçosa.

Desde então, até Fevereiro de 1908, data da morte, as visitas de D. Carlos de Bragança e da Família Real sucedem-se, mesmo após a subida ao trono em finais de 1889, por morte do rei D. Luís. Com excepção do ano de 1893, em que não encontramos qualquer registo de deslocação, todos os anos encontramos numerosas estadas, normalmente de poucos dias ao longo do ano e mais prolongadas em Novembro, Dezembro – época venatória por excelência.

Durante a permanência em Vila Viçosa, D. Carlos e D. Amélia interessam-se pelos assuntos locais. D. Amélia visita instituições de apoio a crianças e à população carenciada, concede esmolas (designadamente ao Asylo Calipolense fundado em 1891) e promove melhorias no Paço. D. Carlos envolve-se directamente na gestão do seu património, como bem demonstra a seguinte passagem, datada de 24 de Julho de 1889: “...na noite da véspera da partida de Sua Alteza me chamou para a casa do trabalho do mesmo Augusto Senhor, e perguntando quais as propriedades mais importantes que estavam a meu cargo respondi quais eram e a quem estavam arrendadas e por que preço, do que tomava nota na carteira de lembranças e perguntando-me quais eram as outras respondi que não tinha todas de cabeça mas que de manhã lhe mostrava a relação de todas o que satisfiz, depois de a ver disse-me, bem já me serve para o que quero (...)”¹⁰.

⁸ AHCB, NNG 2539, *Correspondência e requerimentos 1881-1890*, pasta 19, 27.Maio.1887.

⁹ AHCB, NNG 2539, *Correspondência e requerimentos 1881-1890*, pasta 20, 20.Abril.1887.

¹⁰ AHCB, NNG 2539, *Correspondência e requerimentos 1881-1890*, pasta 25, 24.Julho.1889. Esta faceta é extensamente abordada pelo Dr. João Ruas no artigo que apresenta nesta revista.

Espingardas

Sua Majestade D. Frei
 Sua Alteza o Príncipe Real
 Conde de Tarouca
 Conde das Galéas
 Marquez do Fayal
 Marquez de Lourenço
 Marquez da Praia
 D. Manoel de Aguiar
 Conde de Castro Guimarães
 Carlos du Bocage
 Conde Thomaz de Sa
 Conde de S. Lourenço
 Conde de S. Marcos
 D. Fernando de Albuquerque
 Alaguidas de Sousa
 Bartolomeu de Aguiar
 João Caldeira
 Capitão Alvariz
 Hugo O'Neill
 Sinto dos Santos

Tapada Real de Vila Viçosa

Teados	
Corças	
Gamos	3
Gamas	1
Perdizes	24
Pullinholas	3
Barrojas	
Codomizos	
Tordos	19
Rolas	
Libros	
Coelhos	61
Raposas	
Diversos	2
Total	113

Real Puzo de Vila Viçosa de Janeiro de 1903.

Cartões de caçada na Tapada Real de Vila Viçosa

É notória a preocupação com uma gestão correcta e rentável do património agrícola; como testemunham os esforços de introdução de novas culturas (cultura da beterraba, testada com o apoio de um engenheiro alemão¹¹; os exames de solos solicitados a Luís Rebelo da Silva). A documentação existente em arquivo permite constatar a evolução de uma produção essencialmente baseada no montado de sobro, olival e vinha e respectivos produtos, para um leque mais alargado de fontes de rendimento, designadamente a

implementação de culturas mais diversificadas e, sobretudo, o significativo incremento da pecuária (porcos e ovelhas).

A caça não constituía fonte de rendimento, mas nem por isso a sua cuidadosa gestão era menosprezada: atente-se nas disposições que o príncipe D. Carlos envia por seu próprio punho ao seu representante, na sequência de um pedido de seu tio Infante D. Augusto, que se desloca a Vila Viçosa para acompanhar manobras militares: "Pedi-me também se poderia ir um dia se tivesse tempo caçar à Tapada? Pode mas sem se

¹¹ AHCB, NNG 2539, *Correspondência e requerimentos 1881-1890*, pasta 25, 27. Maio. 1889.

fazer batota alguma.”¹² As instruções especificam que nenhum dos acompanhantes do Infante poderá ir armado e que D. Augusto apenas poderá atirar aos animais previamente designados pelo guarda responsável.

Ainda dentro deste âmbito é curiosa a indicação da predileção de D. Carlos e D. Amélia por produtos alimentares locais, com encomendas frequentes de gamos, mas também azeite, espargos e até enchidos:” 12 paos, 15kg chouriço de carne e 6 lombos, SM A Rainha deseja que estes géneros sejam d’ahi”¹³. Estes produtos eram solicitados pelo Paço de Belém e mais tarde das Necessidades, e expedidos por comboio.

O Paço passa a ser regularmente habitado, o que implicou melhoramentos para garantir conforto dos régios proprietários, suas comitivas e visitantes. As melhorias, já iniciadas por ordem de D. Luís e D. Maria Pia, continuam e incluem pequenas adaptações (fogões, canalizações, tabiques, soalhos, portas e janelas novos). Na sequência do incêndio de 19 de Novembro de 1887 (D. Carlos pede amostras de fazenda no próprio dia do incêndio), os Quartos Reais são redecorados sob orientação de Négrier, com materiais e por pessoal expressamente deslocado de Lisboa.

Ao nível do recheio, há também registo do muito que foi acrescentado. Tal como todas as residências esporadicamente utilizadas pela Família Real, o Paço de Vila Viçosa tinha muito pouco recheio permanente. Cada deslocação da Família Real implicava a movimentação de móveis, acessórios, roupas de casa e baixela para

prover ao serviço; estes objectos regressavam ao Real Tesouro (localizado na Paço das Necessidades), finda cada viagem. Após 1885 esta movimentação, bem documentada, não cessa, mas o Paço vai sendo dotado de espólio próprio expressamente adquirido para esse fim (serviços de Sacavém e Baccarat, roupa de cama e mesa, mobiliário) ao mesmo tempo que alguns objectos são recebidos a título permanente (panos de arraz, retratos...). Todas estas decisões são directamente tomadas pelos príncipes ou submetidas à sua aprovação.

O interesse de D. Carlos no recheio do Paço transparece nas referências de visitas a espaços dependentes da Casa de Bragança e outras instituições calipolenses, bem como o seu conhecimento e apreço pelas artes decorativas:

“... do recolhimento do collegio¹⁴ d’onde recebi um magnifico pano d’arras, 6 cadeiras de carvalho muito antigas e 12 cadeiras com assento e costas de couro que Sua Alteza achou boas mas estão muito velhas e 2 baús forrados a couro com guarnição de pregos...”

E ainda “Recebi o móvel da igreja da Lapa que Sua Majestade desejava entregando ao snr. Juiz da Irmandade os 50\$000rs que o mesmo Augusto Senhor ordenou; as ferragens mando-as a V Exa. em um caixote para ter a bondade de as mandar dourar, o móvel mando restaurar pelo carpinteiro da casa”¹⁵.

Igualmente interessante, a aquisição no espólio do P^e. Joaquim José da Rocha Espanca, vendido após a morte deste conhecido cronista calipolense, de vários

¹² AHCB, NNG 2539, *Correspondência e requerimentos 1881-1890*, pasta 20, 22 e 23. Agosto. 1887.

¹³ AHCB, NNG 2540, *Correspondência e requerimentos 1891-1900*, pasta 22, 7. Abril. 1900.

¹⁴ Instituição de apoio a órfãs patrocinada pela Casa de Bragança, instalada no antigo Convento dos Jesuítas. AHCB, NNG 2539, *Correspondência e requerimentos 1881-1890*, pasta 22, 24. Dezembro. 1888.

¹⁵ AHCB, NNG 1825, *Correspondência e requerimentos 1891-1900*, pasta 20, 5 e 14. Agosto. 1899.

volumes das suas obras, designadamente do *Estudo sobre as Antas e seus congéneres*, de que existem vários exemplares na Biblioteca Real, um deles com carimbos do Paço de Villa Viçosa. Esta apetência pela história e património local ilustra bem os interesses de D. Carlos de Bragança.

Em Outubro de 1905 falece a última freira do Convento das Chagas, Soror Maria Carolina Augusta da Piedade e, de acordo com as disposições governamentais, o edifício e espólio vão à praça em 1906. Em Janeiro, por ordem régia, é comprado o Convento. Mais tarde, em Fevereiro, são adquiridos em leilão vários objectos do espólio, actos que visaram provavelmente não deixar cair em mãos menos respeitadores um edifício que

abriga o Panteão das Duquesas de Bragança desde 1576, ano do primeiro enterramento, o da Infanta D. Isabel de Bragança, filha do duque D. Jaime, mulher do Infante D. Duarte e mãe da duquesa D. Catarina, mulher do duque D. João I.

Dotar o edifício com as condições de conforto essenciais para a Família Real e para os visitantes ilustres que ocasionalmente por aqui passaram, mas também para as grandes comitivas que os acompanhavam, e que aumentam com a subida ao trono é essencial para cumprir o cerimonial que, embora reduzido ao mínimo, era forçoso manter. As relações do pessoal que acompanha os príncipes, mais tarde reis, dá-nos ideia do que seria uma deslocação e estadia em Vila Viçosa.

Lista de pessoal que acompanha SSMM a VV a 8 de Fevereiro de 1895

Quarto d'El-Rei: 1 particular, 1 moço, 1 correio

Quarto de SM a Rainha: 1 particular, 2 criadas, 1 moço

Quarto de SS Altezas: 2 criadas, 1 moço

Quartos do pessoal superior: 1 criada da dama, 4 criadas do pessoal superior

Salas: 1 reposteiro

Repartição fiscal: secção de mantieiria, 1 encarregado, 3 *valets de pied*, 3 moços

Secção de Ucharia: 2 moços

Secção da Cozinha: 1 encarregado, 2 segundos cozinheiros, 1 ajudante de cozinheiro, 3 aprendizes de 1.^a classe, um dito de 2.^a classe, 5 moços

Almoxarifado: 2 *valets de pied*, 1 moço das luzes, 1 varredeira

Real Armaria: 1 encarregado, 4 caçadores, 1 tratador de cães

Um total de 48 pessoas, a que acresciam a dezena que trabalhava habitualmente no Paço, incluindo um homem para os fogões, dois para as luzes e cinco carreiros. O pessoal utilizado nos serviços agrícolas dava apoio às excursões venatórias na Tapada, durante as visitas régias.

Estas numerosas comitivas acarretavam despesas que os almoxarifes constantemente referem e tentam minorar. A preo-

cupação da contenção de custos, que revela as dificuldades financeiras da maior casa agrícola do país, é visível no facto de o Infante D. Augusto ter de pagar as despesas com a sua alimentação quando da estadia no Paço de Vila Viçosa.

Se Vila Viçosa representava para D. Carlos e Família Real um refúgio campestre, onde se afastavam da tumultuosa vida política do Portugal de então, recebiam os amigos e o rei se



Visita dos reis de Espanha a Vila Viçosa, em Dezembro de 1903

assumia como lavrador¹⁶, para a vila o regresso dos Bragança significou um salto qualitativo só comparável ao que vivera nos séculos XVI e XVII.

A presença da Família Real e das suas comitivas, o recrudescer das obras nos edifícios brigantinos, gerava toda uma actividade em torno das visitas e, há que não esquecer, a instalação da Escola Prática de Cavalaria no Convento dos Agostinhos. Esta instituição militar criada e estabelecida a 17 de Abril de 1890¹⁷, fica em Vila Viçosa até 1902, associada ao

Regimento de Cavalaria n.º 10. A presença de um grupo de jovens oficiais, da arma que foi tradicionalmente considerada o escol do Exército, reunindo os filhos das famílias mais influentes, deixou seguramente marcas na até então pacata vila alentejana.

Não consideramos abusivo associar o grande desenvolvimento de instituições sócio-recreativas ao facto de se instalarem em Vila Viçosa pessoas com apetências culturais diversas: o Club Literário Recreativo (1891), o Teatro Duque de Bragança (1892),

¹⁶ RAMOS, 1994.

¹⁷ Collecção de Ordens do Exército, 1890.

a praça de touros (iniciada em 1895 e inaugurada em 1899), a que se juntam o Sindicato Agrícola (1899) e o Tribunal Judicial (1897) testemunham de uma vivência social intensa. Em 1892 muitas destas instituições culturais obtêm da Câmara autorização para partilhar o espaço do Convento de Santa Cruz, deixado devoluto após a morte da última freira. Infelizmente, desde então, nunca mais se logrou devolver a este espaço uma leitura de conjunto¹⁸ que, possibilitando a sua utilização para variados fins culturais, salvaguarde a integridade deste significativo conjunto arquitectónico e a sua relação com a igreja anexa.

CRONOLOGIA DAS DESLOCAÇÕES A VILA VIÇOSA

1863	28.Setembro	Nasce Carlos Fernando, Príncipe Real de Portugal.
1873	22.Dezembro	Linha-férrea chega a Estremoz (Ameixial), facilitando as deslocações.
1881	Março	Deslocação da Família Real, incluindo D. Fernando II.
1882	16-18.Janeiro	Com os pais e Afonso XII de Espanha e Rainha Maria Cristina.
1884	Dezembro	
1885	Janeiro	1.ª visita, como duque de Bragança.
	Novembro	
1886	7-8.Novembro	
1887	Maio	1.ª visita da princesa D. Amélia.
	Novembro-Dezembro	1.ª visita do príncipe D. Luís Filipe, nascido a 21.Março.1887 (estadia prolongada da Família Real).
1888	13.Abril	Exposição industrial no Paço.
	Maio	
	21.Outubro	
	9 até final de Dezembro, com interrupção no Natal	
1889	Março	
	Maio-17.Junho	
	Dezembro	Aclamação de D. Carlos.
1890	Fevereiro	Rainha D. Amélia apoia obras na escola masculina.
	Abril	1.ª visita de D. Amélia, Rainha.
	Maio	1.ª visita de D. Carlos, Rei.
1891	Agosto	
	Dezembro	
1892	14.Dezembro	1.ª visita do infante D. Manuel, nascido a 15.Novembro.1889.
1893		
1894	28.Maio-1.Junho	
	25.Agosto-1.Setembro	
1895	18-23.Fevereiro	
	28.Fevereiro-7.Março	
	9.Dezembro	
1896	9-16.Dezembro	
1897	27.Fevereiro-2.Março	
	27.Agosto-3.Setembro	

¹⁸ SALGUEIRO, 2006.

1898	28.Agosto-2.Setembro	
	12-23.Dezembro	
1899	28.Maio-1.Junho	
	29.Outubro-2.Novembro	
	12-22.Dezembro	
1900	27-30.Maio	
	10-20.Dezembro	
1901	27-31.Maio	
	9-22.Dezembro	
1902	28.Maio-2.Junho	
	1-6.Setembro	
1903	12-20.Janeiro	
	16-20.Novembro	O Rei de Espanha, Afonso XIII, visita seu primo o Rei D. Carlos, em viagem iniciada a 10, em Lisboa.
	14-17.Dezembro	
1904	26-31.Janeiro	Chegada da Família Real.
1905	25.Janeiro	Inauguração do ramal de caminho-de-ferro de Vila Viçosa.
	1.Agosto	
1906	7-15.Janeiro	Família Real acompanhada da condessa de Paris e da princesa Helena passam o Natal no Paço de Vila Viçosa. O Rei vai a Lisboa a 19 e regressa a Vila Viçosa.
	8-29.Dezembro	
1907	30-31.Maio	
1908	6.Janeiro-1.Fevereiro	D. Carlos vem acompanhado do general da 4.ª divisão.
	15.Janeiro	
	1.Fevereiro	Visita do duque dos Abruzzos.
		Partida para Lisboa às 11h35, com a Rainha D. Amélia e o Príncipe Real D. Luís Filipe.



Foto PDV

Aspectos da vida agrícola em Vila Viçosa, registados por El-Rei D. Carlos, em Janeiro de 1904

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

AHCB: Correspondência e Requerimentos
1881 a 1890, NNG 2539

Correspondência e Requerimentos 1891
a 1900, NNG 2540

Livro de registo, Fevereiro.1893 a
12.Dezembro.1907

Impressos

ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha.
Memórias de Vila Viçosa. (Cadernos
Culturais – 32 fascículos) Câmara Municipal
de Vila Viçosa, Vila Viçosa, 1983-1987.

GONÇALVES, Pe. António Alberto (coord.),
*Almanach Histórico e ilustrado de villa
viçosa para o anno de 1909*. Minerva
Commercial de José Ferreira Baptista, Évora,
1908.

MONGE, Maria de Jesus. *Museu-Biblio-
teca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*,

s.n., Évora, 2003. Dissertação de mestrado
em Museologia apresentada à Universidade
de Évora (texto policopiado).

RAMOS, Rui. *História de Portugal: a
Segunda Fundação (1890-1926)*, VI vol.
Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

SALGUEIRO, Tiago. *A adaptação da igreja
de Santa Cruz a Museu de Arte Sacra*. s.n.,
Évora, 2006. Dissertação de mestrado em
Museologia apresentada à Universidade de
Évora (texto policopiado).

SILVA, Raquel Henriques da e MONGE,
Maria de Jesus. *El-Rei Dom Carlos, Pintor*,
Fundação da Casa de Bragança, Lisboa,
2007.

SILVA, Raquel Henriques da. "Vila Viçosa
num álbum de desenho de el-rei D. Carlos",
in *Monumentos*, n.º 27, IHRU, Lisboa, 2008.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.).
Nobreza de Portugal. Editorial Enciclopédia
Lda., Lisboa, 1960.

*Collecção das Ordens do Exército do
anno de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa,
1890.

D. Luís Filipe, um príncipe para casar

Joaquim Saia¹

Este não é um texto de História, nem tão-pouco de ficção. Hesitámos até em publicá-lo, por de início nos parecer algo especulativo e de conteúdo eventualmente falso – ainda que não na totalidade. Mas, pelo interesse do assunto, acabámos por decidir trazer estas linhas aos leitores de *Callipole*, com todas as reticências que decerto transporta. “*Curiosidade* jornalística” acerca de Sua Alteza o Príncipe Real – morto com 21 anos incompletos e sem esposa, namorada conhecida ou descendência –, chamemos-lhe, então...

É óbvio que um jovem com as características de Luís Filipe de Portugal interessaria a casas reais ou pelo menos de alta nobreza com filhas casadoiras, por essa Europa fora. E disso se ia falando uma vez por outra, como por exemplo na revista espanhola *Por Esos Mundos* que já em 1905² aludia a um supostamente malgrado consórcio com a princesa Margarida de Inglaterra, filha mais velha do duque de Connaught e portanto neta da Rainha Vitória – cujo matrimónio com o príncipe Gustavo Adolfo, herdeiro da Coroa sueca havia então sido divulgado pública e oficialmente: “De la princesa Margarita Vitoria Augusta Carlota Norah de Connaught ha hablado mucho, recientemente, la prensa porque se decía que era la prometida del príncipe Luís Felipe,

duque de Braganza, heredero de la corona de Portugal; pero el anuncio oficial de los esponsales a que aludimos en esta noticia, hecho publico en la *Court Circular* de Londres y en el periódico oficial de Stokolmo, al miesmo tiempo, há hechado por tierra todos los cálculos que sobre el particular se hacían.”³



Margarida de Connaught

Foto Internet

¹ Pesquisa, texto introdutório, conclusão e notas.

² 1.Março.1905, p. 263.

³ Em Janeiro deste ano de 1905, Margarida Connaught e seus pais haviam visitado Portugal, tendo então aquela sido acompanhada por D. Luís Filipe e pelo irmão – o que motivou boatos de uma possibilidade de namoro com o sucessor português. Logo de seguida passaram a Espanha, onde Afonso XIII não despertou o interesse da jovem britânica. Só no Cairo iria encontrar o futuro marido, na figura do príncipe Gustavo Adolfo da Suécia. Em 15 de Junho seguinte, casaram-se. Margarida faleceu em 1920.

Em 31 de Maio de 1906, o nosso Príncipe assistiu ao casamento de Afonso XIII, rei com o qual a última Família Real portuguesa bastante privou, em várias visitas recíprocas. Entretanto, preparava-se para a futura sucessão, como era próprio do seu estado de herdeiro da Coroa: substituiu D. Carlos quando este se deslocou ao estrangeiro, foi em viagem às colónias africanas, em 1907, enfim, empenhava-se no papel que lhe competia representar. E, claro, também namorava... É aqui que entra o texto que *Callipole* transcreve na íntegra, saído em *O Domingo Ilustrado*, de 1 de Fevereiro de 1925, dezassete anos após a morte de D. Luís Filipe. Assina-o um tal “Repórter Mistério” que não conseguimos identificar mas que poderá ser outro pseudónimo do famoso “Repórter X”, Reinaldo Ferreira, que no *Domingo* escrevia. Com as dúvidas que transporta, mesmo assim, ele aqui segue, na ortografia e pontuação originais⁴:

O ÚNICO AMOR DE D. LUIZ FILIPE

O Príncipe da Beira⁵, gentilíssima figura de mocidade que a carabina do professor Buiça fez tombar para sempre, sobre a almofada de um carro á Daumont⁶, na tarde tragica de 1 de Fevereiro de 1908 – amou uma mulher.

Sem a pretensão dum rigorismo historico, que não está na indole do jornal nem na pachorra do jornalista, as linhas que

se seguem são o relato fiel, terno, comovido mesmo, duma conversa serena em que alguém, que com os filhos de D. Carlos privou intimamente, quis ter a inspirada ideia de consenitr [sic] na publicidade duma aventura suave e ingenua, na qual D. Luiz Filipe foi, como as figuras das operetas austríacas, um príncipe de lenda, amoroso e bom.

Provas, há apenas uma carta e um bilhete. E esses papeis amarfanhados, desbotados do tempo e de lagrimas, dormem o somno eterno num cofre de tartaruga, em certa escrevaninha antiga.

Quem não acreditar, que não leia, quem não souber sentir atravez a palida evocação destas linhas a sincera saudade que as soube ditar, que não perca tempo com elas.

O que marca, em toda a linha desta pequena anedota palaciana de tão pitoresco sabor é esse traço de generosidade, que foi sempre, desde o berço ao tumulo, a nota dominante do character do primogenito dos Reis de Portugal.

São conhecidos e lembrados ainda hoje os episodios da sua infância. É Carlota Campos, a aia querida dos infantes que o refere:

«Certa noite, pela Paschoa, fui com os Principes á Ajuda, jantar com a rainha D. Maria Pia. A Avó deu aos netos, á despedida, duas caixas lindas, em seda pintada, com bonbons e ameixas. D. Manuel, tinha 7 anos, e amou por lhe ter cabido a

⁴ O que leva a particularidades como a de por exemplo surgir Lisboa grafada com e sem circunflexo e a que a assinatura *Luis* se escreva umas vezes “Luiz” e outras “Luis”.

⁵ Príncipe da Beira era, desde 1734, o título que se conferia ao primogénito do herdeiro presuntivo da Coroa de Portugal.

⁶ Tipo de carro puxado a cavalos, dos finais do século XIX e início do XX. A propósito, veja-se este excerto de *Os Maias*, de Eça de Queirós: “Numa vitória estavam as duas espanholas do Eusebiozinho, a Concha e a Cármen, de sombrinhas escarlates. E sujeitos, de mãos atrás das costas, pasmavam para um *char-à-bancs* a quatro atrelado à Daumont, onde, entre uma família triste, uma ama de lenço de lavadeira dava de mamar a uma criança cheia de rendas.”; ou ainda este outro de *La Ilustración Española y Americana*, de 8.Maio.1921: “Luego paseé en coche enganchado a la Daumont, es decir, con quatro caballos, en compañía de la Emperatriz, dando una vuelta en el parque...”

mais pequena. Dentro do 'coupé' que nos conduzia, á volta, foi o Infante comendo os bonbons da caixa que pertencia ao Príncipe Real, sem que nós dessemos por isso.

Antes de se deitarem, as creanças foram comigo despedir-se de Suas Magestades, que quiseram ver as prendas da Avó.

A caixa do Príncipe Real estava vazia, e D. Amélia ralhou-lhe asperamente por isso.

Pois nem um queixume, nem uma revolta saiu de sua boca! Deixara-se acusar em vez do verdadeiro culpado! Qual a creança que aos 10 anos faria isso? Quando ao recolhê-lo no leito o bejei e o enalteci, disse-me apenas: 'A mãe, se soubesse que tinha sido ele, ralhava-lhe ainda mais...'

Ainda o incidente passado com Mousinho de Albuquerque⁷ no Picadeiro das Necessidades, revela bem a sua preocupação, o seu gosto especial, a sua atração para a defeza dos fracos, essa nota de espirito liberal e egalitario que lhe era tão pessoal – a ele que em nome da Liberdade e da Igualdade, foi, em plena e fulgurante mocidade, fusilado como um cão raivoso!

Na tribuna do Picadeiro, a Rainha, a Condessa de Figueiró⁸ e D. Isabel Saldanha⁹ assistiam à lição.

Em baixo, sobre a terra, Mousinho dirigia o volteio. A certa altura colocou, frente ao cavalo, uma vara para um salto, e logo de cima a condessa de Figueiró, no seu português espanholado, comentou; «És mui perigoso!» Mousinho fez-se vermelho, não respondeu e ordenou: salte!

O Príncipe obedeceu, mas o cavalo deu um esticão e lançou-o de bruços pela cabeça.

As senhoras deram um grito e a condessa de Figueiró teve um sorriso de vitória.

Simplesmente, o Príncipe levantou-se com a maior naturalidade e, compreendendo a falsa situação de Mousinho disse-lhe: «Desculpa, sou um desastrado. Queres que salte outra vez, não é verdade?»

Aos 17 anos, D. Luiz Filipe, não era ainda, como tantos outros rapazes, um homem.

A bela educação que o austriaco Kerausch¹⁰ ministrava ao herdeiro do throno tinha sobretudo o mérito de precavê-lo contra todos os excessos vulgares numa mudança de idade.

O medico do Paço examinava o Príncipe Real quasi diariamente. Os professores de gymnastica, de esgrima, de equitação, talharam entre si uma bôa disposição de horas de trabalho fisico, de forma que, milagrosamente, essa primeira e perigosa crise da adolescência, era vencida por mil distracções adequadas, e sobretudo por um conveniente esgotamento de energia, gradualmente estudado.

Mas o Príncipe era português! E um português tem sempre coração!

Aparte as primeiras e banais aventuras de alcova, que o Príncipe teve em Cascaes e em Mafra, de D. Luiz Filipe, sob o aspecto amoroso, não ficou, na tradição recôndita e intima, mais do que um amor.

E que suave, que delicada, que perturbante é essa terna aventura de sentimentalismo, dum coração real!

⁷ Mousinho de Albuquerque (1855-1902) – Oficial de Cavalaria, vencedor de Gungunhana em Chaimite, Moçambique. Após o seu regresso a Lisboa, em 1898, foi nomeado ajudante-de-campo do Rei D. Carlos, oficial-mor da Casa Real e aio do Príncipe D. Luís Filipe. Ficou famosa (e está muito divulgada) a carta que lhe dirigiu, quando foi nomeado seu professor particular. Suicidou-se a tiro de revólver, num carro na Estrada das Laranjeiras, Lisboa.

⁸ O conde de Figueiró era mestre-sala da Casa Real desde 1905.

⁹ Isabel Saldanha da Gama, dama da Rainha D. Amélia.

¹⁰ Este Kerausch ministrava ao Príncipe as disciplinas de Literatura, Geografia e Filosofia da História Alemã.



D. Luís Filipe, em postal ilustrado inglês

Os infantes faziam nas férias, a vida livre que seria permitida a qualquer criança filha de gente rica e fidalga.

Nas touradas de Sintra, nas burricadas de Cascaes e de Mafra, nos passeios a Obidos e às Caldas, na Praia, no tenis, nas caçadas, os seus companheiros eram invariavelmente os mesmos: Os filhos do Conde de Figueiró, os filhos do veador Conde das Galveias, Pedro, Jorge de Melo (Sabugosa), Rodrigo Seisal, Manuel Castro Pereira, Fernando Ulrich e uns quantos mais. Mas, aparte estes, Suas Altezas mantinham com muitas famílias da corte as mais cordeais relações.

Entre as pessoas que nesse Outono, em Cascaes, haviam tomado uma certa intimidade com a real comitiva contavam-se a viuva Baronesa*** e sua filha, Margarida de*** que nesse Inverno de regresso do “Sacree Coeur” fizera a sua apresentação nos salões de Lisboa. Logo desde a primeira vez que Seisal apresentou Mademoiselle Margarida*** ao príncipe Real, á hora do banho, na Praia, Sua Alteza se demorou largo tempo conversando no toldo da Baroneza, e tirou fotografias com o kodak que quasi nunca o abandonava¹¹.

– Fui eu – diz-me a senhora que permite aos leitores do *Domingo Ilustrado* a leitura desta curiosa pagina – quem foi, por um acaso da vida, a primeira e talvez a unica confidente do segredo de D. Luiz Filipe.

– Margarida era minha sobrinha por afinidade. Meu cunhado Vasco casara em segundas nupcias e de sua segunda mulher houvera essa creança.

Eu quis-lhe tanto como sua propria mãe. Quando Margarida em 1912, morreu em Davoz Platz¹², – pareceu-me que não resistiria á sua perda irreparavel.

Tanto eu, como a mãe, desde esse primeiro encontro em Cascaes, comprehendemos que da parte do Principe havia, por Margarida, um interesse especial, alem da mera cortezia de sociedade.

Prudentemente viemos para Lisboa e não assignamos nesse ano, S. Carlos para distanciar o mais possivel uma afeição que, por muito pura e bem intencionada, não podia deixar de ser prejudicial para ambos.

Quis porem o acaso que, quando mais tranquilos estavamos a esse respeito um descuido de Margarida nos informasse que a

¹¹ Afirmação com fundamento, confirmada por fotografias da autoria de D. Luís Filipe que sobreviveram, algumas delas publicadas na imprensa.

¹² Localidade dos Alpes Suíços, conhecida pela pureza do seu ar – o que parece indiciar que Margarida terá sucumbido a uma tuberculose.

intimidade com o Príncipe recomeçara, e perigosamente.

Lei [sic] este bilhete – e aqui a minha interlocutora facilitou-me essa pagina de historia sobre que os meus olhos, involuntariamente se humedeceram.

Paço, 5 de Fevereiro,

Guida.

Vou hoje ás 3. Saio pela porta da Botânica. O conselheiro não me acompanha.

Luiz

O Príncipe Real frequentava então as aulas da Politécnica e num “coupé” modesto, as vezes com Kerausch, às vezes só, ia tomar as suas lições de matematica e de química.



Nas palavras que escreveu a Margarida*** referia-se ao sr. Aquiles Mchado e era evidente que no vasto parque botanico da Escola, o *rendez-vous* tinha lugar.

É com lágrimas nos olhos que na pequena salinha onde conversamos, a tia de Margarida***, evoca esse idílio dos dois jovens. «Sim, amavam-se muito. Logo que tive esta carta nas mãos procurei eu própria falar com Sua Alteza e consegui, não sem dificuldade, avistar-me a só com ele. Disse-lhe

claramente a nossa magua; o que eu e a mãe choramos, e a nossa formal intenção de levar Margarida, de novo, para o estrangeiro. O príncipe não protestou, e ficou sucumbido. Que sim que tinham razão. Que nada havia entre ambos mais que uma grande camaradagem, uma estima intima e mutua, mas que compreendia que isso podia ser prejudicial a Margarida. «Não a amo... nem a posso amar, minha senhora», disse a custo, com o olhar brilhante, palido e febril. «Mas não poderei sequer vê-la e falar-lhe, como todos?»

«E veja se o homem que aos 19 anos escreve esta carta, nas condições em que escreveu Luiz Filipe de Bragança, era ou não de um grande coração e uma alma, de tão subtil e profunda delicadeza».

Li então, comovidamente, a carta que se segue, cuja copia fiel me foi autorizada.

Paço, 24 de Março,

Guida:

Sei que vai partir para França e dali para a Suíça. Creio firmemente que Deus há-de fazê-la melhorar.

Tenha fé na sua vida, porque ela é-lhe precisa a si e aos seus verdadeiros amigos.

Pedi a sua tia que me dissesse todas as semanas noticias – Peça-lho também, a Guida.

O Pedro M*** tão seu amigo, irá vê-la em Maio. Ontem teve comigo uma grande conversa que vai repetir-lhe, ainda antes da sua partida. Ouça-o.

Eu parto amanhã para Sintra; onde passamos o Carnaval. Não a tornarei pois a ver, enquanto a Guida não voltar.

Até lá pedirei a Deus pela sua saude e felicidade e não me esquecerei nunca de si.

Sua tia autorisou-me a ficar com o desenho do Casanova¹³ – que está muito parecido. Os livros vão agora juntamente. Diga a sua mãe, a quem cumprimento, que o ministro sempre escreveu ao Sousa Rosa¹⁴, e terão para a Suíça os passaportes diplomáticos.

A Guida creia-me, sempre, o seu amigo, muito verdadeiro.

Luis

«Com a primavera, Guida tinha peorado e o Dr. Almeida, da Parede, recomendára-nos um sanatório na Suíça.

O Príncipe, senhor do que se passava, escrevia-lhe uma carta de nobre renúncia pedindo-lhe até, para ouvir Pedro M., seu amigo, e que ingenuamente lhe confiara a sua paixão pela nossa Margarida.

E, no entanto, quando fui ao Paço despedir-me de Sua Alteza e levar-lhe os últimos livros emprestados á Guida eu vi, na pequena ante-câmara azul do seu quarto das

necessidades [sic], convulsivamente, de braços sobre um retrato, chorar um belo rapaz português – era o Príncipe Real!»

O Repórter Mistério

Aqui temos pois, completamente transcrito, o artigo de *O Domingo Ilustrado*. Se ele tem um fundo de realidade, em todos os aspectos mencionados, não o sabemos. A título de exemplo das dúvidas que sugere, podemos apontar a estranheza que é a primeira carta ser reproduzida em *fac-simile* e a outra não. Falta de espaço não seria, pois nas duas páginas de texto se apresenta ainda uma foto do Príncipe, em corpo inteiro¹⁵, e em desenho a porta de Botânica da Politécnica e um pequeno cofre onde estariam guardadas as missivas. Contudo, verdadeira, inventada, meio-inventada ou falsa, a história é bonita... e por isso, ela aqui fica.

¹³ Enrique Casanova (1850-1913) – Pintor e aquarelista espanhol, foi mestre de toda a Família Real portuguesa, desde D. Luís I.

¹⁴ Pensamos que se tratará de Tomás de Sousa Rosa, 1.º conde de Sousa Rosa, título criado por D. Carlos.

¹⁵ A qual, pela sua má qualidade aqui trocámos por outra da nossa colecção de imagens.

A visita do Príncipe Real D. Luís Filipe às colónias africanas, em 1907: factos e consequências

Tiago Salgueiro

Este artigo tem como objectivo a descrição da viagem do príncipe D. Luís Filipe ao contexto africano, em 1907. Trata-se de um dos episódios menos conhecidos da História Contemporânea Portuguesa. Esta visita assumiu particular importância, na medida em que se tratou da primeira visita de um representante real às possessões portuguesas em África.

A finalidade da viagem consistiu sobretudo na afirmação da soberania portuguesa nas colónias e o príncipe, apesar da sua jovem idade (tinha 20 anos), cumpriu esta missão de forma exemplar, demonstrando elevada maturidade e invulgar sentido de Estado.

Luís Filipe Maria Carlos Amélio Fernando Victor Manuel António Lourenço Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis Bento de Bragança Saxe-Coburgo-Gotha, de seu nome completo, era o filho primogénito do Rei D. Carlos. Herdeiro do trono, teve uma “educação esmerada” e era, segundo opinião comum, rapaz muito bem-educado e simpático, aspectos que ficaram bem patentes no decurso desta visita.

No sentido de proceder a um enquadramento histórico mais preciso, consideramos conveniente analisar a situação política no segundo quartel do séc. XIX, de forma necessariamente breve.

A POLÍTICA EXPANSIONISTA EM ÁFRICA E O MAPA COR-DE-ROSA

No final do séc. XIX, depois da Conferência de Berlim¹, tornou-se visível o esforço de ocupação efectiva dos territórios africanos “historicamente” nossos, desde o longínquo período da expansão marítima. Multiplicaram-se as viagens militares e científicas. Além de um melhor conhecimento geográfico das regiões que Portugal queria colonizar, havia também nestas expedições uma evidente componente histórico-militar, com vista à afirmação lusa nesses territórios. Portugal invocava os seus direitos históricos.

Com efeito, por um lado, depois da perda do Brasil, em 1822, a consciência nacional, exacerbada em certos meios portugueses, considerava necessário o renascimento de um Império que não cessava de retrair-se; por outro, o novo surto económico em São Tomé e em Angola, acompanhado por um crescimento económico progressivo em Portugal na segunda metade do séc. XIX, constituía apelo à acção que reanimava uma espécie de micro-imperialismo em nova corrida para África.

¹ Catorze potências participaram neste evento, em 1884-1885, que, no essencial, estabeleceu uma espécie de *gentlemen's agreement*; as potências europeias comprometiam-se todas a não voltar a proceder a aquisições de territórios sem previamente notificar as demais, para que elas pudessem formular as suas reclamações. Os povos ou reis africanos, considerados como *res nullius*, nem sequer foram consultados ou informados acerca de todas estas discussões.

Em 1887, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique Barros Gomes, apresentava à Câmara dos Deputados um Mapa da África Meridional Portuguesa, segundo o qual Angola e Moçambique apareciam ligados, passando este documento à História como Mapa Cor-de-Rosa. Ora, esta carta contrariava todos os planos expansionistas de Inglaterra, na medida em que englobava uma vasta área que incluía os territórios da actual Zâmbia, do Malawi e do Zimbabwe.

As medidas tomadas pelo governo português, nomeadamente os acordos com a França e a Alemanha na definição de linhas fronteiriças, na Guiné, no Sul de Angola e no Norte de Moçambique e as expedições de Serpa Pinto no interior de África, tiveram como consequência a deterioração dos laços entre os dois velhos aliados, Portugal e Inglaterra.

No dia 11 de Janeiro de 1890, o governo inglês de Lord Salisbury enviava um ultimato a Portugal, exigindo-lhe a retirada imediata de todas as forças actuaes na região do Chire (Niassalândia) e dos territórios do actual Zimbabwe. A alternativa era uma quebra das relações diplomáticas e o eventual recurso a acções militares. Face à ameaça de guerra, o governo português submeteu-se e mandou evacuar os territórios em questão.

O ultimato inglês e a sua aceitação provocaram uma autêntica histeria nacional (obviamente visível sobretudo nos meios urbanos). De facto, neste período, as colónias africanas começavam a desempenhar um papel importante em termos económicos. África era efectivamente o sonho dourado português, nas palavras do

conselheiro Júlio de Vilhena, líder do Partido Regenerador...

O CRESCENTE PROTAGONISMO REPUBLICANO

Os fundamentos da Monarquia Constitucional portuguesa foram duramente atingidos por este facto que originou a revolta republicana do Porto (31 de Janeiro de 1891). Entretanto, uma grave crise financeira assola o país.

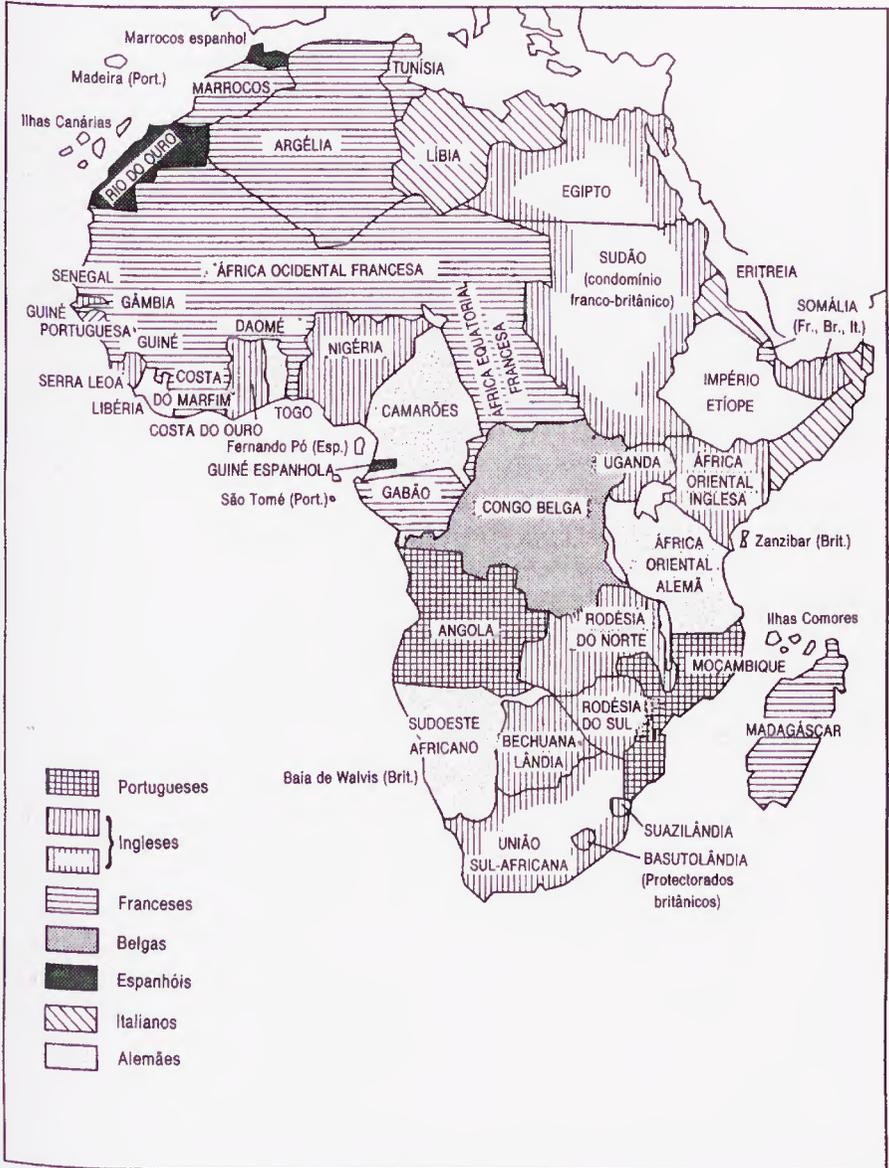
Estes acontecimentos fragilizam a imagem do Rei D. Carlos (que iniciara o seu reinado em 1889) e o sistema político vigente. O cenário foi aproveitado pelos defensores do republicanismo para reforçar a tese de que a solução dos problemas do país e da sua regeneração moral residia numa mudança radical de regime.

A questão colonial foi um dos estribilhos mais insistentes da propaganda republicana e isso evidencia quanto o problema sensibilizava então a sociedade portuguesa – que não lograra, devido ao peso da história da sua pátria, separar o projecto regenerador do sonho do regresso a passadas glórias.

Outro factor determinante para o clima de instabilidade crescente vivido neste período está relacionado com a nomeação para presidente do Ministério, em Maio de 1906, de João Franco, líder do Partido Regenerador Liberal².

O novo chefe de Governo pretendia, com aprovação de D. Carlos e dos seus conselheiros, terminar com o sistema de alternância política no governo, efectivado pelos dois partidos tradicionais do sistema: o

² Agrupamento político fundado em 1901, na sequência de uma cisão ocorrida no seio do Partido Regenerador.



A partilha da África negra

Fonte: BRUNSCHWIG, Henri. *Le Partage de l'Afrique noire*, Paris, Flammarion, 1971.

Partido Regenerador, de Ernesto Hintze Ribeiro, e o Progressista, liderado por José Luciano de Castro.

Neste contexto tenso, do ponto de vista social e político, são necessárias algumas medidas que reabilitem o papel da Família Real como garante da soberania do país e como elemento regulador das instituições.

A VIAGEM DO PRÍNCIPE REAL A ÁFRICA

Ao príncipe Luís Filipe irá ser confiado um projecto de significativa dimensão e que era há muito acalentado pela própria rainha D. Amélia, com mais empenho após a sua visita de 1901 aos arquipélagos da Madeira e dos Açores. A ideia da viagem surgiu de uma conversa entre Ayres de Ornellas³ (então ministro da Marinha e do Ultramar) e o marquês de Soveral, que consideravam necessário que Portugal demonstrasse às demais nações a preocupação em relação às colónias.

Seria conveniente desfazer a má imagem deixada por uma campanha de produtores de cacau britânicos que acusavam os portugueses de práticas escravagistas. Independentemente de os métodos coloniais portugueses da época não serem dos mais humanos (os métodos ingleses também não o eram), o verdadeiro objectivo desta campanha era tirar fama ao cacau de São Tomé que inundava os mercados internacionais e retirava espaço à produção britânica do mesmo produto.

D. Amélia deu todo o apoio a esta ideia, chegando a afirmar que ela própria havia

manifestado desejo de ir a África, com todos os membros da família real.

A melhor forma encontrada consistiu na possibilidade de visita do príncipe herdeiro às colónias africanas, de forma a incrementar a faceta diplomática e as responsabilidades de Estado do príncipe da Beira, D. Luís Filipe, na altura com 20 anos de idade.

Nunca um membro da família real portuguesa se tinha deslocado a qualquer das colónias africanas, em visita oficial, sendo esta, portanto, a primeira viagem de Estado realizada a estas possessões. De facto, “desde que a gloriosa Descoberta de Vasco da Gama abriu aos navegadores o caminho do Cabo da Boa Esperança, ainda a Coroa de Portugal não se tinha feito representar em terras que marcam o predomínio da nossa Pátria e que cobrem essa linha imensa das costas africanas”⁴.

Esta viagem do príncipe Luís Filipe não foi no entanto pacífica, já que em termos políticos tanto as facções monárquicas como os deputados republicanos se manifestaram contra a viagem. No entanto, ela foi organizada com muita celeridade.

O circuito planeado foi o seguinte: São Tomé, Luanda (Angola), Lourenço Marques, Beira, Ilha de Moçambique, Quelimane e Macequece, em Moçambique, Umtali, no Zimbabwe (antiga colónia britânica designada por Rodésia), Lourenço Marques (2.ª visita), Pretória, Joanesburgo, Pietermaritzburg, Durban, Bloemfontein, Kimberley e Cidade do Cabo, na África do Sul, Moçâmedes, Dombe Grande, Benguela, Lobito, Catumbela, Luanda (2.ª visita), Lucala e Cunga, em Angola, e Santiago e São Vicente,

³ Ayres de Ornellas era um militar e político experimentado, que havia permanecido em Moçambique desde 1895, como Chefe do Estado-Maior de Mouzinho de Albuquerque, participando nos combates de Marracuene, Coolela e Macotene. Recebeu a Torre e Espada e as mais honrosas medalhas comemorativas das campanhas de África. Tinha um conhecimento muito aprofundado acerca da realidade socio-económica das colónias no território africano.

⁴ JUNIOR, Guilherme A. Vidal. *No Comando do "África"*, Papelaria, Typographia e Encadernação Santos, Lisboa, 1915.



Foto PDW

Príncipe D. Luís Filipe e comitiva em Moçambique

Em segundo plano (da esquerda para a direita): capitão-de-fragata José Francisco da Silva, 1.º tenente conde da Ponte, médico Dr. Barros da Fonseca, padre Costa e ajudantes do Governador Geral, tenentes Lopes e Torre do Valle; em primeiro plano (da esquerda para a direita): coronel António Costa, ministro Aires de Ornellas, príncipe Luís Filipe (em traje colonial), Governador major Freire de Andrade e 2.º tenente marquês do Lavradio.

em Cabo Verde. Não foi incluído o território da Guiné, por razões não totalmente esclarecidas. Segundo a versão oficial, o motivo desta excepção estava relacionado com dificuldades de atracagem no porto de Bissau.

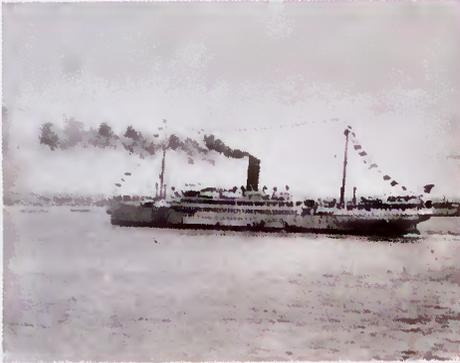
Ultimados todos os preparativos, D. Luís Filipe e a sua comitiva partiram a bordo do navio *África*, o mais moderno paquete pertencente à Empresa Nacional de Navegação, aproveitando, com as alterações já indicadas, uma viagem regular de Lisboa, Lourenço Marques, Lisboa. A viagem durará cerca de três meses.

D. Luís Filipe parte a 1 de Julho de 1907, com todas as honras de Estado devidas a um

representante régio. A Família Real foi despedir-se, acompanhando o príncipe no bergatim real até ao *África*.

A comitiva era composta pelos seguintes elementos: o Ajudante de Campo do príncipe, coronel de Cavalaria António Francisco da Costa, o oficial às Ordens 1.º tenente de Armada, marquês de Lavradio, o médico Dr. Barros da Fonseca e o capelão (antigo missionário) José Vicente da Costa. O ministro Ayres de Ornellas fez-se acompanhar pelo chefe de gabinete capitão-tenente José Francisco da Silva, pelo Ajudante de Campo, 1.º tenente da Armada conde da Ponte e pelo secretário pessoal Higinio Durão. O comandante do paquete era Guilherme Vidal Júnior.

Foto PDVV



O paquete *África*

A vida do príncipe a bordo era caracterizada por uma atitude verdadeiramente descontraída, sem cerimónias ou etiquetas, mantendo relações com todos os passageiros. Fontes consultadas revelam que estava instalado num camarote situado a meia-nau, do lado de bombordo. Despertava cedo, passeando até à hora de almoço no recinto da primeira classe. No tombadilho de comando, praticava tiro ao alvo e dedicava-se à leitura. Escreveu o seu diário de viagem e terá sido o responsável por numerosas fotografias.

Na Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, encontram-se cinco cartas manuscritas e um postal que o príncipe endereçou a D. Manuel durante a viagem às colónias africanas. São cartas espontâneas, sem preocupações protocolares, por vezes irónicas e corrosivas e que confirmam que Luís Filipe tinha uma grande cumplicidade com o seu irmão, à qual aliava um elevado sentido de humor.

D. Luís Filipe iniciava a bordo a linha de conduta de toda a sua viagem e convida para a sua mesa, uns após outros, todos os passageiros do paquete independentemente da sua posição social ou mesmo política,

atitude que não será unanimemente bem acolhida pela sua comitiva.

Na primeira visita, a São Tomé, no dia 12 de Julho, pelas 11 da manhã, a recepção foi muito calorosa, como descreve Ornellas. Este arquipélago evidenciava na época alguns sinais de desenvolvimento e o seu contributo para a balança comercial portuguesa era já significativo.

As chegadas a terra, durante toda a viagem, foram assinaladas com cerimónias de carácter religioso, a que se seguia uma recepção pelas autoridades locais.

No dia seguinte à chegada a esta ilha, o príncipe visitou a Roça Rio de Ouro, pertencente ao Conde de Valle Flor, que tinha mais de 30 km de extensão e instalações exemplares. Exportava 230.000 arrobas de cacau por ano, o que representava a quantia de 1200 contos. Nessa mesma tarde, visita a Roça Boa Entrada, propriedade de Henrique de Mendonça, onde admirou “a soberba paisagem tropical e a importante manifestação de trabalho nacional”.

Verifica-se, por parte das entidades oficiais em Lisboa, uma criteriosa preparação da viagem do príncipe, facto que pode ser constatado através da análise de diversos telegramas. Esta preocupação baseava-se sobretudo no facto de poder evitar incidentes que pudessem ser provocados por adversários do regime.

De São Tomé, a comitiva seguiu para Angola, onde se verificou uma interessante recepção dos sobas, em Luanda, no dia 17 de Julho. Contudo, a visita do Príncipe Real a Angola não foi consensual, na medida em que a Associação Comercial de Luanda se manifestou contra a sua presença.

O príncipe visitou estabelecimentos públicos em Angola, uma exposição de amostras com café, algodão, cacau, açúcar e borracha (organizada pelo conselheiro

Foto PDW

Imagem do batuque em Moçambique ⁵

Gomes de Sousa) e o Hospital Maria Pia. Inaugurou também um curso de intérpretes e guias de museus, instituído pelo bispo de Angola e Congo, no seminário-liceu de Luanda. O último dia em Luanda foi preenchido com a inauguração da Escola de Artes e Ofícios. Também procede à abertura oficial da Escola Profissional D. Carlos I, destinada a alunos oriundos do território angolano. Neste estabelecimento irão ser leccionadas diversas matérias, práticas e teóricas, entre as quais se destacam as artes de marinho, ofícios de sapateiro, alfaiate e carpinteiro, assim como a língua portuguesa, geografia angolana e doutrina cristã.

As informações recolhidas sobre a visita a Angola permitem constatar que a visita do Príncipe Real poderia servir de estímulo a um possível ciclo de desenvolvimento, numa província com muitas debilidades do ponto de vista económico. Segundo a opinião do ministro da Marinha, Ayres de Ornellas, veiculadas posteriormente no jornal *O Século*, seria prioritário proceder à ocupação efectiva no território sobre as populações locais, para que o desenvolvimento se tornasse visível...

Na noite de dia 19 de Julho, a comitiva parte para Moçambique. A chegada a Lourenço Marques ocorreu a 29 de Julho, onde um elevado número de nativos comemorou a chegada do representante da Família Real. Os relatos chegam mesmo a afirmar que este foi caso único na história africana, tal como indica o marquês de Lavradio. 20.000 indígenas do Sul do Save – entre os quais figuravam os vátuas de Gaza, tribos das terras da Magaia e Cossine, com as respectivas armas, gritavam: *Bahete InKosso: Salvé, Senhor!*

À Associação Comercial de Lourenço Marques coube o papel mais importante na organização dos festejos e da recepção. Este organismo tomou a seu cargo a construção de um arco triunfal, colunas, e a organização de um baile grandioso para o qual foram convidadas trezentas pessoas. Este evento realizou-se na noite de 31 de Julho, no grande salão do primeiro andar de um edifício da Rua Araújo. O príncipe abriu o baile, dançando com a ilustre e formosa senhora D. Sofia Cagi.

No dia 13 de Agosto, o príncipe deixou o território português para fazer breve incursão na Rodésia (Umtali), onde foi recebido pelo Administrador, tendo sido bastante aclamado pela população local, durante o percurso a cavalo que realizou pela cidade, acompanhado por um pelotão de polícia. No final do dia, regressava novamente a Lourenço Marques.

⁵ Este Lazarus que assina as fotografias de Moçambique era um dos sócios da casa J. & M. Lazarus, fotógrafos iniciados em finais do século XIX na cidade de Barberton (África do Sul), posteriormente com importantes estúdios em Lourenço Marques e na Beira, antes de se mudarem para Lisboa, na década de 1910.

D. LUÍS FILIPE EM TERRITÓRIO BRITÂNICO

No dia 20 de Agosto, já na África do Sul, mais propriamente em Pretória, houve oportunidade para o príncipe participar numa grande caçada. Em Joanesburgo, o acolhimento foi entusiástico, tendo o ministro Ornellas feito referência à comunidade portuguesa, composta maioritariamente por madeirenses.



Local desconhecido



Fotos PDVV

Local desconhecido, eventualmente sob domínio britânico (apesar do escudo e do letreiro portugueses), dada a presença das bandeiras britânicas.



Novamente em território nacional, dada a presença de sargentos da Armada portuguesa, com o seu traje característico de dias de cerimónia: dólman azul e calça branca. Aguardava-se a passagem de D. Luís Filipe.

Visitou também várias minas da região (entre as quais a Simmer and Jack, onde estava instalado um acampamento de operários chineses.)

A recepção das autoridades inglesas ao príncipe na África do Sul foi verdadeiramente entusiástica, no decurso da qual foi salientada a privilegiada aliança luso-britânica e a tradição colonial portuguesa.

A diversa documentação analisada (parte integrante do acervo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança), composta por diplomas entregues ao príncipe no decurso da viagem, nomeadamente na África do Sul, permite constatar a hospitalidade com que foi recebido pelas autoridades oficiais.

De facto, o diploma oferecido ao príncipe D. Luís Filipe pelo presidente, vice-presidente

e comissão executiva da Câmara do Comércio de Pretória (capital do Transvaal) reflecte isso, precisamente. O documento expressa os agradecimentos pela visita do príncipe à cidade de Pretória, referindo-se a importância dos Portugueses na dobragem do Cabo da Boa Esperança, salientando que o monarca português é descendente directo do Infante D. Henrique, o mais famoso príncipe português. São consideradas vitais as relações de comércio entre as colónias britânicas e Portugal, que deverão ser incrementadas depois desta visita.

Por seu lado, o diploma do Mayor e conselheiros da cidade de Pietermaritzburg (província de Natal), no dia 23 de Agosto de 1907, salienta a importância da visita do príncipe Luís Filipe à capital da colónia

britânica de Natal, referindo-se que os cidadãos daquela comarca se sentem orgulhosos por esta oportunidade, expressando a esperança na manutenção e incremento das relações amigáveis entre Eduardo VII e o Augusto Pai do príncipe Luís Filipe: também é expresso o desejo que se estabeleça uma perspectiva de política comum no que concerne às respectivas colónias no país, em nome do desenvolvimento da África do Sul no sentido mais abrangente. Manifestam o desejo de que a estadia na cidade seja agradável e interessante e que permita o estabelecimento de boas relações de amizade entre a colónia de Natal e as colónias portuguesas vizinhas.

O diploma entregue pelo Mayor e conselheiros da cidade de Durban (província de Natal), refere que a província de Natal deve o seu nome aos intrépidos exploradores portugueses, que, comandados por Vasco da Gama, ali estiveram em 1497. É salientada, no documento, a importância da Aliança Luso-Britânica. Destaca ainda que os colonialistas sul-africanos se congratulam com a visita do príncipe herdeiro de Portugal às colónias, esperando que este seja um sinal de desenvolvimento e prosperidade de toda a região. Esperam também que se promova uma cordial relação entre os governos de ambos os países.

Estas informações são particularmente interessantes, se tivermos em conta a tensão diplomática entre os dois países, aquando da questão do Mapa Cor-de-Rosa...

A única excepção à atitude irrepreensível de acolhimento na colónia inglesa foi levada a cabo por Lord Selborn (Alto Comissário da África do Sul) que demonstrou um comportamento pouco digno, contrariando as ordens do governo inglês quanto à recepção do príncipe. Estas informações estão bem patentes no depoimento de Francisco de

Melo Breyner, em carta datada de 31 de Agosto de 1907. D. Luís Filipe soube contornar com diplomacia esses antagonismos, revelando um excelente controlo da situação. Londres haveria de emendar a mão e fazer rolar cabeças na administração colonial.

A VIAGEM DE REGRESSO

O paquete *África* saiu então da Cidade do Cabo, às 4 da tarde de dia 31 de Agosto, com direcção a Moçâmedes, em Angola, dirigindo-se posteriormente a Benguela, Lobito, Lucala e de novo Luanda, onde chegaria no dia 11 de Setembro.



Preparativos para a recepção no cais da Alfândega da cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente de Cabo Verde.



Chegado, o Príncipe dirige-se para a Rua de Lisboa, ainda hoje a principal da ilha.

A ideia generalizada, expressa por Ornellas, refere que, terminada a visita às duas maiores colónias portuguesas, verificou-se um acolhimento entusiástico por parte das populações locais em relação ao Príncipe Real, símbolo da integridade nacional, contribuindo esta visita para o progresso e o desenvolvimento de Portugal como nação.

O próximo destino da viagem seria Cabo Verde, (província ultramarina mais pobre e mais abandonada), derradeira etapa da viagem. O *África* aportou no dia 21 de Setembro à cidade da Praia e no dia seguinte a São Vicente. Já depois de largar de Cabo Verde, o príncipe sentiu-se indisposto, chegando a estar com 39 graus de febre, estando sempre acompanhado pelo médico Barros da Fonseca. Quando melhorou, quis expressar o seu agradecimento à tripulação do paquete, convocando os seus membros ao gabinete particular e entregando ao comandante Guilherme Vidal a comenda da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo.

O *África* chegou à baía de Cascais às 7 da tarde de dia 27 de Setembro, tendo-se o Rei D. Carlos deslocado a bordo às 21 horas. O desembarque oficial só ocorreu no dia seguinte. O príncipe regressava a Lisboa a tempo de festejar o duplo aniversário de seus pais. O desembarque realizou-se no dia 28 de Setembro, à uma da tarde, frente ao Arsenal da Marinha, sob condições climatéricas adversas, nomeadamente precipitação constante e vento forte.

CONSEQUÊNCIAS DA MISSÃO AFRICANA...

O regresso foi comentado sob duas perspectivas distintas e, por sua vez, antagónicas: com repulsa da parte da facção

republicana e com palavras de apoio dos monárquicos. Os objectivos iniciais terão, no entanto, sido atingidos; informar o Mundo acerca dos compromissos assumidos por Portugal na Conferência de Berlim e a sua efectividade prática, salientando o interesse da Coroa no desenvolvimento e progresso das colónias portuguesas.

Durante a sua longa viagem, é de sublinhar que o príncipe não se limitou a visitar apenas o litoral, dedicando-se igualmente a conhecer certos locais do interior. As visitas à Rodésia e à África do Sul revelam a manifesta intenção em assegurar boas relações com a coroa britânica, afirmando simultaneamente o direito de Portugal sobre os territórios coloniais.

Correspondendo certamente também a motivações políticas, as autoridades locais empenharam-se em organizar o contacto da comitiva com as populações indígenas. O momento mais alto das manifestações de apreço dos nativos pelo príncipe terá sido o batuque de Lourenço Marques.

Podemos afirmar que a viagem constituiu um enorme sucesso; alguns observadores estrangeiros acham surpreendentes algumas manifestações de indígenas que, armados e aos milhares, simulam movimentos de guerra e saúdam o representante português. O *Almanach Palhares de 1908*, refere o seguinte:

“Pode-se dizer, sem sombra de exaggeração, que a viagem de Sua Alteza Príncipe Real aos nossos domínios ultramarinos de Africa foi uma verdadeira viagem triumphal, tão agradável e carinhoso foi o acolhimento que em todas as terras africanas se fez ao jovem herdeiro da corôa portuguesa. Por toda a parte o Senhor D. Luiz Filippe foi recebido com

extremos de carinho e sympathia, pelos nossos irmãos que povoam essas terras distantes da metrópole, onde fluctua o glorioso pendão das quinas..."⁶

Por outro lado, a presença do primogénito real naqueles territórios não impediu a continuidade de tensões várias, tendo mesmo ocorrido conflitos armados durante o tempo de viagem. Por exemplo, na ilha do Príncipe, poucos dias antes da chegada, tinha rebentado uma revolta grave pelo que o *África* não se deslocou aí. Também se verificaram alguns tumultos no sul de Angola, situação que preocupava bastante o governo português.

Quanto às despesas com a viagem, a Inspeção-Geral da Fazenda do Ultramar certificou, em 14 de Outubro de 1907, o total do seu custo em 18.777\$775, dispendidos pelo ministério da Marinha e do Ultramar. Este seria mais um argumento utilizado pelos republicanos com o objectivo de alertar a sociedade portuguesa para os elevados custos de manutenção da Família Real, ignorando o facto de que qualquer governante tem como obrigação elementar conhecer os territórios sob sua jurisdição.

Outro resultado interessante, este do ponto de vista museológico, reside na elevada possibilidade de que um número muito significativo de artefactos e armas de diversa tipologia (azagaias, flechas, arcos e escudos) tenha sido oferecido ao príncipe no

decurso deste périplo africano. Este conjunto de objectos constitui parte integrante das colecções patentes ao público no Museu da Caça, tutelado pela Fundação da Casa de Bragança e instalado no castelo de Vila Viçosa, encontrando-se actualmente a ser investigado.

Com a viagem efectuada, D. Luís Filipe demonstrara estar apto a assumir as suas responsabilidades como rei. Devemos ainda salientar as mercês honoríficas, outorgadas pelo Rei Carlos, que o príncipe entregou durante o seu périplo. Foram agraciados cidadãos que se notabilizaram nos serviços prestados ao país nas colónias e pela forma como contribuíram para as excepcionais recepções a D. Luís Filipe⁷.

De facto, e segundo o ministro da Marinha, conselheiro Ayres de Ornellas, foram atingidos os principais objectivos políticos desta missão, nomeadamente a



Foto PDW

Museu da Caça, Vila Viçosa – Sala das armas africanas

⁶ *Almanach Palhares para 1908*, Santos Júnior e A. Morgado (coordenação), Typographia da Papelaria Palhares, Lisboa, 1907, pp. 149-150.

⁷ Os despachos relativos às graças concedidas por D. Carlos estão referidos no *Diário do Governo*, de 22. Outubro.1907.

pacificação das relações comerciais com os portos britânicos, a afirmação clara e cabal da aliança anglo-lusa e o reconhecimento da importância da província de Moçambique como eixo vital na política sul-africana⁸.

Quatro meses depois, o príncipe era assassinado, juntamente com o seu pai, D. Carlos, no Terreiro do Paço, em Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

FERRO, M. *História das Colonizações. Das Conquistas às Independências – Sécs. XIII-XX*. Referência, Editorial Estampa, Lisboa, 1995.

JUNIOR, Guilherme A. Vidal. *No Comando do "África"*, Papelaria, Typographia e Encadernação Santos, Lisboa, 1915.

NOBRE, E. *Amélia, Rainha de Portugal*. Edições Quimera, Lisboa, 2007.

MARQUES, A. H. Oliveira. *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1995.

RAMOS, R. *D. Carlos*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006.

VICENTE, A. e VICENTE, A. P. *O Príncipe Real Luís Filipe de Bragança 1887-1908*, Edições INAPA. Lisboa, 1998.

ALMANACH PALHARES PARA 1908. Santos Júnior e A. Morgado (coordenação), Typographia da Papelaria Palhares, Lisboa, 1907.

⁸ De facto, a província de Moçambique constituía na época a mais desenvolvida colónia ultramarina, sobretudo a nível de transacções comerciais por via marítima e ferroviária. A própria ocupação humana do território terá sido feita, segundo Ayres de Ornellas, de forma metódica e regular.

Tempo de Fotografia

Fábrica Africana da Pólvora de Vale de Milhaços, Seixal

Manuela Rolão



Objecto inusitado



Casa da máquina – 1

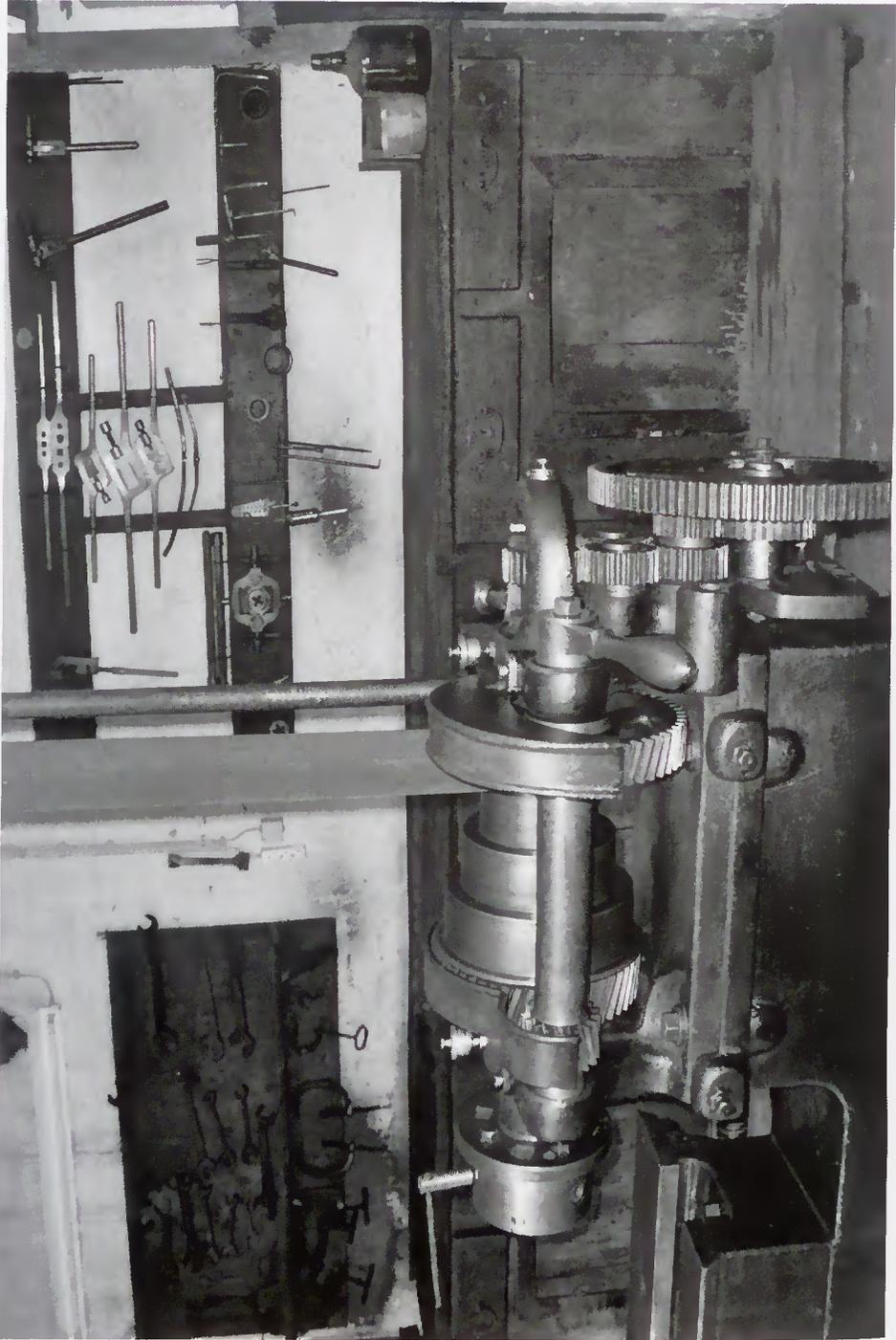


Casa da máquina – 2





Roda e correia



Máquina

Viena à tarde

Joaquim Saial



Início de tarde de Primavera





Stadtpark



Pastelaria Demet



Café Sacher



Nevão em fim de tarde

Tempo de Poesia



Lira Vária

O Regicídio

mataram o rei e eu não curei a minha dor de fígado
que é uma dor tão reflexa como as dores da história:
mataram e não fizeram mais: porque jamais
a morte é a forma convexa de um sonho ou uma vitória.
que mata o cano da arma que clama o gatilho?
balas de ódio: o veneno da raiva
e não consta que a vida aplauda
– não consta que a cauda da víbora seja mãe de filho.
é a alma que canta e empurra e levanta
a vontade de erguer sobre a cidade o clamor,
o vento seca as lágrimas de quem acalma a dor.
e que grita o estupor? o espanto
de matar a lei e nada mudar – só o amor muda
onde a lei castiga a divergência: matar é que nunca
nem que seja o rei nem que seja o réu
nem que seja o príncipe nem que seja o índice.
se é esse o princípio é essa a consequência
: que no caminho ninguém se iluda
com os sinais da morte – levanta-se da cama a história
veste o espartilho e não adelgaçam as ancas;
se o gatilho escarra ficam as pernas mancadas.
viste e aprendeste – mataste e sofreste.
mataste. morreste.
e nada vingaste e em nada venceste. nada disseste.
apenas morreste.

A lição das dores

não desesperemos que sempre um tempo
precede outro tempo e uma sombra
oculta outra sombra. os desassombros
também murcham como as papoilas
e podem ser tão efêmeros mas a chuva os resgata
: servem para isso as sementes adormecidas
nos torrões e as vespas que nos viços os sugaram.
até os silêncios servem mesmo quando são lágrimas
e as noites são cansaços. as trufas
também se acolhem onde os sobros choram
na lição das dores – que são mestras
e tecem os dias felizes
com os fios das saudades. são penélopes
entretendo os calendários dos úteros envilecidos.
são os regatos que no seu percurso serão mares
e ensinam às bocas a vontade de cantar.



Lira Calipolense

Pudesse

...Pudesse eu ser AVE
e levar-te nas minhas ASAS
a caminho do SOL
em busca do AZUL da VIDA...

...Sentindo

...é o infinito de um vazio
repleto de bem estar
que aquece, aconchega e transparece
na imensidão do olhar.

...são gotas
de chuva quente

que semeiam
mais um poente
doce de Novembro.

...e não penso,
lembro...
só lembro...

Afinal vale a pena

Afinal, parece que vale a pena viver

na paz dos campos floridos
na harmonia dos céus
na música dos mares...

*Tudo vale a pena
quando a alma não é pequena*

Vale a pena

quando se quer e se deseja intensamente
a Poesia da Vida humildemente:

o Amor, a Paz, a Verdade
a Simplicidade, a Unidade...

Um rasgo de tristeza
inibe por vezes o prazer da Luta.

Uma chama calorosa e quente
abre o espírito, o corpo e a mente
para o caminho descoberto da Vida...

E ao encontrar a Fonte
da Pura Água que vivifica

Saboreio e anseio

Embebedar-me na Água da Vida

Para hoje e todo o sempre!...

Alentejo

No Alentejo há uma magia que nem toda a gente consegue ver, alcançar ou entender..

Existe um vazio, uma distância sempre quase infinita que atrai e separa as pessoas.

Quando esse infinito se desfaz as pessoas chocam-se, esbarram umas nas outras e ou se degladiam e agridem violentamente ou se amam e se entregam mutuamente sem preconceito, moral ou dimensão.

Mas é sobretudo o infinito do vazio, a distância entre as coisas que torna o Alentejo tão atraente

Para quem o consegue conhecer, entender e sentir.

É algo que se vê, mas sobretudo algo que se sente.

Este mar que nos abraça

Gigante... majestoso... um Deus Senhor
alheio à vida, às lutas do Presente,
e apenas ao Futuro dum sol nascente
dá um sorriso incerto, com fulgor.

Um Mar que afaga a Terra com amor
ora calmo, brilhante e transparente,
ora agressivo, com fúrias de demente
que arrasta às profundezas do terror.

Nos seus rochedos, escondidos... submersos
onde há ninfas cativas, já perdidas...
tem sereias que emergem desconhecidas...

P'ra inspirar os poetas nos seus versos...
é uma estranha atracção que se entrelaça
entre os homens e o Mar que nos Abraça.

Romântico

No silêncio da noite adormecida
vem p'ra junto de mim ouvir Chopin
que nada nos perturbe a alma unida
numa doce harmonia, terna e sã.

Tenta esquecer... deixa de lado a vida,
e vê na melodia um talismã...
Melhor do que a riqueza conseguida,
que suaviza a existência vã.

Fecha os teus lindos olhos, lentamente
e deixa-te embalar, serenamente
distante deste mundo, como eu...

Quem escutar no silêncio uma sonata...
É estar perto do bem... sonho de prata,
"a graça mais divina que Deus deu".

Doce balada

Deixa-te embalar
menino bom
num sono lindo
Dorme
meu amor
que um sonho azul
te vem sorrindo ...
Brinca com as estrelas
e pisa as nuvens
sem ter medo ...
prende as andorinhas
porque são o teu
brinquedo!...
Deixa-te ficar
no meu regaço
recostado...
dorme meu amor
entre os meus braços
descansado ...
Sonha sorridente
como um lindo
amor-perfeito
Dorme meu amor
aconchegado no meu peito

Outra vida

Quando eu partir...
Naquela viagem sem regresso...
Sou eu quem vai chorar
Inconsolada...
Sou eu que da vida me despeço,
A vida que eu amei
Desfeita em nada...
Quando eu morrer...
E for habitar noutras paragens
Deixo um pouco de mim pelas paisagens
Dispersa nas montanhas e nas flores
Nos matizes dos campos e das cores
E oculta no meio delas... reviver.

Tempo de Ciência, Indústria e Tecnologia

Clasificación de la fauna del campo arqueológico de Mértola

*Antonio Daniel Penco Martín
Diego Peral Pacheco (Espanha)*

Nuestro estudio se ha realizado sobre un conjunto de restos óseos de origen animal encontrados en un yacimiento arqueológico en Mértola, que nos han sido remitidos con la única anotación de pertenecer a los estratos que se especifican a continuación.

En total hemos clasificado 252 muestras de huesos, la mayoría de ellas no superan los 2cm de tamaño. Debido a estas escasas dimensiones ha sido una tarea minuciosa y muchas veces incierta en sus resultados.

Hemos pretendido identificar el hueso así como la especie animal a la que pertenece, lo cual queda reflejado en las tablas correspondientes.

En el caso de la especie animal, debido a la enorme similitud de los huesos de casi todos los mamíferos, y máxime teniendo en cuenta que, excepto en muy contadas ocasiones, tan sólo disponíamos de un fragmento, la identificación de la especie la hemos basado en conjeturas sobre el tamaño del mismo y su relación con el animal del que procedía. Para ello hemos considerado el hecho de que los animales domésticos han evolucionado, merced a la esmerada selección genética de las razas, hacia un mayor tamaño para incrementar sus producciones, por lo que, en ningún caso presentan los mismos parámetros etnológicos que en la actualidad. Por ello consideramos que su tamaño, en casi todos los casos eran bastante menor que en la actualidad.

Debido a las pequeñas dimensiones de los huesos, son los correspondientes a los leporinos los que se encuentran en mejores condiciones de integridad, y por ello son los más fácilmente identificables, tanto al hueso en sí, como a la especie a la que pertenecen. Por ello no es de extrañar que sea ésta la que más representantes tiene. Seguramente, si hubiéramos podido clasificar la totalidad de los huesos, su porcentaje, respecto al total, habría sido inferior.

A excepción de los huesos de leporino, en los que cabría un altísimo porcentaje de seguridad en su identificación, en el resto de las muestras, para llegar a tan altas cotas de fiabilidad, sería preciso aplicar técnicas analíticas de ADN o similares.

Existen 208 muestras que no son sino simples esquirlas óseas de un tamaño inferior a 1cm la mayor parte. Éstas se han quedado sin clasificar por una imposibilidad casi absoluta.

CLASIFICACIÓN DE LAS MUESTRAS:

• CAM01, CUADRÍCULA 3G, NIVEL 1b: desde el n.º 1 hasta el n.º 222 (222 muestras clasificadas más 208 sin clasificar)

• CAM01, CUADRÍCULA 3G, NIVEL 1b SEPT. 527: desde el n.º 223 hasta el n.º 233 (11 muestras)

• CAM01, CUADRÍCULA 3G, NIVEL 1b SEPT. 669: desde el n.º 234 hasta el n.º 245 (12 muestras)

• CAM01, CUADRÍCULA 3G, NIVEL 1b SEPT. 670: desde el n.º 246 hasta el n.º 252 (7 muestras)

Especie

En el siguiente cuadro reflejamos el número de restos óseos que pertenecen a cada especie animal, así como el porcentaje que representa sobre los restos identificados.

Especie	Número	Porcentaje
Bovino	21	8.3
Canino	3	1.2
Equino	1	0.4
Gallina	3	1.2
Leporino	109	42.2
Molusco bivalbo	5	2.0
Ovino	76	30.2
Rata	2	0.8
Sin determinar	4	1.6
Suino	23	9.1
Vieira	5	2.0

REGIÓN ANATÓMICA

Región anatómica	Número	Porcentaje
Cabeza	34	13.5
Raquis	37	14.7
Tórax	32	12.7
Extremidad anterior	46	18.2
Pelvis	12	4.8
Extremidad posterior	33	13.1
Concha	10	4.0
Extremidad	48	19.0

Observaciones:

- En el término "extremidad" hemos incluido aquellos huesos que pertenecen a una extremidad, sin diferenciar a cuál de ellas.

CLASIFICACIÓN DE LOS HUESOS

Hueso	Número	Porcentaje
Calcáneo	5	2.0
Carpo	2	0.8
Concha	10	4.0
Coracoides	2	0.8
Costilla	33	13.1
Coxal	12	4.8
Cráneo	6	2.4
Cúbito	7	2.8
Escápula	11	4.4
Falange medial	1	0.4
Falange proximal	11	4.4
Fémur	18	7.1
Hueso largo	28	11.1
Húmero	13	5.2
Incisivo	6	2.4
Mandíbula	8	3.2
Maxilar	2	0.8
Metacarpo	11	4.4
Metatarso	3	1.2
Molar	12	4.8
Peroné	1	0.4
Radio	5	2.0
Sacro	3	1.2
Tibia	9	3.6
Vértebra	11	4.4
Vértebra cervical	4	1.6
Vértebra coxígea	4	1.6
Vértebra lumbar	5	2.0
Vértebra torácica	9	3.6

Observaciones:

- En el término "carpo" hemos incluido cualquier hueso de los que constituyen esta región anatómica.

- En el término "cráneo" hemos incluido cualquier hueso de los que constituyen esta región anatómica, excluyendo la mandíbula y el maxilar.

• En el término “hueso largo” hemos incluido diáfisis de cualquier hueso sin diferenciar.

• En el término “metacarpo” hemos incluido tanto los huesos del metacarpo como los del metatarso, sin diferenciarlos.

• En el término “vértebra” hemos incluido aquellas vértebras sin diferenciar que no están incluidas en los otros grupos de vértebras.

CATALOGACIÓN DE LOS HUESOS

N.º	Porción	Hueso	Región	Especie
1	Completo	Falange proximal	Extremidad	Bovino
2	Completo	Fémur	Extremidad anterior	Leporino
3	Porción proximal	Húmero	Extremidad anterior	Cánido
4	Fragmento	Sacro	Raquis	Cánido
5	Cuerpo	Costilla	Tórax	Porcino
6	Completo	Falange proximal	Extremidad	Bovino
7	Cuerpo	Costilla	Tórax	Porcino
8	Porción proximal	Húmero	Extremidad anterior	Ovino
9	Porción distal	Escápula	Extremidad anterior	Ovino
10	Porción proximal	Húmero	Extremidad anterior	Bovino
11	Apófisis espinosa	Sacro	Raquis	Bovino
12	Rama	Mandíbula	Cabeza	Leporino
13	Porción distal	Metacarpo	Extremidad anterior	Bovino
14	Porción proximal	Fémur	Extremidad posterior	Leporino
15	Completo	Calcáneo	Extremidad posterior	Ovino
16	Porción proximal	Metatarso	Extremidad posterior	Ovino
17	Completo	Falange proximal	Extremidad	Ovino
18	Completo	Coxal	Pelvis	Leporino
19	Cuerpo	Vértebra torácica	Raquis	Ovino
20	Cuerpo	Costilla	Tórax	Porcino
21	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Bovino
22	Completo	Falange proximal	Extremidad	Ovino
23	Porción distal	Tibia	Extremidad posterior	Ovino
24	Fragmento	Maxilar	Cabeza	Ovino
25	Completo	Molar	Cabeza	Bovino
26	Cuerpo	Costilla	Tórax	Ovino
27	Completo	Vértebra lumbar	Raquis	Leporino
28	Porción distal	Húmero	Extremidad anterior	Leporino
29	Porción proximal	Húmero	Extremidad anterior	Bovino
30	Fragmento	Coxal	Pelvis	Leporino
31	Rama	Mandíbula	Cabeza	Leporino
32	Porción proximal	Cúbito	Extremidad anterior	Leporino

(continua)

(continuação / continuación)

33	Completo	Vértebra coxígea	Raquis	Ovino
34	Completo	Vértebra torácica	Raquis	Leporino
35	Completo	Vértebra torácica	Raquis	Leporino
36	Completo	Vértebra torácica	Raquis	Leporino
37	Completo	Vértebra coxígea	Raquis	Leporino
38	Completo	Falange proximal	Extremidad	Leporino
39	Completo	Metatarso	Extremidad posterior	Gallina
40	Porción distal	Húmero	Extremidad anterior	Leporino
41	Porción distal	Húmero	Extremidad anterior	Leporino
42	Fragmento	Concha		Vieira
43	Fragmento	Concha		Vieira
44	Fragmento	Concha		Molusco bivalbo
45	Completo	Molar	Cabeza	Bovino
46	Cuerpo	Costilla	Tórax	Ovino
47	Porción distal	Falange proximal	Extremidad	Ovino
48	Porción distal	Metacarpo	Extremidad	Ovino
49	Fragmento	Vértebra lumbar	Raquis	Porcino
50	Fragmento	Vértebra cervical	Raquis	Cánido
51	Porción proximal	Cúbito	Extremidad anterior	Leporino
52	Porción proximal	Húmero	Extremidad anterior	Leporino
53	Completo	Coracoides	Extremidad anterior	Gallina
54	Cuerpo	Costilla	Tórax	Ovino
55	Cuerpo	Costilla	Tórax	Ovino
56	Porción distal	Fémur	Extremidad anterior	Leporino
57	Porción Proximal	Fémur	Extremidad anterior	Ovino
58	Completo	Sacro	Raquis	Leporino
59	Porción proximal	Fémur	Extremidad posterior	Leporino
60	Completo	Coracoides	Extremidad anterior	Gallina
61	Diáfisis	Fémur	Extremidad posterior	Ovino
62	Diáfisis	Fémur	Extremidad posterior	Ovino
63	Diáfisis	Húmero	Extremidad anterior	Ovino
64	Fragmento	Vértebra cervical	Raquis	Bovino
65	Fragmento	Vértebra cervical	Raquis	Ovino
66	Fragmento	Coxal	Pelvis	Leporino
67	Fragmento	Vértebra	Raquis	Ovino
68	Fragmento	Metacarpo	Extremidad	Porcino
69	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Bovino
70	Fragmento	Vértebra	Raquis	
71	Fragmento	Vértebra	Raquis	
72	Fragmento	Fémur	Extremidad posterior	Ovino
73	Porción proximal	Cúbito	Extremidad anterior	Leporino

(continua)

(continuação / continuación)

74	Porción distal	Metacarpo	Extremidad anterior	Ovino
75	Porción proximal	Falange proximal	Extremidad	Ovino
76	Porción proximal	Tibia	Extremidad posterior	Ovino
77	Diáfisis	Fémur	Extremidad posterior	Ovino
78	Diáfisis	Fémur	Extremidad posterior	Ovino
79	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
80	Porción proximal	Húmero	Extremidad anterior	Ovino
81	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
82	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
83	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
84	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
85	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
86	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
87	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
88	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
89	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
90	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
91	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
92	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
93	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
94	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Ovino
95	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Leporino
96	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Leporino
97	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Leporino
98	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Leporino
99	Rama	Mandíbula	Cabeza	Leporino
100	Completo	Fémur	Extremidad posterior	Leporino
101	Cabeza	Costilla	Tórax	Porcino
102	Completo	Falange proximal	Extremidad	Ovino
103	Completo	Molar	Cabeza	Ovino
104	Fragmento	Fémur	Extremidad posterior	Ovino
105	Completo	Calcáneo	Extremidad posterior	Ovino
106	Diáfisis	Cúbito	Extremidad anterior	Leporino
107	Fragmento	Costilla	Tórax	Leporino
108	Porción proximal	Radio	Extremidad anterior	Ovino
109	Fragmento	Molar	Cabeza	Bovino
110	Rama	Mandíbula	Cabeza	Leporino
111	Completo	Vértebra lumbar	Raquis	Leporino
112	Fragmento	Coxal	Pelvis	Leporino
113	Completo	Falange proximal	Extremidad	Ovino
114	Porción distal	Húmero	Extremidad anterior	Leporino

(continua)

(continuação / continuación)

115	Cuerpo	Costilla	Tórax	Ovino
116	Fragmento	Concha		Molusco bivalbo
117	Cabeza	Costilla	Raquis	Leporino
118	Fragmento	Concha		Vieira
119	Completo	Vértebra cervical	Raquis	Leporino
120	Cuerpo	Costilla	Tórax	Porcino
121	Cabeza	Costilla	Tórax	Leporino
122	Fragmento	Vértebra torácica	Raquis	Ovino
123	Porción proximal	Radio	Extremidad anterior	Porcino
124	Fragmento	Cráneo	Cabeza	Porcino
125	Fragmento	Vértebra	Raquis	Porcino
126	Porción distal	Escápula	Extremidad anterior	Ovino
127	Completo	Vértebra coxígea	Raquis	Leporino
128	Completo	Vértebra torácica	Raquis	Leporino
129	Fragmento	Escápula	Extremidad anterior	Leporino
130	Porción distal	Escápula	Extremidad anterior	Leporino
131	Porción proximal	Cúbito	Extremidad anterior	Leporino
132	Fragmento	Costilla	Tórax	Leporino
133	Fragmento	Costilla	Tórax	Leporino
134	Completo	Metatarso	Extremidad posterior	Leporino
135	Porción distal	Escápula	Extremidad anterior	Leporino
136	Fragmento	Costilla	Tórax	Leporino
137	Completo	Metacarpo	Extremidad anterior	Leporino
138	Diáfisis	Fémur	Extremidad posterior	Leporino
139	Porción distal	Escápula	Extremidad anterior	Leporino
140	Diáfisis	Hueso largo	Extremidad	Leporino
141	Fragmento	Coxal	Pelvis	Leporino
142	Porción proximal	Tibia	Extremidad posterior	Leporino
143	Fragmento	Concha		Molusco bivalbo
144	Fragmento	Molar	Cabeza	Bovino
145	Fragmento	Molar	Cabeza	Bovino
146	Completo	Incisivo	Cabeza	Porcino
147	Completo	Falange proximal	Extremidad	Ovino
148	Porción proximal	Radio	Extremidad anterior	Leporino
149	Fragmento	Húmero	Extremidad anterior	Leporino
150	Completo	Incisivo	Cabeza	Porcino
151	Rama	Mandíbula	Cabeza	Leporino
152	Fragmento	Molar	Cabeza	Bovino
153	Fragmento	Concha		Molusco bivalbo
154	Fragmento	Vértebra torácica	Raquis	Ovino
155	Fragmento	Concha		Molusco bivalbo

(continua)

(continuação / continuación)

156	Porción distal	Fémur	Extremidad posterior	Leporino
157	Porción distal	Fémur	Extremidad posterior	Leporino
158	Completo	Incisivo	Cabeza	Porcino
159	Fragmento	Coxal	Pelvis	Leporino
160	Completo	Incisivo	Cabeza	Porcino
161	Completo	Incisivo	Cabeza	Porcino
162	Porción distal	Escápula	Extremidad anterior	Leporino
163	Fragmento	Coxal	Pelvis	Leporino
164	Porción distal	Escápula	Extremidad anterior	Leporino
165	Fragmento	Maxilar	Cabeza	Leporino
166	Porción proximal	Tibia	Extremidad posterior	Leporino
167	Completo	Vértebra lumbar	Raquis	Leporino
168	Porción proximal	Tibia	Extremidad posterior	Leporino
169	Cabeza	Costilla	Tórax	Leporino
170	Porción proximal	Tibia	Extremidad posterior	Leporino
171	Porción distal	Escápula	Extremidad anterior	Leporino
172	Porción distal	Húmero	Extremidad anterior	Leporino
173	Fragmento	Concha		Vieira
174	Cuerpo	Costilla	Tórax	Leporino
175	Fragmento	Cráneo	Cabeza	Leporino
176	Diáfisis	Tibia	Extremidad posterior	Leporino
177	Completo	Calcáneo	Extremidad posterior	Leporino
178	Completo	Calcáneo	Extremidad posterior	Leporino
179	Fragmento	Cráneo	Cabeza	Leporino
180	Fragmento	Costilla	Tórax	Leporino
181	Fragmento	Costilla	Tórax	Leporino
182	Fragmento	Costilla	Tórax	Leporino
183	Fragmento	Coxal	Pelvis	Leporino
184	Porción proximal	Fémur	Extremidad posterior	Leporino
185	Porción distal	Metacarpo	Extremidad	Ovino
186	Cabeza	Costilla	Tórax	Porcino
187	Cabeza	Costilla	Tórax	Leporino
188	Cabeza	Costilla	Tórax	Leporino
189	Porción proximal	Tibia	Extremidad posterior	Porcino
190	Fragmento	Cráneo	Cabeza	Leporino
191	Fragmento	Escápula	Extremidad anterior	Ovino
192	Fragmento	Cráneo	Cabeza	Ovino
193	Completo	Incisivo	Cabeza	Porcino
194	Fragmento	Molar	Cabeza	Bovino
195	Rama	Mandíbula	Cabeza	Rata
196	Rama	Mandíbula	Cabeza	Leporino

(continua)

La presencia, en la dieta de aquellas gentes, de ratas o moluscos, nos confirma que en épocas de hambruna se recurre a cualquier fuente de proteínas para alimentarse, a pesar de las restricciones culturales en la dieta que pesan sobre ciertos animales.

Teniendo en cuenta los resultados obtenidos, comparables a los citados en el

apartado de discusión, podemos afirmar que este tipo de estudios, basado en el reconocimiento visual de las formas anatómicas, es simplemente aproximativo, destacando la necesidad de realizar unos análisis laboratoriales más concluyentes, como pueden ser los relativos al ADN de las muestras.

Sobre os duques de Bragança e a astronomia e ainda da antiga armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)

Maria do Rosário Gordalina

PREÂMBULO

Em comunicação apresentada durante as *IV Jornadas do Património de Vila Viçosa*, anunciámos, em primeira-mão, documentação relativa ao observatório astronómico construído nos Paços dos Duques de Bragança em Lisboa¹, e à famosa “Casa de Armas” do Castelo de Vila Viçosa. A descoberta desta documentação teve lugar em 2005, durante uma investigação encetada na Torre do Tombo, no âmbito da nossa actividade no SIPA – Sistema para o Inventário do Património Arquitectónico. Não houve naquela altura oportunidade de transcrever a documentação levantada; as nossas investigações miraram outros imóveis calipolenses, em particular o Convento da Esperança, pois que nele depárramos com vários espaços menos conhecidos, se não mesmo inéditos, nomeadamente o vasto salão abobadado decorado de estuques ao gosto maneirista, situado no extremo Sul da ala virada à cerca. Às incursões desde aí realizadas no riquíssimo

espólio arquivado na DGARQ/TT – constituído pelas *Consultas da Casa de Bragança*, integradas na série *Expediente da Casa de Bragança* que se encontra no núcleo documental da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino² –, acrescentámos ulterior informação relativa a muitos outros imóveis, pertencentes às Comarcas que se encontravam sob a Jurisdição daquela Casa, nomeadamente sobre o edifício do paço bragantino de Lisboa ao qual aludiam igualmente os documentos descobertos em 2005.

Sobre o observatório astronómico dos Bragança, cumpre-nos salientar a importância destes documentos, extremamente relevantes para a história das ciências em Portugal, inequivocamente confirmando as ligações dos duques de Bragança à astronomia, e reforçando igualmente a hipótese, já levantada por Sousa Viterbo, da existência de um observatório astronómico no Paço Ducal de Vila Viçosa ao tempo de D. Teodósio I³. Esperamos, com a sua transcrição e algumas reflexões a propósito, contribuir para a

¹ O antigo Paço dos Duques de Bragança de Lisboa localizava-se no quarteirão hoje delimitado pelas ruas Vítor Cordon e António Maria Cardoso. Foi edificado ou ampliado pelo duque D. Jaime logo nos inícios do Séc. XVI e nele residiam os duques aquando das suas deslocações à capital. SILVA, A. Vieira da, *Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa (Reconstituição topográfica dum trecho de Lisboa desaparecida)*, Lisboa, 1942.

² Sobre o espólio da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, criada em 1736, JORGE, Teresa Revés e TREMOCEIRO, Paulo. *Secretaria de Estado dos Negócios do Reino / Ministério do Reino (Inventário)*, IANTT, Lisboa, 1999.

³ In *Trabalhos náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII, parte I. Marinharia*, Typographia da Academia Real das Scienciais, Lisboa, 1898, pp. 3, 199-200.

problemática que gira em torno dos interesses dos duques pelas matemáticas e pela astronomia, deixando para ulterior sede a investigação mais aprofundada que se impõe.

Quanto à “Casa de Armas” tivemos entretanto ocasião de escrever na revista *Monumentos*⁴ retomando, não sem alguma nostalgia, os nossos estudos de Armaria, encetados há mais de 20 anos, quando ainda estudantes no curso de História – variante de História da Arte, na FLL. Por questões editoriais, não foi possível publicar na *Monumentos* os documentos relativos à Casa de Armas que agora trazemos a lume. Limitamo-nos aqui à sua transcrição integral, remetendo o leitor para o nosso artigo.



Foto Rosário Gordalina

Antigo Paço dos Duques de Bragança, Lisboa

DO OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO NO PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA EM LISBOA

É por demais conhecida a presença em Vila Viçosa, ao tempo do Duque D. Teodósio I, de António Rodrigues, oficial de fazer instrumentos astronómicos e de navegação bem como do médico e astrólogo espanhol António Maldonado Ontiveros que, segundo José Teixeira⁵, poderá ter dirigido o observatório astronómico, referido por Viterbo, sublinhando quanto escreveu Caetano de Sousa acerca da biblioteca do Duque: “... ajuntou copiosa Livraria, que fez mais preciosa pelos muitos manuscritos, que nella se guardavaõ, e era ornada de globos, e instrumentos matemáticos muy curiosos”⁶. O interesse pelas questões da Matemática não se restringiu ao 5.º duque de Bragança: Manuel Bocarro, médico, matemático, astrónomo e astrólogo, cuja obra *Luz Pequena Lunar e Estellifera da Monarchia Lusitana*, publicada em Roma, em 1626, foi prefaciada por Galileu Galilei, dedicou a D. Teodósio II a 4.ª Parte das suas *Anacephaloses da Monarchia Lusitana*. E no discurso proferido em 1653 pelo dominicano Frei Álvaro Leitão, nas exéquias do malogrado D. Teodósio III, o 9.º duque de Bragança é referido como “insigne Matematico”⁷; este mesmo duque instituíra, poucos anos antes, em 1650, o Colégio de São Tiago em Elvas, um dos melhores centros de ensino da Matemática em Portugal⁸.

⁴ GORDALINA, Maria do Rosário. “Alguns documentos relativos à Casa de Armas do Castelo de Vila Viçosa”, in Revista *Monumentos*, IHRU, Dezembro de 2007, pp. 44-51.

⁵ In *O Paço Ducal de Vila Viçosa sua Arquitectura e suas Coleções*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1983, p. 41.

⁶ In *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Officina Sylviana da Academia Real, T. VI, Lisboa, 1739, p. 47.

⁷ In *Sermão nas exéquias do... Príncipe Dom Teodosio... no Real Convento de Belem no ano de 1653*, Officina de Paulo Craesbeck, Lisboa, 1654, p. 30.

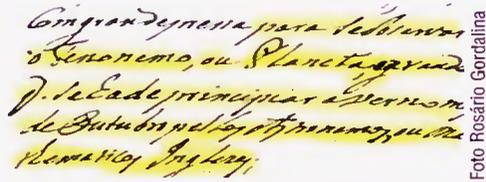
⁸ OLIVEIRA, J. Tiago de. “As matemáticas em Portugal. Da Restauração ao liberalismo” in *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio – até ao Séc. XX. Lisboa 15 a 19 de Abril 1985*, 1.º Vol. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1986, pp. 81-110.

No núcleo arquivístico *Expediente da Casa de Bragança*, conservado na Torre do Tombo, encontram-se alguns documentos que referem os instrumentos matemáticos que se guardavam no Paço dos Duques de Bragança, de Lisboa, e a construção no edifício de um observatório astronómico. Pertencem eles a um rol de *consultas* da Junta do Estado e Casa de Bragança relativas a este paço, surgidas na sequência de um pedido régio no sentido de aquela Casa apurar o estado em que se encontrava o imóvel, após os danos causados pelo terramoto, e de averiguar quais as dependências aptas a nelas se guardarem os cofres “da Tesouraria e Almojarifados desta cidade e da Vila de Cascais”. Esta documentação, permite clarificar, e em muito aprofundar, quanto já aduzido por Vieira da Silva no seu laborioso estudo sobre o Paço de Lisboa⁹.

As referências à construção do observatório surgem na *Consulta* com data de 12 de Dezembro de 1757 (doc. 2), na qual se solicita a D. José I o pagamento da despesa que o mestre carpinteiro Joaquim José dos Reis fez com a construção de uma *casinha mudável*, na varanda do Paço de Lisboa, a mando do arquitecto tenente-coronel Carlos Mardel.

A construção desta casinha de madeira deve-se a uma ordem régia, comunicada a Carlos Mardel pelo guarda-jóias da Coroa, Pedro António Virgolino que lha mandou fazer com grande pressa para aí se guardarem instrumentos matemáticos e se *observar o Fenómeno, ou Planeta grande que se que se há de principiar a ver no mês*

de Outubro pelos Astrónomos, ou Matemáticos Ingleses.



*Contra deynna para se fazerem
o Fenómeno, ou Planeta grande
de se hade principiar a ver no mes
de Outubro pelos Astrónomos, ou
Matemáticos Ingleses,*

Foto Rosário Gordalina

Excerto do documento com texto de Pedro António Virgolino

Na sequência do pedido de pagamento por parte do mestre carpinteiro, a Junta da Casa de Bragança solicita a Carlos Mardel a avaliação da obra feita, tendo-se o arquitecto deslocado ao paço e avaliado a *casa, mastro, ferragens, pintura e vidros da janela dela, folhas de Flandres, e escada* em 243.800 réis.

Carlos Mardel informou a Junta da Casa de Bragança que *como me avisaram muito tarde para esta obra, não podia eu perder um só dia*, não podendo assim receber directamente a ordem régia. A construção do observatório, como o informou Pedro António Virgolino, seria feita a cargo da Casa de Bragança, visto *ficar no dito palácio como os mais instrumentos que também lá se acham.*

Desconhecemos a data em que foi efectivamente construído o observatório, constatando-se que, em Dezembro de 1757, à data da Consulta, este estava efectivamente concluído.

Um documento, já noticiado por José Teixeira¹⁰, confirma indirectamente quanto referido por Mardel e permite-nos fazer alguma luz sobre a questão; nele, o arquitecto

⁹ *Op. cit.*

¹⁰ *Op. cit.*, p. 104.

é solicitado pela Junta da Casa de Bragança para se deslocar à Lagoa da Ribeira de Pardais, de molde a avaliar a despesa a realizar-se no local por efeitos da seca¹¹. Em finais de Fevereiro de 1757 Mardel informa a Casa de Bragança que encarregou da tarefa o seu ajudante o arquitecto Joaquim de Oliveira, por se encontrar *com tanta ocupação presentemente que não podia largar por ser a sua brevidade tão recomendada*. Com toda a certeza esta ocupação de Mardel era o encargo de dirigir a construção da *casinha mudável* no Paço de Lisboa. Por aqui se infere que o observatório terá sido encomendado, muito provavelmente, nos primeiros meses desse ano, de molde a ficar pronto em Outubro, mês em que se começaria a observar o fenómeno astronómico. Mesmo tendo em consideração o contexto de Lisboa pós-terramoto, o hiato verificado, entre a presumível data de encomenda e a avaliação da obra feita, permite supor que a *casinha* não seria um simples posto provisório de observação astronómica, a ser desmontado após a passagem do fenómeno; até porque se referem na sua construção vidros de janela, folha-de-flandres, etc. Sublinhe-se igualmente o facto de se considerar guardar aí os instrumentos matemáticos que se encon-

travam no paço, muito provavelmente em precárias condições de conservação, dados os danos provocados no edifício pelo terramoto.

Frei António do Sacramento, testemunha ocular do cataclismo, relata em 1778 que o palácio dos Bragança foi muito atingido e totalmente queimado¹². Segundo o mesmo, aí se guardavam, à data do terramoto, inúmeras riquezas; entre elas figurava a famosa baixela Germain, que ficou inutilizada, tendo D. José I encomendado uma segunda ao filho do famoso ourives, François-Thomas Germain¹³. Na realidade, como se depreende da leitura destes documentos apenas os pisos superiores foram atingidos, tendo, por motivos estruturais, sido apeados por ordem de D. José I; os *quartos baixos* foram então madeirados e telhados, obra de que se encarregou Carlos Mardel, encontrando-se já reparados em Novembro de 1756 (doc. 1)¹⁴.

Numa outra *consulta* datada de Dezembro de 1763 (doc. 5), consta uma petição de Guilherme Dugood à Casa de Bragança solicitando a reparação das casas onde residia, *por baixo do Tesouro*, isto é o Paço dos Bragança, em Lisboa, como era também conhecido. O mesmo Dugood informa que aí tinha recolhido *os instrumentos*

¹¹ A seca continuada desses anos havia baixado drasticamente o nível das águas, não permitindo a laboração dos moinhos de água por ela alimentados. Recentemente descemos à nascente da Ribeira de Pardais, quase completamente escondida por silvados, e realizamos o registo fotográfico da lagoa por ela alimentada. Quanto aos engenhos restam ainda vestígios, subsistindo de pé, ainda não adulterado por reconstruções, mas em muito mau estado, a Azenha Quadrada. Temos em preparação a publicação dos documentos atinentes. Aproveitamos para agradecer ao Sr. Joaquim Palma a preciosa colaboração na identificação dos moinhos de Pardais.

¹² In *Memórias curiosas em que, por estes anos de 1778, se acham as principais cousas da corte de Lisboa*, Oficina do Tombo Histórico, Lisboa, 1929. Já referido por José da Cunha Saraiva in *A Baixela Germain. Subsídios para a sua História*, Bertrand, Lisboa, 1934, p. 13.

¹³ SARAIVA, José da Cunha. *A baixela Germain; subsídios para a sua história*, Bertrand, Lisboa, 1934.

¹⁴ Ver a este propósito a obra já citada de Vieira da Silva e quanto aduzido por Estácio dos Reis em "Gaspar José Marques – the first portuguese engineer" in *Actas do 1.º Congresso Luso Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*, Universidade de Évora, Évora, 2001, pp. 250-261, estudo recentemente sistematizado em *Gaspar José Marques e a Máquina a Vapor. Sua introdução em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2006.

matemáticos e relógios de Vossa Magestade e outros trastes. As ditas casas corriam então o risco de se perderem devido a infiltrações nas paredes, encontrando-se alagadas e incapazes de serem habitadas ou de aí se poderem conservar com segurança aqueles instrumentos. Na sequência da petição de Guilherme Dugood, a Casa de Bragança envia ao local o Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira¹⁵. Após a vistoria, Mateus Vicente reporta que uma das casas verte água causando grande prejuízo aos *instrumentos matemáticos que aí se acham tão singulares, dignos de toda a estimação*¹⁶.

Os instrumentos matemáticos a que aludem os documentos de 1757 subsistiam, como vimos, no Paço de Lisboa em finais de 1763, sendo o seu valor sublinhado pelo próprio arquitecto Mateus Vicente de Oliveira. É muito provável que no conjunto desses instrumentos matemáticos se encontrasse o estojo de matemática de ouro, encomendado em Paris, em 1757, pelo valor de 1589\$700 réis, a mando de Pedro António Virgolino, cuja despesa figura no conjunto

de outras extraordinárias, realizadas por altura da comissão da nova baixela Germain, a que já aludimos¹⁷. A encomenda deste estojo matemático relaciona-se muito provavelmente com a observação do fenómeno astronómico para o qual foi construído o observatório em 1757.

A ordem régia de construção do observatório astronómico insere-se, sem sombra de dúvida, no âmbito da publicação das primeiras efemérides organizadas em Portugal. Estas efemérides, a cargo do padre Jesuíta Eusébio da Veiga, um dos mais eminentes astrónomos de então, professor no colégio de Santo Antão em Lisboa, respeitam aos anos de 1757 a 1760 e foram consideradas as melhores existentes na Europa¹⁸.

Já em 1755 Sebastião da Veiga tinha preparado cálculos para o ano seguinte, mas, como refere no prólogo da sua obra *Planetário Lusitano*¹⁹, os mesmos pereceram no incêndio do Colégio de Santo Antão que se seguiu ao terramoto, tendo as efemérides sido adiadas para 1757²⁰.

Não pudemos ainda identificar com precisão a que fenómeno astronómico alude

¹⁵ Carlos Mardel falecera em Setembro desse ano, tendo-lhe sucedido no cargo Mateus Vicente de Oliveira (DGARQ/TT, Ministério do Reino, *Consultas da Casa de Bragança*, Mç. 522, Cx. 650, *Consulta* de 3 de Outubro de 1763; doc. já citado por José Teixeira, *Op. cit.*, p. 104).

¹⁶ Já em Janeiro desse ano, Mateus Vicente se deslocara, acompanhando Carlos Mardel, ao edifício, chamados a acudir o edifício que ameaçava ruína, tendo-se desmoronado a varanda em virtude das fortes chuvas verificadas (doc. 4).

¹⁷ SARAIVA, José da Cunha. *Op. Cit.*, pp. 18-21.

¹⁸ OSÓRIO, J. Pereira. *Sobre a História e desenvolvimento da Astronomia em Portugal* in *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal*....., pp. 111-142.

¹⁹ VEIGA, Sebastião da. *Planetário lusitano para o anno de 1757; calculado para o meio dia do tempo verdadeiro no meridiano de Lisboa*, Officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1756.

²⁰ O Observatório de Santo Antão foi organizado em 1723 pelos jesuítas Domingos Capassi e J. B. Carbone, chamados a Portugal por D. João V, empenhado em promover o estudo e prática da astronomia no país. A par da vinda de matemáticos, o Magnânimo mandou trazer para Portugal instrumentos para as observações astronómicas que muito provavelmente se guardavam no palácio por ele erguido no antigo paço dos duques de Bragança. Também D. José promoveu as matemáticas, salientando-se a colecção de instrumentos científicos encomendada durante o seu governo para o gabinete de Física do Colégio dos Nobres (posteriormente transferida para a Universidade de Coimbra), onde funcionou igualmente um observatório astronómico, fundado em 1761.



"Alegoria da Astronomia", pormenor de uma das pinturas murais da casa sita na R. de Avis, n.º 47, em Évora.

o documento de 1757, que aqui se transcreve²¹. No seu *Planetário Lusitano* Sebastião da Veiga aponta um eclipse total da lua, cuja observação foi feita, por diversos matemáticos, a 30 de Julho desse ano em Lisboa, Coimbra e Évora²². Solicitámos o precioso apoio do director do Observatório Astronómico da Ajuda, Professor Rui Jorge Agostinho, que nos informou que, pelos seus cálculos, o único fenómeno digno de relevo pelo mês de Outubro em Lisboa terá sido a passagem do cometa Halley, visível a olho nu, e cujo periélio terá tido lugar em finais de Dezembro de 1757.

A observação de cometas em Portugal não constituía à época nenhuma novidade²³;

pelo que se poderia presumir que a não utilização do termo "cometa" no documento de 1757, mas sim a referência a um fenómeno ou planeta grande, significaria não estarmos em presença de uma observação deste fenómeno. Saliente-se todavia o contexto documental em que surgem estas menções e refira-se a este propósito que, na descrição da passagem de um cometa ocorrida em 1769, o termo específico também não foi utilizado: "Em o Mes de setembro da era de 769 a apareceu hum sinal branco comprido o coal saía de huma estrela....." ²⁴.



O cometa Halley (pormenor da famosa tapeçaria de Bayeux – a representação do cometa pode observar-se no topo cimeiro da imagem, um pouco à direita do centro)

²¹ FERREIRA, Máximo. in *Para a História da Astronomia em Portugal*, Ed. dos CTT, Lisboa, 2002, nada refere a este propósito; menciona apenas que, por ocasião do eclipse lunar de 1 de Novembro de 1724 teve lugar a primeira observação astronómica em Portugal, num observatório com aparelhagem adequada; e que, quando do eclipse total do sol de 1753, Portugal colaborou efectivamente no programa internacional, tendo-se deslocado a Lisboa vários astrónomos franceses.

²² Não pudemos ainda consultar as observações realizadas por este astrónomo, relatadas em 1753 e entre 1754-1757 nas *Philosophical Transactions* da Royal Society de Londres. CARVALHO, Rómulo Vasco da Gama de, *Portugal nas Philosophical Transactions nos séc. XVII e XVIII*, Coimbra, 1956.

²³ CAMENIETSKY, Carlos Ziller. "O cometa de 1577, Francisco Sanches e os seus interpretes" in *1.º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica, 22-27 Outubro 2000*, Centro de Estudos de História e Filosofia da Universidade, Évora, 2000, pp. 9 – 10, e ainda NAVARRO, A. de Gusmão. "Do mais espantoso cometa que nunca se viu no céu, *Feira da Ladra*, T.1, n.º 6, Lisboa, 1929, pp. 97 – 100.

²⁴ In C.M. (Gusmão Navarro), "A propósito de cometas", *Feira da Ladra*, T. 1, n.º 6, Lisboa, 1929, p. 223.

Cometa ou não, importa realçar que, numa data em que estava operacional o Observatório dos Oratorianos²⁵ e em que subsistia em funcionamento, ainda que deficientemente, dados os danos provocados pelo Terramoto, o Observatório do Colégio de Santo Antão²⁶, a escolha por D. José I do Paço dos Duques de Bragança, em Lisboa, para aí se construir um posto de observação do fenómeno astronómico que iria ter lugar, relaciona-se, sem dúvida, com a probabilidade de já existirem no local estruturas, ou pelo menos equipamento para esse efeito, para aí levada de Vila Viçosa, após 1640. Acresce ainda a problemática que se relaciona com a existência no antigo Paço dos Duques de Bragança, em Lisboa, no 1.º quartel do Séc. XIX, de uma oficina especializada na manufactura de instrumentos físico-matemáticos, dirigida por Gaspar José Marques, personagem que tem sido alvo de estudo por parte do Comandante Estácio dos Reis²⁷ e com quem oportunamente debatemos estes assuntos.

Auguramos que estas nossas reflexões e sobretudo a transcrição integral dos documentos que estiveram na sua génese, tragam consigo algum contributo para a história da astronomia em Portugal.

DA CASA DE ARMAS DO CASTELO DE VILA VIÇOSA

Os documentos que aqui transcrevemos contêm o único inventário que se conhece da armaria armazenada no castelo de Vila Viçosa, em 1757. Este inventário foi levantado pelo próprio Guarda-Resposta do castelo, encarregue do cuidado e conservação do mesmo, a mando do Desembargador Ouvidor daquela comarca, Miguel de Oliveira Guimarães e Castro²⁸, no seguimento de uma recomendação da Junta da Fazenda do Estado e Casa de Bragança. Incluem ainda um orçamento²⁹ de reparação de portas, janelas estantes e cabides das *casas que servem de armazém dos petrechos militares*, assinado pelos mestres carpinteiros Jerónimo da Mota e João da Costa, e uma relação das peças de artilharia que se achavam na guarnição do Castelo, realizada na sequência de um pedido do Ouvidor Miguel de Oliveira Guimarães e Castro ao Vedor-Geral de Artilharia de Estremoz, Manuel António Cortes de Barros.

Como escrevemos já, vária da armaria que consta no *Inventário* é identificável com diverso armamento mencionado nas fontes antigas³⁰.

²⁵ Instalado em 1750 na Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades (onde posteriormente se instalou o Ministério dos Negócios Estrangeiros) este observatório aí se manteve até 1768. João Chevalier foi um dos seus mais destacados membros, tendo em 1757, na qualidade de Lente da Sagrada Theologia das Necessidades, aprovado o *Planetário* de Sebastião da Veiga.

²⁶ O que terá sido o primeiro observatório em Portugal, mandado construir em 1722 no Paço da Ribeira sob orientação do P.^e Carbone, recém-chegado a Lisboa, ficou totalmente destruído em 1755.

²⁷ *Op. cit.*

²⁸ Tomou posse do cargo em 1747, tendo sido segundo o P.^e Espanca reconduzido no mesmo até ao reinado de D. Maria (cfr. P.^e Joaquim José da Rocha Espanca "Memórias de Vila Viçosa", *Cadernos Culturais de Vila Viçosa*, n.º 11, p. 31).

²⁹ Este orçamento não se encontra datado mas é de se colocar entre 9.Novembro.1757 e 5.Maio.1758.

³⁰ *Op. cit.*, pp. 46-48.



Espadas e alabardas em pinturas murais da Ermida de St. Eustáquio, Tapada Real de Vila Viçosa

APÊNDICE DOCUMENTAL

Como critério de transcrição optámos por desenvolver as abreviaturas e modernizar a grafia, mantendo porém a fonética original.

– “alguarismo” foi transcrito como “algarismo”, “asteas” como “hastes”, “arebintada” como “arrebentada”, “avaloa-la” como “avalia-la”, “bargança” como “bragança”, “breço” como “berço”, “Brozequins” como “borzequins”, “cobretas” como “cober-tas”, “corcomido(s)” como “carcomido(s)”, “cociensias” como “consciências”, “culatara” como “culatra”, “despeçado(s)”, “despeda-çoadado(s)” e “espedaçado(s)” como “despe- daçado(s)”, “destrodado(s)” como destro- çado(s)”, “escabaçado” como “escabeçado”, “estufadas” como “estofadas”, “guadame- zins” como “guadamecins”, “imprefeitos” como “imperfeitos”, “interissa”, “inteiriça”, “número” como “número”, “polvara” como “pólvara”, “polvarinho(s)” como “polvori- nho(s)”, “prelongo” como “perlongo”, “pre- techos” como “petrechos”, “prodidez” como “podridrez”, “rologios” como “relógios”, “Ver- golino” como “Virgolino”, “vestoria” como “vistoria”.

Agradecemos à Dr.^a Lina Marrafa de Oliveira e à Dr.^a Ana Paula Figueiredo a revisão da transcrição.

OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO – PAÇO DOS DUQUES BRAGANÇA, DE LISBOA

DOC. 1

(DGARQ/TT – Ministério do Reino: Con- sultas da Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta de 5. Novembro. 1756)

Senhor

Vendo-se uma conta nesta Junta da Sereníssima Casa de Bragança, dada pelo Desembargador Ignácio Pereira Souto minis- tro nomeado por Vossa Majestade para o exame, e arrecadação dos cofres das Tesou- rarias, e Almojarifados desta Cidade, e da Vila de Cascais da administração da Junta, em que o dito ministro expôs não havia lugar algum estabelecido para os ditos cofres se guardarem; se deu escrita da mesma conta ao Desembargador Procurador da Fazenda da dita Sereníssima Casa, e deu a seguinte resposta.

Deve-se logo assinar lugar seguro e decente, em que estejam estes cofres, e se nas casas, que restaram, sem ruína no Palácio da Sereníssima Casa de Bragança há algumas com(o) as (?) circunstâncias referidas ali se podem mandar pôr os cofres.

Mandou (f. 4v) a Junta que informasse o Tenente Coronel Carlos Mardel Arquitecto do Estado, declarando se havia no Paço do Duque alguma casa capaz para que seguramente estejam os cofres.

Informou o dito Arquitecto, dizendo, fui logo ao Palácio examinar casa capaz para que seguramente estejam os cofres, e com efeito achei sitio e casa em que antes do terremoto e fogo assistiu Pedro António Virgolino, e os quartos debaixo destas casas que fazem em cada andar cinco casas, não contando as salas exteriores, e escada de pedra que sobe para cima estão inteiramente sãs as paredes em todas estas casas estão tão firmes como se estivessem feitas de novo, as janelas de pedraria com grades de ferro são boas e não falta mais que vigar soalhar, e madeirar logo como (f. 5) deve ser, e fica neste quarto comando para o Concelho, Contadoria, e casa para os cofres, e tudo também seguro, e forte que nenhum escrúpulo pode ficar a Majestade o resto da galaria se cobre entretanto de aroxa, como está determinado, e esta obra se acabará com brevidade.

Antes que esta informação se visse na Junta, por um despacho mandou a mesma, que o dito Arquitecto informasse do estado em que se acham as casas do dito Palácio, e se algumas destas se acham em termos de poderem servir para o uso do Tribunal, e arecação dos cofres, ou para outro algum uso; ao que o Arquitecto satisfez na maneira seguinte.

Pelo ultimo despacho de quinze de setembro (f. 5v) me ordenou Vossa Majes-

tade que se cobrisse o perlongo do Palácio defronte do mar com um madeiramento interno coberto de telha vã para as chuvas não destruírem as abobedas das casas térreas e armazéns que ficaram boas, e sãs do terramoto para o que se estão aparelhando as madeiras.

No mesmo perlongo mencionado, se acha a mais boa acomodação para o Tribunal e mais suas oficinas, casa dos despachos, secretarias e casas para os cofres, que se pode desejar, no lugar onde assistiu Pedro António Virgolino se acham as paredes tão boas, e sãs, como se fossem agora fabricadas, e não falta mais que vigar, soalhar, e cobrir, fazer as portas e janelas; a escada de pedra está sã, e boa; as janelas de pedraria exteriores estão boas, e parece-me que não podia Vossa Majestade ser mais bem servido (f. 6) que no lugar mencionado; porém sobretudo mandará o que for servido.

Deu-se vista destas informações e da dita conta a elas Junta; ao Desembargador Procurador da Fazenda e Estado Sereníssimo, e deu a seguinte resposta.

Como por estas contas se mostra, que há algumas casas no Palácio da Sereníssima Casa de Bragança, que podem ter uso parece se devem fazer presentes a sua Majestade para que se digne declarar o fim a que se hão-de destinar para se acabarem em termos de servirem, e não ficarem mais tempo inúteis.

O que tudo visto.

Parece à Junta o mesmo (f. 6v) que ao Procurador da Fazenda; Lisboa, cinco de Novembro de mil setecentos cinquenta e seis

António Sanches Pereira,
António José da Fonseca Lemos,
Diogo Rangel de Almeida Castel Branco

DOC. 2

*(DGRQ/TT – Ministério do Reino:
Consultas da Casa de Bragança, Mç. 521,
Cx. 649, Consulta de 12 de Dezembro, 1757)*

Senhor

Por esta Junta do Sereníssimo Estado de Bragança requereu a Vossa Majestade Joaquim José dos Reis mestre das obras do dito Sereníssimo Estado, o mandasse Vossa Majestade pagar uma casa de madeira, ferragem, um mastro que fez por ordem do Tenente Coronel Carlos Mardel Arquitecto do dito Estado, se pôs na varanda do Palácio do Estado Sereníssimo para se observarem os astros, e se recolherem instrumentos matemáticos.

Mandou a Junta informar o dito Arquitecto Carlos Mardel, e o fez da maneira seguinte.

Esta casinha mudável feita de taboado engradado, com seu pé, e mastro de que o mestre carpinteiro trata no seu requerimento, se fez por ordem de Vossa Majestade; a mim dada por Pedro António Virgolino; e como se me mandou fazer com grande pressa para se observar o Fenómeno, ou Planeta grande que se há de principiar a ver no mês de Outubro pelos Astrónomos, ou Matemáticos Ingleses; e como me avisaram muito tarde para esta obra, não podia eu perder um só dia, e dar primeiro parte a Vossa Majestade para receber a sua ordem; a obra não é de muita importância, e me diz o dito Pedro António Virgolino que se deve satisfazer pela despesa da obra da Sereníssima Casa de (f. 1v) de Bragança, visto ficar no dito Palácio, como os mais instrumentos matemáticos que também lá se acham.

A requerimento do Procurador da Fazenda do mesmo Estado a quem se deu vista mandou a Junta que tornasse a informar o dito Tenente Coronel avaliando a obra, ou ajustando-a com o mestre suplicante.

Assim o cumpriu o Arquitecto dizendo que fora com um louvado do dito mestre, medir a dita obra e, avalia-la por preços justos como se via da certidão que por ele próprio Archeto (*sic*) remeteu assinada.

Dada a certidão se vê importar a casa, mastro, ferragens, pintura e vidros das janelas dela, folhas de Flandres, e escada a quantia de duzentos quarenta e três mil e oitocentos réis.

Deu-se vista ao Procurador da Fazenda e respondeu.

Como esta obra é nova e mandada fazer por ordem de Sua Majestade immediate que se não participou à sua ta, parece que esta a não pode mandar pagar, nem é esta des-(f. 2) Das despesas que o Regimento deixou na sua jurisdição; e que só se deve fazer presente a Sua Majestade este requerimento, e informações, e avaliação que se acha feita, pera que Sua Majestade se sirva mandar pagar esta importância, ou determinar o que for servido.

O que tudo visto.

Parece a Junta o mesmo que ao Procurador da Fazenda Lisboa em doze de Dezembro de mil setecentos cinquenta e sete.

*Diogo Rangel de Almeida Castel Branco,
António José da Fonseca Lemos*

DOC. 3

*(DGRQ/TT – Ministério do Reino:
Consultas da Casa de Bragança, Mç. 521,
Cx. 649, Consulta de 10 de Julho de 1758)*

Senhor

Em consulta de cinco de Novembro de mil setecentos cinquenta e seis, representou esta Junta da Sereníssima Casa de Bragança a Vossa Majestade que no Palácio da mesma

Sereníssima Casa havia algumas casas que podiam ter uso, para que Vossa Majestade se dignasse declarar o fim a que se haviam de destinar para se acabarem em termos de servirem, e não ficarem mais tempo inúteis; como consta da cópia da mesma consulta, que ainda não tem baixado e com esta sobre à Real presença de Vossa Majestade.

E como em proposta de doze de Junho próximo passado deste presente ano de mil setecentos cinquenta e oito, representa a Vossa Majestade o Architecto Carlos Mardel que sendo-me mandado por ordem de oito do referido mês de Junho que logo se fizessem as portas, janelas precisas (*f. 1v*) no sobredito Palácio para empedir a entrada da gente, no mesmo Palácio, e não acontecer alguma desordem: agora se lhe faz preciso saber se estas portas e janelas não-de ser de pinho, de Flandes ou de engelim, para logo mandar executar o que Vossa Majestade for servido resolver, e que também se devem tapar as janelas últimas de cima, para que as chuvas não entrem, e façam alguma ruína nas abobedas, parecendo-lhe que se podiam preparar as casas aonde antigamente se fazia o Tribunal; sobre o que se lhe mandou informar por despacho de vinte e dous de Outubro de mil setecentos cinquenta e seis, cujas casas não lhe falta mais que o solho, e forro em cima, e portas e janelas, o que tudo em pouco tempo se prepara para Vossa Majestade poder servir delas para o seu Tribunal.

Dando-se (*f. 2*) de tudo a vista ao Procurador da Fazenda da mesma Sereníssima Casa, respondeu o seguinte.

Como já por consulta de cinco de Novembro de mil setecentos cinquenta e seis se representou a Sua Majestade que no Palácio do Paço do Duque havia muitas casas já reparadas do dano que lhes causara o terremoto para que o mesmo Senhor se

dignasse declarar o modo porque se devia acabar de reparar segundo o fim, a que fosse servido destina-las, parece-me que agora se deve também representa ao mesmo Senhor esta conta do Architecto que tendo ao mesmo fim e por ocasião dela se deve também representar ao mesmo Senhor a grande desordem em que tem estado e está ainda o tribunal por falta das acomodações para o seu necessário expediente. ? (*f. 2v*) indispensavelmente necessário, que donde a Junta fizera as suas secções este já também a Casa do Escrivão, e oficiais da Fazenda, de que principalmente depende todo o despacho da Mesa, é também necessário que não esteja distante a Contadoria, a casa do Tesouro, e a da Executoria, porque todas estas estações são dependentes umas das outras, e por falta desta união padece infalivelmente a arrecadação da Fazenda do Estado.

Suposto que presente e intiridamente fosse Sua Majestade servido destinar para as sessões da Junta a mesma casa que serve às sessões do concelho da Fazenda contudo neste lugar não há outra alguma casa desembaraçada porque as mais que há estão todas ocupadas com os contos do Reino, e com as estações (*f. 3*) respectivas, e dependentes do mesmo concelho, que não podem aplicar-se para outro uso, porque nelas se guardam os papéis do expediente do dito concelho, que são muitos, e ficam e devem ficar debaixo da chave dos seus respectivos oficiais.

O Estado está sem Contadoria, sem casa da Fazenda, sem casa do Tesouro e de Executoria, e porque esta falta em considerável desordem a arrecadação da sua Fazenda, e expediente dos negócios, o que requeira se ponha na presença de Sua Majestade porque quando o dito Senhor não haja por bem que estas acomodações se

façam com pouca despesa no Palácio do Paço dos Duques, visto como o Estado não tem outra casa própria, será preciso que o mesmo Senhor dê faculdade à Junta para que possa alugar uma casa decente, capaz (f. 3v) de todas as acomodações necessárias e em sitio acomodado ao expediente das partes.

O que tudo visto

Parece à Junta pôr na Real presença da Vossa Majestade a conta do Architecto do Estado e resposta que sobre esta deu o Procurador da Fazenda do mesmo, com a qual se conforma. Lisboa em Junta dez de Julho de mil setecentos e cinquenta e oito.

*João de Marques Bacalhau,
Diogo Rangel de Almeida Castel Branco,
António José da Fonseca Lemos³¹*

DOC. 4

*(DGARQ/TT – Ministério do Reino:
Consultas da Casa de Bragança, Mç. 522,
Cx. 650, Consulta de 31 de Janeiro de
1763)*

Senhor

Por Aviso de dezoito do presente mês e ano expedido por Estevão Pinto de Moraes foi Vossa Majestade servido ordenar ao Deputado desta Junta da Sereníssima Casa de Bragança António José da Fonseca Lemos, mandasse ao Architecto da mesma Sereníssima Casa, que com os Mestres daquela repartição fizessem apontuar a parede do Palácio do Paço do Duque para se evitar a maior ruína que ameaçava, por ter

caído com as muitas chuvas uma parte da baranda do mesmo Palácio: e expedindo logo o dito Deputado ordem ao Architecto Carlos Mardel para ir acudir aquela obra ele o fez assim, mandando ir os Mestres, e officiaes, e as traves necessárias para esse efeito, o que fez presente na Junta o mesmo deputado, com uma conta que lhe deu o dito Architecto (f. 1v) em que dizia ser necessária maior obra, que a dos pontões para evitar aquella maior ruína, e sendo tudo ponderado em a Junta foi esta fazer vistoria no mesmo Palácio e ordenou ao referido Architecto que com o Architecto Mateus Vicente fizessem novo exame, e apontamento da obra que era precisa para se acautelar a dita ruína ao que eles satisfizeram dizendo em uma proposta o seguinte.

Senhor. Em observância da ordem de Vossa Majestade fui no dia vinte e nove do presente mês de Janeiro, e companhia do Sargento-Mor Mateus Vicente de Oliveira ao Palácio da Sereníssima Casa de Bragança, sito no Bairro alto, para efeito de vermos e examinarmos a ribanceira sobre em que se acha plantada a frontaria (f. 2) do mesmo Palácio pela parte do sul, a qual pelo exame que nela fizemos a achámos arruinada e demolida, sem embargo de ser pedreira em cento e vinte palmos de comprido, e na altura de cento e dez, e que necessita logo sem demora, apontoado para segurar o que se acha arruinado, e segura que esteja a ribanceira, deve-se lhe logo arimar de encontro cinco traves, ou gigantes de alvenaria té o parapeito da varanda do jardim que existe no cimo da ribanceira, e depois dos gigantes levantados de sorte que é contra a ribanceira e amparo e que se acha demolido ou corrido da pedreira, se irá

³¹ Nos fólhos seguintes encontra-se uma cópia do doc. 1 assinada por Manuel Francisco de Barros de Mesquita.

desfazendo e se acha arruinado, e logo a pedra que dali se for tirando, se vá gastando nos gigantes por evitar duas despesas uma de arrumar e outra de a conduzir para afa a ra (?) dos gigantes; e limpo (f. 2v) que esteja, e que se acha corrido de pedreira logo se deve fazer a parede que falta para encher os espaços entre os gigantes e depois o vão que fica entre o paredão e a face do alicerce da parede da frontaria do Palácio, se poderá encher de abobadilhas, ou massame de alvenaria, com bueiros para escoar as agoas; o que tudo fará despesa pouco mais ou menos, de dez mil cruzados: e que pomos na presença de Vossa Majestade para mandar o que for servido. Lisboa trinta e um de Janeiro de mil setecentos sessenta e três=Carlos Mardel=Mateus Vicente de Oliveira=

Dando-se de tudo vista ao Procurador da Fazenda da mesma Sereníssima Casa respondeu.

Deve-se logo mandar acudir às ruínas do Palácio, (f. 3) mandando-se fazer os apontamentos que dizem os architectos, e em quanto à obra maior deve-se dar conta a Sua Majestade, pondo-se na Sua Real presença tudo o que a Junta tem obrado, para o mesmo Senhor mandar o que for servido.

O que tudo visto.

Parece à Junta por na Real presença de V. Majestade que por ordem da data desta mandou aos mesmos architectos fizessem com toda a brevidade continuar no apontamento necessário ao dito Palácio, e que depois se lhes ordenaria a mais obra que declaravam, a qual como seja de maior despesa entende a Junta que não cabe no seu expediente o manda-la fazer o que expõem a Vossa Majestade para determinar

nesta matéria o que for servido. Lisboa em Jun- (f. 3v) ta trinta e um de Janeiro de mil setecentos e sessenta e três.

*Diogo Rangel de Almeida Castel Branco,
António José de Fonseca Lemos³²*

DOC. 5

*(DGARQ/TT – Ministério do Reino:
Consultas da Casa de Bragança, Mç. 522,
Cx 650, Consulta de 9 de Dezembro de
1763)*

Senhor

Viu-se nesta Junta da Sereníssima Casa de Bragança uma petição de Guilherme Dugood, morador nas casas por baixo do Tesouro na rua de cima pertencentes à dita Sereníssima Casa, aonde diz, tem recolhidos instrumentos matemáticos, e relógios de Vossa Magestade e outros trates que pertencem ao real Serviço, e Palacio; dizendo que, as ditas casas se acham em termos de se perderem por falta de conserto, porque entram as águas pela parede pegada ao monte, pela causa de haver muito entulho encostado, e montoado à dita parte, que impede o curso das águas que antigamente tinham saída pela travessa abaixo que está agora tapada; e juntamente chove pela parede principal da frontaria, por serem os canos da varanda mal acondicionados, ainda do prejuízo que receberam no terramoto, de sorte, que com as chuvas, violentas que proximamente se tem experimentado, estão as ditas casas alagadas, e incapazes de se habitarem, ou de servirem para o ministerio de estarem guardados nelas os sobreditos

³² No fólio seguinte encontra-se uma planta aguarelada, à escala, com a seguinte legenda: "Forma da distribuição dos gigantes visto em planta, geométrica pintados de amarelo, e pelo pintado de vermelho o que existe do Palácio".

instrumentos, e peças de V. Magestade, do que há-de resultar um prejuízo muito grande ao Real serviço.

Para V. Magestade mandar passar ordem ao architecto da mesma Serenissima Casa para se fazerem os concertos necessarios com a maior brevidade possivel, visto ser o caso urgente do Real serviço.

Deu-se vista ao Desembargador Procurador da Fazenda da Serenissima Casa de Bragança da dita petição e respondeu – que devia (f. 1v) informar o Architecto, que a Junta nomeasse.

Mandou a Junta, que informasse o Architecto sargento-mor Mateus Vicente. E elle o fez dizendo, que viu, e examinou as diversas casas meudamente, e pelo exame que fez na companhia do suplicante achou as mesmas casas cobertas de varanda de ladrilho de tijolo, com declive para Sul até desaguar em um cano que tem a cimalha real na sua parte superior que por ter pouca grandeza, e estar a nivel do tijolo dos pilares da varanda não bota logo a água fora; e porque não tem o escoante preciso se detem no lado do cano, por onde se introduz pelo interior da parede abaixo de sorte que passa a correr pelos sobrearcos das janelas até o plano das casas. O que é de grande prejuizo à propriedade por lhe fazer apodrecer o material com que se acha feita; ao que é preciso dar providência, alargando mais o mesmo cano, e as suas saídas; porem que o melhor era o dito ladrilho estar sentado mais alto que a parte superior da cimalha onde se acha o cano para cair nele, e não se poder deter; e se assim fosse feito, não se introduziria a água pela parede, como de presente succede. E que achou mais uma parede de uma casa em que se acham varios instrumentos matematicos vertendo água pela sua face abaixo, até correr pelo sobrado da casa, pela causa de estar aquela parede encostada ao monte que

aí tem da parte do Norte, que a parte superior dele, é mais alta que o plano da mesma varanda; que neste mesmo monte encostado à mesma parede achou à entrada da porta que aí entra para a varanda uma parte mais baixa (f. 2) onde se juntam as águas que vêm do pátio do mesmo Paço, e outras mais partes; e porque não têm saída desembaraçada por causa do entulhos das ruínas que aí se acham se ensopa naquela parte, ou terra do monte, e dela se comunica para a mesma parede aonde se conserva a maior parte do ano na forma referida, o que lhe é de grande prejuízo, e aos instrumentos matematicos que aí se achão tão singulares, dignos de toda a estimação. Que o meio de vedar a água da parede é, desentulhar todo o entulho, e terra, que se acha encostada a ella até passar o plano da casa aonde se acham os instrumentos, e este vão ficar servindo como pátio: porém que como este projecto é de maior despesa, se pode usar de outro meio modico mais: desentulhando-se a parte que impede a saída das águas do dito baixo, e lagea-la de lagedo sentado com argamassa de cal, para aí se não deter água, e não se detendo ficará a maior parte da água vedada, de sorte que não terá força para penetrar a grossura da parede; o que poderá fazer de despesa em ambas as adições duzentos mil réis pouco mais, ou menos sendo despendidos com zelo.

Deu-se vista ao Desembargador Procurador da Fazenda, e respondeu o seguinte

Deve-se fazer presente a Sua Magestade para que o mesmo Senhor descrimine o que for servido, na conformidade do Regimento capitulo sétimo infine prinne (f. 2v)

O que tudo visto

Parece à Junta que aobra que aponta o architecto na sua informação se faz precisa para reparo, e subsistência das casas que se trata, e para a Junta a mandar fazer necessita

de que Vossa Magestade assim o ordene na conformidade do Regimento da mesma Junta. Lisboa em Junta nove de Dezembro de mil e setecentos e sessenta e três...

*Diogo Rangel de Almeida Castel Branco,
António José da Fonseca Lemos*

CASA DE ARMAS CASTELO VILA VIÇOSA

*(DGARQ/TT – Ministério do Reino:
Consultas da Casa de Bragança, Mç. 521,
Cx. 649, Consulta de 28 de Julho de 1758)*

*(para melhor clareza do documento
optámos por subdividi-lo em cinco partes)*

Parte I

Senhor

Diz Francisco Xavier de Gusmão que Vossa Magestade lhe fizera mercê da ocupação de Guarda-Resposta do Castelo de Vila Viçosa, por um Alvará de que juntou por certidão a copia de que fora proprietário seu pai João de Gusmão; e que ele Suplicante está servindo a dita ocupação desde vinte e três de Julho de mil setecentos e trinta e oito até ao presente com boa reputação e procedimento; e por se achar adiantado em anos, e com achaques, obrigação de família, e declara filha donzela chamada Caterina Maria de Gusmão, e não possuir bens equivalentes para poder-lhe dar o estado declarado conducente a sua pessoa pede a Vossa Magestade lhe faça mercê conceder-lhe Alvará de nomeação da dita ocupação pera o Suplicante a poder fazer em pessoa capaz que case com a dita sua filha.

Mandou a Junta informar o Ouvidor da Comarca de Vila Viçosa com o seu parecer, e

informa o dito Ouvidor: que pelo Alvará copiado na certidão que juntou consta haver Vossa Magestade feito mercê desta ocupação de que tomou juramento e posse em vinte e três de Julho de mil setecentos e trinta e oito, e tem servido até ao presente; e já seu pai e avô a haviam exercitado como mostra o dito Alvará; e como é notório que o Suplicante não tem mais que uma filha e é falta de bens para a dotar mais que este emprego que tem de ordenado oito mil réis, e um moio de trigo cada ano, lhe pa- (f. 1v) rece segundo o estilo de que trata o mesmo Alvará Vossa Magestade lhe conceda a graçaa que pede de poder nomear em sua filha para a pessoa que com ela casar, sendo aprovada na forma do costume com as cláusulas praticadas.

Que examinando a qualidade desta ocupação e em que existia achara: que os Sereníssimos Senhores Duques de Bragança tinham os trastes de que uzavam na guerra, e na paz para as suas pessoas e família em umas salas do Castelo chamadas casas de armas; para o cuidado da sua conservação crearam esta ocupação que corresponde nos officios da Coroa, a Almojarife dos armazéns militares: e na saída que fez o Sereníssimo Senhor Dom João o 4.º desta Vila para a Coroa se recolheram nas mesmas salas todos os trastes do Paço e cozinhas, em que havia de haver cousas preciosas e de valor: como não ouve quem disto se lhe deu por infelicidade da Fazenda do Estado que só acha quem a destrua continuou a destruição, e descaminho sem um Inventário nem fianças desde o tempo do uso (?) do Suplicante até ao presente vencendo o seu ordenado sem mais cuidado que o referido: actualmente existem ainda algumas salas cheias de instrumentos de guerra, e outro da paz, e alguns trastes, que todos por autoridade e memória se devem conservar sem embargo do estado em que se acham,

e visto que se não acabem de desen-
caminhar: para o que lhe parece Vossa
Majestade mande logo (f. 2) reformar
algumas estantes, cabides, e parteleiras em
que estas ditas armas se pendurem por
serem de madeiras lisas; e que logo se faça
um rigoroso Inventário com as clarezas
necessárias, e a existência de officiaes inte-
ligentes, remetendo-se o original para o
archivo da casa, ficando um treslado no
Cartório da Câmara, e outro no Guarda-Res-
posta: que este não vença cousa alguma de
seu ordenado sem dar fiança aprovada na
Câmara, registada nos Contos do Estado.

Que o Juiz de Fora com o Ouvidor e
Almoxarife cada três meses visitem uma vez
estas salas examinando o estado delas dêem
conta a Vossa Majestade, e que de dez em
dez anos se cotejem as armas e mais cousas
que ouver pelo Inventário da Câmara, e nele
reformo o Guarda-Resposta a sua fiança, e
que se lhe não satisfaça sem certidão dos
ditos Menistros porque conste anda rem as
salas limpas como devem.

Deu-se vista ao Procurador da Fazenda
do Estado, e deu a resposta que segue.

À vista desta informação entendo se não
deve deferir ao Suplicante porque ainda
seguinto o costume do Reino, e a equidade
que se pratica na Sereníssima Casa de
Bragança, se não deve fazer mercê de officio
ao filho, quando o pai não serviu bem, e
muito menos quando o officio é de rece-
bimento, e não deu contas; e estes são os
termos em que se acha o Suplicante que tem
servido tão mal como refere o Ouvidor, e
como já (f. 2v) servio seu pai: entendo que
nestes termos que logo se deve mandar pôr
em sequestro o rendimento deste officio até
agora tão mal levado, e que se ordene ao
Ouvidor que logo tome conta ao Suplicante
de tudo o que se achar na sua guarda, e que
fazendo uma Relação distinta de tudo o que

ouver nas casas do Castelo, e do estado em
que se estão, dê uma conta exacta de tudo o
que achar e que quando se necessite de
alguma obra, ou reparo para a conservação
das armas e mais móveis, o mande logo
fazer, e dê conta do em que poderá importar
para que se ordene ao Almoxarife o mande
satisfazer, e depois desta deligência se dará
providência sobre a guarda dos mesmos
moves; e que o mesmo Ouvidor intirina-
mente encarregue a guarda a alguma pessoa
capaz.

Passou-se ordem ao dito Ouvidor na
forma da resposta do Procurador da
Fazenda, menos o que vai entrelinhas; e
sobre a mesma ordem deu o dito Ouvidor
conta dizendo, que pela relação que junta
remeteu consta o que existe, e do que se
destruiu por culpa e falta de zelo que ouve
nesta guarda, além do que faltará e se não
pode averiguar: pela segunda certidão se
mostra a obra que deve mandar-se fazer para
se conservar por grandeza do Estado o que
ali se acha inda que nenhuma daquelas
armas e apetrechos militares, sirvam para o
tempo presente: dela se vê a importância a
que chegara-se (f. 3) pelo arbitramento que os
mestres fizeram; e não mandei como se me
ordenava fazer a obra por se necessitar de
dinheiro pronto, e querer participar a Vossa
Majestade a sua despesa: estes officiaes em
semelhantes arbitramento se costumam alar-
gar; e não duvido seja menos o custo do que
se ar bitrou. No Castelo se acha alguma
artilharia de bronze com as armas da Sere-
níssima Casa, mas como não estão na guarda
do Suplicante não fiz dela menção nem o farei
sem ordem especial de Vossa Majestade que
me ditirminará o que for servido.

Juntos os mais papéis se deu de tudo
vista ao Procurador da Fazenda e respondeu.

O Ouvidor fez bem em dar conta porque a
ordem que lhe foi era e é para fazer algum

reparo para a conservação das armas e dos moves, e não para consertar os armazéns e fazer toda a outra obra que ele mandou orçar, não para conservar os moves porque já são irreparáveis; mas para se gastar mais no conserto do que importam os mesmos moves que se querem guardar.

À vista da Relação que manda o Ouvidor, me parece se não deve fazer despesa alguma em a conservação de cousas totalmente inúteis que não tem préstimo não servem para a memória ou para o respeito: perece-me nestes termos que se deve fazer presente a Sua Majestade estes papéis, e esta Relação para que se sirva mandar que as armas que estão ainda in- (f. 3v) teiras se mandem guardar em alguns dos Armazéns Reaes da Província do Alentejo, e que tudo o mais se queime desembaraçando-se os Armazéns para outro uso: e quando Sua Majestade se não agrade deste meio, dê aquela providência que mais for servido.

Também vendo esta ultima informação me parece não é tão culpavel como ao princípio entendi, a omissão do pai do Suplicante porque com efeito se acha ao que parece o que podia haver naqueles armazéns, e o dano era natural que o tivessem aqueles moves em tantos anos, ainda quando fossem tratados como deviam: nesta suposição entendo que não deve ser o Suplicante privado do officio pela culpa, ou omissão de seu pai e sua, nem fazer-se o sequestro que no princípio requeri: mas sempre a mercê que o Suplicante pede, há de ficar dependente da resolução que Sua Majestade tomar nesta consulta; porque quando o mesmo senhor extinga estes armazéns e se é por consequência a guarda deles, porém que não há necessidade deste officio que só sua Majestade pode conservar em memória de a ter havido na Sereníssima Casa de Bragança como com efeito se conservam outros que já não tem exercicio.

Parece que deve informar o Ouvidor declarando o número de peças que se acham no Castelo com as armas da Casa de Bragança (f. 4) gança, o estado em que se acham, e a quem estão entregues.

Mandou a Junta informar o dito Ouvidor da Comarca de Vila Viçosa pelo que respeita as peças que estão no Castelo na forma que aponta o Procurador da Fazenda nesta sua última resposta.

Informa o dito Ouvidor que pela certidão que junta remeteu que pedira na Vedoria do Exército, consta não estarem carregadas ao Almoxarife Militar por pertencerem ao Estado; e que por esta razão as mandara carregar ao dito Guarda-Resposta em o Inventário que por ordem se lhe mandara fazer, como também se mostra da certidão que dele se extraiu pela qual consta quantas há de bronze, e de ferro.

Juntos todos os papéis, se deu de tudo vista ao Procurador da Fazenda que deu a resposta seguinte.

Ofereço a resposta de meu antecessor para que tudo se faça presente a Sua Majestade; e o mesmo senhor a respeito da extinção e conservação dos petrechos de guerra, e moves inúteis tome a resolução que for servido.

O que tudo visto

Parece à Junta o mesmo que ao Procurador da (f. 4v) da Fazenda, e sobe com esta à Real presença de Vossa Majestade a relação da artilharia e armamentos de guerra e mais moves que por ordem da Junta formou o Ouvidor da Comarca para Vossa Majestade detirminar o que for servido Lisboa em Junta os vinte e oito de Julho de mil setecentos e cinquenta e oito.

*João Marques Bacalhau,
Diogo Rangel de Almeida Castel Branco,
António José da Fonseca Lemos*

Parte II aos Sereníssimos Senhores Duques de Bragança debaixo da guarda de Francisco Xavier de Gusmão Guarda-Resposta do Castelo³³

Relação do que se achou no Armazém do Castelo desta Vila Viçosa pertencente

Armamento

Borzeguins de sapatos, pares vinte, e um sem parelha	20 1/2
Borzeguins sem sapatos pares dezassete, e um sem parelha	17 1/2
Laminas de cobrir as coxas das pernas, e abas dos coletes cento, e dez	110
Peitos de espaldar vinte, e cinco, pares e umas costas	25 1/2
Peças que mostram serem peitos de espaldar porém não se sabem ajustar por serem de diverso feitio cinquenta, e oito peças	55
Saias pertencentes aos mesmos peitos sete	7
Um as peças de aço ou ferro que parecem ser capas de ombros doze peças	12
Braços completos cinquenta, e dous pares	52
(f. 1v) Braços completos de outro feitio que serviam de cobrir só pela parte de fora setenta, e quatro pares	74
Braços imperfeitos por despedaçados outenta, e três pares	83
Braços despedaçados com ombreiras pegadas sessenta e quatro pares	64
Capacetes completos vinte e sete	27
Capacetes, e golas, e viseiras tudo despedaçado cento, e trinta e cinco pares	135
Murriões, e capacetes velhos, carcomidos da ferrugem vinte	20
Manoplas a maior parte delas meias comidas da ferrugem outenta, e nove pares	89
Guarnições de ferro ou aço de selas em peças setenta, e oito pares	78

³³ Francisco Xavier de Gusmão encontra-se como vereador nas gerências municipais de Vila Viçosa de 1736 e 1739 que tomaram posse, respectivamente, a 25.Fevereiro e 19.Janeiro (P^o. Joaquim José da Rocha Espanca, *Op. cit.*).

Dous aparelhos do mesmo aço ou ferro de cobrir os cavalos que se compõem de vinte e oito peças	28
Uns arreios do mesmo género mas inúteis por despedaçados	2
Viseiras dos cavalos algumas imperfeitas por despedaçadas sessenta, e uma	61
(f. 2) Uns couros fortes que mostram ter sido dourados, e de várias pinturas porém estão tão ressequidos que não prestam, mostram ser cobertas dos cavalos nas funções militares, e são em número duzentos trinta, dous	232
Chinas de aço ou ferro de cobrir pescoços dos cavalos mas já mui deterioradas dezanove	19
Umas peças por feitio de pratos ouvados como a trombeta dos que mostram ser guarda-mor das lanças e fazem número de quarenta	40
Uma peça inteiriça (inteira) que faz a dianteira de um calção	1
Espadas que já não vigor vinte	20
Adagas que estão da mesma forma dezasseis	16
Montantes já sem vigor três	3
Seis cruces de montantes sem folhas	6
Alabardas sem paus, e as que os têm estão totalmente podridos cinquenta, e cinco	55
Roqueiras de bronze com duas pertenças do mesmo, e duas rebentadas, e são quatro com duas boas	4
(f. 2v) Roqueiras de ferro com suas pertenças do mesmo três, queimadas da ferrugem	3
Partazanas sem hastes, e comidas da ferrugem seis	6
Achas ou massas de ferro sete	7
Bestas vinte, e sete, e só seis tem aros	27
Mosquetes ou arcabuzes cinquenta, três delas rebentadas, e a maior parte sem coronhas e as que as tem estão podridas do caruncho	50

Lanças ou piques sessenta e oito sem hastes, e as que as tem são podridas	68
Adargas vinte, e duas e algumas podridas	22
Couras de ante sete: cinco inteiras e duas despedaçadas, e podres	7
Uma quantidade de bainhas das espadas feitas todas em pedaços	
Selas cinco podridas, e desbaratadas	5
Silhões de liteiras dous e desbaratados	2

(f. 3) Ao entrar no Armazém da parte direita

Caixa 1.^a

Tem esta caixa dentro um leito de charão, um catre, uma barra tudo uniforme mas falta de peças

Caixa 2.^a

Tem esta caixa dentro uma quantidade de cordões de linhas matizadas, espedaçadas dos ratos, sem préstimo que mostra serem para pólvora

Caixa 3.^a

Tem esta caixa dentro arreios que mostram serem já com (o) as de prender cavalos tudo muito velho.

Caixa 4.^a

Tem esta caixa dentro três vestidos de lâminas de aço que mostram ter sido guarnecidos de veludo, e três pares de sapatos cobertos de uma rede (de) aço porém tudo desbaratado.

Caixa 5.^a

Tem esta caixa dentro varias castas de forres pequenos pera diversos ministérios.

Caixa 6.^a

Tem esta caixa dentro dezassete pares de estribos de ferro antigos.

(f. 3v)

Caixa 7.^a

Tem esta caixa dentro uma quantidade de varetas de pau de bordo tão ressequidos que não são capazes de uso.

À entrada do Armazém da parte esquerda

Caixa 1.^a

Tem esta caixa dentro um saquinho de cabeças de bronze pera pregos tem mais um saquinho de fivelas de bronze, tem mais um saquinho de ferro pera as setas, tem mais

quarenta e quatro flores de bronze de guarnecer as adargas, tem mais duas grempas com suas bolas de bronze, tem mais nove castiçais de bronze raros, pequenos; tem mais do mesmo metal de outro feitio dous, e de estanho, dos raros dous; tem mais um freio de bronze, tem mais cinco formas de fazer balas grossas de bronze, tem mais freio com guardas de bronze.

Caixa 2.^a

Tem esta caixa dentro quatro vestidos de malha dous inteiros, e dous em pedaços, tem mais cento, e quarenta formas de ferro de fazer bala miúda mais duas formas de ferro de bala grossa.

(f. 4) Tudo arruinado da ferrugem

Caixa 3.^a

Tem esta caixa dentro cento, e dezasseis polvorinhos grandes, e pequenos todos incapazes.

Caixa 4.^a

Tem esta caixa dentro mais cento, e dezasseis polvorinhos inúteis.

Caixa 5.^a

Tem esta caixa dentro trinta, e nove escáfulas de ferro boas, tem mais nove bandeirolas com suas cruces de metal todas destroçadas, e feitas em pedaços, tem mais dous tanazes, uma tesoura de cortar cobre ou ferro tem mais uma cadeia de ferro de quase três braças de comprido, tem mais dous carnequim sem terem aparelho, um mais aparelhado. Tem mais uma sela encadeada, um compasso de ferro ouvado grande.

Caixa 6.^a

Tem esta caixa dentro uma quantidade de boldriés de couro desbaratado.

Caixa 7.^a

Tem esta caixa dentro uma peneira de feitio esquisito incapaz de uso.

(f. 4v)

Caixa 8.^a

Tem esta caixa dentro seis coxarras de carregarem peças são de cobre.

Caixa 9.^a

Tem esta caixa dentro oito pares de chapas de ferro ou aço pera se fazerem delas peitos, de espaldar, e costas, tem mais três chapas do mesmo pera se fazerem capacetes e se diz serem pera este ministério porque servem já algumas peças talhadas; tem mais cento, e setenta e dous ferros de lanças de cavalo.

Caixa 10.^a

Tem esta caixa dentro uma quantidade de arreios de veludo preto de selas e selegões (?) tudo podrido, e destroçado dos ratos e do tempo, tem mais dous estendartes de tafetás de cores que mal se devisa o que é por ratos e despedaçados.

Caixa 11.^a

Tem esta caixa dentro vinte e uma braças de corda de linho muito espedaçada mais um calibre do mesmo que tem de comprido doze braças; mais duas guias de picaria feitas em pedaços dos ratos; tem mais quatro madeixas de cordão azul, e branco de algodão inda bons.

No topo ou frente deste Armazém está uma caixa que tem dentro

(f. 5) Um leito de talha miúda, e dourado, um catre, uma barra correspondente mas tudo falto de peças.

Um caixão do Brasil que tem dentro trinta e dous coxins de estrado que mal se devisam o que é por podridéz roídos da traça e ratos.

Um caixão de pau do Brasil cheio de panos encarnados recortados guarnecidos pelas cortaduras de ouro pelas que mostram ser pelo feitio cobertas de cavalos pera funções de noute porém todos despedaçados comidos da traça roídos dos ratos.

Panos de guademecins de armar casas quarenta, e oito todos podridos. 48

Cadeiras de veludo carmesim muito velhas e quebradas sete. 7

Cadeiras de vacas pretas, e algumas estofadas muito mal tratadas, e quebradas, dezassete. 17

Um tripo por feitio de uma águia muito carunchoso, e sem uma perna.

(f. 5v) Duas alcatifas grandes feitas em pedaços, e podres. 2

Um dente de marfim lavrado com um bocado quebrado.

Umás caixinhas de cumprimento de dous palmos cada uma que fazem número de oito. 8

Um berço que foi guarnecido de damasco que está incapaz

Uma quantidade de esteiras de junco todas podridas, e muitas já desfeitas.

Lanternas de lata sem vidros e algumas amolgadas, e são oito. 8

Trastes da Ucharia

Compõe-se de dez espetos cinco galos, uma grelha grande com seu rabo, e pés, sete ferros de atesar o lume, e seu garfo para o mesmo, uma çazarola um caldeiro de cobre, um pingador, uns aldrabões de armar fogão, quatro trespes grandes.

Um braseiro grande de esquentar as casas de feitio bonito (f. 6) ainda em bom uso feito de ferro.

Três almozarizes de bronze de desmarcada grandeza, com suas mãos de ferro. 3

Um resisto grande de Bronze.

Uma gola mui bem feita de deitar no pescoço aos escravos.

Uma bigorna grande, uma pequena.

Casa em que se meteram várias cousas

Como madeira podrida, e diversas castas de ferragens que mostravam ser duas grades de janela de sacada, mais duas grades quadradas de janelas ordinárias várias peças de reletes com eixos de ferro de bastante grossura, mais uma porção de arcos como os de pipa comidos de ferrugem, mais dous canos de ferro de forja, mais duas chapas que serviam da ferragem da carreta de uma Peça de Artilharia, mais uma roda grande que servia em algum engenho, mais sessenta peças de ferro de vários feitios que mostram ser fábrica de algum engenho, várias rodas pequenas como de engenho de relógio tudo escabeçado, e fora de seu lugar e outras muntas peças confundi- (f. 6v) das umas com as outras.

Uma broca de ferro de cumprimento de doze palmos.

Uma alavanca grande de ferro.

Um marrão de quebrar pedra.

Duas calcadoras de pau de atacar as peças.

Duas caixas militares que mal se perceberam por estarem ja consumidas do tempo menos as vaquetas.

As caixas que se acham ocupadas e que não tem nada fazem o número de trinta e três não entrando as pequenas neste número que já vão escritas todas incapazes porque as que eram cobertas de couro já mal se devisa, e as madeiras corrutas do tempo, e caruncho.

Dous caxões de pau do Brasil que já vão em outra parte escritas ainda tem bom uso o mais nada presta.

Um molho de chaves inúteis da ferrugem.

(f. 7) As três janelas do armazém e a porta estão incapazes, e precisa de se fazerem novas.

A qual relação extraída do Inventário que mandou fazer o Doutor Desembargador Ouvidor desta Comarca que se fica fazendo judicial com as formalidades do estilo e assinou o dito

Guarda-Resposta Francisco Xavier de Gusmão como o dito Doutor Ouvidor, e comigo
escrivão. Vila Viçosa 9 de Novembro de mil setecentos e cinquenta e sete anos Eu João de
Sousa Pais escrivão da Correição de Beja escrevi por impedimento do companheiro Lourenço
de Campos Penalvo (?)

*Joam de Sousa Paes,
Francisco Xavier de Gusman*

Parte III

Orçamento que fizeram os Mestres carpinteiros Jerónimo da Mota, e João da Costa da
despesa, que será precisa fazer-se com portas e janelas das casas que servem de armazém
dos apetrechos militares e reformação das estantes e cabides em que estão as armas e mais
trastes da Sereníssima Casa de Bragança.

Que para reformar as estantes e cabides serão necessários pouco mais ou menos duzentos
champões (?) de pinho de Flandes que ordinário custa cada um novecentos réis. 180\$000

Que para os caixilhos das portas e janelas e pés direitos dos cabides serão necessários
até vinte agueiros que custará cada um trezentos sessenta réis. 7\$200

Que são necessários até cem paus de São João para travessas das estantes que custará
cada um cento e sessenta réis. 16\$000

Que são necessários doze batentes de castanho para as janelas grandes e portas de doze
palmos que custará cada um até novecentos sessenta réis. 11\$520

Que para as mesmas portas e janelas são necessários sessenta batentes de castanho de
nove palmos que custará cada um até trezentos e sessenta réis 21\$600

236\$320

Que (f. 1v) para pregar os estrados e forros das estantes serão necessárias duas somas de
pregos de meia galeota que cada uma custará até quatro mil réis. 8\$000

Que são mais necessárias para pregar as travessas de castanho e pés direitos cinquenta
dúzias de pregos meios pontais que custará até trinta réis cada dúzia. 1\$050

Que a ferragem para portas, janelas, e outros fechos poderá custar até três moedas de
ouro. 14\$200

Que poderá importar o trabalho dous Mestres, oficiais, e serventes até trezentos mil réis
pouco mais, ou menos. 300\$00

Que soma toda a despesa que se acha orçada pouco mais ou menos até. 560\$220

Que todo o referido entendem eles em suas consciências é preciso, e necessário para reparo guarda das cousas que se acham no dito Castelo por se acharem todas as portas, janelas e madeiras incapazes, carunchosas, e inteiramente arruinadas e perdidas.

E para de tudo constar mandou o Doutor Ou- (f. 2) fazer esta declaração dos ditos Mestres que eles fizeram debaixo do juramento, que lhes deferiu e eles receberam, e com os mesmos assinou e eu Diogo Braz da Silva³⁴ escrivão da Correição o escrevi.

(rubrica) *Oliveira*

(assinaturas) *Mestre Jerónimo da Mota,*
Mestre João da Costa

Parte IV

Para diligência do serviço de Sua Majestade é preciso saber-se se as peças de Artilharia de bronze que estão no Castelo de Vila Viçosa com as armas da Sereníssima Casa de Bragança estão carregadas em receita ao Almojarife militar do mesmo castelo e quantas se lhe carregaram; e se na sua carga há alguma declaração das armas que eles tem e de que pertencem a Sereníssima Casa: da mesma forma se necessita saber; se algumas peças que do referido castelo se conduziram pera a Praça de Estremoz, e se se acha clareza de quantas foram.

Rogo ao Senhor Vedor Geral de Artilharia por algum dos oficiais da Sua Vedoria mandar satisfazer esta diligência ao pé desta

clareza em forma que possa ser presente a Sua Majestade.

Vila Viçosa

2 de Maio de 1758

Satisfaça o oficial desta Vedoria-Geral de Artilharia António José da Cunha
Estremoz 5 de Maio de 1758

(assinatura) *Miguel de Oliveira Guimarães*
e Castro

(rubrica) *Manuel António Cortes de Barros*

As peças de Artilharia de bronze que se acham no Castelo de Vila Viçosa se não carregaram em tempo algum em receita ao Almojarife Militar do mesmo, por serem apelamente, digo, por serem pertencentes ao Ducado da Sereníssima Casa de Bragança;

³⁴ Diogo Brás da Silva, então designado Capitão, obtém a 4.Maio.1764, em deferimento a um seu requerimento, a propriedade dos officios de Escrivão da Câmara Judicial e Notas da Vila de Évora Monte (DGARQ/TT, *Ministério do Reino*, Mç. 522, Caixa 659). Requerendo lhe seja feita mercê dos officios de Escrivão da Câmara, Tabellão do Judicial, e Notas da Vila de Évora Monte, Diogo Brás da Silva invoca, para o efeito, o facto de servir no cargo de escrivão da Correição da Comarca de Vila Viçosa vai para 14 anos, tendo feito muitos serviços "como no ministério das Egoas de Sua Majestade e Reais obras do muro da Tapada de Vila Viçosa tendo escrito toda a receita e despesa das obras dos muros da Real Tapada e todos os Autos que se processaram das fazendas, que por ordem de Sua Majestade, se compraram aos particulares, e se meteram dentro dos muros da mesma Real Tapada; como também das que se anexaram". Refere ainda o mesmo escrivão, que "foi nomeado Escrivão da Superintendência da arrecadação das rendas, e pagamentos das dívidas das religiosas, do Real Convento da Esperança daquela Vila com que se tem ocupado perto de seis anos com trabalho e desvelo, passando muitas ordens e, escrevendo muitos papéis, a bem de todas as receitas e despesas dos tesoueiros daquela comunidade em razão do seu grande empenho, tudo sem ordenado algum"; efectivamente, a 1.Janeiro.1754, D. José I, compadecendo-se da pobreza em que vivia a comunidade, ordena ao Tesoureiro da Casa de Bragança lhe sejam entregues três mil cruzados anuais, dos quais, anualmente, se tirem 200 mil réis para se gastarem na fábrica e reparo do Convento da Esperança, 600 mil se despendam no seu sustento e, os restantes, se distribuam pelas feiras sem tenças; verba que nunca foi paga pois a 13.Janeiro.1769 a Abadessa e mais religiosas da Esperança pedem mercê da continuação do pagamento da verba doada que o Almojarifado "não o paga já há 4 anos" (DGARQ/TT, *Ministério do Reino, Consulta da Casa de Bragança*, Mç 522, Cx. 650 e *Autos Civis relativos ao Convento da Esperança de Vila Viçosa*, Mç. 967 e 968).

porém apelamente com que se servem as ditas peças nas ocasiões de salvas que na dita Praça se dão pertencem a esta Vedoria, como também uma pe- (f. 1v)ça de ferro que no dito Castelo existe.

Em Outubro de 1755 se conduziu do dito Castelo pera esta praça de Estremoz por ordem do sargento-mor de Batalha Manuel Francisco de Andrade governando as armas nesta Província; uma das ditas peças de bronze de calibre de uma libra pera se ensinarem aos officiais soldados do Regimento de artilharia dos exercícios da mesma.

É o que consta nesta Vedoria de que fiz a presente declaração por virtude do despacho retro do Vedor-Geral da Artilharia de Estremoz desta Província Manel António Cortes de Barros, Estremoz cinco de Maio de mil setecentos cinquenta e oito anos.

António José da Cunha

Parte V

Felipe Arginio de Oliveira Ramos Escrivão da Correição e Casa de Bragança por Provisão de Sua Majestade que Deus guarde em esta Vila Viçosa, e sua Comarca etc. certifica aos senhores que presente certidão virem que em meu poder e cartório se acham uns Autos de Inventário que se fez, e a ele assistiu por ordem que para isso teve o Doutor Desembargador Ouvidor desta Comarca actual Miguel de Oliveira Guimarães e Castro a qual ordem se passou pela Junta da Sereníssima, Real Casa de Bragança, e em virtude dela procedeu o dito Ministro comigo escrivão por ser o da Sereníssima Casa a facção do dito Inventário dos bens que se acharam no Armazém do Castelo desta dita Vila pertencentes aos Sereníssimos Duques de Bragança com assistência do Guarda de

lei Francisco Xavier de Gusmão e escritos que assim foram, e o estado em que se achavam da mesma forma todos foram entregues por termo ao dito Guarda-Resposta Francisco Xavier de Gusmão, e pelo dito Ministro como tudo assim consta do termo de seu novo recebimento por ambos assinado, e testemunhas e feito que assim foi o dito Inventário dele se mandou cópia; porque na guarnição do dito Castelo se acham várias peças de Artilharia o dito Ministro, para estudo exactamente executar o que lhe era (f. 1v) mandado, e saber se as tais peças pertenciam aos Sereníssimos Duques rogou ao Vedor-Geral da Artilharia o mandasse assim declarar o que fez por certidão passada pelo official daquela Vedoria que se acha tudo copiado, e dentro dos Autos do Inventário, e as peças que se acham na guarnição do dito Castelo sua qualidade número e tudo o que ao diante se segue

Peças de Artilharia

Acha-se rodeada a Fortaleza com as peças seguintes.

Primeira Peça

À entrada da porta do Castelo se acha uma peça de bronze com as Armas Reais e um rótulo que diz Dom João quarto Rei de Portugal, na boca uma letra de algarismo do numero sete.

Segunda Peça

Há uma peça de bronze arrebetada no meio mas asim (...?) dela, tem as Armas dos Sereníssimos Duques de Bragança um rótulo que diz Teodosio quinto Bragantie Dux, na boca tem uma letra de algarismo do número quinto.

(f. 2) Terceira Peça

Uma peça de bronze com as Armas dos Sereníssimos Duques de Bragança tem um

rótulo que diz Teodosius quinto Bragantie Dux, e por algarismo o número vinte e quatro.

Quarta Peça

Uma peça de ferro se [m] mais cousa alguma na boca o número de cinco.

Quinta Peça

Uma peça de ferro sem mais que na boca o número dous.

Sexta Peça

Uma peça de bronze com as Armas dos Sereníssimos Duques de Bragança com um rótulo que diz Teodosius quinto Bragantie Dux, na boca o número dous.

Sétima Peça

Uma peça de bronze com as Armas Reais sem mais que na boca número de cinco.

(f. 2v) Outava Peça

Uma peça de ferro sem mais que na boca o número sétimo.

Nona peça

Uma peça de bronze com as Armas de Espanha feita no ano de mil seiscentos e sessenta, e dous, na culatra um rótulo que diz Gerardo me fecit Sevilha, na boca número quinto.

Décima Peça

No alto do Castelo se acha uma peça de bronze com as Armas dos Sereníssimos Duques de Bragança com seu rótulo que diz Teodosius quinto Bragantie Dux e na boca número dous.

Estão no mesmo rebelim do Alto do Castelo dous roqueiros de bronze com as Armas dos Sereníssimos Duques de Bragança, tem seus rótulos que dizem Teodosius quinto Bragantie Dux.

São as peças que actualmente se acham na fortaleza e Castelo desta vila que de tudo se obriga o dito Guarda-Resposta (f. 3) posta dar conta todas as vezes que lhe fosse pedida tudo aqui conteúdo nesta pasta na verdade, de mandado do dito Ministro passei a presente que a fiz, e assinei de meu sinal costumado: Dada e passada em esta Vila Viçosa aos oito dias do mês de Junho do ano de mil setecentos e cinquenta, e oito:

Felippe Arginio de Oliveira Ramos

Reflexões sobre o envelhecimento*

José Marques

*"Quando quis tirar a máscara,
estava pregada à cara.
Quando a tirei e me vi ao espelho,
já tinha envelhecido."*
Fernando Pessoa

Enquanto jovens, a velhice está muito distante de nós, não se pensa nela. À medida que envelhecemos, as articulações doem, o cansaço abate-se sobre nós, a força diminui, às vezes aparece uma tristeza sem motivo... damos conta de que já não somos mais os mesmos.

Só na segunda metade do século XX é que as doenças associadas à senescência

deixaram o campo dos vendedores de banha da cobra para entrarem na área do conhecimento científico e mereceram os primeiros estudos.

As diferentes espécies de seres vivos têm uma longevidade que difere de espécie para espécie e que é conhecida, variando conforme os casos de algumas horas a centenas de anos.



Cansados da vida, 1892 – Ferdinand Hodler
Neue Pinakothek, Munique, Alemanha

* As imagens foram colocadas pela Redacção de Callipole.

Podemos referir algumas, a título de exemplo; a duração de vida dos insectos varia de dias a alguns meses, os roedores vivem entre 1020 a 1050 dias, o cão vive cerca de 12 anos, o homem parece viver no máximo até aos 120, algumas espécies de catatuas e papagaios podem atingir os 150, as tartarugas podem ir até os 300, algumas espécies vegetais vivem mais de 500 como as oliveiras e algumas sequóias podem atingir e ultrapassar os 1000 anos.

Na Roma antiga, a esperança média de vida para os humanos rondava os 20 anos. Durante toda a Idade Média, a esperança média de vida não ultrapassou muito os vinte anos – não quer isto dizer que alguns seres não pudessem atingir os setenta ou mais anos, enquanto outros morreram precocemente ou à nascença.

A esperança média de vida ao nascer dá-nos a expectativa de vida que um ser tem quando nasce. Entre nós, durante o século XX, o aumento da esperança de vida à nascença passou de 40 anos, no início, para atingir cerca de 75 anos no final do século – ± 72 para os homens e ± 78 para as mulheres.

O ganho ocorrido durante os últimos 1900 anos, repetiu-se e quase duplicou, desta vez em menos de um século, no decorrer do prodigioso século XX.

Este aumento da esperança média de vida deveu-se sobretudo à melhoria das condições higieno-sanitárias a todos os níveis, e à prestação de cuidados de saúde que se foram gradualmente generalizando à maioria da população.

Os valores elevadíssimos de mortalidade neo-natal e infantil, que ainda hoje se verificam em países não desenvolvidos, foram progressivamente dando lugar a taxas de mortalidade mais baixas, devido ao controlo de doenças infecciosas à nascença e durante a infância.

Factos tão simples quanto a utilização de água e sabão a que se juntaram mais tarde a assepsia, a vacinação e a introdução de antibióticos explicam a melhoria da qualidade de vida e o aumento da esperança média de vida.

Estes ganhos em saúde permitiram aumentar o número de anos de vida de cada indivíduo e tiveram impactos sociais e económicos em todas as sociedades, sendo no entanto mais notórios nos países mais industrializados.

Em 1960, a população portuguesa com mais de 65 anos era de cerca de 700.000 pessoas, sendo que destas, 200.000, tinham mais de 75 anos.

Desde então e até 2003, a população com mais de 65 anos não parou de crescer e subiu de 8% para 16,8%. Destes quase 17%, a proporção dos que têm mais de 80 anos é de 21,8%.

Estas modificações devem-se não só à baixa de natalidade, como também à existência de fortes fluxos migratórios que provocaram profundas alterações na pirâmide etária, com o consequente envelhecimento demográfico.

Portugal, no final do século XX ocupava o 5.º lugar da União Europeia, como país menos envelhecido. Os nossos idosos com mais de 85 anos estavam em penúltimo lugar na escala, significando que tínhamos menos idosos nesta faixa etária que os restantes países da União Europeia e como tal os nossos idosos morriam mais cedo. Só a Finlândia ocupava uma posição abaixo da nossa, ficando no fim da escala.

Uma análise efectuada em 2002 demonstrou que em poucos anos o grau de envelhecimento demográfico do país igualou a média comunitária de 16,7%.

A população residente em Portugal tem envelhecido de uma forma contínua ao longo

das quatro últimas décadas, em especial na faixa etária superior aos 85 anos. Foi o resultado da diminuição dos nascimentos e do aumento da esperança de vida que fez baixar significativamente o número de jovens e subir o número de pessoas idosas.

Passou-se de um modelo demográfico de natalidade e mortalidade elevados para um modelo em que ambas são baixas, provocando um estreitamento na base da pirâmide etária e um alargamento do topo.

Em Portugal existe hoje mais de 1,7 milhões de pessoas com mais de 65 anos.

Em Dezembro de 2004, em Portugal Continental, a percentagem de jovens (0 aos 14 anos) era de 15,6% enquanto que os idosos (+ de 65 anos) atingiam uma percentagem de 17% em relação ao número total da população.

A população feminina em idade fecunda (15 aos 49 anos) aumentou de 25,1% em 1990 para 25,7% em 1999 e a sua distribuição geográfica apresenta maiores percentagens nas Regiões Autónomas da Madeira 28,3% e dos Açores 26,25, contrastando com os 23,8% do Algarve e os módicos 23% do Alentejo.

A população idosa por sua vez teve as suas maiores expressões percentuais no Algarve com 18,6% e no Alentejo com 21,7%.

Este grupo etário dos idosos tem vindo a aumentar significativamente e constitui desde já um importante grupo populacional. Nem a sociedade onde se inserem nem os próprios gerontes estão preparados para este *boom* que vai continuar nas próximas décadas, até atingir os 33% por volta do ano de 2050.

Há que repensar tudo em termos de preparar e dotar a sociedade e os gerontes com os meios e as qualificações necessárias para um mundo melhor.

O aumento da esperança de vida só constitui um progresso real se for acompanhado de um aumento da qualidade de vida de acordo com a célebre frase de Lehr, “não é somente importante acrescentar anos a vida, mas também acrescentar vida aos anos”.

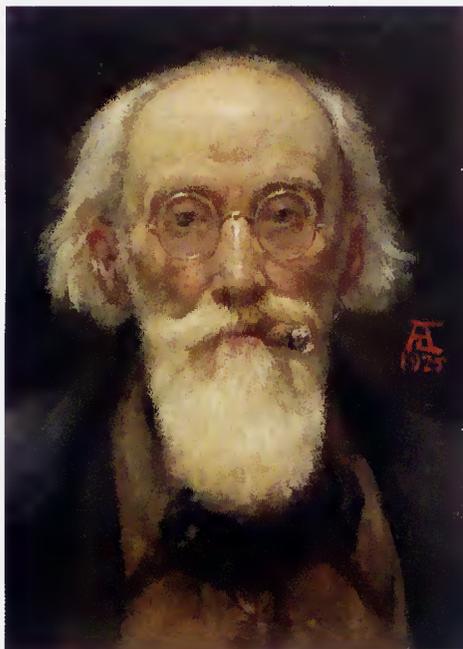
Há uma diferença significativa na expectativa de vida entre homens e mulheres, segundo alguns estudos a esperança de vida nas mulheres é superior em 7,6 anos em comparação com a esperança de vida dos homens, em todos os grupos etários dos 65 aos 85 anos de idade.

TEORIAS DO ENVELHECIMENTO

As diferentes teorias do processo de envelhecimento têm por base estudos moleculares e celulares que nos deram informações variadíssimas e interessantes. Por exemplo, concluiu-se que a restrição calórica aumenta a longevidade, que efectuar exercício físico moderado e dar atenção à alimentação e aos ritmos circadianos são factores favoráveis.

Todas as teorias de envelhecimento se complementam e nenhuma por si só justifica o processo de envelhecimento humano.

As Teorias Estocásticas defendem que a senectude é uma consequência de lesões sucessivas que vão induzindo desgaste e pequenas lesões nas células dos organismos vivos que os mecanismos automáticos de reparação não conseguem corrigir e conduzem ao longo da vida a uma série de erros que se vão acumulando e conduzem quer à diminuição de função quer à apoptose e consequente morte celular. Deste tipo salientamos a Teoria da Lesão/Reparação do ADN; Teoria da Oxidação/Radicais Livres e a Teoria das Radiações.



Auto-retrato de Artur Loureiro, 1925
Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto

As Teorias Deterministas defendem que o processo de envelhecimento não é mais que uma consequência directa do genoma de cada espécie ou indivíduo. As Teorias Genéticas, a Neuroimunoendócrina e a das Telomerasas são algumas das que determinam que o relógio molecular biológico existente nos genes comanda o envelhecimento.

O processo natural do envelhecimento conduz a alterações lentas e progressivas do sistema imunitário, ainda não conhecidas e compreendidas na sua totalidade.

Existe a ideia da existência de uma imunodeficiência associada ao envelhecimento designada por imuno-senescência. Contudo, as perturbações imunológicas encontradas em idosos podem não ser a consequência do processo de envelheci-

mento, mas sim o resultado de doenças associadas.

Existe a noção de imuno-remodelação, que parece mais aproximada da realidade física do ser humano, embora não se saiba se ela acontece especificamente em algumas fases da vida ou se por outro lado é de evolução lenta e progressiva ao longo da vida.

Sendo a resposta imunitária do organismo estimulada pelas agressões externas a que este está constantemente sujeito, em virtude do fenómeno que constitui a vida humana, torna-se difícil perceber se as múltiplas agressões entre as quais as infecções, são indispensáveis para que o sistema imunitário se mantenha activo e funcione bem, ou se deveremos pensar que o sistema imunitário tem uma capacidade limitada de resposta e quanto mais for estimulado ao longo da nossa vida mais cedo vai entrar em colapso.

Se assim for, deveríamos poupar-nos em relação ao *stress*, às infecções e às alergias.

Até agora é difícil conciliar estes conceitos e só estudos epidemiológicos do envelhecimento e estudos que decorrem sobre os sistemas genéticos de controlo imunitário poderão trazer mais luz a esta área.

Para a população em geral o que é importante é saber como é que a dieta, o estilo de vida, a vivência ambiental e social e a medicina preventiva podem ajudar a maximizar a sua expectativa de vida e consequentemente a qualidade da mesma.

A classificação de um indivíduo como idoso não se deve limitar apenas à idade cronológica. É fundamental também considerar as idades biológicas, social e psicológica que não coincidem necessariamente com a cronológica. Portanto, a diferença entre as mesmas é importante, para se compreender melhor as múltiplas dimensões da velhice.

A Organização da Nações Unidas considera para nos cálculos dos indicadores de dependência a população idosa com 65 ou mais anos. No Conselho da Europa e na OCDE o conceito de população idosa utiliza o conjunto de indivíduos com 65 ou mais anos e em nosso entender deve ser este o limiar a partir do qual se devem considerar as gerações mais idosas.

A esperança média de vida oscila de país para país e de uma para outra zona do globo. Por exemplo, em 2001 a expectativa de vida no Brasil era de 67,8 anos. Na década de setenta, ainda era de 52,67 anos pelo que houve um aumento significativo. Todavia, o Brasil apresenta uma expectativa de vida inferior a outros países da América Latina, como é o caso do Uruguai com 75,1, Argentina 73,9, Colômbia 71,8 e Paraguai 70,5.

OS REFLEXOS SOCIAIS E ECONÓMICOS DO AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA

O prolongamento da vida é um aspecto sentido na maioria dos países, mas é mais notado nas camadas sociais privilegiadas. Estas chegam a ter uma esperança de vida de 80 ou mais anos em média. Nos países e regiões de baixa recursos a esperança de vida mantém-se em patamares críticos de 40 a 50 anos, nas camadas menos protegidas.

Devido ao facto de as mulheres viverem mais anos que os homens, assistimos actualmente a uma chamada efeminização da velhice. É importante referir que algumas pesquisas gerontológicas identificaram que as mulheres em idade avançada estão mais expostas à pobreza e à solidão.

Além disso, as mulheres, possuem um maior risco de morbilidade, consultam mais vezes os médicos e têm menos oportuni-

dades de contar com um companheiro nos seus últimos anos de vida. A prova desta afirmação está nos Lares de Idosos que são maioritariamente ocupados por mulheres idosas. Portanto, a mulher idosa e que vive só merece uma atenção especial.

Quanto ao homem, necessitamos de estudos epidemiológicos para conhecer as razões que lhe reduzem a expectativa de vida e o impedem de ter a mesma longevidade que a sua companheira.

A pobreza sentida ao longo de uma vida numa sociedade desequilibrada ocasionará, conseqüentemente, a reprodução da pobreza na velhice, com grau de dependência elevado.

As dificuldades em arranjar emprego e a proliferação de contratos a prazo sem estabilidade de vida, fazem com que grande número de idosos tenha filhos adultos e outros familiares sob sua dependência. Este facto parece estar infelizmente a aumentar e necessita de ser estudado e caracterizado.

Começa a ser perceptível que o idoso desempenha por força das circunstâncias económicas desfavoráveis, um papel sócio-económico de fundamental importância no seio familiar. Este facto se por um lado contribui para modificação dos preconceitos existentes contra esta faixa etária, por outro lado é altamente preocupante que o poder político tenha permitido a asfixia económica das camadas jovens devido ao trabalho precário, assim como a sangria continuada dos nossos melhores homens e mulheres em demanda de melhores países.

Não é legítimo que o poder político transitório proceda a alterações profundas da conjuntura social (pensões e reformas), a pretexto de manter a sua sustentabilidade futura. Os direitos humanos são mais importantes que os modelos económicos. Quem toda a vida trabalhou, contribuiu com os seus impostos e descontos para o

bem-estar social, não pode ver coarctado por decreto os direitos fundamentais adquiridos.

Parece estar a verificar-se um crescimento do número de netos e bisnetos que vivem sob a custódia dos avós, sendo na maioria das vezes, cuidados e sustentados por eles. Este fenómeno contribui positivamente no que respeita ao diálogo e a solidariedade entre as gerações, desde que o idoso não seja explorado e assuma a mera posição de responsável, contribuindo com a sua experiência e conhecimentos para um saudável desenvolvimento familiar.

Os seniores devem tomar consciência do seu papel na sociedade, devem defender os seus direitos e pressionar o poder político para uma mudança de atitude para com os mais idosos e exigir as instituições de apoio à terceira idade que não existem.

A sociedade contemporânea não oferece oportunidade ao idoso para exercitar e activar as lembranças, facto indispensável à formulação do seu pensamento e instrumento fundamental no seu diálogo com as demais gerações.

O que foi produzido no passado não tem interesse hoje e possivelmente será destruído amanhã. O ciclo permanente de produção e de consumo exige incessantemente a destruição e o desaparecimento do que foi produzido no passado e a criação permanente de novas formas de produção e consumo.

É de salientar que a velhice não torna um ser humano menos ou mais importante que os demais cidadãos. Contudo, há que ter em atenção o carácter débil do idoso e devem ser respeitados até às últimas consequências os direitos humanos e sociais e as liberdades do indivíduo. Deve ser assegurado ao idoso o direito de dispor dos seus bens, pensões e benefícios, excepto em casos de incapacidade judicialmente comprovada. É dever de

todo o cidadão denunciar qualquer mau trato, negligência ou desrespeito infligido ao idoso.

SABER ENVELHECER ACTIVAMENTE

"Honra-se a velhice, mas ela não é amada".

Diderot

O envelhecimento é uma fase da vida que não é nem bonita nem desejada mas é a única forma que a natureza nos deu para termos uma vida longa. Digamos que é o preço a pagar por mais tempo de vida.

A ideia de envelhecer não é agradável para ninguém, por isso tentamos não pensar no assunto e quando deparamos com as consequências deste facto concreto e real logo se muda de assunto, de forma a aliviar a consciência.



Velha de Arles, 1888 – Vincent Van Gogh
Museu Van Gogh, Amesterdão, Holanda

BEM-ESTAR FÍSICO E INTELECTUAL

É importante que tenhamos consciência das várias fases da vida, para sabermos tirar partido delas e conhecermos também as nossas limitações.

A diminuição gradual de algumas funções começa por se notar por volta dos quarenta, onde é vulgar uma perda de visão que se vai instalando progressivamente, até se tornar irritante por dificultar as tarefas básicas do dia a dia e obrigar à colocação de óculos.

Após os cinquenta outras limitações vêm juntar-se, começando a formar um rol apreciável de que destacamos o aumento dos cabelos brancos finos e quebradiços, pele mais fina e sensível, rugas mais acentuadas na face, para só falar das mais conhecidas.

Somos capazes de reconhecer os primeiros sinais de envelhecimento mas normalmente não lhes damos muita importância porque a nossa capacidade de adaptação entra em funcionamento e cria mecanismos de correcção ou de dupla acertividade.

É sensato depois dos sessenta começar a preparar sem receios esta nova fase que se segue na nossa vida. Tomar medidas preventivas é determinante para se viver uma velhice com qualidade. O envelhecimento activo é precisamente o conjunto de atitudes e acções que se podem tomar no sentido de prevenir ou adiar as dificuldades que envelhecer inevitavelmente acarreta.

O principal factor a ter em consideração quando se pensa em envelhecimento é qualidade de vida que um sénior pode alcançar. A Ciência tem-se organizado no sentido de proporcionar o desejo por todos os sentidos de viver o maior número de anos possível. No entanto hoje, para além da preocupação com a longevidade, há cada vez mais a preocupação com a qualidade de vida que não se refere apenas à ausência de doença física que possa causar mal-estar, mas sobretudo à qualidade de vida em termos de bem-estar a todos os níveis.

As alterações físicas e intelectuais que aparecem com o envelhecimento diferem de pessoa para pessoa e são determinadas pelas características genéticas herdadas, pelo estilo de vida adoptado e pelo ambiente em que decorreu a vivência.

Ao nível físico assume uma importância primordial a higiene de cada um e o tipo de alimentação que deve ser adequado às tarefas do indivíduo e rico em alimentos frescos. A prática regular de exercício físico moderado para evitar o sedentarismo é imprescindível mas devem ser evitados os excessos.

Quanto ao ambiente, deve evitar-se qualquer tipo de poluição e a exposição a radiações ionizantes quer seja a exposição prolongada ao sol ou a fontes electromagnéticas os ritmos circadianos devem ser respeitados assumindo uma importância particular os períodos de sono e o repouso.

Se o corpo necessita ser bem cuidado a mente é tão importante quanto o bem-estar físico. Não basta sentir-se bem fisicamente para aproveitar a vida com tudo o que de bom ela tem para nos oferecer. Manter-se intelectualmente activo é uma das chaves de ouro do envelhecimento activo. As funções cognitivas (atenção, memória, raciocínio, etc.) desenvolvem-se e fortalecem-se se forem devidamente estimuladas e definham se deixarem de ser cuidadas. As funções cognitivas são como plantas que precisam de cuidados permanentes para se manterem de boa saúde.

Existem inúmeras formas de cuidar das funções cognitivas.

Os hábitos de leitura devem ser preservados e até aumentados. À medida que se envelhece tende-se a perder hábitos de leitura ou a ler artigos pouco exigentes a

nível intelectual. Não deve cair-se na tentação de ler apenas, as letras gordas dos jornais ou as legendas na televisão. Deve ler-se todo o tipo de livros, romances, ficção, históricos, com preferência para os gostos pessoais. Pensar e reflectir sobre o mundo e seus problemas, procurar opiniões, indagar procurar soluções. Fazer todo o tipo de jogos: cartas, palavras cruzadas, charadas, damas, xadrez, jogos de computador, ler em voz alta, redigir textos, efectuar contas de cabeça, se possível resolver problemas matemáticos. Recomenda-se todo o tipo de exercício intelectual, tudo isto com o sentido de se divertir usando o seu cérebro.

Os seniores devem organizar-se para intervir socialmente, sempre que for oportuno. Devem estar sempre disponíveis para ajudar desinteressadamente os mais necessitados e os mais jovens. É fundamental que todos dêem o seu contributo para que o mundo fique um pouco melhor.

MOTIVAÇÃO

A motivação é o motor que nos faz mover ao longo da nossa vida e no envelhecimento

activo assume uma importância fulcral. Podemos dizer que é o calcanhar de Aquiles do envelhecimento activo e de quase tudo o que nos propomos fazer com a nossa vida. Se ela faltar, tudo fica comprometido.

Não é fácil encontrar motivação e mantê-la por longos períodos de tempo. A motivação está muitas vezes dependente de estímulos ou de problemas afectivos.

A depressão gera sérias dificuldades para manter a motivação, e a ansiedade leva à fuga e ao desinteresse.

Quando a motivação se esvanece é importante procurar auxílio e apoio psicológico. O psicólogo pode analisar minuciosamente a situação e a pessoa, através do diálogo, pode ir descobrindo os seus verdadeiros interesses e os motivos que o impedem de ser mais feliz. O psicoterapeuta ajuda a reconstruir a complexa teia das relações afectivas, a compreendê-las e a desenlear os nós cegos que se foram formando com o tempo.

O geronte se estiver motivado e emocionalmente equilibrado sente-se bem e com capacidade para enfrentar as duras provas que o envelhecimento biológico coloca a quem tem a felicidade de atingir esta fase da vida.

Tempo Vário

Procissões e simbólica no *Enterro do Senhor*

Carlos Aurélio

É certo procederem as actuais procissões religiosas da genuína devoção popular e, talvez por isso, as nossas sociedades ditas cultas tanto evidenciem para com elas de uma paternal condescendência eivada até de menosprezo, muito culto, claro está. Esquecida está a pessoa que se julga culta mas que a si própria se reduz a instruída e a civilizada, o quanto o conceito de cultura deve ao de culto religioso. Até mesmo hoje, muitos padres caem na cegueira dos eruditos sobre as procissões, negando riqueza religiosa ao povo e aos “pobres em espírito”, tornando-se iconoclastas perante um suposto problema de idolatria. Haverá sempre no mundo, guerras de imagens ou de ícones, porque delas ressalta o domínio sobre a imaginação da humanidade, motor de todas as revoluções.

Nas modernas sociedades ocidentais originadas do que se convencionou chamar de civilização judaico-cristã existe um absurdo laicismo que, ao confundir e ao traduzir liberdade civil por irreligiosidade, atinge o analfabetismo generalizado sobre o que quer que sejam sacramentos, dogmas ou doutrina do cristianismo, mesmo sobre o mais singelo ensino catequético e bíblico. Por exemplo entre os nossos jovens, é raro e quase bizarro aquele que conheça ou saiba narrar qualquer episódio da escritura sagrada, seja o de Abraão e o sacrifício de Isaac em Moriah, o de Moisés e o monte Sinai ou a Transfiguração no alto do Tabor. Os eruditos laicistas e bem pensantes, ainda

consequência directa de Augusto Comte e da ciência positiva, tomarão por lendas e por mitos o que pretendem significar por mentiras e, como não há o vazio nem na natureza nem na humanidade, entre os nossos jovens se dissemina a mais rasa mitomania moderna, chegada directamente dos “altares” dos concertos de música *rock* e dos estádios de futebol. Há sempre guerras de imagens e iconolatria! Aquela ignorância da temática religiosa exhibe e comprova a completa impossibilidade para que alguém possa sentir, apreender ou aprofundar o que quer que seja de sério sobre a cultura ocidental de, pelo menos, dezoito séculos! É inegável que a arquitectura, a pintura, a escultura, a literatura, a música ou outras expressões artísticas europeias entre a Roma Antiga dos Césares e a Revolução Francesa, quase todas encontram fundamento temático em algo religioso, mesmo o que apareça como reduzido ao lírico ou ao mundano. A cultura era então a expressão directa e indirecta da centralidade ocupada pelo culto cristão. Uma pintura românica ou uma catedral gótica, Dante ou Leonardo, Camões, Bach ou Goethe, nenhum se compreenderá sem compreender o cristianismo.

Vêm deste largo rio os “mistérios” medievais representados em igrejas ou os cortejos de rua entre o povo cristão. As actuais procissões religiosas no Catolicismo ou na Igreja Ortodoxa, mantêm a condição de exteriorização pública a partir da vitalidade catequética inerente aos sacramentos e aos

actos litúrgicos interiores aos templos. Sem que cheguem a ser liturgia é como se se propusessem a perdurar em eco exterior o que é interior, para que, assim, ascenda e se unifique o mundo profano no templo cósmico dedicado à Glória de Deus. Como ecos que são, não podem as procissões suplantarem e muito menos substituir qualquer sacramento ou liturgia, verdadeiros sons do sagrado. Há todavia e dentro da Religião Católica, dois actos processionais de excepção e subida importância, precisamente porque integrados liturgicamente: a *Procissão do Corpo de Deus* e a do *Domingo de Ramos*. A primeira venera explicitamente o *Corpus Christi* que a custódia sob o pálio guarda e ostenta como o *Sol* do Mundo; a segunda introduz e pertence à própria eucaristia, naquele Domingo que recorda e repõe a entrada triunfal do Messias em Jerusalém. Todas as demais procissões estão, simbólica, hierárquica e religiosamente em patamar de menor importância.

Ora, precisamente é por serem as procissões populares de menor importância que nelas mais livremente se associam culto religioso e cultura antropológica. Percebe-se bem porquê: estando a liturgia, os sacramentos e os sacramentais sujeitos ao Rito e, conseqüentemente, a compreensíveis regras de uniformidade universal que mantenham purificado e em uníssono o culto divino ao Deus Uno e Trino, surgem assim as procissões populares nos diversos países católicos impregnadas da diversidade e da riqueza espiritual de cada povo. Nelas se reflecte, quer em expressão artística quer em simbólica, a relação especialíssima de cada povo para com o mesmo Deus. São como vestes exteriores de uma espiritualidade intrínseca, expressões civilizacionais tão ricas e significativas como a música, o

artesanato ou o folclore populares. As procissões exprimem imaginação criadora e actuam como suportes imagéticos necessários à expressão religiosa do povo, sem que necessariamente decaiam em problemas de idolatria, questão bem mais vasta e premente.

Toda a procissão religiosa exprime sempre a ideia de Peregrinação. Por ela tudo se religa em correspondência entre lugar e tempo e, não por acaso, o seu percurso natural e sucessivo culmina no templo ou em outro sítio que a Tradição sacralizou. O trajecto do cortejo significa o peregrinar que é a vida terrena, o adro da igreja é o acesso transitório ou o purgatório e, pelo templo, se simboliza a contemplação celeste na Casa de Deus ou Paraíso eterno. Há percursos de todo o tipo e intensidade, sejam os andados e bem curtos como por exemplo os do círculo labiríntico no lajedo central da catedral de Chartres, sejam outros mais longos, até Fátima ou Santiago de Compostela, e que podem sujeitar-se directamente à própria jurisdição do mapa do céu, guia estrelado através da Via Láctea. Todo o simbolismo é similar em qualquer dos casos, como que recolhendo toda a actividade humana – individual e social, quotidiana e esparsa – para ser reunida sob o manto misericordioso do Rei divino que tudo abraça. A procissão sai à rua para trazer e reunir sob o céu natural toda a relação da urbe com a sobrenaturalidade.

Se indagarmos os tempos mais remotos, encontramos algo de paralelo no sentido de reunião e de renovação presentes na famosa *Procissão das Panateneias*, na Acrópole da antiga Atenas: anualmente ou de quatro em quatro anos, todo o povo ateniense se perfilava em cortejo para ofertar o *peplo* ou novo manto à deusa Atena, sua padroeira ou

protectora de divina origem. Isto desfrutamos hoje na rara expressão artística de Fídias e esculpido no friso interior do Pártenon: longas filas de raparigas e matronas, de ginetes e seus cavalos, cidadãos e sacerdotes, crianças e aguadeiros, todos participam expressivos e tranquilos naquele cordão umbilical a religar homens a deuses. O miúdo ou o “anjinho” que chora nas nossas procissões de hoje, o bebé que adormece cansado ao ombro da mãe, a jovem “Virgem”, a avó que cumpre descalça uma promessa, o ancião de vela na mão, tudo isto repete em humanidade ancestral a reunião da vida quotidiana até Deus. Assim, na procissão de todos os atenienses ou das Panateneias o manto protector ricamente ornamentado era depositado nas mãos do sacerdote para que, assim ficasse no templo durante todo o ano à guarda e para uso da deusa dos “olhos brilhantes”. De outras procissões gregas, se fez o trânsito desde os Mitos ao Teatro helénico o qual tanto tinha de religioso e de libertador.

Para além da ideia de cortejo meditativo e sacrificial inerente à *Via-Sacra* cristã, ou então a estritamente devocional e de adoração presente na *Procissão do Corpo de Deus*, há também que sondar o conceito a que se poderá chamar de hierogamia. Com isto se significa o quanto é explícito nos actos litúrgicos o símbolo superior de casamento entre o humano e o divino, de que aliás e como exemplo, a expressão de *Cristo, Esposo da Igreja*, para aí remete. Uma vez mais o processo redentor reúne tudo o que está esparso, é reintegrador por natureza divina do que é humano, interioriza o que é exterior, cultua através da cultura. Neste casamento, Deus dá-se em fecundação espiritual à expectativa ofertada pela

humanidade. Ora, podem as procissões religiosas ser facilmente entendidas como mediações expressas entre a exterioridade terrestre que realmente são e, a interioridade celeste que promovem. Elas importam exactamente porque são substância maternal e inferior, chamando a si a bênção paternal da forma essencial superior. Por isso, quem sai para a procissão parte de cada casa, de cada família e de cada rua em busca da reunião no Templo, altar da boda. Também nos nossos comuns casamentos há o inicial cortejo da noiva e outro do noivo, de amigos e de familiares até ao adro da igreja, uma participação que, enfim, reúne e congrega em alegria, todos os que pedem e vaticinam prosperidade à união que sacraliza o amor. Um casamento é também uma procissão e, ambos, podem muito bem terminar na alegria do copo-d'água ou do banquete – assim o vemos, em muitas romarias populares. E o *Cântico dos Cânticos* bíblico, não é também uma procissão de versos à procura do amor?

Guardam assim os cortejos processionais, oculta e talvez inconscientemente, toda a visão de transcendência do povo religioso. Seria de alto valor, de culto e de cultura, a recolha sistematizada e descritiva das inúmeras procissões que anualmente saem à rua em terras portuguesas. A sua diversidade imensa impressiona em expressividade e em simbolismo e estão bem longe de se reduzirem a folclore fossilizado ou a localismo fácil. Ao invés, encerram em si muita da expressão espiritual e inefável dos povos que, através delas, cultuam culturalmente. Há de tudo: andores e bandas de música, peregrinos e sacerdotes, figurantes e orantes, velas e cavalos, flores e foguetes, confrades e estandartes, sem que evidentemente lhes falte o Santo padroeiro.



Procissão do Enterro do Senhor, Sexta-Feira Santa, Vila Viçosa, 2003.

Sejamos explícitos com um exemplo comum para que ganhemos em atenção e em acuidade.

Todos os anos na noite de Sexta-Feira Santa realizam-se em Portugal numerosas procissões normalmente chamadas do *Enterro do Senhor*, bem diferentes diga-se, daquelas outras em Espanha, tão modernamente teatralizadas pelo artifício do turismo religioso, decadência recente que a economia e a cultura disseminam no seio da ancestralidade popular. Entre as procissões de Sexta-Feira Santa há uma que conhecemos bem e é dela que vamos falar: a procissão do *Enterro do Senhor* que anualmente se realiza em Vila Viçosa.

Esta procissão religiosa tem descrição fácil em sua sucessão natural desde a cabeça à cauda, ela que realmente serpenteia pelas

ruas da vila em silêncio e em escuridão, só pontilhada pelas luzes de velas e de archotes, encabeçada pelo som estridente das matracas: abre na frente com o grande madeiro da cruz, impositivo em seus panos lívidos e sepulcrais, erguido pela rudeza de um encapuzado, algóz e penitente ao mesmo tempo; logo atrás das duas candeias da cabeça, quais olhos faiscantes, segue outro penitente, incógnito sob seu capuz e que, ao ombro, transporta a escada patibular; a espaços bem largos vêm depois os dois únicos andores, sobre os ombros de confrades leigos, o do jovem evangelista S. João, ornado com palmitos rosas, e atrás o de Nossa Senhora das Dores com palmitos brancos e azuis, cores que a dizem também Imaculada na Conceição; seguem-se três figurantes femininas, todas cobertas de

vestes negras da cabeça aos pés, lúgubres debaixo dos véus, as *Marias do Béuh* chamadas, talvez por corruptela do adereço que aqui é atributo; vem atrás a *Maria Madalena*, uma jovem vestida de negro como a noite, escuridão de onde ressaltam e reluzem sobre a longa cabeleira e o busto, dezenas de jóias em ouro e prata, a qual segura sob o olhar triste, baixo e fixo, uma delicada taça em vidro; imediatamente depois é o andar solene do *Anjo do Senhor*, outra jovem, agora vestida de branco, coberta na cabeça e no peito por ouro e por riquíssima pedraria, e que, enquanto segura um cálice dourado, olha também fixamente o dedo indicador levantado; fecha finalmente a Procissão o pálio bordado a ouro e a negro, cobrindo como um dossel o esquife do *Senhor Morto*, delicadamente amortalhado com suaves tecidos brancos e palmitos roxos, essas pequenas e recortadas flores em pano. Atrás fecha-se o cortejo, na cauda e na cadência fúnebre da banda filarmónica. Reina o silêncio, impera o ritmo solene e de compasso lento, tudo em atmosfera escura e nocturna, entre as duas serpentinas fileiras humanas à luz das velas. A lua cheia – é sempre lua cheia por causa do calendário da Páscoa – derrama sobre o branco obscurecido do casario, toda a luz de prata que antecede o ouro solar da Ressurreição.

O que aqui se descreve está bem longe de qualquer desenlace lutuoso ou de figuração tétrica. O que verdadeiramente toca as almas é o silêncio, esse ventre materno de dois dias que são afinal, uma só noite até ao crepúsculo do Sábado de Aleluia, vésperas do nascimento da Luz. Sendo certo que a *Procissão do Enterro do Senhor* encerra consigo uma evidente narrativa evangélica – explicita o Quadro crepuscular tanto na Cruz do Gólgota como nas personagens dos algozes, de

S. João, de Nossa Senhora das Dores e das três *Marias do Béuh*, as santas mulheres e seus véus – sendo tudo isto é bem mais do que aparenta, exibição de mera figuração teatral. Ao invés, tem na *Maria Madalena* e no *Anjo do Senhor* uma chave simbólica de funda transcendência. Meditemo-la.

Recordemos desde logo que sempre a tradição oral e popular portuguesa fez coincidir a anónima mulher evangélica da *Unção em Betânia*, aquela que derramou perfume de alto preço sobre a cabeça do Senhor, com Maria de Magdala. Ela o ungiu entre os homens, anunciou-o como o verdadeiro Cristo, o Ungido. Vai então nesta Procissão tradicional de Vila Viçosa *Maria Madalena* vestida de negro, tal como a escuridão de breu desta noite de Sexta-Feira Santa. Nela resplandecem as jóias de ouro enquanto, solene e grave, segura em suas mãos uma fina taça de cristal. Não está aqui tão somente a figuração da mulher que com lágrimas e com nardo puro perfumou Jesus Cristo, antes resplandece também nesta noite o símbolo luminoso que desperta e que reúne em si todo o humano arrependimento, ele que assim se arroja, tal como em Betânia, aos pés do Salvador do Mundo.

Todo aquele ouro que lhe pende da cabeça e das vestes está ali para nos despertar para o símbolo da luz. É um contraste na noite de todos os contrastes e paradoxos, noite por excelência que nos avisa que morrendo para as coisas do mundo ressuscitamos para a Vida. Como faz lembrar esta *Maria Madalena* os trajes negros e o ouro das Noivas do Minho! O verdadeiro amor nupcial, ainda que humano, participa sempre do sobrenatural e do transcendente – magno sacramento do Matrimónio, assim lhe chama S. Paulo. O ouro e as preciosidades nos templos ou ao peito de *Maria Madalena*,

ou ainda que ornamentem o busto de qualquer tradicional Noiva do Minho, exercem nestes casos a emulação humana, elevam o que de melhor o homem produz à categoria de holocausto e de núpcias celestes. A *Procissão das Panateneias* já isso simbolizava. Agora neste nosso cortejo religioso veneramos o Deus vivo em simbiose perfeita do terreno e do divino, do humano e do majestático, ou não é este o significado do Ouro no Rei Mago que o ofereceu no Presépio? Jesus é Rei desde Belém e agora, nesta noite reactualizada do Gólgota, alguns de entre os homens o dizem, o sabem e o recordam: Jesus Cristo afinal não morreu, antes «desceu à mansão dos mortos» para resgatar todos os Justos desde Adão. E todavia, este ouro de *Maria Madalena*, ao mesmo tempo que é do mais sublime valor neste nosso terreno mundo para solenizarmos o Rei, nada é, perante as lágrimas e o perfume da taça de alabastro. «Tereis sempre pobres entre vós, mas a Mim nem sempre Me tereis» (Mt.26,11) – assegurou Cristo à mulher e aos discípulos renitentes na Unção de Betânia. *Maria Madalena* repete nesta Procissão a unção do Messias em Betânia, ele que foi rapidamente esquecido e condenado desde que entrou triunfante em Jerusalém sob os *Hossanas* das palmeiras. Prepara-lhe esta mulher a mais digna sepultura aos olhos dos homens, amortalhando o Rei entre as maiores riquezas terrenas ao alcance dos homens: o ouro e o caríssimo nardo puro. E, no entanto, ela que leva a sua face contrita e grave, é dos seus olhos que lhe jorra o seu mais sublime luxo: as lágrimas humanas do arrependimento.

Desta Noite de contrastes sairá a vida vencendo a morte, vida anunciada neste ouro que é o sol da madrugada triunfante. Este

símbolo fala paradoxalmente, como são quase sempre paradoxais os símbolos portugueses. Na terra do Ocidente e da noite somos sempre iluminados por faíscas, por luzes de relâmpago, repentinas e logo ausentes. Luzes paridas pelo poder da Saudade.

Diversamente da negridão de *Maria de Magdala* o *Anjo do Senhor* caminha vestido de branco, poucos passos à frente do esquife funerário. Ele é a alvura angélica, o vigilante celeste junto ao sepulcro “impossível” de um Deus jacente, morto na carne, vivo em alma e divindade. Ele vigia numa aparência humana de funeral, mas ele também anuncia pela sua presença que aquela noite é o ventre da mais poderosa aurora. Caminha imediatamente junto ao esquife para nos dizer que ali não vai deitado quem se sujeite à putrefacção da carne, antes nos avisa que se trata do cortejo do Rei divino “adormecido”, féretro em direcção ao parto magnífico da Ressurreição. As vestes do *Anjo do Senhor* também resplandecem em ouro porque significam a nobreza celestial da sua condição e contudo, toda aquela riqueza sendo tamanha, nada é, perante o sangue sagrado que ele leva recolhido no cálice. Ele segura em suas mãos o santo Graal e aponta aos céus, afirmando como divino o fluido vital que aparenta ser humano.

Depois de a Procissão chegar à Igreja é o corpo do Senhor por completo envolto em ligaduras brancas, solenemente incensado e depositado num sarcófago. Enquanto dois homens o levantam e o erguem por três vezes, toda a Igreja, repleta de gente e em absoluto silêncio, assiste com gravidade meditativa. Reparemos: esta *Procissão do Enterro* transporta ouro e queima incenso. O sangue e o perfume perfazem uma única simbólica: o primeiro sinaliza a natureza

divina de Cristo e a Redenção universal, o segundo a sua natureza humana e é homenagem ao seu corpo imortal. Ambos simbolizam em conjunto duplo e complementar a imortalidade de Jesus Cristo, em paralelo simétrico com a mirra ofertada no Presépio de Belém. O ouro diz da sua realeza e o incenso do seu sacerdócio supremo. Esta Procissão grandiosa em seu simbolismo, repete todos os anos uma simetria paradoxal ao Presépio: as três prendas dos Reis Magos trazidas aos pés do Senhor, primeiro como Deus-Menino na gruta de Belém, aparecem agora transfiguradas como atributos do Rei-Vencedor da morte depois de ter subido ao monte do Gólgota. Tudo se manteve – o ouro e o incenso – e apenas a mirra balsâmica que cuida do corpo ascendeu a sangue redentor vertido do corpo. Eis aqui concentrado o cume do Mistério da Encarnação! A vida terrena de Cristo só podia culminar assim em similar simbolismo com que nasceu, no mesmo selo de divindade.

Quanto às *Marias do Béuh* em vez do júbilo dos pastores de Belém só poderiam nesta noite ofertar a Cristo sacrificado a mais pura das purgações, lágrimas de lástima e de arrependimento humano.

Se tirarmos *Maria Madalena* e o *Anjo do Senhor*, esta Procissão decai em cortejo, certamente solene mas quase só figurativo, narrativo e histórico. Ora, precisamente Cristo importa decisivamente para hoje e como sempre em Sua profunda dimensão meta-histórica, transcendente ao tempo. Hoje, todos os dias e a todo o momento está-se dando o Mistério da Encarnação, a Paixão, a Ressurreição. Cristo em toda a sua amplitude não está fora, não pode estar fora da vida dos homens. Chega-nos esta Procissão como símbolo e ensino catequético de ancestral transmissão, renovando

através de uma aparência de simples funeral a Fé dos que crêem no Senhor Cristo como o verdadeiro *Sol* do mundo. Depois, um pouco antes do solstício de Junho e quando o sol “parar” no céu, então sim poderemos adorá-lo, redondo e irradiante, dentro da custódia doirada do *Corpus Christi*.

A simbólica e a cultura cristãs nascem do culto da vida que vence a morte e esta é uma afirmação decisiva. A *Procissão do Enterro do Senhor* de que falamos sendo muito querida e popular, tem aqui e entre outras, uma possibilidade interpretativa que julgamos legítima. Aliás, tem o povo costas bem largas onde cabe tudo o que carrega, mas é também verdade que sendo humilde e inculto costuma transportar consigo muita sabedoria oculta que é ouro escondido, verdadeiro tesouro dentro de seus puídos alforjes e em sua rude aparência. Pobre, resignado e habituado a ser tratado como animal de carga, transporta ao longo dos séculos pérolas preciosas de que lhes desconhece o valor. Muitos de nós, sejamos estudiosos ou palradores, eruditos ou ingênuos, não vemos de imediato as pérolas sem que isso, evidentemente, signifique a sua inexistência. Antes lhe confirma não só a realidade como lhe confere resistência em tempos de analfabetismo religioso, de ateísmo ou de dissolução. A sabedoria ancestral relampeja nas velas peregrinas desta Procissão coberta pela noite, seguras pelas mãos rudes do povo, ou não fosse aquele luzeiro o reflexo distante das estrelas descidas do céu.

Todas as noites de Sexta-Feira Santa quando acaba em Vila Viçosa a *Procissão do Enterro do Senhor*, é sempre possível que a imaginação ponha na voz de um anjo vestido de branco, todo coberto de pureza e de ouro, as palavras antigas, solenes e tremendas que o tempo não apagou:

«Um grande silêncio reina hoje sobre a terra; um grande silêncio e uma grande solidão. Um grande silêncio, porque o Rei dorme; a terra estremeceu e ficou silenciosa, porque Deus adormeceu segundo a carne e despertou os que dormiam há séculos. (...). Vai à procura de Adão, nosso primeiro pai, a ovelha perdida. Quer visitar os que jazem nas trevas e nas sombras da morte. Vai libertar Adão do cativo da morte, Ele que é ao mesmo tempo seu Deus e seu Filho. (...). "Eu sou o teu Deus que por ti me fiz teu filho (...). Eu te ordeno: Desperta, tu que dormes, porque Eu não te criei para que permaneças

cativo no reino dos mortos. Levanta-te de entre os mortos; Eu sou a vida dos mortos. (...). Levanta-te, vamos daqui. O inimigo expulsou-te da terra do paraíso; Eu porém, já não te coloco no paraíso mas no trono celeste. Foste afastado da árvore, símbolo da vida; mas Eu, que sou a vida, estou agora junto de ti. Ordenei aos querubins que te adorem como a Deus, embora não sejas Deus.»¹

E – quem sabe? – se ao crepúsculo vespertino do dia seguinte, Sábado Santo, não distinguiremos dentro de nós o *Sol* da aurora nascente, simultâneo com o disco solar acabado de descer à terra!

¹ *Antiga Homilia para Sábado Santo*, 2.^a Leitura do Ofício de Leituras, Século IV; *Liturgia das horas*, vol. 2, pp. 454-5, Gráfica de Coimbra, 1983.

A comida dos reis no imaginário popular

Luís Filipe Maçarico

1. INTRODUÇÃO

Durante o lançamento do n.º 15 da revista *Callipole*, o director da publicação desafiou todos os colaboradores a escrever, em 2008, artigos relacionados com o centenário do regicídio.

Adverso a comemorações fúnebres, preferi imaginar então um dos prazeres da Casa de Bragança: a gastronomia, tema consentâneo com a pesquisa que aprecio desenvolver, pois através destas indagações é possível sistematizar dados, reunir conhecimentos dispersos e desvendar pormenores curiosos e caricatos da vida íntima dos sucessivos habitantes dos Palácios Reais¹, dando prioridade aos protagonistas da quarta dinastia.

Comecei por inventariar títulos publicados em torno do tema e dos seus personagens, constatando que até 2007 foram produzidas peças jornalísticas, caricaturas, fotografias, telas e obras literárias que difundiram uma ideia da realeza, romântica ou cáustica, consoante a análise dos respectivos autores.

As Cozinhas Reais, imponentes objectos, outrora pertença da casa real, estimulam a imaginação dos visitantes, que procuram conhecer o outro lado da História. Na Internet

há um guião de visitas ao Palácio da Ajuda para jovens estudantes, que reconfigura gestos e comportamentos, evocando D. Luís comendo todos os dias o seu prato favorito: canja de galinha.

Após 1 de Fevereiro de 2008, uma profusão de artigos foi divulgada em jornais e revistas, alguns documentos fílmicos surgiram na televisão e sucederam-se atitudes políticas relevantes, nomeadamente, por parte do Ministério da Defesa, com a proibição da actuação da banda do Exército num evento que decorreu no Terreiro do Paço e que pretendia assinalar os cem anos do regicídio, homenageando o penúltimo rei de Portugal. A inauguração de uma estátua de D. Carlos, pelo Presidente da República, em Cascais e a rejeição de um voto de pesar na Assembleia da República, foram outros dos acontecimentos relatados pela comunicação social.

Face a estas evidências, a problemática ganha consistência: Haverá um imaginário popular em torno da alimentação dos reis e da nobreza?

A pesquisa na literatura etnográfica, a recolha da tradição oral e a elaboração de um inquérito procurando vestígios desse imaginário permitiram descortinar algumas pistas.

¹ José Pedro Lima Reis, na sua obra *Algumas Notas para a História da Alimentação em Portugal*, Campo de Letras, 2008, mostra como os excessos alimentares da Corte e dos palácios da nobreza, foram criticados, através dos tempos, por homens da Cultura como Sá de Miranda e Gil Vicente. Efectivamente, Sá de Miranda falou de "Ceias imigas da vida/ imigas más das fazendas;/ (...) milagres de Portugal;/ Cousas de tanto sabor/ Para saberem tam mal" (Lima Reis:2008:119). E Gil Vicente protestou: "Porque com duas sardinhas/ Fico eu mais satisfeito,/ que vós, com vosso desfeito;/ nem com capões nem galinhas/ não vos fazem mais proveito" (Idem:88).

Considerou-se a advertência do professor José Gabriel Pereira Bastos, que em *e-mail* asseverou: “Não se trata de não querer cooperar, mas não faço a mínima ideia acerca do vosso «objecto» (nem conheço seja quem for que possa responder a um inquérito deste tipo sem inventar representações de que não dispõe). E as representações sociais não se forjam...²”

À parte a enumeração e análise de obras que nos elucidam acerca de como os reis da última dinastia comiam, como é o caso de “Mesa Real”, de Ana Marques Pereira ou “Casa Real”, de Eduardo Nobre, importa perceber o que as pessoas de hoje retiveram (ou desconhecem) sobre os protagonistas da realeza, no que concerne à imagem física, à frugalidade ou gulodice de alguns deles.

Julga-se que esta será a melhor forma, nos cem anos do regicídio, de evocar figuras da monarquia, em momentos supostamente felizes – ou de insatisfação – à volta da mesa, diante de cozinhados onde imperou a intemperança ou o comedimento.

A existência de uma iconografia representando os últimos soberanos, além de biografias relatando os seus reinados e os objectos biográficos musealizados nos Palácios de Vila Viçosa, Queluz, Ajuda ou das Necessidades, contribuíram para criar um imaginário popular. Uma informante³ atribui às visitas a diversos palácios, a construção

do seu imaginário acerca de algumas personagens da realeza.

As reflexões publicadas em periódicos, as entrevistas, os documentários e as séries apresentados na televisão, a par de posturas políticas, mediatizadas nos telejornais, certamente que fomentaram esse imaginário.

Quanto à iconografia consultada, o volume VI da *História de Portugal*, de José Mattoso, por exemplo, mostra-nos um D. Carlos bem nutrido, que a documentação disponível confirma ter sido bom *gourmet*. E ao folhear a *Ilustração Portuguesa*⁴, foi possível constatar a gradação da efígie do rei, entre o começo desta publicação e os números dos anos subsequentes, em que se nota o crescendo da obesidade daquele protagonista⁵.

A propensão para engordar era, aliás, a única vocação que a oposição reconhecera no malogrado monarca, que chegou a admitir não ter muito jeito para os jogos de poder em que se viu envolvido.

A sua veia artística proporcionou que inúmeros menus fossem desenhados pelo seu próprio punho, e quando não estava no mar, ou na burocracia palaciana da capital, era no Alentejo, em caçadas ou desfrutando de convívios gastronómico que alguns relatos o situavam.

O assunto parece ser suficientemente pertinente para merecer um, ainda que breve, olhar antropológico.

² Recebido em 19.Janeiro.2008, às 12h41.

³ Julieta Cabrita, depoimento na Azambuja, em Março.2008.

⁴ Consulta efectuada no Museu do Teatro, em 11.Abril.2008.

⁵ No livro de Jean Paillet, *D. Carlos I Rei de Portugal Destino Maldito de um rei Sacrificado*, há uma caricatura de D. Carlos, da autoria de Leal da Câmara, em que o rei aparece trajado de camponês, fumando charuto e dançando. Jorge Couto sublinha que estas caricaturas “são ilustrativas do desprestígio que atingira a figura de D. Carlos”. Em 1908. *Do Regicídio à ascensão do Republicanismo*, p. 13., Aníbal Pinto de Castro acrescenta que “Nada era deixado ao acaso no sentido de demolir a figura do monarca e a instituição que ele representava (...) A caricatura caprichou em aproveitar esse perfil, apresentando-o com irrísórios traços de um bom gozador da vida, alheio a responsabilidades e aos deveres que lhe impunha o exercício do Poder Régio” (Castro:2008:39 e 45).

2. MESA REAL VS. MESA DOS POBRES

Alguns autores asseguram que a refeição era um dos cerimoniais mais importantes da vida palaciana, pois à mesa era comum proceder-se à resolução de assuntos do Estado e das querelas políticas⁶.

Ao longo dos tempos, a ritualização em torno das comensais reais variou.

Na época de D. João IV, “ao passar a comida para sua majestade, toda a gente tirava o chapéu”⁷. Ao longo do reinado do “Restaurador” importava muito mais, enquanto os banquetes decorriam, sublinhar e mostrar pratos com “valor estético e ostentatório, do que oferecer paladares sofisticados.”⁸

Durante o reinado de D. João V, os reis iam para a mesa ao som de trombetas e os pratos vinham para a mesa em cortejo.

O uso do garfo, “lento mas regular, parece ter-se iniciado na segunda metade do século XVII.”⁹

Leonor d’Orey elucida: “A arte da mesa atinge a magnificência na Europa dos finais dos séc. XVII e séc. XVIII, época do ano e de ócio em que o luxo, a exuberância e a festa são indissociáveis da mesa de prestígio. A vida na corte fornece todas as ocasiões possíveis de exhibir e rivalizar em aparato: nascimentos, coroações, casamentos, sagrações, funerais, tratados, alianças e aniversários (...) O banquete era acompanhado de um cerimonial faustoso. Com o

serviço à la française “os alimentos, em vez de serem apresentados pelos criados a cada conviva, eram colocados sobre a mesa em séries sucessivas que se designavam serviços e cobertas.”¹⁰

“Nos dias festivos, para sublinhar a importância do assado - escreve Eduardo Nobre - e para facilitar a digestão, servia-se antes deste um ponche *glacé* ou um sorvete.”¹¹ E este autor esclarece que se tornou indispensável “o uso do menu como forma de informar o conviva dos pratos que o aguardam.”¹²

Um dos primeiros menus impressos no nosso país apareceu em 28 de Setembro de 1880, durante o jantar de gala comemorativo do 17.º aniversário do Príncipe Real D. Carlos, na Cidadela de Cascais e incluía: *potage*, *hors-d'oeuvre*, *relevés* (que poderia ser de peixe, carnes vermelhas, caça ou aves), *entrées* (que podiam ser quentes e frias), *rotis*, *entremets* de legumes, *entremets sucrés*, gelados e sobremesas, vinhos, licores, chá ou café eram os complementos finais da refeição¹³.

Eduardo Nobre assinala que, durante o reinado de D. Luís I e com dimensão europeia, foram alteradas, quer a composição das refeições, quer a forma de as servir. Os menus permitiam aos convivas saberem o que lhes seria servido, realidade anteriormente interdita, pois baseava-se nesse secretismo uma parte substancial do interesse da refeição.

⁶ Eduardo Nobre refere na página 56 do livro *Casa Real* que “o ritual das refeições foi desde sempre um dos mais importantes na vida da corte” e na página 139 afirma: “A mesa era também importante para a política, e a senhora D. Maria Pia já sabia que o estômago é o melhor caminho para o coração dos homens.”

⁷ AMORIM, Roby. *Da mão à boca*, p. 165. Houve nobres que se lamentaram pois uma das coisas boas da vida para eles era “comer com as mãos”. (Aguilera:2001:231).

⁸ SARAMAGO, Alfredo. Prefácio in *A Arte de Cozinha dividida em três partes por Domingos Rodrigues*, Colares ed., 1995.

⁹ Idem, p. 68.

¹⁰ OREY, Leonor d'. *A Baixela da Coroa Portuguesa*, Inapa, 1990, p. 49.

¹¹ NOBRE, Eduardo. *Casa Real*, Quimera, 2003, p. 118.

¹² Idem.

¹³ Fonte: *Casa Real*, p. 57.

Manuel Guimarães, em *À mesa com a História*, refere que no final do século XIX, “enquanto uns comiam à barba longa, o Zé Povinho¹⁴, caricaturado em espinha de peixe, receava que um ministério de gatos o trincasse.”¹⁵ Noutra caricatura de Bordalo Pinheiro, “o sr. Anselmo de Andrade propunha que se comesse o contribuinte na grelha, bem passado, com muita salsa.”¹⁶

Contudo, e segundo refere Sousa Tavares na sua obra *Equador*, vários repastos da realeza eram momentos de requinte, nomeadamente um em honra do príncipe D. Luís Filipe, “excelente almoço ligeiro de salada de lagosta cozida e *poulet au citron*.”¹⁷ Este filho de D. Carlos foi alcunhado de príncipe Gamela¹⁸.

Dezenas de páginas depois, na exuberante colónia do trópico, “foi aí, à sombra e ao ar livre, que serviu um almoço (...) incluindo, por pedido expresso do príncipe, um generoso cardápio de peixes de S. Tomé, regado com um excelente vinho branco de Colares que trouxera na bagagem de Lisboa.”¹⁹

As descrições fazem-nos salivar, pela imaginada excelência das iguarias. No caso de uma “recepção fidalga”²⁰, promovida pelo

Conde de Valle Flor, somos informados que foram apresentados “inteiros e no espeto, borregos, porcos, vitelas, lagostas, camarão gigante, chernes, tartarugas e tubarão, doces de coco, de manga, de papaia, de banana, de abacaxi e até de chocolate. *Champagne* francês, vinho branco de Palmela e tinto da Cova da Beira, Porto *Vintage* da Quinta do Vesúvio.”²¹

O relato dos desregramentos²² chegou até nós através de vários testemunhos: documental, ficcionado, oral, efabulatório, geralmente com um fundo de verdade que originou a construção de lendas.

Laura Junot, por exemplo, retratou assim o Conde de Vila Verde, primeiro-ministro de D. João VI: “Sentava-se a uma mesa de vinte e cinco pratos, em que se lhe apresentavam doze a quinze iguarias, sem contar os aperitivos, e fazia honra a tudo.”²³

Mapone reporta “a glutanice do Marquês de Pombal e o célebre jantar que ofereceu ao Abade de Alcobaça, em que este diz que só começa a beber depois de meia refeição, quando já devorara viandas de cinquenta pratos.”²⁴

Ana Marques Pereira recorda que “cardos, beringelas, espargos, cenouras,

¹⁴ “A alimentação das classes trabalhadoras baseava-se no pão, nas hortaliças, legumes e vinho. Comia-se pouca carne, pouco peixe e muita fruta” in *Nova História de Portugal*, volume XI, “O nosso povo alimenta-se em geral pior que os outros povos civilizados da Europa”, Idem, p. 216.

¹⁵ GUIMARÃES, Manuel. *À Mesa com a História*, 2001, p. 223.

¹⁶ Idem, p. 226.

¹⁷ *Equador*, p. 438.

¹⁸ *Gamelle*: prato do rancho do soldado. O príncipe ficou conhecido por “Príncipe da Gamela” por ter dito um dia, quando prestava serviço militar, que até gostava de comer na *gamelle*. Nota 17 do livro de Jean Pailler, p. 99.

¹⁹ Idem, p. 448.

²⁰ “Na alimentação camponesa a carne é complemento de sopas, cereais e legumes. Na alimentação dos poderosos é o seu símbolo. O facto de comer muito caracteriza os poderosos.” (Flandrin; Montanari:1998:263).

²¹ *Ibidem*, p. 449.

²² A abundância e confecção elaborada dos alimentos e o comer muito eram características da alimentação das classes dirigentes.” in *Nova História de Portugal*, volume XI, p. 618.

²³ *Mesa Real: Dinastia de Bragança*, p. 85. Este episódio é também relatado por Roby Amorim, na obra *Da Mão à Boca*, pp. 206-207.

²⁴ MAPONE. “Sabores da região Leiria/Fátima”, ed. Região de Turismo de Leiria, 2005, p. 12. Roby Amorim, nas pp. 196-197 do seu *Da Mão à Boca*, refere igualmente o jantar do Abade de Alcobaça em casa do Marquês.

alcachofras, ervilhas, favas, chicórias e alface eram sobretudo utilizados na época da Quaresma e noutros dias de abstinência da carne.²⁵ A utilização das ervas na alimentação das famílias pobres do Alentejo, preveniu, ironicamente, contra maleitas que eram correntes nas mesas abastadas dos meios aristocráticos.

Para José Godinho, presidente da Câmara de Aljustrel, “Há uma doença que é a doença dos condes. Não é nem mais nem menos que a gota! Aqui dificilmente se tinha gota: comia-se pão²⁶, açorda com ervas. Só os ricos se davam ao luxo de ter isso.”²⁷

Na realidade, dentro dos palácios, a opulência²⁸ contrastava com o quotidiano do povo e as desigualdades transpareciam, entre senhores e criados. Um infante tinha possibilidade de comer nove pratos ao almoço e seis ao jantar, enquanto o cocheiro comia um único prato. (Pereira:2000:48-49). A mesa de D. Maria I era composta por nove pratos ao jantar, sendo o serviço reduzido para quatro, durante a ceia (Pereira:2000:91) enquanto D. João IV precisava de doze pratos ao jantar e cinco à ceia (Idem).

Os desfavorecidos eram descritos em romances e no teatro como seres boçais e ignorantes. Segundo José Mattoso “A pobreza tendeu cada vez mais a ser identificada com a delinquência. O “povo”, de facto, não fazia parte da nação” (Mattoso:1994:90).

O engenheiro João Magalhães Pereira, presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres (Lisboa) resume o que se passou: “A educação ou a falta dela conduzia ao estatuto social. Não estando educado não tinha posição social, o que originava o delinquente. Esta catarata de raciocínio levou a todas as revoluções do início do século.”²⁹

Não admira pois, que esta forma de estar, apanágio de uma Maria Antonieta³⁰, proporcionasse versos muito críticos como este:

“O rei vive ocioso
C’roado de louro e carvalho.
À sombra só de trabalho,
Do pobre laborioso.”³¹

3. REFEIÇÕES PALACIANAS: PRAZER, EXCESSO E DOENÇA

“Fidalgo sem comedoria é gaita que não assobia”³²

Esta frase rimada, recolhida por Leite de Vasconcelos, em Arcos de Valdevez, traduz a importância do alimento nos processos de construção da Nobreza no imaginário popular. O etnógrafo refere que “No século XIV, era costume no Alentejo os fidalgos e pessoas poderosas, quando queriam casar filhos, parentes ou criados, rogarem às

²⁵ *Mesa Real: Dinastia de Bragança*, pp. 29-30.

²⁶ “Quanto mais baixa é a posição social de uma pessoa, mais elevada é a percentagem do seu rendimento consagrada à compra de pão” (Flandrin e Montanari:2001:84).

²⁷ Depoimento em Aljustrel, em 7.Março.2007.

²⁸ “Comemos mais perdizes e carnes delicadas do que eles (os que não pertencem à nobreza) e isso dá-nos uma inteligência e uma sensibilidade mais maleáveis do que a dos que se alimentam de carnes de vaca e de porco.” (de um texto de um nobre), (Flandrin e Montanari:2001:88).

²⁹ Depoimento em 16.Abril.2008.

³⁰ Ana Duro, enviou por e-mail, em 5.Abril.2008, às 21h23 o seguinte episódio, atribuído a Maria Antonieta: “Perante o alerta, que o povo estava sem pão e com fome, respondeu “comam brioches”!

³¹ NERY, Rui Vieira. “Para uma História do Fado”, *Público*, algures em 2004, p. 131.

³² “Etnografia Portuguesa”, volume X- Livro III, *Vida tradicional portuguesa*, J. Leite de Vasconcelos, p. 335.

Foto Joaquim Satal



Paço Ducal de Vila Viçosa

Foto de Postal Ilustrado, ed. FCB



Cozinha do Paço Ducal de Vila Viçosa

autoridades municipais e outras pessoas da vila que os acompanhassem pelos montes pedindo carneiros, galinhas, queijos e outras coisas para as bodas.”³³

Alfredo Saramago dá notícia de acontecimentos similares, ocorridos ao longo dos séculos, protagonizados por diversos reis, no seu relacionamento com entidades religiosas:

“D. Manuel I, durante as estadias no Paço de Évora, não dispensava, diariamente, três tabuleiros de doces³⁴. D. João VI demorou-se por Évora uns dias, em 1806, e os conventos não só fizeram as refeições, como as sobremesas que o rei, passando mal de sua saúde, não deixou de comer e elogiou³⁵. (...) D. Pedro, D. Luís e D. Carlos, durante uma visita a Évora, regalaram-se com os doces do convento do Calvário e de S. Bento, e levaram 18 caixas para Vila Viçosa.”³⁶

Em *Para uma História da Alimentação no Alentejo*, Saramago já contara que “D. Luísa de Gusmão quando viajou de Vila Viçosa para Lisboa para assistir à aclamação de seu marido, demorou-se em Évora (...) onde os conventos da cidade apresentam muitos alguidares de doces e confeitos. A Rainha, para deleite da viagem, levou um mimo de seis tabuleiros de doces.”³⁷

Não admira, pois, que os resquícios feudais incutissem no povo a formulação de

um imaginário acerca do mundo aristocrático, nomeadamente no que concerne à degustação. Através de várias centúrias, é possível detectar esse imaginário, muitas vezes impiedoso.

A força da voz anónima ou a palavra do poeta inspirado³⁸, o dito ou o verso, a metáfora, o provérbio ou o anécdota, comentam, sublinham, criticam, satirizam o gesto, a atitude, o comportamento do poder.

Alguns desmandos alimentares na Corte Portuguesa estão documentados, tendo havido reis que promulgaram legislação, no sentido de reduzir e controlar os exágeros.

Roby Amorim, em *Da mão à boca*, faz referência a factos sucedidos, neste âmbito. Nomeadamente que D. João VI “arrastará toda a sua vida e no resto das páginas de história a culpa odiosa de comer frangos assados.”³⁹

Ostentadamente, aquele soberano que Oliveira Martins descreveu como tendo “mãos enormes e inchação das pernas, doença antiga de família”, no esboço elaborado pelo escritor de *Os gatos*, “Preferia os louros frangos assados com que abarrotou os bolsos da casaca engordurada, comendo-os à mão.” (Jorge e Dores:2006:22)

Hélio Loureiro, no romance *O Cozinheiro do Rei D. João VI* refuta aquela argumentação: “Ouvi um dia o meu padrinho contar (...) que D. João gostava tanto de comer que

³³ Idem, p. 240.

³⁴ *Doçaria Conventual do Alentejo*, p. 35.

³⁵ Idem, p. 36.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Op. Cit. p. 226.

³⁸ “Garcia de Resende reprovou em verso o consumo desbragado e ostensivo dos produtos cárneos da ementa dos nobres: Tereis senhor, ó jantar/ vaca magra sem toucinho,/ com seu quartilho de vinho,/ Com que possais jarrear,/ e não me chamar mesquinho.// À ceia da vaca fria,/ rabão, queijo e salada o corpo cria:/ o mais é velhacaria,/ e fazenda mal gastada” (Lima Reis:2008:113).

³⁹ Op. Cit. p. 206. Comentário escutado à arqueóloga Susana Correia, em Mértola, no dia 22.Abril.2008: “Este era o que andava com frangos no bolso! Vi numa telenovela...Pelo menos no Brasil tinha fama de guloso e de andar com frangos assados no bolso!”

guardava galinhas coradas nos bolsos da sua jaqueta para satisfazer a sua fome insaciável enquanto recebia ministros em audiência. Que insulto! Como foi possível alguém inventar tal história? Não conheceriam eles o tamanho de uma galinha para que fosse possível metê-la no bolso? E com tantos criados não lhe bastaria pedir para que fosse servido de imediato?... Mas naquela altura não sabia se seria verdade ou invenção do povo que gostava sempre de parodiar com os seus soberanos.”⁴⁰

Sobre D. Afonso VI⁴¹, Ângela Barreto Xavier Pedro Cardim registou “A demasiada gordura de El Rey e sua grande barriga” pois “não se podia mover sem grande cansaço, banhando-se todo em suor.” (Cardim:2006:42)

Maria Paula Lourenço, biógrafa de D. Pedro II⁴² conta que “Após vários espirros, D. Pedro “lançou por uma venta do nariz, um pedaço de carne, tamanho como metade de um dedo “meninho”, com um bocado de osso”. Os médicos concluíram que era um pedaço de uma perna de tordo que o monarca comera semanas antes, episódio que causou embaraço e grande confusão.”⁴³

Maria Beatriz Nizza da Silva realça que “o número de pratos oferecidos a cada refeição (...) é de supor que fosse elevado, pois um jantar na casa de campo do secretário de Estado Diogo de Mendonça comportava 40 pratos.” (Silva:2006:79)

Epiléptico, “O Magnânimo” teve uma paralisia no braço, perna e todo o lado

esquerdo” (Idem:133), sintomas de acidente cardiovascular.

Seu irmão, D. Francisco, segundo Roby Amorim, “morreu com uma indigestão de lagosta”, tendo o monarca vivido “os últimos tempos em prolongados sofrimentos provocados pela gota.”⁴⁴

Por seu turno, D. José sofria de ataques apopléticos (Monteiro:2006:259) enquanto D. Pedro IV “tinha o organismo todo minado de mazelas” (Santos:2006:235)

Ao longo dos derradeiros anos da 4.^a Dinastia, alimentos houve que se tornaram redundantes nos menus de Suas Altezas, tais como: boi, vaca, veado, perdiz⁴⁵, galinha, presunto, faisão, salmão, lagosta, ovos, peru e frango. O elevado nível calórico e proteico e o teor de colesterol presentes na maioria destes alimentos potenciaram hipertensão e ácido úrico na Casa Real, com as nefastas consequências conhecidas.

Se tivermos em conta todas estas descrições, que são uma pequena parcela seleccionada, de entre muita informação pesquisada, e se acrescentarmos aquela que Sousa Tavares, no livro *Equador* informa de que “almoço de Príncipe não podia ter nunca menos de seis ou sete pratos⁴⁶, podemos imaginar o seguinte exercício de lógica:

$$a + b = c$$

Sendo que “a” corresponde a “prazer da mesa” e “b” a “imoderação”, a soma dos dois, que é igual a “c”, tem como resultado “enfermidade”.

⁴⁰ LOURENÇO, Hélio. *O Cozinheiro do Rei D. João VI*, 2008, p. 36.

⁴¹ “Os seus hábitos alimentares seriam excessivos. Estava à mesa duas horas inteiras, indo em seguida para a cama. Banqueteava-se com quilo e meio de testículos de carneiro.” (Lima Reis:2008:147).

⁴² Em *A Caça perspectiva histórica e receitas tradicionais*, Alfredo Saramago assevera que D. Pedro II “tinha por trabalho a caça e por divertimento governar.” p. 28.

⁴³ *D. Pedro II*, 2006.

⁴⁴ *Da mão à boca*, p. 184.

⁴⁵ A caça está ligada à força. A carne é o meio para a obter. A mentalidade guerreira alicerça-se na dualidade força e poder. (Flanrin e Montanari:1998:263).

⁴⁶ *Equador*, p. 438.

Poupe-se o leitor à descrição dos horrores da gangrena sofrida por D. Luís⁴⁷ e refira-se sucintamente o caso de D. Carlos I.

Jean Pailler informa que o rei “herdara de seu pai uma constituição bastante robusta e, depois de convalescer da febre tifóide, tinha engordado consideravelmente⁴⁸.”

Jorge Couto esclarece que “O gritante contraste entre a imagem do Rei, obeso e desfrutando dos prazeres da vida, e a maioria do seu povo, tornava mais evidente, num período de agudas dificuldades, as profundas desigualdades de uma sociedade de que o soberano era o expoente.”⁴⁹

Rui Ramos assegura que o monarca “tornara-se um caso de excesso de peso, com um aspecto congestionado”⁵⁰ tendo herdado “o apetite do pai, D. Luís, que comia muito”, com “extravagância”, acompanhando “tudo com pão e manteiga”⁵¹.

Citando Aquilino, Ramos descreve a face de D. Carlos “duma gordura reluzente e sudorífica”, evocando-o, recorrendo a Guerra Junqueiro, como um “conviva heróico à mesa.”⁵²

Devido à sua obesidade, conclui, D. Carlos sofria de hipertensão “sabia-se diabético” (Ramos:2006:227) e apesar de convidar para as refeições de caça “gente simples, rústica por vezes” (Pailler:2002:109) e de ter sido estimado em Vila Viçosa pelas “estadas repetidas que ele tanto apreciava e a convivência com indivíduos de todas as

classes sociais” (Gama:1991:52) a causa da sua morte, ao invés da maior parte dos seus pares será o regicídio, consequência do descontentamento popular despoletado por um primeiro-ministro déspota.

Em Algés, segundo Rui Tavares, um cego cantou estes versos:

“Já mataram o rei gordo
E o magrinho também;
Acabem com o que ficou,
Depois liquidem a mãe.”⁵³

Concretizava-se assim a profecia que Guerra Junqueiro engendrara, utilizando o 13.º nome do rei (Simão), quase duas décadas antes:

“Papagaio real, diz-me quem passa?
– É alguém, é alguém que foi à caça
Do caçador Simão!...”⁵⁴

4. MEMÓRIA ORAL E IMAGINÁRIO POPULAR

A – Recordações positivas

É do conhecimento geral que D. Catarina de Bragança⁵⁵ popularizou o chá em Inglaterra. Menos conhecidos serão os versos que Afonso Lopes Vieira dedicou a esta destacada figura da realeza. Partilhamos a criatividade do poeta:

⁴⁷ “Esse senhor gordo e flácido” lê-se na página 42 do livro *D. Carlos I Rei de Portugal Destino Maldito de um rei Sacrificado*, de Jean Pailler, a propósito de D. Luís. O autor elucida que “se os fastos reais chamavam sempre uma multidão pronta a aclamar, eles faziam cada vez menos sucesso junto dos cronistas, alguns dos quais não se coíbiavam de dizer que tudo aquilo custava bem caro a um País que não era rico.” Idem, p. 41.

⁴⁸ *D. Carlos I Rei de Portugal. Destino maldito de um rei sacrificado*, p. 109.

⁴⁹ 1908. *Do Regicídio à ascensão do Republicanismo*, p. 13.

⁵⁰ *D. Carlos*, p. 166.

⁵¹ Idem.

⁵² Ibidem, p. 185.

⁵³ SAMARA, Maria Alice e TAVARES, Rui. *O Regicídio*, 2008, pp. 76-77.

⁵⁴ Idem, p. 58.

⁵⁵ D. Catarina de Bragança era filha de D. João IV e de Dona Luísa de Gusmão. Casou-se com Carlos II da Inglaterra.

“Se um inglês ao passar me olhar com desdém,
Num sorriso de dó eu pensarei: Pois bem!
Se tens agora o mar e a tua esquadra ingente
Fui eu que te ensinei a nadar simplesmente.

Se nas Índias flutua essa bandeira inglesa
Fui eu que T’as dei num dote de Princesa
E, para te ensinar a ser correcto já
Coloquei-te na mão a xícara de chá.”⁵⁶

Em *À mesa com a História*, lemos que “o povo saudava (D. João VI) cantando que tinha um rei de nome João que faz o que lhe mandam e que come o que lhe dão”⁵⁷.

António Correia⁵⁸ revela que este rei comeu uma caldeirada, confeccionada por Maria do Rosário para a companha, sentado na areia. Quando um dos elementos da comitiva real, que tinha pedido autorização para provarem a caldeirada e ver se sabiam comer como os pescadores, revelou quem eram, a cozinheira ficou muito atrapalhada. O rei retribuiu oferecendo cargos ao filho da senhora e aos mestres da companha e a memória desse encontro ainda hoje é relembrada.

“Esta é muito engraçada e tem fundamento histórico” – começa por dizer Maria Amélia Sobral Bastos, explanando: “D. João V era extraordinariamente mulherengo e era amante da Madre Paula, Abadessa de Odivelas. Daí a origem da “Marmelada de Odivelas”, ser do convento e ter duplo significado.”⁵⁹

D. Fernando, marido de D. Maria II era alvo de “quadras populares em que se parodiava a fisionomia e a indumentária do Rei, considerada extravagante. O povo chamava-lhe “Zé Nabo”, porque D. Fernando só começou a usar barba em 1847, e como era muito pálido e a sua face era muito alongada, a sua cabeça era comparada a um nabo. Rafael Bordalo Pinheiro inspirou-se nesta alcunha e publicou n’o “Procurador dos Povos” uma caricatura em que o Rei aparece com uma cabeça de nabo... Parece que o Rei se deleitava com estas jocosidades e até musicava as quadras que lhe faziam, tocando-as ao piano no Palácio das Necessidades perante os seus convivas...”⁶⁰

A pintora montemorense Isabel Aldinhas e seu marido José enviaram por *e-mail* um testemunho⁶¹ onde a simples sede do rei transfigurou um momento banal num episódio marcante: Caminhada do rei D. Carlos para Vila Viçosa, com paragem na Fonte dos Cavaleiros⁶². “Conforme o prometido aqui vai a descrição dum facto verídico, sobre o rei D. Carlos e o copo emprestado, passado por volta de 1904. Contava a avó Maria algumas vezes, que um dia veio um homem bater à sua porta, na Quinta da Torrinha a pedir um copo emprestado. Estava então parado um trem junto ao chafariz dos Cavaleiros. O viajante era nem mais nem menos o rei D. Carlos que se dirigia a Vila Viçosa, para alguma temporada de caça. A avó, ainda jovem por essa época, surpreendida lá foi buscar o copo. O homem

⁵⁶ QUITÉRIO, José. *Histórias e curiosidades gastronómicas*, Assirio & Alvim, 1992, p. 186.

⁵⁷ Op. Cit. p. 150.

⁵⁸ *Divagando sobre Caparica: Pedacos da sua História*, Almada: Comissão Municipal de Turismo da Câmara Municipal, 1973, pp. 110-113.

⁵⁹ Depoimento recolhido em Évora, em Março.2008.

⁶⁰ LOURENÇO, António. *Rei artista, Rei esquecido... Notas sobre a vida e a obra de D. Fernando II*, ADP Boletim, Associação de Defesa do Património de Sintra, 2004.

⁶¹ Recebido em 3.Abril.2008.

⁶² O referido chafariz foi construído em 1825.

desceu apressadamente a ladeira do loureiro, transpôs o portão e dois passos mais, estava de novo junto ao chafariz, com três bicas das quais jorravam abundantes caudais de água fresca. Sobre as bicas a esfera armilar e uma coroa real esculpidas em mármore davam as boas vindas ao ilustre viajante. O rei D. Carlos bebeu água da fonte dos Cavaleiros tal como nós o fazíamos todos os dias. Mandou o copo de volta acompanhado com uma recompensa de dez mil réis. Sei que o copo foi guardado numa prateleira que existia na casa onde não se lhe chegava facilmente. Ninguém mais o utilizou. Um dia e sem motivo aparente o copo caiu do seu pedestal e estilhaçou-se. A avó Maria lamentou a perda do seu objecto de estimação que desaparecia para sempre. Afinal não era todos os dias que um rei parava à sua porta a pedir um copo emprestado. Desta história verdadeira criámos um conto para as nossas netas Vera e Marta, que descrevemos a seguir:

“Era uma vez um rei que ia para a caça e como estava calor, mandou parar o seu coche junto a um belo chafariz, a fim de matar a sede. Olhou para as três bicas que jorravam água límpida e fresca e pensou que precisava de um copo. Ao olhar em frente avistou um monte com uma abóbada que ficava perto da estrada. Ordenou ao criado que fosse lá buscar um copo emprestado. O homem assim fez. Entrou ao portão subiu a pequena ladeira e ao chegar à porta da casa chamou. Apareceu uma mulher ainda jovem, a ver o que lhe queriam. Emprésteme um copo que está ali o rei e quer beber água. A boa mulher foi buscar o melhor copo que havia em casa. Lá foi o homem apressada-

mente satisfazer a ordem do rei que ao matar a sua real sede mandou devolver o copo e uma oferta de dez mil réis, a troco do empréstimo. O rei seguiu a sua viagem. A mulher guardou o copo sobre uma prateleira bastante alta para que ninguém o pudesse quebrar. Era o seu objecto de estimação. Passados anos, sem se saber porquê, o copo estalou, desfez-se em pedaços sem que ninguém lhe tocasse e caiu do seu pedestal, tal como o rei um dia deixou o trono vazio.”

B – Recordações negativas

José Godinho, de Aljustrel, lembra que “A Rainha D. Amélia dizia que a sardinha seria o melhor peixe do mundo se não fosse o peixe dos pobres.”⁶³ Interrogado acerca da fonte onde encontrou esta informação, acrescentou: “É já antiga...eu já li há muito tempo!”

Rocha Martins, em *D. Carlos, história do seu reinado*, insere alguma literatura popularizada, assinada ou anónima, acerca do penúltimo soberano português.

No *António Maria*⁶⁴, diz aquele autor, apareceram estes versos em que D. Luís pergunta e D. Carlos responde:

“Que mais tens feito,
Tão longe das minhas vistas?
– Tenho ido p’rá Trindade,
Ver as pernas às coristas.

– Fiz mal, já vejo,
Em deixar-te o thrôno e o Paço
Porque tu, no fim de contas,
Fizeste o mesmo que eu faço.”⁶⁵

⁶³ Depoimento em Aljustrel, em 7.Março.2008.

⁶⁴ Publicação humorística editada e dirigida por Rafael Bordalo Pinheiro, em duas fases: 1879-1885 e 1891-1898.

⁶⁵ Op. Cit. p. 98.

Gomes Leal criticou em verso o monarca.

“Depois de bem jantar, gordo rei folião
Entre uma aia gentil e o velho capelão
Tu preferes da aia a esbelta companhia.”⁶⁶

A par das caricaturas de Bordalo Pinheiro, no *António Maria* (1879), Ramalho Ortigão assegurava que o príncipe fora educado “pelos mesmos processos porque se ministra o alimento às galinhas nas creadeiras mechanicas.”⁶⁷

Em Novembro de 1889, a *Typographia Minerva* editava a “Carta de Conselho a El-Rei”, da autoria de Coelho de Carvalho⁶⁸ onde constavam estas estrofes:

“Desde a idade feliz aos tempos mais distantes,

Tomai por conselheiro o livro de Cervantes

E chegareis a velho, e de venturas ancho,
Seguindo o proceder do pachorrento Sancho.

Demais é tradição da Casa de Bragança

O bom senso burguês do bom monarca Pança.”⁶⁹

João de Deus também satirizou a monarquia. Apresenta-se um soneto onde se evidencia o sarcasmo daquele pedagogo:

“Andam a dizer mal da monarquia,
Mas sem razão, falemos a verdade;
Porque aos bons ninguém dá mais garantia
Nem pune aos maus com mais severidade.

Nunca paixões de certa qualidade
Prevaleceram contra o que cumpria,
Nem consta que inspirasse a iniquidade
Despacho, lei, decreto ou portaria!

Há setecentos anos simplesmente
Que este sistema nos governa, e vede
Comércio, indústria, tudo florescente.

Os caminhos-de-ferro é uma rede!
E quanto a instrução, toda esta gente
Faz riscos de carvão numa parede.”⁷⁰

Contrariamente, D. Afonso, irmão de D. Carlos “tinha especial predileção por sardinhas assadas ou fritas, iscas, bacalhau, as simples azeitonas, os vulgares tremoços e amendoins. Frequentava os retiros das Hortas fora de portas, assíduo do popular Quebra-Bilhas, não perdia uma boa caldeirada em Cascais (...) Por vezes, o que não seria raro, segundo os seus cronistas, era ele mesmo quem animava a festa cantando o fado brejeiro.”⁷¹

Ficou conhecido pelo Arreda, “mercê do seu apetecido gosto de imprimir velocidade ao seu automóvel, um dos primeiros que se viram em Portugal” e porque “em vez de utilizar a buzina, preferia gritar aos transeuntes que se arredassem.”⁷²

D. Afonso terá sido uma das raras excepções em que um membro da realeza acamaradou com o povo, comendo dos seus cozinhados e frequentando os mesmos locais míticos da boémia de então...

⁶⁶ Idem, p. 90.

⁶⁷ MARTINS, Rocha. *D. Carlos – História do seu reinado*, p. 99.

⁶⁸ CASTRO, Aníbal Pinto de. *O Regicídio de 1908. Uma lenta agonia da História*, Civilização ed., 2008.

⁶⁹ Idem, p. 159.

⁷⁰ *Campo de Flores*, p. 11.

⁷¹ *À mesa com a História*.

⁷² Idem.



Foto Luís Maçarico

Palácio das Necessidades



Foto Joaquim Saial

Cozinha do Palácio das Necessidades, hoje adaptada à realização de eventos culturais

C – Três cantigas da década de setenta

Sete decénios decorridos sobre o Regicídio, e dois anos após a Revolução do 25 de Abril de 1974, o éter animou-se com um fado e uma canção para crianças.

Rodrigo popularizou uma quadra que as pessoas recordam. Foi o caso de Guida Loureiro que a trauteou ao telemóvel:

“Coentros e rabanetes
Não vão à mesa do rei
Alpergatas e coletes
São coisas reles eu sei!”⁷³

Maria Odete Roque facultou uma pista para aceder à canção para crianças em que José Barata Moura brinca com a imagem de um rei comilão:

Era uma vez um rei
Com uma grande barriguinha
Comia, comia
E mais fome tinha.
Bom dia, Sr. Rei!
Como passa Vossa Alteza?!...
Se continua a comer tanto
Vai rebentar com certeza”.
Isto dizia o bobo,
No meio de uma palhaçada
Mas o rei continuava
Como se não fosse nada.
Bom dia, Sr. Rei!
Viva a Vossa Majestade!
Depois de tanto comer
Como é que ainda tem vontade?
Isto dizia a rainha
Meia triste, meia zangada,
Mas o rei continuava
Como se não fosse nada.
Bom dia, Sr. Rei!

Vossa Alteza é o maior,
Um rei deve ser grande
Se for gordo ainda é melhor.
Isto dizia o cozinheiro
Olhando o rei de alto a baixo,
O rei que coma, que coma
Quero lá perder o tacho.

Bom dia, Sr. Rei!
Faz Vossa Alteza muito bem
Os reis são feitos para comer
Para beber e dormir também.
Isto dizia o conselheiro
Esfregando as mãos de contente
O rei que coma, que coma
Enquanto eu sou o Regente.

E para final desta história
Já com tanto que contar,
Vamos dizer-lhe amiguinhos,
Como o rei se passou a chamar
Sua Alteza de tanto comer,
Já só andava à cambalhota,
O povo chamou-lhe então
O não sei quê, é o “Rei bolota”⁷⁴.

Curiosa é também a frase “quando o rei faz anos” empregue por exemplo no caso de só se ter acesso a um bem ou prazer, em ocasião especial.

No início dos anos setenta do século XX, o cantor José Cid também glosou o imaginário em torno de personagem real, utilizando como *leit motiv* justamente a frase “No dia em que o rei fez anos”.

A cantiga circulou na rádio, tornando-se bastante popular:

“No dia em que o rei fez anos
Houve arraial e foguetes no ar
O vinho correu à farta
E a fanfarra não parou de tocar

⁷³ Depoimento em Março.2008.

⁷⁴ Recolhido em: <http://lualuinha.blogspot.com/2007/03/era-uma-vez-um-rei.html>

E o povo saiu à rua
Com a alegria que costumava ter
Cantando se o rei faz anos
Que venha à praça, para nos conhecer.”⁷⁵

Fica esboçada uma das abordagens possíveis da temática proposta – A simbologia da realeza, em versos cantados, que o imaginário popular guardou durante décadas.

Como se verifica, existe um manancial por explorar, que pode originar trabalhos interessantes, se aprofundado.

D – Efabulação popular de um episódio atribuído a D. Carlos

Partindo de uma frase escutada várias vezes, “Nem sempre galinha, nem sempre Rainha”, indagou-se junto de algumas pessoas sobre o significado desta espécie de provérbio, do qual existe uma variante também ouvida na gíria, “Nem sempre galinha, nem sempre sardinha”...

O resultado é curioso e corrobora Candau: “A memória colectiva é sem dúvida mais consequência dos esquecimentos do que resultado das recordações”. (Candau:1996:64)

Fátima Sá recordou-se dessa frase: “Não sei porque se dizia isso em minha casa, o meu pai dizia essa! Provavelmente ele sabia o significado, mas como eu era muito miúda...”⁷⁶

Segundo o professor Alexandre Laboreiro, “talvez em certa medida esteja relacionada com D. Carlos. Era um pedaço mulherengo. Foi admoestado por um certo cortesão e ele deu ordem ao cozinheiro para servir sempre galinha ao cortesão.”⁷⁷

Maria Amélia Sobral Bastos concedeu um interessante depoimento sobre esta frase, declarando ser a sua “interpretação de pessoa adulta com conhecimentos de História”: “Tanto quanto me recordo foi passado com D. Carlos e D. Amélia no palácio de Vila Viçosa. Soube disso em miúda, em rapariga, quem contou não sei, já não me lembro. Infelizmente, as minhas memórias ou as minhas fontes populares orais, ao fim destes anos todos, claro, passam também. Mas são muitas vezes filtrados pelos conhecimentos históricos e sociológicos. Ao ouvir, a primeira coisa que faço é a interpretação racional. Depois é que, a pouco e pouco, me vou recordando do primitivo. “A história tal como eu recordo foi-me contada assim: o rei tinha as suas aventuras em Vila Viçosa e que constavam, portanto, de pessoas do povo. E depois, o confessor dele, uma das vezes, passeando, ou numa caçada, qualquer coisa assim do género mais íntima, deu-lhe a entender que a coisa era falada e que ele não devia dar azo, acompanhando mais ou dando mais assistência à rainha. E ele achou por bem vingar-se, demonstrando-lhe de uma maneira... pronto, as pessoas não contam assim... e então, durante uma semana o confessor comeu no palácio... não tenho a certeza se seria confessor ou superior de um convento dali... e foi quando ele resolveu mandar fazer ao cozinheiro galinha cozida. E o rei viu que ele começou a comer cada vez menos... e o rei gozando virou-se para ele e perguntou-lhe o que é que se passava porque ele cada vez estava a comer menos, se estava com falta de apetite. E disse-lhe: “Saiba Vossa Alteza não é por mal mas como temos comido galinha todos os dias não ando com

⁷⁵ <http://letras.terra.com.br/jose-cid/1128493/>

⁷⁶ Depoimento em 19.Março.2008.

⁷⁷ Depoimento em 19.Março.2008.

tanto apetite. E a única frase que me recorde perfeitamente é: “Nem sempre galinha, nem sempre rainha!”⁷⁸

Para Manuel Sobral Bastos, “o nem sempre galinha, nem sempre rainha” tem a ver com um rei estrangeiro que teria amantes e era censurado nessa atitude por um clérigo que convidou durante uma semana para a partilhar a refeição real, servindo-lhe sempre galinha, demonstrando-lhe como comer sempre o mesmo prato enjoa.”⁷⁹

Manuel Poças Neves, autor de vários livros de investigação gastronómica, em diálogo telefónico, informou que este episódio ocorreu com um rei, sim, mas de França: Luís XV e o cardeal Richelieu, pondo em causa as narrativas efabulatórias, construídas em torno de D. Carlos, alvo da zombaria dos eruditos e da “canalha”, vocábulo que lhe é atribuído, por supostamente assim designar a classe mais pobre da população portuguesa (Mattoso:1994)

Uma das informantes como se viu, assumiu no final do seu depoimento que recorda perfeitamente uma frase (a única, sublinha ela), utilizando durante o seu discurso proposições do género: “Tanto quanto me recorde”, “quem contou não sei, já não me lembro”, “Infelizmente, as minhas memórias ou as minhas fontes populares orais, ao fim destes anos todos, claro, passam também”. A dada altura a informante admite a efabulação, embora tentando rodeá-la de um cunho interpretativo científico, falando mesmo em filtros racionais. Diz ela: “As pessoas não contam assim”. Com efeito, a génese das lendas está contida naquele fabuloso depoimento. De facto, quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto, pois “as

recordações são como as plantas: há algumas que é preciso eliminar rapidamente, para ajudar as outras a desabrochar, a transformar-se, a florescer” (Auge:2001:23)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos apresentados serão porventura resquícios de um imaginário popular, acerca da realeza e do consumo alimentar na Casa Real, com contornos morais éticos e políticos? Talvez. Há ainda quem fale destas coisas...

A presente recolha etnográfica é apenas uma amostra daquilo que se intuiu nesta abordagem apressada, tendo em conta a escassez de tempo para um trabalho de maior fôlego, que o tema mereceria. “As narrações de uns e de outros não podem coexistir sem se (...) reconfigurar umas às outras” (Augé:2001:55). Paraphraseando Connerton, “A reconstrução histórica não está dependente da memória social.”⁸⁰

O papel do antropólogo consistiu em juntar algumas pérolas do colar partido – encontrando algumas “pontas” para se poder um dia aprofundar uma temática que começa a ser mais estudada.

Supõe-se por aquilo que se apresentou que não é possível afirmar a inexistência de indícios desse imaginário.

Através do desafio que este artigo constituiu, tentou-se provar que o imaginário popular acerca do que os reis comiam se incrementou ao longo dos tempos.

Porventura várias “dicas” poderiam surgir com uma mais aturada sistematização. Nesse contexto, então, muitas outras

⁷⁸ Depoimento em Évora, 20.Março.2008.

⁷⁹ Depoimento em Évora, em 20.Março.2008.

⁸⁰ *Como as Sociedades Recordam*, p. 16.



Foto site IPPAR

Cozinha do Palácio Nacional da Pena



Rei D. João VI – José Leandro (pintor brasileiro da Corte)



Foto Joaquim Satral

D. João IV – Estátua de Francisco Franco, 1943

estórias emergiriam. Porque a efabulação é “o fruto da memória e do esquecimento, de um trabalho de composição e recomposição”. (Augé:2001:48)⁸¹.

Agradecimentos:

Ana Duro, Dr.^a Ana Isabel Carvalho, Dr. Alexandre Laboreiro, Dr.^a Antónia Grilo, Dr.^a Cristina Pombinho, Guida Loureiro, Irene Borges, do Arquivo Histórico de Almada, Eng.^o João Magalhães Pereira, Dr. João Mendes Rosa, do Museu do Fundão, Professor Joaquim Saial, Professor Dr. José Gabriel Pereira Bastos, Dr. José Manuel Prista, Luísa Cabrita, Dr. Manuel Sobral Bastos, Dr.^a Maria Alexandra Leandro, Dr.^a Maria Amélia Sobral Bastos, Maria de Fátima Sá, Dr.^a Maria João Brilhante, da Universidade Clássica de Lisboa, Maria Odete Roque, Dr.^a Sofia Patrão, do Museu Nacional do Teatro.

BIBLIOGRAFIA

Fontes gerais

Biblioteca Municipal de Mértola
Biblioteca do Museu Nacional do Teatro
Biblioteca Nacional
Bibliotecas pessoais de Fátima Sá (Lisboa), Luísa Cabrita e José Manuel Prista (Azambuja) e de Manuel Sobral Bastos e Maria Amélia Sobral Bastos (Évora).

Fontes orais

JOSÉ GODINHO, presidente da Câmara Municipal de Aljustrel, entrevistado em 7.Março.2008 em Aljustrel.

MANUEL SOBRAL BASTOS, entrevistado em Março.2008, em Évora.

MARIA AMÉLIA SOBRAL BASTOS, entrevistada em Março.2008, em Évora.

MARIA DE FÁTIMA SÁ, entrevistada em Março.2008, em Lisboa.

Fontes dactilografadas

MAPONE – Nove páginas dactilografadas, acerca de D. Afonso de Bragança e a Gastronomia, transcrevendo Manuel Guimarães (*À mesa com a História*) e *Algumas Notas que poderão ter, ou não, alguma utilidade futura*, Fátima, 11.Abril.2008.

MAPONE Três páginas dactilografadas, acerca do livro *Padre Boi não é lenda*, Fátima, 14.Abril de 2008.

Fontes impressas

Periódicos

DUARTE, Luís Ricardo. “Crónica de uma morte ilustrada”, in “O Regicídio foi há cem anos”; *JL* – 30/1- 12/2, 2008, pp. 14-15.

FRANÇA, José Augusto. “O rei-pintor”, in “O Regicídio foi há cem anos”; *JL* – 30/1 – 12/2, 2008, p. 14.

GOMES, António Martins. “Cumplicidades e testemunhos literários”, in “O Regicídio foi há cem anos”; *JL* – 30/1- 12/2, 2008, pp. 13-14.

⁸¹ Fica a promessa de voltar ao assunto, em parceria com a colega antropóloga Alexandra Leandro, através da análise de uma centena de inquéritos, já realizados, que merecem uma abordagem aturada em artigo específico.

HONRADO, João. "A propósito do Regicídio", *Alentejo Popular*, 7.Fevereiro.2008, pp. 6-7.

QUEIRÓS, Luís Miguel. "Regicídio, crime ou castigo", in *Público – Suplemento P2*, 1.Fevereiro.2008, pp. 4-9.

QUEIRÓS, Luís Miguel. "O Rei das montanhas", Idem, pp. 12-13.

RUIVO, Mário. "Naturalista e oceanógrafo", in "O Regicídio foi há cem anos"; JL- 30/1- 12/2, 2008, p. 15.

SILVA, Rodrigues da (2008) "O Regicídio foi há cem anos"; JL- 30/1- 12/2, pp. 10-12.

ILLUSTRAÇÃO PORTUGUEZA consulta dos números correspondentes a 1903/1904.

Obras gerais

AGUILERA, César. *História da alimentação mediterrânica*, Terramar, 2001.

AMORIM, Roby. *Da mão à boca*, edição Salamandra, 1987.

AUGÉ, Marc. *As formas do esquecimento*, Iman Edições, Almada, 2001.

CANDAUI, Joel. *Anthropologie de la mémoire*, Presses Universitaires de France, Paris, 1996.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*, ed. Celta, Oeiras, 1999.

FLANDRIN, Jean Louis e MONTANARI, Máximo. *História da Alimentação. 2 – Da Idade Média aos tempos actuais*, Teorema, 2001.

FLANDRIN, Jean Louis e MONTANARI, Máximo. *História da Alimentação. 1 – Dos primórdios à Idade Média*, Teorema, 1998.

MAPONE. *Sabores da região – Achegas para a Carta Gastronómica da Rota do Sol*, Leiria/Fátima, 2005.

REIS, José Pedro Lima. *Algumas notas para a História da Alimentação em Portugal*, Campo das Letras. Porto, 2008.

SARAMAGO, Alfredo. *Para uma História da Alimentação*, Assírio & Alvim, 1997.

SARAMAGO, Alfredo. Prefácio in *A Arte de Cozinha dividida em três partes por Domingos Rodrigues*, Colares ed., 1995.

SARAMAGO, Alfredo. *A Caça perspectiva histórica e receitas tradicionais*, Colares ed., 1994.

SARAMAGO, Alfredo. *Doçaria conventual do Alentejo*, Colares ed., 1993.

TAVARES, Miguel Sousa. *Equador*, 30.^a edição, Oficina do Livro, 2007.

VASCONCELOS, J. Leite de. *Etnografia Portuguesa*, Volumes III, V e VI – Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Obras específicas

BONIFÁCIO, Maria Fátima. *D. Maria II*, Círculo de Leitores, 2005.

CARDIM, Ângelo Barreto Xavier Pedro. *D. Afonso VI*, Círculo de Leitores, 2006.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *O Regicídio de 190. Uma lenta agonia da História*, Civilização Ed., Porto, 2008.

COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*, Círculo de Leitores, 2006.

D'OREY, Leonor. *A Baixela da Coroa Portuguesa*, Inapa, 1990.

GAMA, Luís Filipe Marques da. *El-Rei D. Carlos, memória viva*, Ed. Inapa, Lisboa, 1991.

GUIMARÃES, Manuel. *À mesa com a História*, Colares ed., 2001.

LOUREIRO, Hélio. *O Cozinheiro do Rei D. João VI*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2008.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal. *D. Pedro II*, Círculo de Leitores, 2007.

LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *D. Miguel*, Círculo de Leitores, 2006.

- MARTINS, Rocha. *D. Carlos – História do seu reinado*, edição do Autor, composto e impresso nas oficinas do “ABC”, 1926.
- MATTOSO, José – *História de Portugal – A Segunda Fundação*, ed. Estampa, 1994.
- MÔNICA, Maria Filomena. *D. Pedro V*, Círculo de Leitores, 2004.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José*, Círculo de Leitores, 2006.
- NOBRE, Eduardo. *Casa Real*, Quimera, 2003.
- OLIVEIRA, António de. *D. Filipe III*, Círculo de Leitores, 2005.
- PAILLER, Jean. *D. Carlos I Rei de Portugal – Destino maldito de um Rei sacrificado*, 2.ª ed., Bertrand, 2002.
- PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dore. *D. João VI*, Círculo de Leitores, 2006.
- PEREIRA, Ana Marques. *Mesa Real: Dinastia de Bragança*, Inapa, 2000.
- PROENÇA, Maria Cândida. *D. Manuel II*, Círculo de Leitores, 2006.
- RAMOS, Luís de Oliveira. *D. Maria I*, Círculo de Leitores, 2007.
- RAMOS, Rui. *D. Carlos*, Círculo de Leitores, 2006.
- SAMARA, Maria Alice e TAVARES, Rui. *O Regicídio*, ed. Tinta da China, 2008.
- SANTOS, Eugénio dos. *D. Pedro IV*, Círculo de Leitores, 2006.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Portugal, da Monarquia para a República*, Volume XI, Presença.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da e FERNANDES, Paulo Jorge. *D. Luís*, Círculo de Leitores, 2006.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *D. João V*, Círculo de Leitores, 2006.

OS ÚLTIMOS VARÕES DA FAMÍLIA REAL.



Rei D. Pedro V
Foto Mayer & Pierson



Rei D. Luís
Foto Disdéri



Infante D. Afonso
Foto J. Fernandes



Rei D. Carlos
Foto Arnaldo da Fonseca



Príncipe Real D. Luís Filipe
Foto Arnaldo da Fonseca



Rei D. Manuel II
Foto Arnaldo da Fonseca

Gilberto Freyre: um sociólogo da cultura lusófona?

Fabio Mario da Silva (Brasil)

Este trabalho aborda algumas considerações em torno da obra Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre, bem como o polémico conceito criado pelo sociólogo, o "luso-tropicalismo", respondendo a pergunta do título.

INTRODUÇÃO

Para iniciarmos nossos questionamentos sobre ser ou não Gilberto Freyre um sociólogo da cultura lusófona, definiremos, primeiramente, o uso do termo LUSOFONIA e seus significados. Após essa pequena reflexão, tentaremos compreender um pouco da biografia de Freyre, para nos ajudar a compreender suas obras.

Acreditamos que, para qualquer estudo sobre Gilberto Freyre, a obra *Casa-Grande & Senzala* é básica para conhecermos seus fundamentos teóricos. Nesta obra são mostradas as contribuições do índio, do negro e do português para a constituição do carácter do brasileiro. Freyre também é um introdutor no Brasil da pesquisa de campo no ensino da sociologia: novos objectos de estudo e novas disciplinas; por exemplo, a culinária, o vestuário, o lazer, a sexualidade, a psicanálise, a ecologia. Nas construções de suas obras, como *Casa-Grande & Senzala*, ficam claras as associações feitas da origem do Brasil à mestiçagem. Freyre refere-se também à sexualidade e às relações de género entre as "raças"; para o autor, a dominação sexual das escravas negras pelos senhores brancos terá sido o acto fundador da nacionalidade brasileira.



Gilberto Freyre, na sua casa de Apipucos, Recife, com a esposa, Magdalena, e os filhos, Fernando e Sônia

Foto site da Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Por fim, definiremos o polémico conceito de luso-tropicalismo do sociólogo brasileiro e sua repercussão em Portugal e nos países lusófonos. Pois acreditamos que:

A teoria de Gilberto Freyre aponta para a contribuição portuguesa como a maior influência cultural sobre a formação da

sociedade brasileira, frisando a plasticidade do colonizador como factor capital no desenvolvimento da sociedade. Sublinhado as «raízes libidinosas» da herança portuguesa dentro da cultura brasileira, e o modelo do sistema regional e patriarcal do Nordeste como base da formação nacional...¹

A Conclusão do trabalho é uma possível resposta para a pergunta inicial do seu título, levando em conta todo o trajecto feito no texto para a junção de uma ideia que possa responder a nossos questionamentos.

1. O QUE É LUSOFONIA?

Para um possível questionamento da pergunta do título deste trabalho, faz-se necessário entender o conceito de Lusofonia. Em princípio, o vocábulo “Luso” remete-nos a origem do povo da Lusitânia, e, “Fonia”, facilmente podemos associar a “fone”, “som”, “voz”. Partindo dessas primeiras premissas, podemos dizer que, numa abordagem epistemológica, Lusofonia significaria as vozes do povo lusitano? Decerto essa seria uma conclusão um pouco bairrista e preconceituosa – vista numa primeira análise bruta da palavra – pois se sabe que nos tempos atuais o termo “Lusofonia” cresce-se de muitas variantes não pacíficas, mas sempre ligadas por um mesmo factor.

No “I Encontro Internacional da Lusofonia”, realizado em Madrid, na Casa do Brasil, em Setembro de 1988, J. L. Fontenla

percebeu que o conceito ainda estava em construção, todavia acreditando que “o espaço da Lusofonia é um espaço linguístico de dialogo inter-cultural^{2,3}. Já Américo António Lindeza Diogo, num artigo intitulado “Lusofonia”, nos relata que há uma ideia quantitativa de Lusofonia que corresponde à uma certa noção de uniformidade, no que diz respeito a língua. O factor LÍNGUA é uma preponderante para se discutir a Lusofonia, não a língua como vinda de uma nação colonizadora ou imperialista, entretanto como determinante de culturas. É um pouco a par deste conceito que Benjamim Pinto Bull entende a definição de Lusofonia, pois acredita que o termo pode designar:

o conjunto linguístico e geográfico dos indivíduos, das comunidades ou colectividades, dos Países e Estados de expressão oficial portuguesa, e ainda de regiões ou associações com afinidades justas ou aspirações linguísticas legítimas a pertencerem, num futuro muito próximo, a esse conjunto linguístico-cultural⁴.

Vista de uma maneira utópica Bull acredita que a Lusofonia não pode ser entendida como uma nova forma de neocolonialismo, pois compreende que o termo veícula “um conteúdo promissor de amor, de fraternidade, de respeito e de compreensão do outro.”⁵ Vale a pena acreditar num futuro igualitário entre as nações falantes de língua portuguesa. Todavia, ainda são vários os factores a serem

¹ VIEIRA, Nelson H. “Gilberto Freyre e a ‘Dívida aos Portugueses’”, in *Brasil e Portugal – A imagem recíproca*, ICALP, Lisboa, 1991, p. 212.

² O texto foi escrito a partir das normas do acordo de 1986/1988 – por isso, a falta de acento agudo em algumas palavras. Entendemos que não se faz necessário, quando citarmos Fontenla, fazer essa ressalva.

³ FONTENLA, J. L. “Sobre o conceito da Lusofonia e a nossa Literatura”, in *A Lusofonia, unificação ortográfica e política linguísticocultural*, Pontevedra/Braga, Vol. IV-V, n.º 14-20, 1989, p. 83.

⁴ PINTO BULL, Benjamim. “Sobre Lusofonia”, in *A Lusofonia, unificação ortográfica e política linguísticocultural*, Pontevedra/Braga, Vol. IV-V, n.º 14-20, 1989, p.105.

⁵ PINTO BULL, Benjamim. Op. Cit., p. 110.

superados por cada nação. Muitos preconceitos e tabus precisam ser quebrados: porque para que cada indivíduo proveniente de países de língua portuguesa compreenda a Lusofonia e a criação de uma comunidade intercultural, é preciso que cada um se enraíze profundamente nos valores de sua própria cultura, para depois pensar num termo tão amplo: necessitaria entender o “micro”, para se inserir na complexidade do “macro”, característica do termo Lusofonia.

Maria Rosa da Rocha Valente argumenta no artigo “O Ensino das Literaturas Lusófonas” que, a partir de suas vivências pedagógicas, para se ensinar/aprender Literatura(s) Lusófona(s) é preciso compreender a forma e a função da Língua Portuguesa no mundo. Porque dá validade ao seguinte questionamento:

Não se entende, todavia, por Literatura Portuguesa, uma literatura nacional, nem, na extensão do conceito, por literatura/s lusófona/s as literaturas do Brasil, de África, da Galiza, etc., mas as múltiplas e multiplicadas manifestações da Língua Portuguesa, da cultura como língua e textos dessa língua. O texto/s em todos os sentidos plural.

É evidente que a língua é um factor preponderante entre a maioria dos conceitos para se definir a Lusofonia, tendo em vista as

complexidades de cada espaço em que se fala o português e suas variantes. O *Dicionário Aurélio* regista como definição de Lusofonia, os seguintes termos:

S. F. 1 – Adoção da língua portuguesa como língua de cultura ou língua franca por quem não a tem como vernácula; tal ocorre, p. ex., em vários países de colonização portuguesa. 2 – Comunidade formada por povos que habitualmente falam português⁷.

Essa comunidade formada por povos falantes do português, a que se refere o Aurélio, deve ser uma referência a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁸, que em vias de regra, não tem um grande impacto na maioria dos países Lusófonos. A criação de uma comunidade internacional de falantes do português, resvala nos problemas internos enfrentados por cada país, que possui sua especificidade, como também no próprio desdém de algumas autoridades. Constituindo-se até hoje como único ponto e de forte aproximação, a língua é que une os povos desses países, mesmo resvalando em frustrados “acordos” para a unificação da Língua Portuguesa. Certo é que existem muitos obstáculos a serem superados. Acreditamos nas considerações de J. F. Fontenla, mesmo sendo uma análise de vertente emotiva e um pouco utópica, que,

⁶ SIL MONTEIRO, Maria Rosa da Rocha Valente. “O Ensino das literaturas lusófonas”, In: *A Lusofonia, unificação ortográfica e política/Linguístico-cultural*, Pontevedra/Braga, Vol. IV-V, n.º 14-20, 1989, p. 100.

⁷ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, 3.ª ed., Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999, p. 1241.

⁸ A CPLP foi formalmente criada a 17 de Julho de 1996 pelos Presidentes da República dos sete países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (Timor-Leste, que então participava com o estatuto de observador, faz hoje parte, de pleno direito, do organismo). Os objectivos da nova comunidade passam pela projecção internacional dos Sete, mas também pela cooperação a nível político, cultural e económico. O projecto remonta a 1989. Nesse ano, a primeira reunião dos ministros da Cultura dos PALOP defende a criação de uma comunidade de língua portuguesa, e no âmbito da cimeira de Chefes de Estado dos Sete, realizada em Novembro, em São Luís do Maranhão, Brasil, nasce o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Circunstâncias várias foram adiando a institucionalização da CPLP.

possivelmente, mais do que a língua une os países da Lusofonia:

Não é só uma questão linguística, mais do que isso, exige a consideração dos dados sociais, políticos, culturais e ideológicos, isto é, ultrapassa a simples enunciação linguística ou cultural, para projectar-se num espaço inter-nacional e inter-continental, em que a lusofonia europeia (Galiza e Portugal), americana (Brasil), africana (os cinco países africanos lusófonos) e asiática (Goa, Macau) ou oceanica (Timor) se complementam entre si, como se devem complementar a(s) nossa(s) literatura(s)⁹.

Diante da própria complexidade do vocábulo e dos seus possíveis significados, preferimos entender – depois das opiniões dos críticos – como Lusofonia a noção de uma constituição de vários países falantes de Língua Portuguesa, que teve sua origem na Lusitânia e, através das expansões portuguesas, florescem pelo mundo; formando as vozes de uma identidade própria e de uma língua que mesmo sendo proveniente de uma país, adquire especificidade em cada nacionalidade dos povos falantes do português. Decerto esperamos que num futuro próximo a palavra adquira novas conotações para a união e valorização de cada país no qual a língua portuguesa se radicou.

2. GILBERTO FREYRE: O SOCIÓLOGO

Gilberto é um dos primeiros sociólogos dos países lusófonos a traçar um perfil de

uma possível sociologia dos Trópicos: da facilidade de adaptação do português, diferentemente dos outros europeus, aos trópicos e a outros continentes.

Nascido no Recife em 15 de Março de 1900 e falecido, também, na sua cidade querida, em 18 de Julho de 1987, Freyre deixa-nos como contribuição uma obra extensa que aborda desde questões regionais nordestinas até as complexidades da formação da sociedade brasileira, do povo latino, dos portugueses. Tendo a obra-prima *Casa-Grande & Senzala* como “carro-chefe” de suas obras, Freyre nos revela a contribuição indígena, africana e portuguesa para a constituição do perfil do brasileiro; valorizando cada contribuição dada por essas diferentes raças.

Em 1933, o escritor pernambucano termina *Casa-Grande & Senzala*¹⁰, sendo bastante elogiado pela crítica carioca. Lembremo-nos que foi a data de 1933 o início do nazismo na Alemanha, das grandes ditaduras no mundo, que aumentavam o preconceito racial. O Brasil, país constituído por mestiçagem, se torna um país ditatorial com a política de Vargas. A obra-prima de Freyre surge num momento de distinção e selecção das raças pelo mundo. Em 1937, Gilberto Freyre vai à Europa como delegado do Brasil ao Congresso de Expansão Portuguesa no Mundo e em 1938 é nomeado membro da Academia Portuguesa de História por Oliveira Salazar: Freyre era um estrangeiro que vinha validar as glórias do povo português através de sua predisposição a novos mundos, valorizando a cultura portuguesa. Todavia, o próprio Freyre constatou que muitos o viam como um

⁹ FONTENLA, J. L. *Sobre o conceito da Lusofonia e a nossa Literatura*, Op. Cit., p. 84.

¹⁰ A obra-prima de Freyre foi traduzida ainda em vida do autor, para o inglês, alemão, francês, espanhol, húngaro, japonês e conta com várias reedições.

“vendido ao fascista Salazar”¹¹ – vale ressaltar que o próprio em nenhum momento se predispôs a nenhuma obrigação e compromisso de qualquer espécie com o governo português.

A importância do sociólogo brasileiro é tão grande que comparece ao 3.º Congresso Mundial de Sociologia em Amsterdão. E para se ter uma ideia, reúnem-se para discutir *Casa-Grande & Senzala*, como também as obras e ideias de Gilberto Freyre, grandes estudiosos como Cerisy-Lasle, M. Siomn, R. Bastide, G. Gurvitch, Leon Bourdon, Henri Fohier, Jean Du Vignand, Tavares Bastos, Clara Mauraux e Nicolas Sobart.

No último ano de sua vida Freyre instituiu, a 11 de Março de 1987, a Fundação Gilberto Freyre, que fica na vivenda Santo António de Apipucos, em Recife/PE/Brasil. É uma Instituição que realiza projectos no âmbito de desenvolvimento da sociedade e que foi uma casa-grande do século XVIII transformada em sobrado urbano, um lugar tão querido por ele:

Silêncio em Apipucos

As mangueiras
O telhado velho
O pátio branco
As sombras da tarde cansada
Até o fantasma da judia rica
Tudo está à espera do romance começado

Um dia sobre os tijolos soltos
A cadeira de balanço será o principal ruído

As mangueiras
O telhado
O pátio
As sombras
O fantasma da moça
Tudo ouvirá em silêncio o ruído pequeno¹².

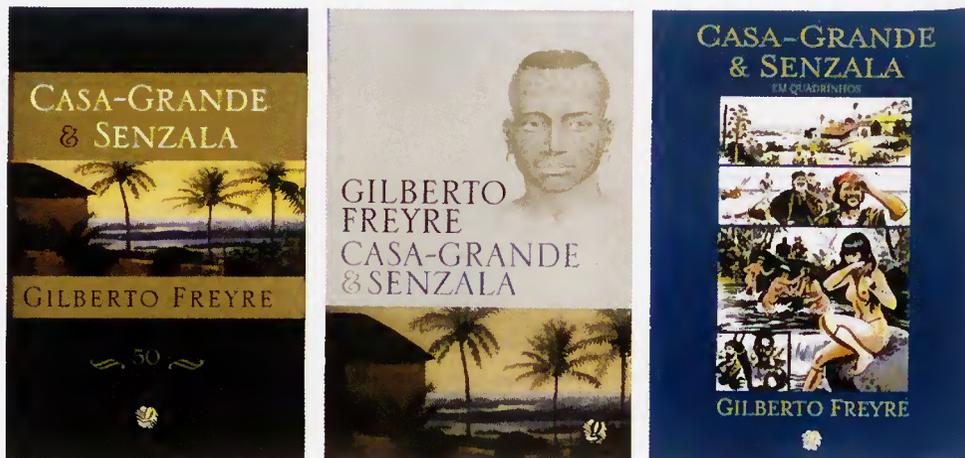
A importância de Freyre espalhou-se, não só no cenário brasileiro, mas mundial. O escrito pernambucano recebeu em vida várias homenagens pelo mundo e possui entre tantos títulos de Doutor *Honoris Causa* o da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade de Münster e da Universidade de Coimbra, entre outras. É por esta importância que abordaremos a construção da identidade brasileira, através de várias obras gilbertianas; entretanto, teremos como base a obra-prima *Casa-Grande & Senzala*, como também o conceito do luso-tropicalismo defendido pelo autor em algumas obras de sua bibliografia activa e passiva.

3. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA

O capítulo que agora desenvolveremos é uma análise da obra-prima gilbertiana *Casa-Grande & Senzala* – que enfoca o período colonial brasileiro – livro que teve inúmeras reedições inspirando críticas e trabalhos científicos. Nosso objectivo principal é mostrar como Gilberto Freyre constitui a identidade brasileira a partir da valorização de três raças: o português, o africano e o índio. Gilberto é um dos primeiros que

¹¹ FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Livros do Brasil, Lisboa, 1953, p. 11.

¹² FREYRE, Gilberto. Gilberto Freyre, in FERREIRA Ascenso *et alii*, *Voz Poética*, Companhia Editorial de Pernambuco, Recife, 1997, p. 25.



Capas de três edições de Casa-Grande & Senzala (a da direita, em banda desenhada)

coloca lado a lado essas três ascendências em pé de igualdade para a formação contributiva no carácter e personalidade do brasileiro. Sérgio Paulo Adolfo diz que Freyre analisa os componentes da formação da cultura brasileira “sob o ponto de vista das condições sociais em que os atores foram colocados e não mais sob a perspectiva racial.”¹³

4. O PORTUGUÊS, O ÍNDIO E O NEGRO

A obra-prima gilbertiana, *Casa-Grande & Senzala*, preocupa-se, num primeiro momento, em analisar o carácter e predisposições do povo português, esboçados nos capítulos “Características gerais da colonização portuguesa do Brasil” e “O colonizador português: antecedentes e predisposições”. Assim, o sociólogo distingue o português dos outros povos europeus e dá

como factor decisivo para a vitória portuguesa além-mar a mobilidade, aclimatibilidade e miscigenação, que seria uma compensação na deficiência de massa dos portugueses. Outra característica preponderante para o português, segundo Freyre, foi o da condição física do solo e temperatura porque o clima de Portugal é mais parecido com a África do que com a Europa. Freyre tenta provar através de outros estudos, que o europeu, principalmente o do norte, não conseguiria se fixar nos trópicos. E afirma que, para os ingleses, a adaptação na América do Norte seria fácil porque até o clima era parecido com a pátria mãe. Define a personalidade do português por um prisma antagónico:

O carácter português – comparação do mesmo Bell – é como um rio que vai correndo muito calmo e de repente se precipita em quedas de água: daí passar do «fatalismo» a «rompantes de esforço

¹³ “Existe o Mundo que o Português Criou?!”, in *Estudos Literários/Estudos Culturais* (Actas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada realizado na Universidade de Évora, em Maio de 2001), Relações Intraliterárias. Contextos Culturais e Estudos Pós-Coloniais, Vol. I, Universidade de Évora / A.P.L.C., Évora, 2004, p. 3.

heróico»; da «apatia» a «explosões de energia na vida particular e a revoluções na vida pública»; da «docilidade» a «ímpetos de arrogância e crueldade»; da «indiferença» a «fugitivos entusiasmos», «amor ao progresso», «dinamismo...» É um carácter todo de arrojos súbitos que entre um ímpeto e outro se compraz em certa indolência voluptuosa muito oriental, na saudade, no fado, no lausperene... O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida; de sua moral, de sua economia, de sua arte em regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam¹⁴.

É apresentando-nos os antagonismos do carácter português que Freyre mostra como a formação *sui generis* da sociedade brasileira construiu-se de maneira equilibrada e sobre dicotomias.

O capítulo "O indígena na formação da família brasileira" é a melhor mostra de um sociólogo que vem valorizar a cultura indígena no Brasil. Pois, diferentemente de outros teóricos que diziam que a cultura indígena teve pouca importância na formação da sociedade brasileira, Freyre dá importância à cultura indígena, salientando que ela nos deu a rede em que se embalaria o sono ou a volúpia do brasileiro, a higiene do corpo, o milho, o asseio pessoal etc. Porém, destaca que o artesanato, a cultura, as músicas de

ninar se fazem notar melhor no Norte. Mesmo assim, as teorias gilbertianas são as primeiras a colocar o português, o índio e o negro em pé de igualdade para a construção e constituição da sociedade e carácter do brasileiro.

Nos capítulos IV e V, que possuem o mesmo tema, "O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro" o que se constata é que o africano, vindo de várias tribos da África, teve fundamental importância para a vida no Brasil. Isso se reflectirá em tudo nos hábitos dos brasileiros: era a mãe negra que criava os filhos dos donos das Casa Grandes e Engenhos. O sociólogo pernambucano atenta-nos que, para as colónias inglesas, o critério de importação de escravos da África era quase que exclusivamente o agrícola: negros resistentes, fortes e baratos. Já para os portugueses, o critério de importação de escravos para o Brasil fez-se atendendo a duas poderosas forças de selecção: à falta de mulheres brancas¹⁵ e às necessidades de técnicas em trabalhos de metal.

Como exemplificação das teorias gilbertianas, podemos citar uma crítica feita aos estudiosos que colocam a cultura do africano superior à do indígena, como Afranio Peixoto. Freyre contradiz – e desconstrói essas ideias. Chega até a esboçar as diferenças que distinguem as raças, seja ela a portuguesa, ameríndia ou africana, tanto qualificando-as, como observando os pontos negativos umas com as outras:

¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, Livros do Brasil, Lisboa, p. 23.

¹⁵ Concordamos com Cláudia Castelo, quando se refere que Freyre defende que a influência da moral maometana sobre a moral cristã terá tornado o cristianismo português «mais humano e mais lírico» que qualquer outro. «Os interesses da procriação abafaram não só os preconceitos morais como os escrúpulos católicos da ortodoxia; e ao seu serviço vamos encontrar o cristianismo que, em Portugal, tantas vezes tomou características pagãs de culto fálico». O autor acrescenta que as sobrevivências pagãs e a tendência para a poligamia desenvolvida na relação com os mouros ajudam a explicar a apetência dos portugueses pelo sensual e pelo sexual, apetência transmitida aos brasileiros.

A frequência da feitiçaria e da magia sexual entre nós é outro traço que passa por ser de origem exclusivamente africana. Entretanto o primeiro volume de documentos relativos às actividades do Santo Ofício no Brasil registra vários casos de bruxas portuguesas. Suas práticas podem ter recebido influência africana: em essência, porém, foram expressões do satanismo europeu que ainda hoje se encontra entre nós, misturado à feitiçaria africana ou indígena¹⁶.

É a par de uma visão igualitária de diferentes culturas a permearem a sociedade brasileira que o livro *Casa-Grande & Senzala* vem favorecer uma política de valorização racial.

5. SOBRE O CONCEITO DE LUSO-TROPICALISMO

O luso-tropicalismo foi uma doutrina elaborada por Gilberto Freyre. Os primeiros fundamentos dessa doutrina gilbertiana foram lançados em *Casa-Grande & Senzala* e na sua última obra, em que o conceito vem em seu estado acabado, *O Luso e o trópico*.

Desde cedo, Freyre teve preocupação com questões regionais e políticas do nordeste brasileiro, como também do Brasil. Depois de passar vários anos estudando e morando na Europa e Estados Unidos, o sociólogo percebe os constantes problemas dos preconceitos raciais numa época de guerras e conflitos. O conceito de Luso-Tropical, ou seja, da adaptação aos trópicos pelos portugueses, diferentemente dos outros europeus, seria uma amostra da

predisposição dos portugueses de se misturarem ao chegar aos trópicos; o sociólogo defende que houve uma "confraternização" do português da Europa com o meio tropical, a natureza e as mulheres de diferentes raças:

Não há para o facto – penso eu – outra explicação senão a de que o português soube em tempo extra-europeizar-se e tropicalizar-se ele próprio. Europeizou e latinizou, e não apenas cristianizou, povos tropicais. Ele próprio, porém, em vez de rigidamente europeu ou imperialmente ibérico, extra-europeizou-se e tropicalizou-se desde o início das suas aventuras marítimas,...¹⁷

Cláudia Castelo, no livro *O modo português de estar no mundo*, sustenta a hipótese de que além de servir interesses políticos-ideológicos do Estado Novo em Portugal, as ideias gilbertianas ajudaram a perpetuar uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa. Vistas de um outro plano, é possível entender que as ideias do luso-tropical vinham também valorizar o processo de mestiçagem. Seria uma preocupação com o racismo crescente na Europa e nas Américas?

Para Freyre, o português seria o único que conseguia "deseuropeizar-se", pois além de procriar, estabelecer-se nas comunidades orientais, africanas e ameríndias, os portugueses reconheciam os seus filhos e "cristianizavam".

O sociólogo explicita que, na segunda metade do século XIX na Europa, o termo "tropicalismo", foi usado, num primeiro momento, com associações pejorativas: bárbaro, desordem, grosseiro, exuberante,

¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, Op. Cit., p. 312.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Livros do Brasil, Lisboa, 1953, p. 99.

derramado, desmedido, agreste. As ideias de Luso-tropical vinham dar validade a uma política salazarista que tinha como base a exaltação da pátria portuguesa: basta ver os mapas de Angola e Moçambique, na época de Salazar, que eram exageradamente grandes, contrastando com o tamanho original dos dois territórios, dando aos alunos a impressão de que Portugal¹⁸ tivesse grandes colónias, ou boa parte da África. Como também vinham a ajudar a um processo de valorização do mestiço no Brasil, tendo em vista a separação racial, advinda das grandes ditaduras.

As ideias de Freyre vinham valorizar não só a cultura portuguesa, mas também a brasileira:

*Luso-tropical é sempre o conjunto de tal cultura, quer se considere o centro da sua vida física – o trópico habitado à maneira mais ou menos lusa –, quer o centro da sua vida sobreorgânica ou cultural: a cultura lusíada adaptada aos trópicos*¹⁹.

O que Freyre coloca é a questão da valorização do português na colonização do Brasil e bem mais que isso: das contribuições simultâneas do índio e do negro na formação da sociedade brasileira.

Contraopondo-se a Freyre, Charles Boxer demonstra que o luso-tropicalismo não tem fundamento histórico. Já Mário Pinto de Andrade denunciara a distância entre a teoria gilbertiana e a realidade vivida nas colónias portuguesas. Foi isso que observou Norton de Matos, que não esconde as suas reservas ao luso-tropicalismo: reconhece que as ideias gilbertianas lhe permitiram fomentar

algumas ideias sobre a importância da língua e a unidade nacional; todavia, defende que não se deve repetir em Angola, Moçambique ou na Guiné a experiência brasileira. Outros teóricos, como Luiz Costa Lima e Moema Selam D'Andrea, afirmam que a escrita “sedutora” de Freyre, serviria para encobrir as impropriedades e insuficiências teóricas do seu pensamento.

CONCLUSÃO

Ao pensarmos na pergunta inicial do texto definimos a cultura lusófona como algo que possui um factor de preponderância entre as nações – a língua –, já que nos âmbitos político e social os países divergem entre si. Gilberto Freyre é um dos primeiros que no Brasil define o carácter da sociedade brasileira a partir da contribuição do português, negro e índio. Ao discursar sobre essas culturas, inicialmente em *Casa-Grande & Senzala*, Freyre aprimora aquilo a que viria chamar de “luso-tropicalismo”, que teve dois momentos em Portugal: um de pequeno desdém e apenas aproveitamento da parte dos intelectuais e depois, segundo Cláudia Castelo, de aproveitamento pela política salazarista:

A par do início dos anos 50, reflectindo as condições criadas pelo fim da II Guerra Mundial, desfavoráveis ao racismo e ao colonialismo, a receptividade à obra de Gilberto Freyre em Portugal extravasa o campo intelectual e «contamina» o campo do poder. No entanto, se exceptuamos o breve período em que Adriano Moreira dirige o

¹⁸ Segundo Cláudia Castelo, distingue-se em dois momentos a recepção do luso-tropicalismo em Portugal: um primeiro momento, situado nos anos 30-40, em que as teses de Freyre são recebidas com muitas reticências; e um segundo momento, a partir dos anos 50, em que o luso-tropicalismo é incorporado e adaptado pelo discurso oficial salazarista.

¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Op. Cit., p. 106.

*ministério do Ultramar (13.Abril.1961 – 4.Dezembro1962), o luso-tropicalismo serve principalmente objectivos de política externa. O Estado Novo põe em prática uma estratégia clara no sentido de reverter a seu favor o prestígio internacional de Freyre... sempre que se trata de defender a tese da natureza especial da colonização portuguesa*²⁰.

A pesquisadora relata-nos que Freyre foi conivente com os ideais do Estado Português, porém o que a referida pesquisadora não analisou e não compreendeu – porque estava presa a uma única vertente de sua pesquisa: “o olhar português” – é que Freyre tinha um objectivo principal com suas teorias: tentar combater um forte crescimento do racismo no Brasil, como também o da negação dos valores positivos da cultura portuguesa nesse país. De facto, durante a formação da República, entre os anos de 1850 a 1950, o Estado-Nação defendia um “racismo científico”, querendo proibir até a entrada de negros no Brasil.

Apesar de estar preocupado com questões internas e depois externas, Gilberto Freyre contribui mais para a formação da sociedade brasileira e podemos dizer que não necessariamente para todos os países da Lusofonia, pois teve como assuntos recorrentes de suas obras temas das culturas brasileira e portuguesa. Até quando falava dos africanos analisava-os no contexto sob as condições do espaço onde estavam inseridos. No entanto, acreditamos que Freyre deve ser considerado um sociólogo da cultura lusófona. Cláudia Castelo vem corroborar o nosso pensamento, ao afirmar:

*Divulgado no campo cultural desde meados dos anos 30, aproveitado pelo campo político e reproduzido no campo académico, na conjuntura internacional de avanço do movimento anticolonialista, o luso-tropicalismo entrará progressivamente no imaginário nacional, contribuindo para a preservação da estrutura de hiperidentidade que, segundo Eduardo Lourenço, continua a caracterizar os portugueses. O estudo da recepção do luso-tropicalismo em Portugal ajuda-nos, de certa forma, a perceber porque é que as ideias de Gilberto Freyre ainda ecoam no actual discurso político e cultural. Libertas da componente colonialista que o Estado Novo lhes imprimiu, servem agora para justificar a criação formal de uma comunidade lusófona com propósitos culturais, económicos e de cooperação em matéria de política externa*²¹.

Agradecimentos:

À Comunidade Portuguesa de Pernambuco, em especial, ao Exmo. Presidente Zeferino Ferreira da Costa e ao Professor Doutor Alfredo Moraes Antunes.

BIBLIOGRAFIA

ADOLFO, Sérgio Paulo. *Existe o Mundo que o Português Criou?* in “Estudos Literários/Estudos Culturais”, Actas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada realizado na Universidade de Évora, em Maio de 2001, Relações Intraliterárias, Contextos

²⁰ CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”, in *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Edições Afrontamento, 1999, Porto, p. 96

²¹ CASTELO, Cláudia. Op. Cit., p. 140.

Culturais e Estudos Pós-Coloniais, Vol. 1, Universidade de Évora / A.P.L.C., Évora, 2004, pp.1-7.

CASTELO, Cláudia. "O modo português de estar no mundo", in *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Edições Afrontamento, Porto, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, 3.^a ed., Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999, p. 1241.

FONTENLA, J. L. "Sobre o conceito da Lusofonia e a nossa Literatura", in *A Lusofonia, Unificação Ortográfica e Política Linguisticocultural*, Pontevedra/Braga, Fundação Europeia Viqueira, Vol. IV-V, n.º 14-20, 1989, pp. 83-90.

FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português criou*, Livros do Brasil, Lisboa, 1940.

FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Livros do Brasil, Lisboa, 1953.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, Livros do Brasil, Lisboa, 1954.

FREYRE, Gilberto. Gilberto Freyre, In FERREIRA Ascenso et all, *Voz Poética*, Companhia Editorial de Pernambuco, Recife, 1997, pp. 24-27.

PINTO BULL, Benjamim. "Sobre Lusofonia", in: *A Lusofonia, Unificação Ortográfica e Política Linguisticocultural*, Pontevedra/Braga, Fundação Europeia Viqueira, Vol. IV-V, n.º 14-20, 1989, pp. 105-110.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. "Lusofonia, Interculturalismo e Cidadania", in *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*, Mira-Sintra, n.º 5, Europa-América, 1998, pp. 11-14.

SIL (sic) MONTEIRO, Maria Rosa da Rocha Valente. "O Ensino das Literaturas Lusófonas", in *A Lusofonia, Unificação Ortográfica e Política Linguisticocultural*, Pontevedra/Braga, Fundação Europeia Siqueira, Vol.IV-V, n.º 14-20, 1989, pp. 99-104.

VIEIRA, Nelson H. "Gilberto Freyre e a 'Dívida aos Portugueses'", in *Brasil e Portugal – A imagem recíproca*, ICALP, Lisboa, 1991, pp. 212-213.

Fundação Gilberto Freyre, Recife, disponível em «<http://www.fgf.org.br/index.html>», acesso em 13.Maio.2007.

NOGUEIRA, Júnior Arnaldo. "Releituras – resumo biográfico e bibliográfico - Gilberto Freyre", disponível em «http://www.releituras.com/gilbertofreyre_bio.asp», acesso em 13.Maio.2007.

PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. "O mal-estar na Casa Grande – o caso Gilberto Freyre", in Sexto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, disponível em «http://www.geocities.com/ail_br/ail.html», acesso em 7.Outubro.2007.

Documento de Inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa dos Bens Portugueses Candidatos a Património Mundial da UNESCO

Joaquim Torrinha

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa,
ilustres colaboradores deste grande movimento Pró-Vila Viçosa,
caros camaradas da Comissão de Candidatura,
senhoras e senhores:

As curtas palavras que vou pronunciar têm que ver com o “exemplo”, ou, se quiserem, com o “modelo” de urbanismo integral que Vila Viçosa tem adoptado para o seu desenvolvimento ao longo dos séculos.

Não vou dizer nada de novo sobre o assunto, porque tudo ficou bem explicado na matéria que compõe este livro que, hoje, nos distribuíram¹. Simplesmente há que louvar todo este trabalho e incentivar a continuação, diria mesmo a persistência de tornar bem conhecido de toda a gente o papel que Vila Viçosa desempenhou neste contexto urbano.

Mostro-vos aqui um documento, com o fim de certificar que, já antes da publicação do excelente trabalho do historiador Miguel Soromenho, no número 27 da revista *Monumentos*, de Dezembro de 2007, exclusivamente dedicado ao património de Vila Viçosa e há pouco tempo apresentado ao povo desta vila, já antes, ia eu dizendo, se havia publicado, mais do que uma vez, a notícia de que a igreja de Santa Maria de Vila

Viçosa estava aberta ao culto, pelo menos desde 22 de Janeiro de 1280. Esta é, como provei e provo, uma notícia sensacional, pelo que de relevante traz para a reavaliação de certos conceitos que só a Tradição – e não a História – davam como certos.

O referido documento foi publicado, e por mim comentado, na revista *Callipole* n.º 2, de 1994, e no jornal paroquial *Arauto da Padroeira*, n.º 30 e 31, editado pela Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1993. Mas para além desta valiosa descoberta, outra se nos apresentou também, qual foi a do achado arqueológico que o Reverendo Padre Henrique Louro teve o privilégio de encontrar, numa arrecadação do subsolo da Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, há cerca de cinquenta anos. Estou a falar de uma tampa de arca tumular do período gótico, que hoje está exposta no Paço dos duques de Bragança. E ela também faz parte da história da Igreja e a sua leitura poderá ser proveitosa, quando associada ou comparada a outros dados

¹ NR: Trata-se do livro publicado pela CMVV cujo título é idêntico ao texto do Dr. Joaquim Torrinha. A obra teve coordenação do também nosso colaborador Licínio Lampreia. Possui 50 página e quatro anexos: 1 – Carta de localização; 2 – Evolução urbana; 3 – Planta de reajustamento das delimitações do Centro Histórico de Vila Viçosa, Zonas de Protecção, processos de classificação e imóveis; 4 – Estado de conservação.

históricos. Infelizmente para o ilustre investigador Miguel Soromenho, estas notícias não chegaram às suas mãos, por terem sido publicadas em periódicos de pequena expansão geográfica, jornais e revistas de Évora e Vila Viçosa, mas a verdade é que, já, há anos, tinham visto a luz do dia.

Se de toda a actividade desenvolvida, a favor deste Processo de Candidatura, de que hoje aqui se vem falar mais uma vez, não surgir o resultado afirmativo que todos estamos convencidos que vamos obter, uma coisa é certa: «é que nada se perdeu senão a Confirmação da própria Candidatura.» E se, desse desgosto, nunca mais nos podermos ressarcir, porque esperávamos, convicta e ardentemente, obter uma classificação justa e ela falhou, que saibamos recolher, ao menos, o maior dividendo que possamos, aproveitando a imensidão de dados histórico e artísticos novos e valiosos que nesta campanha se trouxeram ao de cima. E bem assim, outros de cariz político-social, como os que estiveram na base da nossa Independência Nacional em 1640 e, consequentemente, do retorno desta linda terra à vida de uma “Corte de Aldeia” e de sentinela fronteiriça sempre vigilante.

A formação e o ordenamento urbano, que se observam claramente no reordenamento urbano do final do século XV, e durante todo o século XVI, exterior à muralha, foi uma herança do velho burgo do século XIII, acantonado como estava dentro dos muros dionisianos, que já de si mostrava uma ortogonalidade original, com a novidade de saber resguardar espaços para edificações públicas e institucionais, bem como para jardins, o que para a época se tornava de excepcional novidade, deslumbrando muitos espíritos na Península Ibérica e influenciando a própria Europa.

Foi uma lição que demos, ora voltados para o progresso.

Assim chegámos à Renascença, onde se inicia e sublima a expansão extra-muros da vila, já na segunda metade do século XVI, com um precioso traçado regular de ruas paralelas interceptadas por outras paralelas, criando uma rede urbana tipicamente portuguesa, formando os seus quarteirões de casas e de espaços para variados fins.

Quando D. João IV subiu ao Trono de Portugal, deu-se concomitantemente, o êxodo para Lisboa da maior parte da Corte Real, constituída por fidalgos que habitavam em Vila Viçosa. Mas depressa veio a contrapartida, porque o próprio Rei em 1646, depôs aos pés da Imagem de Nossa Senhora da Conceição, como humilde oferta de especial realce, a Coroa dos Reis de Portugal e, com esse gesto, abriu o culto à Virgem no seu santuário nacional, junto ao castelo de Vila Viçosa.

Este privilégio, que presentemente se mantém, constitui uma nota de inestimável valor para um país católico.

Não há dúvida alguma de que Vila Viçosa foi “um modelo exemplar de vocação e influência religiosa de cariz católico, desde muito cedo, como também não restam dúvidas de que a arquitectura religiosa, do mesmo cariz, teve aí princípio no segundo meado do século XIII, e que uma das obras foi a Igreja de Santa Maria do Castelo, que mais tarde se intitulou Igreja de Nossa Senhora da Conceição, cujo título ainda hoje se preserva. Mas não foi a única. Outras houve como a de Santo Agostinho e de São Tiago Maior.

Basta ler a cópia do documento que aqui mostro – uma carta de apresentação assinada pelo Rei D. Dinis, que serviu de credencial ao Padre João Martins, em 22 de Janeiro de 1280 para ocupar o lugar de clérigo da mesma Igreja.

Ligada a esta Igreja tem sempre singrado a Confraria de Santa Maria dos Clérigos, ainda activa até este momento mas com invocações diferentes. Hoje chama-se Regia Confraria de Nossa Senhora da Conceição e está fundida com outra antigamente designada por Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, que teve início no século XVII. E quem afirma a paridade dos exercícios da Igreja e da Confraria é o responsável pelo “Livro das Sentenças” de 1607/1624, ao escrever: “A Confraria está em posse tão antiga quanto é a mesma Igreja” Ora se é verdade o que o escrivão anotou no “Livro das Sentenças”, então, temos que a Confraria foi constituída antes de D. Nuno Álvares Pereira ter nascido – o que aconteceu, só, em 1360 –, razão pela qual não podemos atribuir a esta distinto varão nem a obra nem, sequer, a ideia de a planear.

Não devemos esquecer o importante papel que a presença da Corte Ducal exerceu em Vila Viçosa. Mas não o devemos exaltar só pelas tradições que essa presença alimentava mas também pelo papel que desempenhou, como centro das novas correntes humanísticas europeias.

Com efeito por Vila Viçosa passaram professores eméritos dos melhores centros universitários europeus, que ajudavam à formação dos Infantes sim, mas também estendiam os seus conhecimentos e ensinamentos por diversas maneiras. Cientistas, escritores e poetas frequentavam a corte e melhoravam o tom de da vida palaciana.

A fabricação de papel, a tipografia, os engenhos de ferro, toda a fina-flor das descobertas ou inovações, encontravam aplicação no burgo, agora já renascentista, enquanto a topografia e a arquitectura respeitavam os cânones clássicos, adaptando-os aos estilos de vida de cada época.

Isto quer dizer que Vila Viçosa respeitou e conservou uma expansão ordenada que se exprimiu por uma singular espécie de Urbanismo Português de especial realce.

O urbanismo quinhentista de Vila Viçosa representa um exemplo perfeito desta prática no panorama de urbanismo português do século XVI, como o foi o dos séculos anteriores. Não sou eu que o digo, embora o reconheça sem dúvidas, mas porque me falta a autoridade técnica para assumir a responsabilidade da afirmação. Peço, por isso, licença ao distinto Arquitecto Manuel C. Teixeira para endossar-lhe o encargo da resposta, a quem mo vier contestar. E não só a ele mas a tantos outros, como por exemplo ao professor Victor Serrão e a seu pai o professor Joaquim Veríssimo Serrão, nomes de alta linhagem no contexto histórico artístico nacional, que se deixaram impregnar por um amor imenso a Vila Viçosa, ou o doutor José de Monterroso Teixeira, de grata memória nesta terra, como Conservador que foi do Paço Ducal, quem nos lembra a actividade de D. Teodósio, quando estabeleceu um programa arquitectónico, que dignificou o poderio da Casa de Bragança e a adopção de novas linguagens renascentistas... que traduziam a modernidade “ao romano”, «outro dos expoentes mais altos do panorama arquitectónico e artístico nacional». E quantos mais de igual quilate eu deveria aqui citar? Não sei bem, ...mas seria de certeza um número infindo.

É com a grandeza e a verdade da História como argumentos, que Vila Viçosa se apresenta à Lista Indicativa dos Bens Portugueses Candidatos a Património Mundial da UNESCO. E vem fazê-lo como «primeiro exemplo na Península (só seguido pela via de Lerma em 1601) e, talvez, na Europa, como o de uma perfeita Vila Ducal Renascentista.

O nosso esforço no sentido de apresentar elementos susceptíveis de criar um ambiente favorável e verdadeiro, à candidatura a que Vila Viçosa presentemente se submete, dificilmente poderia ser maior. E fizemo-lo com a convicção de termos esgotado tudo o que ao nosso dever e saber cabia. Oxalá que com esta atitude possamos alcançar o fim que temos em vista.

E com a certeza de que melhor do que conseguimos apresentar, graças ao generoso esforço de muitas pessoas especializadas em vários campos da História, das Artes e da Música e de algumas Instituições das quais é justo destacar a Academia Portuguesa de História e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, melhor não nos seria possível.

Resta-me agradecer a todos, como calipolense que sou, tudo o que fizeram pela minha terra natal. Muito obrigado.

Vila Viçosa, 10.Maio.2008

BIBLIOGRAFIA

MOREIRA, Rafael. “Uma Cidade Ideal Em Mármore”, in revista *Monumentos*, n.º 6, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997.

TEIXEIRA, Manuel C. “Vila Viçosa, Cidade Erudita”, in revista *Callipole*, n.º 12, CMVV, 2004.

PORTAS, Nuno. “A formação urbana de Vila Viçosa”, in revista *Monumentos*, n.º 6, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997.

TORRINHA, Joaquim F. Soeiro. “Notícias de um Precioso Cimélio do Séc. XVI, in “Arauto da Padroeira, n.º 2, 1999, Vila Viçosa.

Livro das Sentenças, Cartório da Régia Confraria de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa, 1607-1624.

Caderno de Representações de Igrejas, feitas por D. Dinis, Rei de Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa – Gaveta 19, maço 3, n.º 47.

Transcrição de um excerto do documento divulgado neste texto:

Item, apresentou o Senhor Rei [D. Dinis] João Martins, clérigo, irmão do sobredito Chanceler [Mestre Pedro, como se lê duas linhas acima], à igreja de Santa Maria de Vila Viçosa, no Bispado de Évora, no vigésimo segundo dia de Janeiro [da era de César de 1318, como se leu na linha 1 desta página, logo no ano de Cristo de 1280].

Hermanamiento Sigüenza - Vila Viçosa • Geminação Sigüenza - Vila Viçosa

Maria Tecla Portela Carreiro (Espanha)

Salón de Plenos del Ayuntamiento
Sigüenza (Guadalajara),
26 Julio.2008

¿Es esto realmente un “hermanamiento”? ¿Se hacen hermanos de adopción, ahora mismo, estos dos pueblos, estas dos ciudades? Yo más bien diría que es el descubrimiento de una hermandad cuya existencia se desconocía: dos pueblos que, siendo hermanos, no sabían que lo eran. Y he aquí que hoy se abrazan, reconocida su fraternidad, y se disponen a recordar sus vidas, no tan alejadas como suponían...

Si fuese dado a los historiadores acceder al código genético de los pueblos, si pudiesen, a la manera de los científicos o de los estudiosos de la Medicina nuclear, sacar a la luz los cromosomas que los forman y desentrañar lo más escondido y recóndito de sus ancestros, comprobarían que los genes de Sigüenza y de Vila Viçosa las reconocen como hermanas sin asomo alguno de duda.



Brotan del mismo paisaje, de las llanuras infinitas, *das planícies sem fim*, y por ello son pueblos recogidos sobre sí mismos que solo pueden dirigir sus ojos a la amplitud de los horizontes o a la elevación de las Alturas. No tienen otra salida, pero tampoco les interesa. Son dueños de la plenitud y de lo inconmensurable: no podrían, ni sabrían, ni querrían, vivir en otros paisajes ni en otras coordenadas. *Sou filha da charneca erma e selvagem...* – escribió Florbela¹. Su principal cultivo es el espíritu. Dentro de ellas, en el territorio de su propio ser, brotan naturalmente las fuentes que van a permitir su exuberancia, los manantiales que permiten la riqueza de sus siglos y la frondosidad de sus vivencias, de su filológico “vicio”, *do seu viço...*

Precisamente porque crecen desde la raíz más profunda, su fortaleza es tal que nada las doblaga. Ni siquiera en esta época de vendavales y majaderías. Sus gentilicios son como la tarjeta de presentación de su linaje. Nombre céltico y guerrero – al decir de Don Rafael Lapesa² – Sego-segi, “victoria”, que los seguntinos conservan y acrecientan con el paso de los tiempos. Al mismísimo griego fue André de Resende, en el siglo XVI, para denominar a la que ya era Vila Viçosa, y fue *Callipolis*, recuperado el vocablo de la geografía antigua. *Vila Viçosa não pode espremer-se em latim por uma só palavra, a não ser que forjemos Callipolis, à grega, por processo talvez ousado, mas que de nenhum modo desagrade aos leitores que essa palavra se vulgarize muito*³. Y así es esta ciudad,

población hermosa, *terra de frescura, de mimo, de vigor de vegetação, de exuberância de vida*⁴.

(Entre nosotros, ¿A qué raíces, filológicas o culturales, podrían ir hoy los habitantes de esos pobres pueblos sin Historia para encontrar su propio nombre, su denominación primera...? Piensan, los muy infelices, que la raíz no importa y que se puede crecer sin ella...)

A las entrañas de la tierra van a buscar nuestras ciudades el mármol que – dicen los escultores – supone, en su oficio, la vida. Si paseando por Vila Viçosa disfrutamos del mármol desde lo más cotidiano a lo más elevado, si en las feligresías de Bencatel y de Pardais nos permiten las canteras conocer su procedencia, en Sigüenza vamos a encontrarnos la expresión más bella que en mármol pudo conseguirse alguna vez: nuestro Doncel – nuestro, universal, hasta de los que no lo conocen –. Su sola imagen equivale a un curso de Historia, a un curso de Arte, a un curso completo de Espiritualidad y de Belleza... Como dicen ahora, ¿hay quien dé más? Entre las armas de sus linajes castellanos, las quinas y los castillos declaran también sus ancestros portugueses, Doña Mencía de Sousa, de Sosa, quizás otros ¿y alguien duda todavía de la fraternidad, ya secular, de estos pueblos?

Reposa Don Martín Vásquez de Arce sobre el heno de la vanidad humana. Seguntinos y calipolenses están despojados de ella. Cualquiera que llegue va a ser bien recibido, con la sencillez de los que saben hacerlo, tan sin artificio ni envanecimiento

¹ ESPANCA, Florbela. *Obras Completas de Florbela Espanca*, Vol. II, Poesía, 1918-1930, 1.ª edición, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, p. 132.

² LAPESA, Rafael. *Historia de la Lengua Española*, 9.ª edición, Biblioteca Románica Hispánica. Edit. Gredos. 1981, p. 19.

³ RESENDE, André de. *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora, 1593.

⁴ FERNANDES, Dr. Xavier. 1944.

que uno llega a estos pueblos que se caen – se caen, literalmente – bajo el peso del arte y de la historia, y es recibido como si en el mundo todo fuese así... claro, qué van a hacer, dan lo que tienen, es natural, tan natural en ellos que se extrañan de la fascinación foránea... Porque si la proverbial acogida de que hacen gala los portugueses se hace todavía más patente en la austeridad del Alentejo, la sobriedad castellana no le va a la zaga recibiendo al que llega para perderse entre las piedras de Sigüenza... para pasear bajo la sombra de sus almenas.

¿Almenas he dicho? Otro cromosoma, o no sé, otro gen dominante, los que lo saben podrán decirlo. Nos traen del medioevo, nos presentan a reyes y señores medievales, que nos hablan de forales, cartas pueblas, fundaciones, que nos traen memoria de tiempos de poder y de conquista, de duques y palacios de centurias diversas pero un mismo sentir, de Cardenales egregios, de poetas y estudiosos, de artesanos y labradores... tierras y lugares que nos enseñan lo que son: Ciudades amuralladas, fuertes, victoriosas por siempre... Que se defendieron y lucharon, que iban dejando sus vidas a jirones para hacer más grandes sus Historias, para que las memorias y los libros pudiesen guardarlo para siempre...

¿Libros también digo? Sí. Estas son ciudades de libros, ciudades “de libro”. Archivos y bibliotecas – y quién sabe lo que el tiempo, el tiempo con “t” minúscula, la desidia, la ignorancia y la maldad no habrán destrozado – nos hablan de aquellos que, antaño como ahora, se dedicaron a estudiar, glosar, compilar, crear, componer, ejercieron de testigos y dejaron testimonio, dieron fe y transmitieron... pusieron partituras a las Horas...

Así, tan rotunda como delicadamente, sostiene el Doncel un libro de Horas entre sus manos... Y blasona sobre su pecho la Cruz de Santiago. La Cruz, la Cruz en todas sus versiones estéticas o históricas pero en un único sentimiento. La del Caballero santiaguista que pierde su vida en la Vega de Loja mientras auxilia a unos cristianos de Jaén. Las cruces que coronan la bellísima catedral seguntina o el Santuario de Nossa Senhora da Conceição, Patrona, Reina y Señora de Portugal, a la que los estudiantes ofrecían sus tesis doctorales...

En una de mis pérdidas tardes familiares en Vila Viçosa visitaba una casa en la que me hacían ver la belleza y modernidad de su arquitectura, un ejemplo que se estudiaría en manuales y se mostraría en exposiciones internacionales. Sentada en un banco estratégicamente colocado, a través de todas sus ventanas se divisaba una cruz⁵... allí como aquí: cruces de iglesias, conventos, ermitas, capillas... Son ciudades que se yerguen a la sombra de la Cruz.

Sin Cruz, sin almenas y sin almas que la defiendan, sin canteras de las que extraer material alguno... ¿qué podrán contar esos otros mundos nuevos, esas pobres gentes sin Historia?

De allá para acá, llegó Don Fadrique, el Obispo Don Fradique de Portugal, que trajo a Sigüenza un Renacimiento de sabiduría, de esa dedicación que los portugueses ponen en cuanto hacen cuando están convencidos de ello, de quinas y castillos con que decoró nuevamente el paisaje de la Historia seguntina... El ilustre linaje de los Condes de Faro en la entonces lejana ciudad de Sigüenza...

Las hélices del DNA que se entrecruzan, a cada eslabón creo llaman los que lo saben

⁵ La casa del Dr. Barata dos Santos, del Arquitecto Nuno Portas.

“nucleótidos”. Parece término impropio y casi diría que obsceno en este momento de humanistas, pero no lo es. Las bases nitrogenadas usan cuatro letras: A–T–G–C. para estas ciudades: Amplitud de miras y paisaje, Tiempo para la Historia, Grandeza de sentimientos. La C de la Cruz, la Cruz que siempre construye, la Cruz que perdurará por siempre, la Cruz que se mantiene incluso en este momento que lo es de desvergüenza, desmemoria y nihilismo: eso de lo que no padecen nuestros pueblos.

Mucho podría hablar de dos de mis destinos predilectos, de pueblos que siento realmente míos, mucho podría divagar sobre ellos como vago por sus calles, *pelas suas ruas* – medievales, renacentistas, barrocas, decimonónicas, contemporáneas incluso, por qué no, aunque menos – mucho podría decir de cuanto me sugieren los retablos e imágenes de sus iglesias, la orfebrería y los paramentos litúrgicos de sus museos y sacristías, sus casa blasonadas, sus construcciones populares, sus fuentes, sus almas... pero contamos hoy, aquí mismo, con personalidades y voces autorizadas que lo están haciendo mucho mejor de lo que yo nunca pudiera.

¿Sugerencias para poner en práctica este hermanamiento? Muchas. Para autoridades – civiles, militares y eclesiásticas, como solía decirse –, historiadores, escritores, compositores, estudiosos y estudiantes, arquitectos, escultores, pintores, grabadores, la más amplia panoplia de artesanos, restauradores – en todas las acepciones del término – gastrónomos y – las nunca superadas por ninguno de todos los citados y de cuantos citarse puedan – amas de casa. De ellas, de las sugerencias que me brotan a borbotones, podremos hablar en la calma de una tarde cualquiera...

En este momento me queda una duda única, una duda que entra en esos misterios con que siempre me sonríen los mundos con Historia...: ¿qué sonetos le habría escrito Florbela Espanca al Doncel de Sigüenza...? Ella, que se describió Castellana de la Tristeza⁶.

(...)

Castelã da Tristeza, porque choras
Lendo, toda de branco, um livro de horas,
À sombra rendilhada dos vitrais?...

À noite, debruçada pelas ameias
Porque rezas baixinho?... Porque anseias?...
Que sonho afagam tuas mãos reais?...

Y que alguien me diga ahora si una de las más grandes voces femeninas de la riquísima tradición poética portuguesa, no se sentía, siquiera en una imagen soñada, hermana del Doncel.

Siempre digo – y escribo – que de todo cuanto de insuperable tiene mi querido Portugal, hay tres cosas en que los portugueses son realmente imbatibles: Poesía, orfebrería y pastelería. Entonces, permitidme sólo una confidencia que hago al oído de mis amigos calipolenses: *cá entre nós, que ninguém nos ouve, e não contem a ninguém: de quantos bolos – mouros e cristãos – pôde comer o Doncel, nenhum, até morrer, como as “tibornas” do Convento das Chagas... Não sei, há uma estória inexistente, que guardo em alguma gaveta que conta isso mesmo... Em algum arquivo perdido deve constar... Convidem os seguntinos para confirmarem e depois contem-me isso mesmo...*

Muito obrigada!
¡Muchas gracias!

⁶ ESPANCA, Florbela. Op. Cit. p. 63.

OS NOSSOS COLABORADORES

Este espaço está sempre em aberto e portanto em transformação, podendo a qualquer momento ser ampliado e/ou actualizado desde que cheguem a Callipole elementos que o permitam. Lacunas nas biografias, como local e ano de nascimento ou outras, deverão desejavelmente ser completadas pelos autores.

ÁLVAREZ, José Luis Sánchez
? (Espanha), ?

Não forneceu biografia.

Professor de História da Medicina, na Universidade da Extremadura.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

AURÉLIO, Carlos

Vila Viçosa (Portugal), 1956

Licenciado em Artes Plásticas/Pintura, pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Possui o Curso de Gravura da Galeria Diferença, Lisboa (1985), sob orientação de Maria Irene Ribeiro.

É docente do Ensino Secundário.

Realizou as seguintes exposições individuais: Pintura e desenho – **Mortos ou Vivos?** – Seixal (1982); Pintura – **La duda en torno a las vértebras** – Galeria Acuarela, Badajoz (1987); Fotografia – **Cibachrome** – Galeria Diferença, Lisboa e Museu de Évora (1989); Pintura – **Ex Umbrá Lux** – Centro de Arte SOCTIP, Lisboa (1990); Desenho – **A Lápis** – Miga's, Terena (1995); Pintura – **O Mapa de Portugal** – Convento de Cristo, Tomar, e Casa de Cultura D. Pedro V, Mafra (1996); Fotografia – **Saudade** – Festival de l'Image, Le Mans, França (1997); Fotografia – **Ó Céus** – Grupo Pró-Évora, Évora; Fotografia – **Ó Céus** – Galeria Municipal Artur Bual, Amadora (1999); Pintura – **Pater Noster** – Instituto Camões, Vigo, Espanha, Forum da Maia, Museu Martins Sarmiento, Guimarães, Ponte da Barca, Tondela, Paço de Arcos e Vila Viçosa (2003).

Participou em cerca de duas dezenas de exposições colectivas

É autor de edições em artes gráficas como postais, fotografias, cartazes, brochuras para fins comerciais e para diversos eventos públicos, para além de capas e ilustrações em livros.

Obteve menções honrosas na I Mostra Portuguesa de Artes e Ideias (Lisboa, 1987) e no Prémio Literário Cidade de Almada, com o Romance **Amor e Roma** (1994).

Colaborou com prefácios, artigos e ilustrações em diversas publicações.

Participante, desde 1986, no "Grupo de Estremoz" de Filosofia Portuguesa ligado a António Telmo. Conferencista em colóquios sobre Filosofia (Lisboa, 1996; Alenquer, 1999; Coimbra, 2004; Sesimbra, 2005). Autor de artigos e ilustrações em diversas iniciativas no âmbito da Filosofia Portuguesa, nomeadamente na revista *Teoremas de Filosofia* (Porto).

Co-autor dos seguintes livros: **António Telmo e as Gerações Novas**, ed. Hugin, Lisboa, 2003; **O Pensamento e a Obra de Pinharanda Gomes**, ed. Fundação Lusfada, Lisboa, 2004; **Messianismo Português**, ed. Fundação Lusfada, Lisboa, 2005; **O Pensamento e a Obra de Afonso Botelho**, ed. Fundação Lusfada, Lisboa, 2005.

Publicou **Mapa Metafísico da Europa**, ed. Fundação Lusfada, Lisboa, 2003.

Colaborador de *Callipole* 14, 15 e 16.

ÁVILA, José

? (Portugal), ?

Não forneceu biografia.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

BARROS, Maria Madalena Cupertino Osório de
Lisboa (Portugal), 1968

Mestre em Educação (variante Administração Escolar), pela Universidade de Évora, em 1999. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, em 1991.

Actualmente, é Técnica Superior na Universidade de Évora, onde desempenha, desde 1993, funções na área financeira e de planeamento. Leccionou na Escola Secundária de Vila Viçosa, no ano lectivo 1992-93, na área de Contabilidade e Administração.

Tem publicado artigos em revistas da área económica e social e de gestão de recursos humanos. De 1992 a 1995, colaborou em exposições de fotografia na Associação Juvenil Doutor Jardim, em Vila Viçosa. Foi membro do Corpo Nacional de Escutas, no Agrupamento 639 de Vila Viçosa, durante 17 anos (de 1982 a 1999). É membro da CVX (Comunidade de Vida Cristã) e do Banco Alimentar Contra a Fome, de Évora, desde 1999.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

CARREIRO, Maria Tecla Portela
Pontevedra (Espanha), ?

Licenciada em Ciências da Informação, pela Universidade Complutense de Madrid, onde prossegue doutoramento.

Especialista em língua e cultura portuguesa, tem-se dedicado ao estudo de Florbela Espanca, Raul Brandão e Ivo Machado, entre outros.

Ganhou vários prémios literários.

Escritora, poetisa e jornalista. Como narradora, o seu trabalho **La casa de la Rotea** concorreu à ACCESEP e foi finalista do III Prémio Ana María Matut, da Editorial Torremozos.

Publicou, entre outros, os livros **Primera carta desde el Brasil, Florbela Espanca – Quimera y Saudade e Cabe mi** (poesia). Traduziu Manuel Alegre.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

GORDALINA, Maria do Rosário

Lisboa (Portugal), 1961

Doutorada em História da Arte pela Universidade de Roma La Sapienza (1997), onde discutiu tese dedicada aos frescos quatrocentistas da Badia de Florença do português João Gonçalves. Licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1985), foi bolsista da Universidade Lusíada (1989-1990), do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Itália (1991-1994 e 1996-1997) e da Fundação Calouste Gulbenkian (1996).

Já foi docente de História da Arte no IADE (1986-1988 / 2002-2004), na Universidade Lusíada de Lisboa (1987-1989 / 1997-2001), no Instituto Português de Fotografia em Lisboa (1990-1991) e na Escola de Ciências do Património – Instituto Rainha D. Leonor em Lisboa (1992-1993) e de Estudos Portugueses na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa (1989-1990).

Abandonou a actividade docente para se dedicar exclusivamente à inventariação do património arquitectónico, na qual exerce a sua actividade desde 1990, primeiro na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (entretanto extinta) e actualmente no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – SIPA/Forte de Sacavém, onde coordena o inventário do património arquitectónico do Alentejo e Algarve. Após a licenciatura desenvolveu investigação no âmbito da armaria e da pintura portuguesa dos Séculos XV-XVI (tendo conduzindo várias campanhas de fotografia por infravermelho e reflectografia, nomeadamente, sobre tábuas atribuídas ao Mestre da Lourinhã e à Escola de Grão Vasco) e em especial no âmbito da pintura mural com destaque para as relações culturais com a Itália do Renascimento.

Participou em vários congressos, tendo publicado inúmeros textos, com artigos nas revistas *Monumentos* e *La Nuova Città*.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

LAMPREIA, Lúcio

Moura (Portugal), 1953

Licenciado em História (Ensino), pela Universidade de Évora.

Professor dos Ensinos Básico e Secundário. Desempenha actualmente as funções de Técnico Superior da Câmara Municipal de Vila Viçosa, na Área do Património.

Tem publicado diversos artigos na área da História e História da Arquitectura – o mais recente foi na revista *Monumentos*, n.º 27, 2007: *Arquitectura da água em Vila Viçosa, nos séculos XVI e XVII*.

Membro do Conselho de Redacção de *Callipole*.

Colaborador de *Callipole* 9, 12, 13, 14, 15 e 16.

LIZARDO, Joaquim Miguel Palla

Torres Novas (Portugal), 1960

Licenciado em Engenharia Zootécnica, pela Universidade de Évora (ramo científico – tecnológico).

Realizou o curso de Qualificação em Ciências da Educação pela Universidade Aberta.

É docente do 2.º CEB (Ciências da Natureza e Matemática), desde 1990.

Elaborou vários projectos de criação de ZCA (Zonas de Caça Associativa).

Colaborador do jornal regional *A Barca*.

Acompanhou, durante os anos 80, o processo de registo e catalogação dos ninhos de cegonha branca (*Ciconia ciconia*).

Estudioso das migrações das aves, também investigou o impacto negativo de um troço de estrada nacional sobre as populações de aves de rapina nocturna.

Colaborou na identificação de alguns exemplares que se encontram na Sala das Aves do Castelo de Vila Viçosa

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

LÓPEZ, José Mariano Fernández

Olivença (Espanha), 1957

Licenciado em Enfermagem (Portalegre) e Licenciado em Filologia Espanhola.

Professor de Enfermagem na Escola de Enfermagem da Comunidade de Extremadura, lecciona as cadeiras de Enfermagem Médico-Cirúrgica I e II e Terapias Complementares.

Participou num curso de Formador de Formadores, “Proyecto de Fortalecimiento del Sector Salud de Giza” (Egipto) 2007.

Actualmente está a realizar o doutoramento na Universidade da Extremadura.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MAÇARICO, Luís Filipe
Évora, (Portugal), 1952

Mestre em Antropologia (Patrimónios e Identidades) pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

Técnico Superior da Câmara Municipal de Lisboa.

Poesia: **Da Água e do Vento**, 1991; **Mais Perto da Terra**, 1992; **A Essência**, 1993; **Lisboa, Asas de Água**, 1994; **Os Pastores do Sol**, versão trilingue (português, francês e árabe), 1995; 2.^a ed. Escola Profissional Fundão, 1996; 3.^a ed., 2001; **Íntim(a)ldade**, 1996; **Vagabundo da Luz**, Liga dos Amigos e Junta Freguesia de Alpedrinha, 1997; **O Sabor da Cal**, ed. da Câmara Municipal de Beja, 1997; **Os Peregrinos do Luar**, 1998; **Lisboa, Cais das Palavras**, C. M. de Lisboa / Cultura, 1998; **A Celebração da Terra**, ed. das C. M. de Évora e Montemor-o-Novo, Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila e Delegação Regional de Cultura do Alentejo, 1999; **Lisboa, Pegadas de Luz**, C. M. Lisboa/Cultura, 2000; **A Secreta Colina**, C. M. Lisboa / Cultura, 2001; **Caligrafia do Silêncio**, 2004.

Antologias (selecção): **Cadernos Despertar I**, com Eduardo Olimpio e José Carlos Ary dos Santos, Amadora, 1982; **Antologia de Homenagem a Cesário Verde**, C. M. Oeiras, org. Orlando Neves, Oeiras, 1991; **Cântico em Honra de Miguel Torga**, coord. António Arnaut e Rui Mendes, com António Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner, ed. Fora do Texto, Coimbra, 1996; **Cerejas Poemas de Amor de Autores Portugueses Contemporâneos**, selecção de Gonçalo Salvado, ed. Tágide e C. M. Fundão, 2004; **Vento – Sombra de Vozes / Viento – Sombra de Vocês**, coord. Pedro Salvado e Juan Gonper, Ed. C. M. Fundão / Celya, 2004.

Ensaio (selecção): **A Personalidade Poética do Alentejano**, *Arquivo de Beja*, volume X, série III, Abril 1999, pp. 111-124; **O Alentejo, O Cante e os seus Poetas**, *Arquivo de Beja*, vol. XIII, série III, Abril 2000, pp.13-36; **A Função Antropológica da Aldraba: Da Origem Simbólica à Morte Funcional**, *Arqueologia Medieval*, n.º 8, Campo Arqueológico de Mértola, Afrontamento, Maio 2003; **Aldrabas e Batentes de Montemor-o-Novo: Um Olhar Antropológico**, *Almanzor*, n.º 4, 2.^a série, 2005, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Biografia: **Com o Mundo nos Punhos – Elementos para uma biografia de José Santa Camarão**, CML, Lisboa, 2003, resultado da tese de mestrado.

Dirigente associativo voluntário de colectividades, nos mais diversos cargos, entre 1997 e 2006, Membro da Comissão Promotora, Fundador e Presidente da

direcção da “Aldraba” – Associação do Espaço e Património Popular (Abril.2005).

Colaborador de *Callipole* 9, 10/11, 12, 14, 15 e 16.

MARQUES, José
Lisboa (Portugal), 1953

Licenciado em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

É membro da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral. Concluiu o curso de Medicina do Trabalho em 1997 na Escola Nacional de Saúde Pública. Estagiou no Hospital Distrital de Cascais (1981-85). Entrou na carreira médica de Clínica Geral em 1985 tendo sido colocado na Ericeira, extensão do Centro de Saúde de Mafra. Foi médico responsável pelo Hospital da Ericeira (1985-89). Possui a especialidade médica de Saúde Ocupacional/ Medicina do Trabalho conferida pela Ordem dos Médicos. Foi provido com o grau de Chefe de Serviço da especialidade médica de Medicina Geral e Familiar, conferido pelo Ministério da Saúde (2000). Pertence ao Quadro do Ministério da Saúde, exercendo Medicina Geral e Familiar na Ericeira desde há 23 anos. Foi Coordenador da zona Oeste do Centro de Saúde de Mafra e da unidade de Saúde da Ericeira (2002-05). Exerce Medicina do Trabalho desde há dezassete anos, tendo actualmente responsabilidades em cerca de 20 empresas dos mais variados sectores, dispersas por quase todo o país.

Possui curso de realização cinematográfica com estágio em Strasbourg, França. Realizou vários filmes (documentários) sendo dos realizadores portugueses mais galardoados no estrangeiro. É membro da Associação Portuguesa de Realizadores de Cinema.

Colaborador de *Callipole* 14 e 16.

MARTÍN, Antonio Daniel Penco
? (Espanha), ?

Não forneceu biografia.

Professor da Faculdade de Medicina da Universidade da Extremadura.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MENDONÇA, Luís
Povoação, Açores (Portugal), 1963

Licenciado em História e Ciências Sociais pela Universidade dos Açores.

Professor do Ensino Básico e Secundário, leccionando actualmente em Almada.

Tem livros publicados no âmbito da História açoriana: **História dos Açores, Visão Geral (sécs. XV- XX)**, 1.^a ed. 1996, 2.^a ed. 2001; **Aspectos da Vida Quotidiana**

nos Açores – Perspectiva Histórica, 1998; *História da Povoação*, ed. da Câmara Municipal da Povoação, 2000; *Emigração Açoriana, sécs. XVIII a XX*, 2002.

Colaborador de *Callipole* 14, 15 e 16.

MONGE, Maria de Jesus

Aldeia Nova de S. Bento (Portugal), 1963

Mestre em Museologia pela Universidade de Évora.

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

Directora do Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança).

Participou em vários congressos da sua especialidade e tem obra publicada, por exemplo, o livro **500 Anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**, 2002; co-autora, com Raquel Henriques da Silva de **El-Rei D. Carlos Pintor. 1863-1908**, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2007.

Colaboradora de *Callipole* 13, 14, 15 e 16.

MOREIRA, Isabel Alves

Lisboa (Portugal), 1964

Licenciada em História, pela Universidade Aberta.

Mestranda em Turismo e Desenvolvimento, pela Universidade de Évora.

Mantém uma página na Internet:

<http://estudoshistoriapatrimonio.googlepages.com/>

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

PACHECO, Diego Peral

Badajoz (Espanha), 1958

Licenciado em Medicina e Cirurgia. Doutor em Medicina pela Universidade da Extremadura.

Professor Titular da Faculdade de Medicina e Biblioteconomia, onde lecciona as cadeiras de História da Medicina, Bioética e Documentação Clínica.

Participou em diversos congressos de História, História da Medicina, Paleopatologia e Bioética.

Publicou **La Salud Pública en Zafra en el Siglo XIX, 1993; La Epidemia de Cólera. La Sanidad y el Cólera en las Reales Ordenes de 1833 a 1855**, 1994; **Catálogo de Bases de Datos**, 2001; **Historia de la Vegetación y los Bosques de la Baja Extremadura. Aproximaciones a su Conocimiento**, 2001; **Catálogo de Especies Vegetales Amenazadas de la Comunidad Extremeña Recogidas en el Decreto 37/2001 (DOE N.º 30, 13/03/2001)**. Colección Medio Ambiente, Badajoz, 2004; **Espéculo Ginecológico: Historia Y Evolución**, Mérida, 2007; **El Cáncer: Investigando Desde Otro Paradigma. Factores Psicosococulturales como desencadenantes**, 2007.

Secretário da *Revista de Estudios Extremeños*.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

REBOCHO, Nuno

Queluz (Portugal), 1945

Jornalista e escritor. Animador de sessões de poesia e editor. Trabalha na RDP.

Publicou entre diversos outros, os seguintes livros de poesia: **Uagadugu** – Lisboa, 1994; **Breviário de João Crisóstomo** – Lisboa, 1995; **Memórias de Paisagem** – Lisboa, 1996; **A Invasão do Corpo** – Lisboa, 1997; **Nau da Índia** (este, em colaboração com o pintor Miguel Barbosa) – 1999; **A Arte de Matar** – Lisboa, 2001; **Contos do Calendário** – Lisboa, 2003; **O Discurso do Método** – Lisboa, 2005. Escreveu vários livros em prosa, entre os quais se citam: **O 18 de Janeiro de 1934** (com o pseudónimo de LH Afonso Manta) – Lisboa, 1974; **A Companhia dos Braçais do Bacalhau** – Lisboa, 1997; **Estórias de Gente** – Lisboa, 2003. Colaborou em diversos livros e antologias.

Tem vasta colaboração em muitos jornais, dos quais se destacam *O Distrito de Portalegre* e os cabo-verdianos *Expresso das Ilhas* e *Liberal*.

Vive actualmente em Cão Verde.

Colaborador de *Callipole* 13, 14 e 16.

REI, António

Évora (Portugal), 1958

Doutor em História Cultural e das Mentalidades Medievais.

Mestre em História Medieval pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em História pela Universidade de Évora. Especialista em Língua árabe pela Universidade de Tunes I, Tunísia.

Investigador/Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; exerce a sua actividade profissional principal no Instituto de Estudos Medievais da FCSH da UNL; docente de História da Cultura Medieval e de Língua Árabe na FCH da Universidade do Algarve e Fundação Luís de Molina, Universidade de Évora. Director do Grupo de Estudos da Serra d'Ossa (GEO) (1990-1998); Investigador/Bolseiro PRAXIS XXI (1997-2000); Consultor para a Área Histórico-Cultural da Comunidade Islâmica de Lisboa (2000-2002); Director do Centro de Estudos Luso-Árabes – Silves (2002-...).

Publicou o livro **Pesos e Medidas de Origem Islâmica em Portugal** – Câmara Municipal/Casa da Balaça, Évora, 1998.

Tem textos nas revistas *Arqueologia Medieval*, *Ibn Maruán*, *Patrimonia*, *Xarajib* e nos jornais *Diário do Sul* (Évora) e *Brados do Alentejo* (Estremoz).

Colaborador de *Callipole* 7/8, 9, 10/11, 13, 15 e 16.

ROLÃO, Manuela

Lisboa (Portugal), 1965

Licenciada em Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

É professora de Educação Visual e Educação Visual e Tecnológica, desde 1986. Dinamiza o Clube de Fotografia da Escola dos 2.º e 3.º ciclos Dr. António Augusto Louro, Arrentela, Seixal, desde 1997.

Realizou o Curso de Formação "Educação Patrimonial e Cidadania no Concelho do Seixal", em 2002, e participou na Oficina de Formação "Produção de Materiais Didáticos no âmbito da Educação Patrimonial" em 2003, ambas da responsabilidade do Centro de Formação Rui Grácio e do Ecomuseu Municipal do Seixal devido ao seu interesse pelo tema e pelo gosto pela sensibilização dos seus alunos para a preservação do Património Local. Participou em actividades de divulgação de técnicas fotográficas, nomeadamente: Workshop "Pinhole Photography", IADE, 1998, Workshop "Lomografia, a técnica da anti-técnica", ImaginArte, 2004 e Workshop Cianotípias e Goma Bicromatada, 2008. Participou numa exposição colectiva de pintura na Voz do Operário, em 1987.

Realizou uma exposição individual de desenho, fotografia e pintura na Sala Dr.ª Irene Aleixo, CASM, Miratejo em 2003.

Recebeu o Prémio Melhor Fotografia Ilustrativa do tema "Amora, sabor a liberdade", Fotopaper Amora em 1999.

Co-autora do "Dossiê Didáctico 4 – Materiais Didácticos para a Educação Patrimonial", edição do Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007, e parceira do Serviço Educativo do Ecomuseu Municipal do Seixal colaborando na criação de novos ateliês.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

ROSADO, Moisés Gayetano

Roca de la Sierra, Badajoz (Espanha), 1951

Licenciado em Geografia e História. Licenciado em Filosofia e Ciências da Educação. Doutor em Geografia e História.

Professor dos ensinos primário e secundário. Professor colaborador da Universidad Nacional de Ensino a Distância (Espanha), da Escuela de Administración Pública de Extremadura e dos Centros de Formação de Professores da Extremadura.

Participou em diversos congressos de História, Literatura, Pedagogia e Ciências Sociais em Espanha, Portugal, França, Cuba e Argentina, sendo actualmente membro do Comité Organizador e do Comité Científico do "Congresso de Estudos Extremeños".

Poeta, com seis livros de poemas publicados – o mais recente é *Amaneceres y Otros Poemas de la Raya*, ed. O Pelourinho, Badajoz, 2006. Narrador, com duas novelas e um livro de contos publicados. Ensaísta e investigador, com quase uma dezena de livros editados, destacando-se: *Alquimia: antología de narradores extremeños* – Editora Regional, 1985; *Emigración Extremeña durante el desarrollismo español* – UNED, 1990; *Cuba: la boca del caimán* – Servicio de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, 2000; *Abril 25: el sueño domesticado. Revolución portuguesa de los claveles* – Fundación de Investigaciones Marxistas, 2001; *Un paseo por la raya* – Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, 2003.

É director do Serviço de Publicaciones Transfronterizas *O Pelourinho* e da *Revista de Estudios Extremeños*. Colaborador da imprensa periódica, nomeadamente nos diários espanhóis *ABC*, *Hoy*, *El Periódico...* ou no nicaraguense *Nuevo Amanecer*, tem mantido colaborações em diversas publicações alentejanas, como o *Diário do Alentejo*, *Linhas de Elvas* e *Revista Alentejo* (da Casa do Alentejo, Lisboa).

Colaborador de *Callipole* 13, 14, 15 e 16.

RUAS, João

Lisboa (Portugal), 1946

Maîtrise en Lettres, Université de Paris-Sorbonne, e Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Exerce as actividades de Bibliotecário-Arquivista na Fundação da Casa de Bragança, Paço Ducal de Vila Viçosa (Director da Biblioteca do Paço Ducal) e de docente (cadeira de Livro Antigo) dos cursos de Ciências Documentais na Universidade de Évora e na Universidade do Algarve.

Membro do Conselho de Redacção de *Callipole*.

Colaborador de *Callipole* 12, 13, 14 e 16.

SAIAL, Joaquim

Vila Viçosa (Portugal), 1953

Mestre em História da Arte, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Ciências Humanas e Sociais, pela FCSH da UNL. Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Prossegue doutoramento em História, de dupla titulação, pela Universidade Autónoma de Lisboa e pela Universidade de Salamanca (Espanha) cuja temática se situa no âmbito da escultura pública portuguesa da segunda metade do século XX; possui os diplomas de Estudios Superiores e Estudios Avanzados da dita universidade espanhola.

Entre 1986 e 2005 foi docente das cadeiras de História da Arte I e II (Arte Portuguesa e Internacional), na Licenciatura em Turismo do Instituto Superior de Novas Profissões, para além de igualmente leccionar, desde 1980, no 2.º e 3.º ciclos do ensino oficial.

Desde Outubro de 2008, é regente da cadeira “Arte Pública do Século XX” (Mestrado em Arte Contemporânea), na Escola das Artes (extensão de Lisboa) da Universidade Católica Portuguesa.

Tem realizado múltiplas actividades ligadas à área em que se especializou, entre as quais se destacam conferências na Universidade de Évora, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Internacional para a Terceira Idade, Universidade Portucalense (Porto), Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Facultatea de Psihologie si Stiinte ale Educatiei – Departamentul pentru Pregatirea Personalului Didactic da Universidade Babes-Bolyai, Cluj-Napoca (Roménia), Instituto Politécnico do Porto, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Universidade de Daugavpils (Letónia), Sociedade de Geografia de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (da qual foi bolseiro em 1985-86), e na área da Literatura, no Centro Cultural Português do Mindelo (ilha de São Vicente) e Palácio da Cultura, Praia (ilha de Santiago), Cabo Verde (com patrocínio do Instituto Camões), trabalhos para o Departamento de Documentação e Pesquisa do Centro de Arte Moderna da FCG, ACARTE da FCG, ex-Instituto Português do Património Cultural e Centro Nacional de Cultura, organização das comemorações do primeiro centenário da morte do pintor Henrique Pousão, em Vila Viçosa, e docência de cursos de História da Arte e de Cultura Portuguesa para diversos organismos públicos e privados. É consultor e formador do Centro de Formação de Professores Rui Grácio (Seixal). Membro de vários júris de prémios de pintura e literatura. Membro da equipa com base na Universidade do Minho que desenvolve o projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia “Impacto histórico-económico-urbanístico de estatuária em espaço público. Aplicação a Portugal nos séculos XIX e XX”.

Publicou centenas de textos de arte e literatura, sob a forma de livro, em catálogos de exposições de arte e noutras publicações, nomeadamente revistas e jornais. Bibliografia em livro: **Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-40)** – Bertrand Editora, Lisboa, 1991; **Manuel Gamboa. A Arte por Vida** – Encomenda da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve), 1998; **Capitania. Romance de S. Vicente de Cabo Verde** (lançado em Portugal e Cabo Verde) – Editorial Notícias, Coleção «Escrito em Português», com patrocínio do Instituto Camões/Ministério

dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2001. Livros em que colaborou: **Henrique Pousão. 1859-1884 – Textos das Alocuções Proferidas Durante as Comemorações do 1.º Centenário da Morte do Pintor** – II Série dos Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984; **A Sétima Colina. Roteiro Histórico-Artístico** (Coordenação do Professor José-Augusto França), encomenda da Sociedade Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, para o Programa “A 7.ª Colina”, roteiro histórico-artístico do percurso urbano Cais do Sodré/Rato, Lisboa, Junho.1994; **Hein Semke – O Livro da Árvore** – Encomenda do ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.

Tem textos na revista *Artes Plásticas* e nos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Letras*, *O Distrito de Portalegre*, *Expresso das Ilhas* (Praia, Cabo Verde), etc. Mantém desde 9.Setembro.2005 uma coluna semanal no jornal digital cabo-verdiano *Liberal* sobre assuntos diversificados da história e da cultura daquele país.

Administra um sítio na Internet, com vários conteúdos, entre os quais se destacam a História, a Arte, Cabo Verde, Vila Viçosa e a revista *Callipole*: www.saial.info

É director de *Callipole* desde o n.º 12 e seu colaborador constante desde o primeiro número.

SALGUEIRO, Tiago

Évora (Portugal), 1975

Mestre em Museologia pela Universidade de Évora. Licenciado em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Tem colaborado com algumas revistas de grande informação do Alentejo e Extremadura (Espanha).

Desempenha actualmente as funções de Técnico Superior no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, em Vila Viçosa.

Colaborador de *Callipole* 15 e 16.

SILVA, Fabio Mario da (grafia de origem italiana)

Caruaru, Pernambuco (Brasil), 1979

Licenciado em Letras, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru-PE-Brasil. Mestrando em Estudos Lusófonos pela Universidade de Évora, desenvolve pesquisa sobre a poesia de Florbela Espanca, com a orientação da Professora Doutora Ana Luisa Vilela e do Professor António Cândido Franco.

Membro de um grupo de pesquisa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil) e Professor Convidado das Literaturas Luso-afro-brasileiras da Universidade de Varsóvia, Polónia.

Possui resumos publicados em Anais de Encontros de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, com os seguintes temas:

ENTRE O BEM E O MAL: a visão da condição humana através do conto "A igreja do diabo" de Machado de Assis; **AFRODITE, LILITH E EVA:** as vozes míticas na poesia de Florbela Espanca; **Importância da Literatura Infantil em Projetos Comunitários de Educação,** In V Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2006, Caruaru. Anais do V Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2006.

Uma proposta diferente da Escola Regular em Projetos de Educação Comunitária, In IV Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2004, Caruaru. Anais do III Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2004.

Leitura e escrita através do universo vocabular da criança: experiência na periferia, In III Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2003, Caruaru. Anais do III Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2003.

Colaborador de *Callipole* 15 e 16.

TEODORO, Miguel Ángel Vallecillo

? (Espanha), ?

Não forneceu biografia.

Doutor em História.

Colaborador de *Callipole* 2, 3/4, 9, 10/11 e 16.

TORRINHA, Joaquim

Vila Viçosa (Portugal), 1918

Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Membro da Sociedade Brasileira de História da Farmácia (S. Paulo, Brasil) e da Real Sociedade Arqueológica Lusitana.

Tem vasta produção de conferências sobre Cerâmica Geral e, em especial, dedicada ao capítulo da Azulejaria, em congressos.

Publicou **A Azulejaria de Vila Viçosa – Évora, 1962 e 1.º Centenário da Farmácia Torrinha (1902-2002)**, ed. de autor, Porto, 2002.

Escreveu longa série de biografias sobre figuras eminentes nascidas em Vila Viçosa que foram lidas na sua maior parte na Rádio Campanário (Vila Viçosa). Tem colaborado em inúmeras revistas, com artigos sobre cerâmica e azulejo.

Co-fundador, membro do Conselho de Redacção e colaborador constante de *Callipole* desde o primeiro número.

TOSCANO, Teresa

Lisboa (Portugal), 1957

Licenciada em Medicina, pela Universidade de Lisboa, provém de uma família de médicos estimados em Vila Viçosa, onde sempre viveu. A mãe, Edite, o pai, Jeremias, e a tia, Catarina, ainda hoje são lembrados com saudade na terra. Os primeiros, porque ali exerceram empenhadamente a sua prática; a terceira, porque em Lisboa, no Hospital de Santa Maria, foi encaminhamento e em não poucos casos salvação de muitos calipolenses.

Publicou o livro de poesia **Passagem**, edição de autor, Vila Viçosa, 2003.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

TRINDEADE, Leolinda

Vila Viçosa (Portugal), ?

Formou-se na actual Escola Superior de Educação de Évora, em 1961, e realizou o Curso Complementar de Acordeon do Instituto Matono. Estudou pintura com o professor Manuel Bentes, com subsídio da Fundação da Casa de Bragança.

Foi organista no Paço Ducal de Vila Viçosa e tem actuado em espectáculos musicais. Realizou diversas exposições de pintura individuais e participou em colectivas.

Tem colaborado em jornais alentejanos.

Já recebeu vários primeiros prémios de poesia, bem como medalhas e menções honrosas.

Publicou **Explendor, Enigma, Murmúrios, Estados d'Alma** (Livro oferecido à UNICEF com fins humanitários) e **O Silêncio das Palavras** (editado com o apoio da C. M. de Vila Viçosa), 2007.

Realizou as seguintes exposições individuais de pintura: Salão do Grupo Amigos de Vila Viçosa, 1957; Salão do Café Framar, Vila Viçosa, 1959; Casa Cibeles, Elvas, 1964; Sala de exposições do Hotel D. Luis, Elvas, 1987; Cine-Teatro Florbela Espanca, Vila Viçosa, 1993; Sociedade Artística, Elvas, 1994; Museu Aberto, Monsaraz, 1994; Lisboa Bar, Lisboa, 1995; Lisboa Bar, Lisboa, 1996; Estado Líquido, Lisboa, 1997; Cine-Teatro Florbela Espanca, Vila Viçosa, 1998; Pousada dos Lóios (Évora), 1999; Casa da Cultura de Alvito, 2002/ 03; Pousada D. João IV (Vila Viçosa), 2002; Escola Secundária Pública Hortênsia de Castro (Vila Viçosa), 2004; Solar dos Mascarenhas, (Vila Viçosa), 2008; Casa da Cultura (Redondo), 2008.

Colaboradora de *Callipole* 5/6, 7/8, 9, 10/11, 12, 14, 15 e 16.

Solicita-se vivamente aos colaboradores que cumpram estas normas, de modo que se tornem menos complicados os trabalhos de edição

1 – Os textos para *Callipole* (publicados em disquete, CD-Rom ou enviados por e-mail) entregam-se escritos no sistema Microsoft Word, com a seguinte formatação:

Configuração da página: superior/inferior (2,5 cm); esquerda/direita (3 cm).

Fonte: Times New Roman

Tamanho do tipo de letra do texto: 12

Tamanho do tipo de letra das notas: 10

Parágrafos: 1,25 cm (o padrão do Word).

O espaço entre linhas é simples.

Não há espaços entre parágrafos.

Há dois espaços entre capítulos.

2 – As páginas não são numeradas.

3 – Não há cabeçalho de página nem rodapé (não confundir com *notas de rodapé*).

4 – As notas, *de rodapé de página*, deverão ser reduzidas ao mínimo indispensável.

5 – Com a formatação apontada em 1, os textos não deverão ultrapassar o número de 25 páginas. Em caso de ultrapassagem deste limite, só haverá publicação se o Conselho de Redacção se pronunciar por unanimidade relativamente à mesma.

6 – Devido ao custo elevado que implica a inclusão excessiva de **imagens a cores**, estas em princípio **só terão lugar quando se tratar de fotografias de peças de pintura, escultura (desde que policroma) azulejo, faiança, tapeçaria, cartografia ou similares**, em que o visionamento da cor dos objectos referidos no texto seja determinante para a compreensão do mesmo. Em casos especiais, poderá haver lugar a retratos fotográficos a cores, de pessoas.

Quando tal se verifique necessário, *Callipole* fará a gestão das imagens a cores (reduzindo as suas dimensões, juntando várias na mesma página, retirando algumas, etc.) – pelo que se solicita a compreensão dos autores na escolha contida das mesmas.

7 – Por questões de equilíbrio na relação texto/imagem, **por cada bloco de cinco páginas de texto o autor terá a possibilidade de incluir três imagens**. Por cada fracção de bloco a mais, poderá incluir mais três. Isto é, se por exemplo o artigo tiver seis, sete, oito ou nove páginas, o autor poderá incluir até seis imagens. Excepcionalmente, em função do interesse e raridade do assunto, este número poderá ser aumentado.

8 – Embora possam surgir ou vir indicadas no texto, as imagens deverão ser também entregues em ficheiros separados. Imagens de má qualidade, só em casos excepcionais serão publicadas.

9 – **As indicações bibliográficas devem limitar-se ao essencial** – os artigos de *Callipole* não são teses de mestrado nem de doutoramento... Evitar duplicá-las nas notas de rodapé e em fim de texto e seguir preferencialmente os seguintes modelos:

BASTOS, João Luís. *A Arte Francesa no Século XIX*, Livraria Paisagem, Lisboa, 1972. (sem número de página, bem como nas versões seguintes, para não tornar as notas demasiado confusas e fastidiosas para o leitor).

SARAIVA, Duarte. *História da Cerâmica Portuguesa*, 3 vols., 2.^a ed., Editorial Clássica, Porto, 1985.

SILVA, Cândido e MAIA, Maria Júlia. *Camões*, Publicações Nacionais, Évora, s.d.

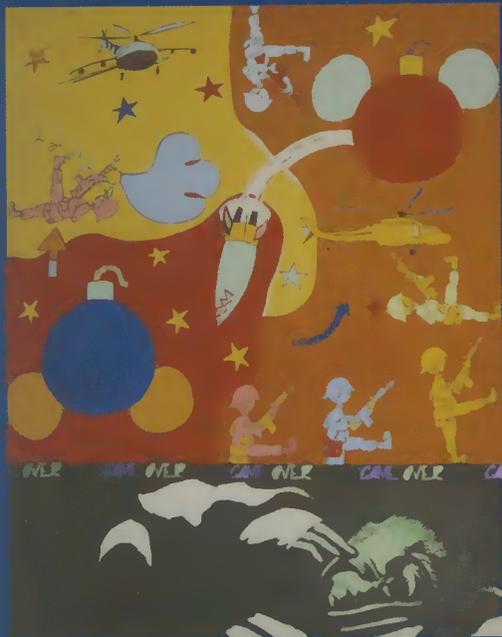
10 – **Siglas** não devem levar pontos entre letras. Ex.: BNL (e não B.N.L.)

11 – N.^o (e não N^o), 15.^o (e não 15^o), Sr.^a (e não Sr^a).

12 – **Datas**, quando numerosas, são grafadas como segue: 27.11.2007 ou 27.Novembro.2007.

13 – **Agradecimentos** são feitos imediatamente a seguir ao final do texto e antes da bibliografia.

14 – Os textos para *Callipole* deverão ser redigidos impessoalmente ou na primeira pessoa do plural; na primeira pessoa do singular, apenas em caso de ficção, crónica, entrevista ou poesia.



Quadro Vencedor do IV Prémio de Pintura
Henrique Pousão - 2000

Autora: Sofia Catela

Título do Quadro: "Game Over"

Ano: 2000

Júri:

Dr. Joaquim Saial

Representante da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Pintor Carlos Aurélio

Representante da Assembleia Municipal de Vila Viçosa

Prof. João Miguel Pereira Correia Pais

Representante da Faculdade de Belas Artes de Lisboa



PHILO SERIES 24008. H.M. THE LATE KING DOM CARLOS I. OF PORTUGAL
ASSASSINATED FEBRUARY 1st, 1908



Câmara Municipal de Vila Viçosa
Alto Alentejo - Portugal